JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por José Claudinei Lombardi e aprovada pela Comissão Julgadora em 17 de maio de 1993.

Campinas, 17 de maio de 1993.

Ass.: Prof. Dr. Dermeval Saviani
(Orientador)

MARXISMO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente

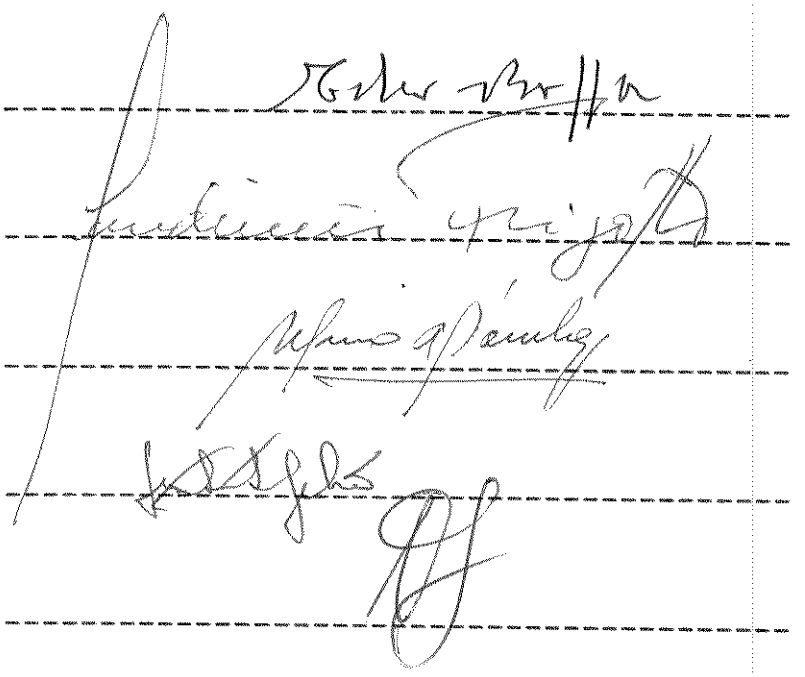
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1993

Tese apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de DOUTOR EM EDUCAÇÃO, na Área de Concentração Filosofia e História da Educação, à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação, da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

COMISSÃO JULGADORA:



Para meus filhos:

Maíra,

Warody,

Araê.

AGRADECIMENTOS

Um dos itens mais constrangedores para se redigir num trabalho é o de agradecimentos. Não que me sinta coagido a colocar nomes; o problema é o oposto: redigido no sufoco por fechar o trabalho, tenho receio de me esquecer e não registrar contribuições que me foram fundamentais.

Seria muito difícil um agradecimento direto para o grande número de pessoas e instituições às quais devo meu reconhecimento. Para evitar o esquecimento de nomeá-las, registro meu profundo agradecimento:

* aos professores, funcionários e alunos da Universidade Estadual de Maringá, principalmente àqueles ligados ao Departamento de Educação e ao Mestrado em Fundamentos da Educação;

* aos professores e funcionários dos Cursos de Pós-graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP; esses agradecimentos são extensivos aos colegas de curso e, também, aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil".

Quero registrar, ainda, três agradecimentos especiais para contribuições que foram essenciais para que se chegasse ao presente trabalho:

* ao Prof. Dr. Dermeval Saviani que, com sua orientação experiente e segura, tornou possível e viável a conclusão deste trabalho;

* aos professores Jean V. M. Guhur e Sandino Hoff que, com companheirismo e amizade, arcaram com o peso de responsabilidades administrativas e acadêmicas que resultaram no espaço necessário para a continuidade da pesquisa e redação da tese.

* a Ivone, Maíra, Warody e Araê - que pouco puderam contar comigo ao longo do percurso da pós-graduação, da pesquisa e da redação.

RESUMO

A presente tese em Educação, que leva por título **MARXISMO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente**, tem por objetivo discutir uma temática que, partindo de posicionamentos expressos na historiografia educacional brasileira - quanto à necessidade de busca de "novos problemas" para a pesquisa educacional, "novos objetos" de análise, "novos métodos" de conhecimento e de "novas fontes" para a pesquisa histórica - recoloca na ordem-do-dia o debate teórico-metodológico da Ciência da História e, no interior desse, da atualidade da Concepção Materialista Dialética da História.

Para atingir tal objetivo o autor estruturou o trabalho em cinco capítulos articulados: 1. HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: busca de novas abordagens teórico-metodológicas ou opção pela pós-modernidade?; 2. HISTORIOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE: da decretação da pós-modernidade à morte do marxismo; 3. CRISE DO MUNDO SOCIALISTA: morte ou renovação / reconstrução; 4. DA CRISE SOCIALISTA À MORTE DO MARXISMO: do debate recente às velhas questões; 5. APONTAMENTOS DE ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DIALÉTICA DA HISTÓRIA.

Reconhecendo a necessária abertura da pesquisa histórico-educacional para novas temáticas e novos problemas, mas contrapondo-se às "novas" abordagens da historiografia educacional brasileira, identificadas com o movimento pós-modernista e seus pressupostos irracionalistas, subjetivistas, céticos e anti-historicistas, o autor defende o ponto de vista que o marxismo continua a se constituir numa concepção atual, viva e revolucionária e, por isso mesmo, em alternativa viável para o fazer científico do historiador.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 01

a) Antecedentes do projeto inicial de doutorado..... 02

b) Relendo o projeto inicial de pesquisa..... 15

c) Redefinição do projeto de pesquisa e sua conclusão.. 20

d) Do método de pesquisa ao método de exposição..... 26

Notas à Introdução..... 35

CAPÍTULO 1. HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: busca de novas abordagens teórico-metodológicas ou opção pela pós-modernidade?..... 38

1.1. Historiografia e historiografia educacional brasileira: introdução ao debate..... 40

1.2. Apontamentos do debate recente..... 52

Notas ao Capítulo 1..... 114

CAPÍTULO 2. HISTORIOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE: da decretação da pós-modernidade à morte do marxismo..... 121

2.1. "Nova" historiografia (também educacional) e pós-modernidade..... 121

2.2. Da contextualização do debate na contemporaneidade às "novas" temáticas..... 133

2.2.1. "Crise dos paradigmas" e pós-modernidade... 137

2.2.2. Da pós-modernidade ao pós-capitalismo..... 152

2.2.3. Da crise do "Socialismo Real" à morte do marxismo..... 158

Notas ao Capítulo 2..... 160

CAPITULO 3. CRISE DO MUNDO SOCIALISTA: morte ou renovação / reconstrução..... 162

3.1. Retomada sucinta das antigas polêmicas sobre socialismo e "socialismo real"..... 164

3.2. Apontamentos do debate recente..... 217

3.3. Crise socialista: morte ou renovação..... 257

Notas ao Capítulo 3..... 268

CAPITULO 4. DA CRISE SOCIALISTA A MORTE DO MARXISMO: do debate recente às velhas questões..... 270

4.1. Apontamentos do debate recente: funeral x recriação..... 275

4.2. Do debate recente às velhas questões: por que retomar estudos teórico-metodológicos? 287

Notas ao Capítulo 4..... 322

CAPITULO 5. APONTAMENTOS DE ALGUMAS QUESTOES TEORICO-METODOLOGICAS DA CONCEPÇAO MATERIALISTA DIALETICA DA HISTORIA..... 324

5.1. TEORIA E METODO: do seu processo de produção ao seu encadeamento lógico..... 332

5.2. A CIENCIA DA HISTORIA: da crítica ao método à desmistificação da vida..... 356

5.3. METODO DA CIENCIA DA HISTORIA: da dialética idealista ao materialismo dialético..... 382

5.4. AINDA SOBRE O METODO: o método como articulação entre o histórico e o lógico /e/ a prática como critério de verdade..... 401

5.5. CATEGORIAS: do mundo da abstração à abstração do mundo real..... 413

Notas ao Capítulo 5..... 431

CONCLUSAO..... 432

BIBLIOGRAFIA..... 443

INTRODUÇÃO

Quando elaboramos um projeto de tese, geralmente, somos desafiados por um conjunto contraditório de motivações. Inicialmente - e eu era então convencido disso - nos justificamos com as imperiosas necessidades do desenvolvimento científico e que delineiam vários temas/problemas que entendemos como não pesquisados, ou que julgamos terem recebido um tratamento insuficiente ou, ainda, equivocado. Via de regra, no processo de desenvolvimento do trabalho e na análise da bibliografia existente, nos damos conta que o projeto proposto objetivava suprir nossas próprias deficiências de formação e de entendimento sobre o campo temático proposto, qualquer que fosse ele. Quando o trabalho de pesquisa está praticamente concluído, a sensação é de que, no fundo, ao suprir nossas deficiências de formação, igualmente acabamos fazendo um acerto de contas com nossa formação e experiência anterior...

A essas motivações e sensações, ao longo de praticamente todo o trabalho, somos ***atormentados*** pela lembrança (e existência) de um ***megalomaníaco*** "projeto". O desenvolvimento da pesquisa, porém, geralmente acaba colocando os limites necessários à viabilização do trabalho: vai delimitando o campo problemático (antes enciclopédico); vai delineando objetivos mais claros e operacionalizáveis... *Assim, à nossa pretensão inicial de produzir um trabalho que fosse um novo "divisor de águas" na*

história do pensamento, acabamos tendo em mãos o trabalho que foi possível realizar.

a) Antecedentes do projeto inicial de doutorado

É por esse percurso que foi do *megalomaníaco projeto* ao *trabalho possível* que iniciarei. Em primeiro lugar, merece destaque que o **projeto inicial de pesquisa**, apresentado em outubro de 1986 para ingresso no Programa de Doutorado em Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP, pretendeu se constituir numa continuidade das atividades profissionais, acadêmicas e científicas, que eu vinha desenvolvendo. Deixando de lado meu percurso pessoal (que sem dúvida interfere nas opções e motivações), *três marcos* foram particularmente importantes na elaboração desse projeto: o *primeiro*, se assentava nos trabalhos profissionais e de pesquisa que havia desenvolvido anteriormente e que resultaram na dissertação de mestrado. Concluída a graduação em Ciências Sociais, minhas primeiras experiências profissionais e trabalhos de pesquisa foram realizados enquanto antropólogo da FUNAI (de 1977 a 1979) e que, depois disso, tiveram continuidade durante o curso de pós-graduação em Sociologia Rural, pela USP/ESALQ (de 1980 a 1985). Apesar de ter atuado em vários grupos tribais brasileiros, o projeto trabalhado no mestrado foi centrado num único grupo indígena (os Xavante) e teve por objetivo reconstruir o processo histórico vivido pelos índios Xavante face ao desenvolvimento capitalista em terras brasileiras. Desse trabalho

resultou minha dissertação de mestrado que ficou com o título *"Os Xavante e a Política Indigenista no Brasil nos Séculos XVIII e XIX"* (LOMBARDI, J.C., 1985) - um título restrito para abranger o conteúdo de um trabalho que tratou da questão indígena e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil do século XVI ao XIX e que buscou entender como os interesses do capital, instrumentalizados na política e na prática indigenista desenvolvida nesse período, afetaram historicamente os Xavante.

O *segundo marco* se centrou no trabalho de pesquisa que coordenava desde a defesa da dissertação (em agosto/1985) até o período de elaboração do projeto (outubro/1986), intitulado "Análise do desenvolvimento capitalista no Brasil no período monopolista". Foi um projeto interdisciplinar que teve por objetivo estudar o quadro histórico de desenvolvimento capitalista no Brasil, a partir do final do século XIX. Pela amplitude do tema, os estudos se concentraram em três aspectos: estudar uma periodização do capitalismo brasileiro, a partir das transformações econômicas que se verificaram no interior do processo de monopolização; reconstruir as linhas gerais da transformação do capitalismo no Brasil em cada um desses períodos; analisar os fundamentos da chamada "economia política brasileira". Para o projeto inicial do Doutorado em Filosofia e História da Educação esse estudo sobre o capitalismo monopolista no Brasil representava o contexto no interior do qual o objeto de análise proposto (a educação e as teorias educacionais no Brasil) estava inserido.

O *terceiro marco* que influiu na elaboração do projeto inicial relaciona-se aos embates e desafios que o

trabalho no Departamento de Educação, da Universidade Estadual de Maringá, me colocavam e que, na verdade, constituíam uma ressonância dos debates realizados até meados da década de 1980 sobre a questão educacional. Um conjunto de trabalhos (publicados ou, ainda, na forma de dissertação/tese) animavam esses debates, sendo que, entre os temas discutidos, me chamavam particularmente a atenção: as análises sobre as concepções teórico-metodológicas predominantes historicamente na pesquisa educacional brasileira; os estudos que buscavam demonstrar a importância da concepção dialética para os estudos e pesquisas sobre a educação e desenvolvimento capitalista, notadamente no período de domínio dos monopólios. Alguns desses trabalhos foram citados no projeto inicial de doutorado como fontes originárias do problema de pesquisa: Maria Luisa Santos Ribeiro, Dermeval Saviani, Gilberto Luiz Alves, Lízia Helena Nagel e Paulo Ghiraldelli Júnior.

Para a elaboração do projeto inicial ao doutorado, o principal trabalho de Maria Luisa Santos Ribeiro foi sua dissertação de mestrado, publicada com o título **Introdução à História da Educação Brasileira** (RIBEIRO, M.L., 1978). Nesse trabalho, partindo de um levantamento das publicações da historiografia educacional brasileira no período de 1812 a junho/1973, Ribeiro concluiu que estas, majoritariamente, seguiam os procedimentos tradicionais da historiografia brasileira - descrição dos acontecimentos seguindo uma ordem cronológica; poucos trabalhos demonstravam preocupação comparativa; somente recentemente era perceptível, no estudo histórico da educação brasileira, um reflexo da tendência sociológica.

Atendo-se aos *procedimentos metodológicos* adotados nas publicações da historiografia educacional, Maria Luisa observou que estas prendiam-se "a concepções não-dialéticas, uma vez que se limitam à descrição, ao detalhamento na descrição... e ao estabelecimento de relações unilaterais entre educação e sociedade" (Idem, p. 25). Ao buscar a *superação* dessas limitações, Ribeiro assumiu a concepção dialética como uma "possibilidade de entendimento do fenômeno educacional como uma parte *integrante* de um todo que é a sociedade" (idem, p. 26). Com base nessa afirmação, fez (no Capítulo III - Idem, p. 29 e ss.) uma "caracterização do método dialético"... e, a partir dela, se propôs a fazer uma "investigação dialética de um período da Educação Brasileira quanto à organização escolar: 1932 a 1936" (Capítulo IV - Idem, p. 43 e ss).

De Dermeval Saviani tinha-se conhecimento do conjunto de sua produção; entretanto, para a elaboração do projeto inicial, foram particularmente importantes suas análises sobre as teorias da educação no Brasil e sua ênfase na necessidade de se buscar uma teoria crítica da educação, calcada na concepção dialética. Embora as análises de Saviani sejam muito conhecidas, vale lembrar os aspectos que foram mais marcantes para a delimitação do problema inicial de pesquisa, a começar pelos registrados em seu artigo "As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina"[01] (SAVIANI, D., 1983, p. 7-39). Nesse artigo, após classificar as teorias educacionais em dois grupos ("Teorias não-críticas" e "Teorias

Crítico-reprodutivistas") e fazer uma análise das tendências que produziram, Saviani apontava para o fato desses dois grupos de teorias sacrificarem a História:

> "(...) Em ambos os casos, a História é sacrificada. No primeiro caso, sacrifica-se a História na idéia em cuja harmonia se pretende anular as contradições do real. No segundo caso, a História é sacrificada na reificação da estrutura social em que as contradições ficam aprisionadas." (Idem, p. 35).

Com base em tal entendimento, Saviani levantou vários questionamentos quanto à possibilidade de um tratamento histórico da escola, de articulação da escola com os interesses dominados e quanto à elaboração de uma teoria crítica da educação. Seu posicionamento foi afirmativo e apontava para o início de "um promissor esforço de elaboração teórica" (Idem, p. 35-36).

Essa abordagem inicial de Saviani foi aprofundada em outro artigo - "Tendências e correntes da educação brasileira" (SAVIANI, 1983, P. 19-47. In: MENDES, D. T., 1983) - onde o autor expôs o resultado de um trabalho de pesquisa que teve como objetivo "evidenciar as correntes e tendências da educação brasileira". Num primeiro momento, apresentou uma classificação sistemática das diferentes concepções fundamentais de Filosofia da Educação - "Concepção 'humanista' tradicional"; " Concepção 'humanista' moderna"; "Concepção analítica" e "Concepção dialética" (Idem, p. 20-27). A partir desse quadro teórico, Saviani apresentou "as principais tendências da educação brasileira", formulando uma periodização quanto à predominância dessas concepções ao longo da história educacional brasileira; no interior do período iniciado em 1968, assinala o "predomínio da

tendência tecnicista e a concomitante emergência de críticas à pedagogia oficial e à política educacional que busca implementá-la" (Idem, p. 33).

Feita essa periodização classificatória, Saviani tratou de aprofundá-la historicamente, buscando indicar a localização das correntes no âmbito de determinada tendência ou o seu entrecruzamento, e, com isso, se aproximar "mais do movimento histórico real" (Idem, p. 33 e ss.). Nesse aprofundamento histórico, as raízes da concepção dialética e sua importância para a educação foram apontadas em vários contextos... Porém, somente mais recentemente, "refletindo as contradições da sociedade brasileira atual", a concepção dialética adquiriu maior expressão com a criação da pós-graduação em educação, no interior da qual se deu o desenvolvimento da "tendência crítico-reprodutivista" - cujo mérito foi denunciar sistematicamente a pedagogia tecnicista e, ao mesmo tempo, minar a crença difundida entre os educadores de "autonomia da educação em face das relações sociais" (Idem, ibidem).

Apontando a necessidade de superar as insuficiências apresentadas pela tendência crítico-reprodutivista, Saviani voltou a apresentar a "concepção dialética" como uma alternativa para a educação: por ela seria "possível compreender o necessário aparecimento e, ao mesmo tempo, a necessária superação das diferentes tendências" e, enfim, encontrar uma chama da esperança para os educadores (Idem, p. 43).

Um terceiro artigo de Saviani merece ainda registro como fonte originária do problema de pesquisa do projeto

inicial de doutorado - "A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*" (SAVIANI, D., 1984, p. 273-290). Nesse trabalho o autor deu continuidade, ao mesmo tempo em que aprofundou e ampliou, sua análise histórico/filosófica sobre as concepções e tendências da educação brasileira, "tomando como referência os artigos veiculados" desde 1944 pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (Idem, p. 273). Um primeiro registro é que, neste artigo, Saviani ampliou a periodização classificatória exposta em seu trabalho anterior[02] e, na conclusão, aprofundou suas referências quanto à "concepção dialética de filosofia da educação", em cujo interior muitos educadores procuravam "compreender teoricamente a educação, tendo em vista o encaminhamento de alternativas práticas de intervenção no campo pedagógico" (Idem, p. 287). Observa que a omissão dessa concepção no transcorrer do artigo foi intencional, pois seu objetivo foi indicar a dominância das concepções e "em nenhum momento a concepção dialética foi dominante na história da educação brasileira" (Idem, ibidem). Reconhecendo como precursoras da concepção dialética as correntes de idéias do início deste século (anarquistas, socialistas e marxistas), observou que a concepção dialética é muito recente na filosofia da educação brasileira: ela se tornou "objeto de um esforço coletivo" ao findar a década de 70 e que, desde então, "vem orientando um número crescente de estudos no campo pedagógico" (Idem, ibidem).

Teve, também, muita influência para a elaboração do projeto inicial de pesquisa a dissertação de mestrado de

Gilberto Luiz Alves - **Da História à História da Educação** (ALVES, G.L., 1981). Nesse trabalho, sobre o qual me deterei mais profundamente no próximo capítulo, Alves entendeu que, com a consolidação da sociedade burguesa, o desenvolvimento do saber passou a comportar dois caminhos distintos e antagônicos: a ciência da história e a ciência burguesa. Por um lado, a ciência da história demonstrando a inexistência da autonomia das ciências; por outro, a ciência burguesa, fazendo o caminho inverso, empreendeu a especialização do saber, conformando o que o autor chamou de "anti-ciência burguesa" (Idem, p. 13). Com a "ciência burguesa", a atividade científica passou a ser regida não pela busca da *verdade*, mas do *conhecimento útil ao capital*" (Idem, p. 11).

De uma oposição sistemática e aberta ao materialismo histórico, gradativamente a ciência burguesa foi atenuando esse combate, assumindo, no limite, muitas das categorias de análise marxistas (Idem, ibidem). Disso resulta um componente básico das ciências burguesas: o ecletismo (Idem, p. 15) que, como forma de "relativismo ideológico", é epistemologicamente conservador e limitado, "mesmo quando acompanhado de sinceras intenções progressistas" (Idem, ibidem). Por não passar de uma concessão à ideologia burguesa, o ecletismo "é a negação da possibilidade de uma ciência da totalidade concreta... é uma arma contra o marxismo, contra a ciência do proletariado" (Idem, p. 17).

A história, como outros campos do conhecimento, não ficou "imune a esse processo de decadência ideológica"; ao contrário, transformou-se "no campo privilegiado da mistificação"

(Idem, p. 20). Dado o contexto de nascimento da historiografia brasileira (um momento em que a burguesia já se tornara reacionária e era contestada pelo proletariado) a ela não cabia fazer "ciência da história", mas sim a "anti-ciência histórica" (Idem, p. 21).

Com base nesses parâmetros de análise, Alves direcionou seu trabalho para a "crítica da prática científica em história da educação" (Idem, p. 25) e chegou às seguintes conclusões: que "os historiadores da educação brasileira não preenchem os requisitos do *fazer científico*" da ciência da história; suas obras "são marcadas" pela *decadência ideológica burguesa*; evidencia essa constatação a orientação eclética, comum a todas as tendências historiográficas; também "a *especialização do saber*, verso do *ecletismo*, é outro componente constante das diferentes tendências historiográficas" e "indicador da decadência ideológica que atinge a historiografia educacional"; até mesmo "as posições que se manifestam progressivas, no plano do discurso", acabam se revelando "reacionárias no plano epistemológico, pois o fundamento é sempre a anti-história, a prática da anti-ciência" (Idem, p. 2-3).

Assim entendendo a produção histórico-educacional brasileira, Alves traçou os elementos que considera básicos quanto "a natureza da relação que se estabelece entre história, enquanto ciência da totalidade concreta, e história da educação" (Idem, p. 66 e ss). Ao final, fixando sua análise sobre o "caráter parasitário do *imperialismo*", o autor defendeu a idéia de que a escola característica da *fase superior do capitalismo* "consome, no seu funcionamento e expansão, parte dos ganhos

capitalistas que o Estado, com fito de organizar o parasitismo, aloca para as atividades improdutivas" (Idem, ibidem). Assim sendo, "pela sua composição, pela inocuidade de seu conteúdo, e pelo fato de reproduzir as camadas médias ociosas da sociedade capitalista, ... a escola de educação geral é a imagem materializada do *imperialismo.*" (Idem, ibidem).

Muito próxima dessa análise de Alves (e mais próxima, ainda, do meu meio de convivência e debate no Departamento de Educação, da Universidade Estadual de Maringá) estava Lízia Helena Nagel - citada no projeto inicial por sua Tese de Doutoramento que levou por título **Quando o conteúdo vai além da Frase...** (NAGEL, L.H., 1986). A autora caracteriza seu trabalho como "um exercício acadêmico à luz da teoria marxista", no qual pretendeu mostrar que as análises produzidas do final século XIX ao século XX, "são feitas, em geral, através de representações não condizentes com o estágio de desenvolvimento das forças produtivas" (Idem, p. 1-2). Essa não correspondência entre as representações intelectuais que se pretendem mais avançadas e a realidade histórico-social, levou a autora, em princípio, a afirmar que mesmo as análises que se auto-denominam de marxistas "mantêm as representações descoladas da produção da base material", podendo, assim, "ser confundidas metodologicamente com outras representações formuladas de maneira abstrata", pois não levam "em conta a atividade humana objetiva" (Idem, p. 2).

Com relação à produção intelectual brasileira sobre educação, Nagel levantou três observações: 1) que as

categorias empregadas nesses trabalhos "não expressam, de forma clara, o desenvolvimento histórico" - aparecem como abstrações independentes do desenvolvimento da sociedade capitalista (Idem, p. 10); 2) os estudos que "apontam a dialética" como perspectiva de análise primam pelo privilegiamento da superestrutura no processo de transformação social (Idem, p. 16) e promovem "a separação indissolúvel entre o econômico e o político, entre o econômico e o científico, entre o econômico e o educacional" e com isso, "o movimento histórico que engendra os fenômenos da superestrutura não são o objeto prioritário" das reflexões (Idem, ibidem); 3) que os estudos educacionais limitam seus questionamentos em torno de problemas conjunturais e "à exarcebada importância que se vem dando a movimentos... parciais" (Idem, p. 19-20) - sobre esses estudos, afirma que favorecem "de forma simplista e apologética a idéia de que os homens fazem a sua própria história", entendida como experiências parciais ou conquistas políticas de grupos, corporações (Idem, p. 20), fato esse que indica o abandono da perspectiva histórica, do método histórico (Idem, p. 21).

Essas críticas à produção educacional desembocam, na análise de Nagel, na questão da indissolubilidade entre conteúdo e método. Partindo do princípio que, no marxismo, conteúdo e método não se separam, mas que são "uma unidade indissociável", a autora questiona a "dicotomia que perpassa na produção acadêmica" entre método e conteúdo e entre conteúdo e movimento histórico (Idem, p. 40-41). A dicotomização entre conteúdo e método denuncia a precária "compreensão do materialismo histórico que, enquanto ciência da história, não

abre oportunidade para esses desvios" (Idem, p. 41). Por todo esse quadro, Nagel conclui que os problemas postos pela literatura educacional "não apresentam problemas que possam ser equacionados pela ciência da história" (Idem, p. 45); têm mais a ver com "derivações do próprio afastamento do eixo marxista" (Idem, p. 47).

Como resultado de sua pesquisa, a autora considera que as análises críticas da sociedade capitalista (que se auto-denominam de marxistas), "permitem dizer estar essa literatura crítica afastada - em maior ou menor intensidade - do objeto da ciência do homem" (Idem, p. 150-151), daí considerá-las "uma espécie de crítica que sabe julgar e condenar o presente sem compreendê-lo", característico de "um estágio social onde o conteúdo vai além da frase." (Idem, p. 155-156).

Fechando esses trabalhos que influíram na elaboração do projeto inicial de doutorado, também jogou importante papel a dissertação de mestrado de Paulo Ghiraldelli Júnior - **Pedagogia, Educação e Movimento Operário na Primeira República** (GHIRALDELLI JR., P., 1986)[03]. Observando que, sem perder a rigorosidade científica, sua dissertação era "um texto político" que acreditava que para que os trabalhadores tivessem vez era "preciso recuperar suas vozes abafadas" (GHIRALDELLI JR., P., 1986, p. 2), Ghiraldelli se dispôs à "tarefa de recuperação e análise das raízes da Concepção Dialética em Filosofia da Educação" (Idem, ibidem).

Num longo trabalho escrito o autor buscou reconstruir dialeticamente o movimento do capitalismo no Brasil,

durante o período de 1889 a 1930, e no interior desse movimento relacionou o desenvolvimento econômico (configurado como a realização do imperialismo no Brasil) e a proletarização; de como, nesse movimento de proletarização, se colocavam as diversas tendências e correntes do movimento operário na Primeira República (socialistas, libertários e comunistas); finalmente, analisou as posições das diversas tendências do movimento operário quanto às questões pedagógicas e educacionais.

Em suas "conclusões" o autor observa que na República Velha, apesar de todas as limitações características desse período, surgiram grupos de trabalhadores - motivados pelas idéias socialistas, libertárias e comunistas - que conseguiram forjar "partidos e sindicatos com orientação voltada para a real defesa dos interesses populares" (GHIRALDELLI JR, P., 1987, p. 157). Com relação aos problemas pedagógicos e educacionais, Ghiraldelli sintetiza as posturas político-ideológicas dos grupos existentes (socialistas, libertários e comunistas) e finaliza o trabalho destacando a importância das questões educacionais para o movimento operário: eram "tão importante ao Movimento operário quanto a jornada de trabalho de 8 horas ou qualquer outra reivindicação sindical" (Idem, p. 159). Com relação a elas, "as vanguardas do proletariado nascente" não assumiram as idéias correntes na ideologia dominante; ao contrário "com enorme capacidade de resistência, ... forjou seus próprios meios educativos" (Idem, ibidem).

b) Relendo o projeto inicial de pesquisa

Foi a partir de tal quadro que elaborei o projeto inicial de pesquisa para o doutorado. Pretendia que ele desse continuidade à pesquisa do mestrado e que possibilitasse o aprofundamento do trabalho de pesquisa então em desenvolvimento. O pano de fundo teórico-metodológico para o projeto era dado pelos contraditórios debates educacionais de então: por um lado, enquanto alguns tendiam a constatar a quase ausência de utilização da concepção materialista dialética da história na pesquisa educacional (constatação que os conduzia ao aprofundamento nessa direção), outros, por outro lado, já faziam a crítica quanto ao precário entendimento do marxismo pelos estudos produzidos (e que os levava, igualmente, ao aprofundamento dos pressupostos dessa concepção).

Não é necessário retomar as observações iniciais quanto ao caminho empreendido para chegar do *megalomaníaco projeto* ao *trabalho possível*. Uma releitura do projeto inicial de pesquisa, apresentado em outubro de 1986 para ingresso no Programa de Doutorado em Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação, da UNICAMP, é ilustrativa nesse sentido:

* O **Título** dado ao projeto foi: "Educação, teorias educacionais e desenvolvimento do capitalismo no Brasil (Estudo histórico dos pressupostos teórico-metodológicos da análise em educação sob as condições de realização do capitalismo monopolista no Brasil)".

* O **Problema de pesquisa** foi assim formulado: "nos limites estritos da dialética marxista, pretende-se entender a

problemática em que se caracteriza e se circunscreve a relação entre educação, teorias educacionais e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil". Considerando esse problema amplo, delimitou-se no projeto inicial 04 (quatro) baterias de questões...

* O **Objetivo Geral** foi assim definido: "... entendimento histórico da problemática em que se caracteriza e se circunscreve a relação entre educação, teorias educacionais e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil". Os **Objetivos Específicos** foram desdobrados em cinco: "1. Analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo, em seu período monopolista, buscando entender as transformações econômicas que se verificaram em seu interior; 2. Reconstruir e caracterizar a realização do desenvolvimento histórico do capitalismo monopolista no Brasil, de modo que se entenda as transformações econômicas ocorridas; 3. Reconstruir, caracterizar e analisar as transformações ocorridas com a educação no Brasil, durante o período monopolista, de modo que se entenda a relação entre as transformações econômicas e as educacionais; 4. Caracterizar e analisar os modelos teórico-metodológicos que deram e dão suporte às análises, propostas, projetos e reformas educacionais, durante o período histórico objeto de análise; 5. Analisar criticamente os modelos teórico-metodológicos da historiografia educacional brasileira, objetivando elucidar as formas do fazer científico dos pesquisadores da educação, tendo como base para análise crítica os limites estritos e os parâmetros básicos da dialética marxista, a 'ciência da totalidade concreta'."

Afirmar simplesmente que o projeto inicial era extremamente ambicioso, amplo e de difícil realização é um tanto quanto óbvio. Após ter cumprido os créditos com disciplinas obrigatórias e complementares do Programa de Doutorado em Filosofia e História da Educação da UNICAMP e ter trabalhado três anos na pesquisa, no meu retorno à UEM-Universidade Estadual de Maringá, em março/1991, elaborei um documento - "Plano de trabalho detalhado: Marxismo, capital monopolista e educação" - que, partindo do reconhecimento e identificação dos principais estrangulamentos e deficiências - de forma e de conteúdo - do projeto inicial, objetivava ajustá-lo e viabilizá-lo. Também nesse documento historiei os principais problemas enfrentados no transcorrer do trabalho e fiz uma descrição detalhada do estágio em que se encontrava a pesquisa. Quanto aos *problemas* enfrentados no transcorrer da pesquisa, aglutinei-os em torno de três questões básicas: a primeira, abordando aspectos formais do trabalho (a amplitude temática, a complexidade da problemática, as imprecisões conceituais e a dificuldade em se precisar historicamente o objeto de estudo) e que emperraram o desenvolvimento do trabalho e levaram a uma revisão bibliográfica muito ampla e sem fim.

A segunda questão emergiu do fato do projeto inicial, apesar de se constituir num trabalho de pesquisa eminentemente teórica, não ter previsto o estudo e a exposição sistemática da concepção materialista dialética da história, colocada como fundamento teórico-metodológico da pesquisa e como parâmetro para a análise da produção da historiografia

educacional brasileira. O aprofundamento dos estudos em torno dessa concepção se impôs no desenvolvimento do trabalho e, em vista do tempo e do esforço despendido, acabou resultando na redação de alguns capítulos (agrupados na primeira parte do relatório de pesquisa) sobre o assunto.

O terceiro problema resultou de uma situação totalmente externa: em pleno desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa, calcados teórica e metodologicamente na concepção marxista - recém estudada e sistematicamente redigida, em alguns grandes capítulos - sobreveio a crise do chamado "socialismo real" e, com ela, a instauração dos diferentes processos de manutenção e de transformação no "bloco socialista". Satirizando minha própria situação, dizia então que o "muro de Berlim" havia caído sobre minha mesa de trabalho, estando eu em plena atividade de redação do relatório de pesquisa, comprometendo parte do trabalho desenvolvido.

Ocorre que com todo esse "novo" quadro histórico, instaurou-se um profundo debate e questionamento sobre os rumos históricos do socialismo e dos fundamentos da concepção materialista dialética da história. Esse debate tinha a aparência de um debate recente; na verdade, porém, estava posto desde o final do século passado, delineado nos diversos movimentos - políticos ou acadêmicos - de contestação e/ou revisão das bases epistêmicas e/ou teóricas do marxismo... A crise do "socialismo real", acompanhada dos acontecimentos do final da década de 1980, fez com que o debate recente, saltasse para um cenário muito mais amplo: para o seio do embate político-ideológico; para o interior da sociedade politicamente organizada e para os partidos "de

esquerda"; e, principalmente, para o centro do noticiário e das contendas dos meios de comunicação e da mídia...

Não havia como ignorar o que estava acontecendo. Por um lado, poderia ter reconhecido que esse debate possuía uma profunda importância histórica... mas que, para efeitos de continuidade do trabalho acadêmico (da tese de doutorado), seria mantido fora do trabalho de pesquisa, merecendo no máximo uma nota explicativa na introdução ou na exposição oral. O outro caminho era enfrentar a questão. Como de pouco adiantava tentar fingir que a crise geral do socialismo não existia, ou ficar na cômoda posição de proferir anátemas sobre os que a interpretavam de acordo com pressuposições teóricas julgadas inconvenientes ou, ainda, buscar refúgio em posições dogmáticas - julguei que a melhor saída fosse encarar essa polêmica de frente. Foi o que procurei fazer, incorporando à discussão sobre a concepção materialista dialética da história o debate sobre a crise do socialismo e como, face a ela, se coloca o marxismo.

Como observei, também fiz nesse documento uma descrição detalhada do estágio em que se encontrava (em 91) o desenvolvimento da pesquisa que, apesar de todos os desafios e dificuldades encontradas, havia sido muito rico e resultado em algumas partes (divididas em capítulos) já devidamente redigidas, outras em processo final de redação, outras que ainda careciam de sistematização e redação[04].

c) Redefinição do projeto de pesquisa e sua conclusão

No documento elaborado para a UEM, em março/1991, levando em consideração a avaliação feita anteriormente, principalmente quanto aos estrangulamentos e deficiências contidas no projeto inicial, mas ao mesmo tempo sem abandonar o trabalho de pesquisa realizado, propus uma **redefinição do projeto de pesquisa**, em seus principais itens constitutivos: do título, do problema, dos objetivos e da estrutura do relatório final de pesquisa.

O título proposto para o trabalho passou a ter a seguinte redação: *Marxismo, capital monopolista e educação.* Com esse título pretendi expressar um trabalho que recuperasse a discussão sobre o *marxismo* (principalmente quanto aos aspectos básicos de sua teoria do conhecimento), que retomasse o debate teórico sobre o período histórico caracterizado pelo domínio do *capital monopolista* e que, a partir dessa dupla perspectiva, tratasse da *educação*.

Buscando melhor delimitar e circunscrever o trabalho, o **problema de pesquisa** recebeu a seguinte formulação: *Como caracterizar a educação tomando por base os fundamentos teórico-metodológicos da concepção materialista dialética da história e sua análise sobre o capitalismo monopolista?* Com o problema assim formulado pretendi delimitar uma pesquisa que tivesse por fio condutor uma questão que inter-relacionasse a problemática da educação à discussão teórica sobre o marxismo e sobre o capitalismo monopolista.

Tomando por base o exposto no título e no problema

de pesquisa (redefinidos), o **objetivo geral** da pesquisa passou a ter a seguinte redação: *Estudo da problemática da educação, tendo como parâmetro e ao mesmo tempo inter-relacionando-a aos fundamentos teórico-metodológicos da concepção materialista dialética da história e sua análise sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista.* Com essas redefinições, também a **estrutura do relatório final de pesquisa** foi alterada - tratava-se, evidentemente, de uma **proposta**, que poderia sofrer modificações no decorrer do trabalho. Objetivava-se, somente, ter uma proposta que desse a **forma** aproximada da redação do relatório de pesquisa, com a seguinte ordem seqüencial: Introdução; PARTE I - Apontamentos sobre questões teórico-metodológicas da concepção materialista dialética da história; PARTE II - Estudo da teoria econômica marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo monopolista; PARTE III - Estudo sobre a educação, marxismo e capital monopolista; Conclusão e Bibliografia[05].

Com base nessas redefinições promovidas no projeto de pesquisa, através do "Plano de Trabalho Detalhado", de março/1991, nos dois anos seguintes dei continuidade aos trabalhos. Desejaria, ainda ter tempo para continuar aprofundando os estudos sobre muitas das questões brevemente tratadas em meus estudos. Como não é cabível confundir um projeto de pesquisa com projeto intelectual ou de vida (embora eu continue achando que o projeto que apresentei ao doutorado, mesmo depois de redefinido, está mais para projeto de vida que de estudos) foi necessário colocar um *ponto final* nesse projeto e dar o relatório como

encerrado.

Mantive na redação do relatório final de pesquisa a estrutura prevista anteriormente, com algumas pequenas adequações que expressam os rumos tomados pelo estudo (direcionado no período mais recente para a conclusão do trabalho e elaboração da tese). Essas adequações afetaram, basicamente, a terceira parte do trabalho, na qual pretendia tratar da educação, marxismo e capital monopolista, e que acabaram se direcionando para a análise do debate sobre as teorias e tendências da educação brasileira; para um mapeamento da produção histórico educacional brasileira e, em decorrência desse mapeamento, para uma análise da historiografia educacional brasileira; finalmente, concluí com o mapeamento dos estudos que trataram, no Brasil, da relação entre marxismo, imperialismo e educação.

Tendo em vista a dimensão e o volume do trabalho de pesquisa, o relatório final resultou numa grosso volume (com aproximadamente mil páginas), digitadas em espaço um, que ficou com o título definido do projeto de pesquisa - ***Marxismo, capital monopolista e educação*** - e que está assim estruturado:

Introdução: é feito um resgate da memória do projeto de pesquisa (aqui parcialmente aproveitado), indicadas as fontes bibliográficas pesquisadas e sinteticamente descrito o conteúdo do corpo do trabalho.

PARTE I: Crise do "socialismo real": apontamentos sobre o socialismo e algumas questões teórico-metodológicas da concepção materialista dialética da história. Nessa primeira parte encontram-se os estudos sobre: o atual quadro internacional; sobre a crise do chamado "socialismo real"; sobre

o recente debate quanto à "morte do marxismo" e que, necessariamente, conduzem a uma retomada do velho debate sobre a crise do marxismo e do anúncio de sua morte; a partir dessas questões postas contemporaneamente, na seqüência, é feita uma exposição de algumas questões epistemológicas do marxismo.

Esse conteúdo foi distribuído em 10 (dez) capítulos que levam os seguintes títulos: 1. Fim do século XX - um mundo de ponta cabeça: da modernidade à pós-modernidade?; 2. Crise do mundo socialista: morte ou renovação/reconstrução; 3. Da crise socialista à morte do marxismo: apontamentos do debate recente; 4. Do debate recente às velhas questões /ou/ porque retomar estudos teórico-metodológicos; 5. Teoria e método: do seu processo de produção ao seu encadeamento lógico; 6. A Ciência da História: da crítica ao método à desmistificação da vida; 7. Método da Ciência da História: da dialética idealista ao materialismo dialético; 8. Ainda sobre o método: o método como articulação entre o histórico e o lógico /e/ a prática como critério de verdade; 9. Categorias: do mundo da abstração à abstração do mundo real; 10. Historicismo da teoria e do método: o marxismo e o socialismo como produto histórico.

PARTE II: Apontamentos sobre algumas questões da teoria econômica marxista e de reflexão sobre o capitalismo monopolista. Nessa segunda parte foram englobados os estudos sobre a teoria econômica marxista, com especial ênfase à reflexão sobre o capitalismo monopolista. Procurou-se dividir os capítulos conforme as grandes etapas da produção teórica marxista: é exposta, em primeiro lugar, o básico da teoria econômica em Marx

e Engels; em seguida, é feita uma análise das contribuições ao tempo de Lenin e, finalmente, analisada a elaboração de inspiração marxista pós-Lenin.

Essa parte do trabalho foi dividida em 04 (quatro) grandes capítulos (numa ordem seqüencial aos capítulos da parte anterior), que por sua vez foram subdivididos em itens temáticos: 11. Observações preliminares; 12. A teoria Econômica em Marx e Engels: da acumulação primitiva à ***tendência*** à concentração e centralização capitalista - 12.1. As primeiras incursões de Marx; 12.2. A tendência lógica e histórica da acumulação capitalista; 12.3. A tendência concentradora e centralizadora do capital e o desenvolvimento do sistema de crédito; 12.4. Caráter cíclico do desenvolvimento capitalista; 12.5. Limites e contradições imanentes do desenvolvimento capitalista - superprodução e crise; 12.6. Lei da tendência decrescente da taxa de lucro; 12.7. Caráter determinado das crises; 12.8. A transição em debate; 12.9. A síntese engelsiana e o prognóstico marxista da transição para um novo modo de produção; 13. A teoria econômica marxista pós-Marx: a consolidação dos monopólios e o imperialismo - 13.1. Monopolização capitalista e teoria econômica; 13.2. Bernstein: da defesa da ortodoxia ao revisionismo; 13.3. Kautsky: o determinismo natural entre a ortodoxia e o revisionismo; 13.4. Rosa Luxemburgo: renovação no marxismo; 13.5. Lenin: da consolidação dos monopólios ao imperialismo; 14. A teoria econômica de inspiração marxista pós-Lenin: internacionalização, subdesenvolvimento e monopolização estatal capitalista - 14.1. Observações gerais sobre a teoria econômica emergente da crise de 1929/30; 14.2. Paul A. BARAN e Paul M. SWEEZY: renovação no

debate sobre o capitalismo monopolista; 14.3. Harry BRAVERMAN: capital monopolista, transformação e seus efeitos sobre o trabalho e o trabalhador.

PARTE III - História e historiografia educacional brasileira: busca de novas abordagens metodológicas ou apologia da pós-modernidade?. Nessa terceira e última parte do trabalho foram aglutinados os estudos sobre a educação, com especial atenção para produção histórica e historiográfica produzida no Brasil. De modo geral, os estudos foram organizados em torno de 04 (quatro) unidades temáticas: a primeira trata das proposições e análises sobre as teorias educacionais; na segunda se encontra um mapeamento da produção histórico educacional brasileira; na outra estão aglutinados os estudos analíticos sobre a historiografia educacional brasileira; finalmente, o quarto ítem conforma um mapeamento dos estudos que trataram, no Brasil, da relação entre marxismo, imperialismo e educação.

O conteúdo dessa terceira parte foi distribuído em 04 (quatro) capítulos: 15. Notas do debate brasileiro sobre as teorias educacionais; 16. Mapeamento classificatório da produção histórico-educacional brasileira; 17. História e historiografia educacional brasileira; 18. Anotações preliminares sobre marxismo, imperialismo e educação.

BIBLIOGRAFIA: é feito o arrolamento da bibliografia citada no corpo do trabalho, num total de 345 (trezentas e quarenta e cinco) referências, entre livros, artigos, dissertações e teses.

d) Do método de pesquisa ao método de exposição

Como observei anteriormente, gostaria muito de poder continuar aprofundando os estudos sobre muitas questões meramente apontadas na pesquisa. As condições objetivas e subjetivas do trabalho acadêmico, porém, me impuseram o fim do trabalho de pesquisa e me fizeram voltar a atenção para a necessária elaboração da tese de doutoramento. Tinha em mãos um longo percurso de estudos realizados, materializado no relatório de pesquisa anterio mente descrito, mas que não se enquadra, do ponto de vista formal, nas características próprias a uma tese para a apresentação/defesa perante uma douta banca: a maioria dos capítulos foram redigidos na forma de apontamentos (mais ou menos elaborados) que objetivaram, por um lado, suprir as defasagens de formação, por outro, organizar meu entendimento das questões objeto de investigação e, enfim, entabular um acerto crítico de contas com minha formação anterior; por esse motivo, o texto ficou extremamente longo e repleto de citações (para evitar posteriores retornos ao material bibliográfico e, ao mesmo tempo, limitar interpretações falseadoras do pensamento de autores tratados).

Como a apresentação da pesquisa realizada se tornou *impraticável como tese de doutoramento*, minha decisão - da qual assumo todas as debilidades - foi de levar para a defesa partes do trabalho já elaborado, reescrevendo-o de forma tal a compor uma unidade temática. Para fazer um tal exercício acadêmico, a observação de Marx - no "Posfácio da 2ª. Edição" de **O Capital** - quanto à necessidade de "distinguir, formalmente, o

método de exposição do método de pesquisa" (MARX, K., 1982, p. 16) foi de muita valia: a partir do trabalho de pesquisa realizado, a decisão quanto ao trabalho acadêmico a ser apresentado (exposto) como tese de doutoramento, levou-me a optar por uma temática que, partindo de posicionamentos expressos na historiografia educacional brasileira - quanto à necessidade de busca de "novos problemas" para a pesquisa educacional, "novos objetos" de análise, "novos métodos" de conhecimento e de "novas fontes" para a pesquisa histórica - recoloca na ordem-do-dia o debate teórico-metodológico da Ciência da História e, no interior desse, da atualidade (ou não) da Concepção Materialista Dialética da História.

O motivo básico que me levou a tomar como ponto de partida os posicionamentos atualmente em voga na historiografia educacional brasileira - marcados pelo discurso do "novo" - reside no fato de que não estamos simplesmente face a mais um tipo de discurso isolado, localizado ou simplesmente pontual na área de conhecimentos humanos e sociais, no interior da qual se coloca a educação. Apesar dessa defesa de um "novo conhecimento científico" estar tendendo a tornar-se hegemônica no debate educacional brasileiro, notadamente na produção historiográfico-educacional, não foi até agora motivo suficiente para produzir uma análise crítica de seus pressupostos.

De forma geral, a argumentação em prol de "novos objetos", de "novos problemas", de "novos métodos" e de "novas fontes" para a pesquisa histórico-educacional brasileira, é tributária do entendimento de que a crise dos paradígmas das Ciências Humanas e Sociais delimita o colapso de um modelo de

análise baseado numa perspectiva de caráter macroscópico, privilegiador das regularidades sociais, tendo por base uma lógica vinculada à tradição da modernidade, de fé na razão - enfim, um tipo de "pensamento racionalista e determinista" há muito ultrapassado e em crise insuperável. Nesse raciocínio, as questões relativas à razão, à ciência, à objetividade, à verdade, ao progresso e à revolução diziam respeito à modernidade e, portanto, ao "velho"; ao contrário deste, os movimentos sociais, culturais e intelectuais de crítica à sociedade realmente existente e que tendem para a valorização do fragmentário, do microscópico, do cotidiano, do singular, do efêmero, do imaginário, são ligados ao ***novo*** e, mais que isso, ao diversificado movimento intelectual de crítica à modernidade e à razão moderna... ou ***pós-modernidade***.

A leitura desse discurso recente, deixa patente que se está caminhando aceleradamente na direção de incorporar à educação e à historiografia educacional brasileira, nessa trilha de reafirmar a existência de uma crise dos paradígmas científicos, as "contribuições" (entre aspas mesmo) de concepções que assumem um ponto de vista impregnado pelo irracionalismo, pelo subjetivismo e, enfim, no limite, pela perda da própria perspectiva histórica. Assim, apesar da declaração de novidade e de pós-modernidade desse discurso, o mais elementar conhecimento histórico do pensamento filosófico torna patente que, ao contrário de se constituir numa novidade, essa reflexão não passa de uma **retomada** envergonhada (na medida em que camufla suas raízes) das concepções ontológica, gnosiológica e epistemologicamente vinculadas às formas de pensamento

irracionalistas, subjetivistas e céticas - sem dúvida ornadas pela estética contemporânea. Essas formas de pensamento - que deitam suas raízes na antiguidade do pensamento grego[06] - nada possuem de superação da modernidade; são, ao contrário concepções ecléticas, amadurecidas no calor dos debates filosóficos e científicos da própria modernidade e que podem ficar claramente configuradas com o estudo de autores como George Berkeley (1685-1753), David Hume (1711-76), Kant (1724-1804), Schopenhauer (1788-1860), Nietzsche (1844-1900), Henri Bergson... Essas posturas, uma vez configuradas na modernidade, também na modernidade receberam sua *crítica* e *superação*, notadamente com a reflexão de Marx, Engels e Lenin.

Pelos motivos elencados, entendo que esses posicionamentos recolocam na ordem-do-dia o debate teórico-metodológico da Ciência da História e, no interior desse, da atualidade (ou não) da Concepção Materialista Dialética da História. Entretanto, para que essa análise possa ser realizada, nos limites do presente trabalho, se faz necessário, antes de mais nada, uma exposição dos principais debates que tem sido travados pela historiografia educacional brasileira - tema que será tratado no primeiro capítulo, que leva o título de "HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: busca de novas abordagens teórico-metodológicas ou opção pela pós-modernidade?".

Como esse debate não é produzido endogenamente pelos historiógrafos (inclusive e particularmente pelos historiógrafos da educação) e nem se esgota em si mesmo - posto que é um debate datado e inserido num contexto histórico-social

muito mais amplo - buscar-se-á fazer, no segundo capítulo, uma interpretação desse contexto e dos principais embates produzidos na contemporaneidade. O título desse capítulo é "HISTORIOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE: da decretação da pós-modernidade à morte do marxismo". Em lugar de expor genericamente as interpretações usuais com relação ao capitalismo monopolista (ou imperialismo) e analisar as formas ecléticas que geraram a anti-ciência burguesa - uma análise que, aliás, ainda julgo atualíssima - minha opção (e risco) foi de interpretar os debates a partir do contexto que, tendo se esboçado desde meados da década de 1950 e início da de 60, explodiu no final dos anos 80, movido pelos acontecimentos do "Bloco Socialista" (da URSS, da China e do leste europeu) e que culminam com o anúncio bombástico da falência do socialismo e, com esta, da morte do marxismo. É no interior dessa reflexão da contemporaneidade e do efervecente debate ideológico que têm produzido, que aponto para a análise de ***três temáticas*** que chamam a atenção por sua constância e pela penetração que têm obtido em todas as esferas do mundo acadêmico contemporâneo: a) a polêmica quanto à suposta *crise dos paradígmas* das Ciências Humanas e Sociais, desencadeada pelo movimento da "pós-modernidade"; b) o aparecimento da "onda modernizante", na cola desse debate "pós-moderno"; c) o debate sobre a assim chamada "crise do socialismo real" e, no interior dela, da "morte do marxismo" e/ou da necessidade de que esta concepção seja repensada.

Como no capítulo anterior apenas aponto para o debate contemporâneo que se trava sobre o socialismo e sobre a "morte do marxismo", um terceiro capítulo - denominado de "CRISE DO MUNDO SOCIALISTA: morte ou renovação/reconstrução" -

assinala para o fato desse debate sobre o "socialismo", inclusive sobre o "socialismo real", não ser tão novo e ter resultado, ao longo do tempo, em uma produção abundante e reflexiva (analisada por uma exposição sucinta das "antigas" polêmicas quanto aos rumos do projeto socialista e da revolução). Assinalando a surpreendente continuidade que as "antigas polêmicas" guardam com o "debate recente", segue no capítulo uma exposição, na forma de apontamentos, das principais tendências observáveis na contemporaneidade. Essa análise sobre o socialismo é concluída pelo questionamento de se essa "crise do mundo socialista" representa um golpe mortal no projeto estratégico e tático, ou mesmo no sonho, de se construir uma sociedade socialista.

Retomando a discussão quanto à decretação da "morte do marxismo", quer no bojo do movimento da pós-modernidade ou nos debates sobre o socialismo, o quarto capítulo (que dei por título "DA CRISE SOCIALISTA À MORTE DO MARXISMO: nos apontamentos do debate recente às velhas questões") se propõe, numa primeira parte, "mapear" as tendências recentes (no âmbito da chamada "esquerda") que reafirmam a morte de Marx ou, na melhor das hipóteses, que defendem a necessidade de revisão de seus pressupostos. Na segunda parte, evidencio que também a análise sobre o marxismo revela que o debate recente tem somente a **aparência** de novidade, pois ao contrário do que indica, a contestação ao marxismo e a conformação de tendências diversas em seu interior, **é muito antiga** e se remonta ao tempo de Marx e Engels. Mostrada a inconsistência do discurso quanto à crise marxista, essa segunda parte é concluída por uma defesa da necessidade de se retomar a discussão das premissas esboçadas por

Marx e Engels, principalmente face aos desvios e arranjos teórico-metodológicos diversos que têm sido produzidos recentemente. Meu ponto de vista é que, face a esses desvios, hoje é fundamental entender, a partir de seus próprios formuladores, as premissas básicas que possibilitaram a análise crítica da sociedade capitalista e deram sustentação ontológica e espistemológica à **nova** concepção - "nova" pelo menos em relação às outras então existentes e que foram objeto de crítica e contestação por Marx e Engels.

Feita essa defesa da necessidade de retomada dos clássicos do marxismo, me dedico no quinto e último capítulo a uma retomada das questões teórico-metodológicas que considero básicas e que precisam ser aprofundadas face às questões de fundo que permeiam o debate historiográfico da educação brasileira. No primeiro item ("TEORIA E MÉTODO: do seu processo de produção ao seu encadeamento lógico"), é feita uma introdução à produção da concepção materialista dialética da história, na qual defende-se como ponto de partida essencial para o entendimento das descobertas de Marx/Engels - não a separação da obra ou a separação dos autores - mas a consideração de que suas obras devem ser vistas *sempre* "em seus desdobramentos e determinações mútuas". A conseqüência de um tal entendimento é que, mesmo com a ocorrência de avanços ou desenvolvimentos na elaboração dos pontos de vista sobre o método e quanto à interpretação do capitalismo, não há como deixar de reconhecer que há entre as obras uma **continuidade**, na qual certos questionamentos, problemas e temas são sempre retomados, ampliados e aprofundados.

Num segundo item, me proponho a aprofundar a

discussão sobre o marxismo, buscando, em seu próprio processo histórico, suas bases ontológicas e epistemológicas. Com o título de "A CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da crítica ao método à desmistificação da vida", me concentrarei sobre os pressupostos epistêmicos e procedimentos teórico-metodológicos que ampararam Marx e Engels na conformação da proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, a ciência da totalidade concreta.

Em vista dessa proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, considerei necessário pôr em evidência a problemática que se refere ao **método** adequado à Ciência da História, questão que foi objeto do item terceiro ("MÉTODO DA CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da dialética idealista ao materialismo dialético"). Partindo da discussão sobre a única ciência - como um produto de condições historicamente determinadas - assumo a interpretação que entende a nova proposta de ciência como tendo por pano de fundo uma avaliação crítica das concepções de então e que, a partir dela, decorriam novas conclusões sobre o mundo e sobre seu conhecimento; a proposta de única ciência, portanto, não envolvia simplesmente uma nova forma de classificar a ciência e em considerar o objeto do conhecimento, mas pressupunha, principalmente, **novos fundamentos** (ontológicos e gnosiológicos) sobre o mundo realmente existente e seu paradigma explicativo.

Com base na reconstrução dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico, a partir de suas raizes histórico-filosóficas, considerei importante o tratamento de outros dois aspectos ligados à questão do método: por um lado, a discussão quanto aos caminhos que poderiam ser seguidos pela

ciência: o lógico e/ou o histórico; por outro, que critério o marxismo defende para checar a verdade do conhecimento. Essa dupla discussão é feita no item quarto ("AINDA SOBRE O MÉTODO: o método como articulação entre o histórico e o lógico /e/ a prática como critério de verdade"), onde à primeira questão responde-se, com base em Marx/Engels que lógico e histórico não são aspectos separáveis e, como que faces de uma mesma moeda, devem ser vistos em sua articulação, em sua relação recíproca. A outra questão, quanto ao critério de verdade, a que Marx/Engels responderiam que o *critério da prática* é a base da teoria do conhecimento da dialética materialista; isto é, ao ser considerada como uma questão fundamental por Marx, este entende como sendo escolástico o problema de saber se o pensamento humano correspondia à verdade objetiva, pois era evidente que **na prática** é que o homem demonstrava a verdade de seu pensamento.

Concluindo esta incursão sobre os pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, após ter analisado os fundamentos filosóficos da Ciência da História, do método como articulação entre o histórico e o lógico e da prática como critério de verdade, etc., a última discussão é quanto a **questão das categorias**. A ela me dedico no item quinto ("CATEGORIAS: do mundo da abstração à abstração do mundo real"), indicando que para Marx/Engels as categorias só podiam ser entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento. Nesse procedimento, o pensamento nada mais fazia que construir uma "imagem reflexa" do desenvolvimento histórico; porém, para que essa imagem abstrata seja teoricamente conseqüente, deve se constituir numa "imagem reflexa corrigida" -

corrigida em conformidade com as leis que fornece a própria trajetória histórica.

NOTAS À INTRODUÇÃO

01. Esse artigo foi publicado nos **Cadernos de Pesquisa** (São Paulo : Fundação Carlos Chagas, nº. 42, agosto/82) e, depois, republicado no opúsculo **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.**

02. A periodização classificatória proposta por Saviani no artigo "A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*" (SAVIANI, D., 1984, p. 273-290), foi a seguinte: "1549-1759: monopólio da concepção humanista tradicional na sua vertente religiosa; 1759-1930: coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da concepção tradicional de filosofia da educação; 1930-1945: equilíbrio entre as concepções humanista tradicional e humanista moderna de filosofia da educação; 1945-1960: predomínio da concepção humanista moderna de filosofia da educação; 1960-1969: crise da concepção humanista moderna e articulação da tendência tecnicista; 1969-....: manifestações da concepção analítica de filosofia da educação aliada ao predomínio da tendência tecnicista e concomitante desenvolvimento de críticas à pedagogia oficial consubstanciadas na tendência crítico-reprodutivista." (Idem, p. 284)

03. Essa dissertação de mestrado de Paulo Ghiraldelli Júnior foi publicada, em forma condensada, no ano seguinte de sua defesa sob o título **Educação e Movimento Operário no Brasil** (GHIRALDELLI JR, P., 1987).

04. Para registrar a memória do trabalho de pesquisa realizado, nesse "Plano de Trabalho Detalhado", apresentado à UEM em março/1991, a descrição do estágio de pesquisa dava conta do seguinte:

> A "Parte I" do relatório de pesquisa (que levou o título provisório de "CRISE DO "SOCIALISMO REAL": APONTAMENTOS SOBRE O SOCIALISMO E ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DIALÉTICA DA HISTÓRIA") estava pronta e nela encontravam-se os estudos sobre: o atual quadro internacional; sobre a crise do chamado "socialismo real"; sobre o recente debate quanto à "morte do marxismo" e que, necessariamente, conduzem a uma retomada do velho debate sobre a crise do marxismo e do anúncio de sua morte; a partir dessas questões postas contemporaneamente, na seqüência, é feita uma

exposição das principais questões epistemológicas do marxismo. Dessa primeira parte haviam sido redigidos nove capítulos.

Na "parte II" do trabalho (que ficou com o título de "APONTAMENTOS SOBRE ALGUMAS QUESTÕES DA TEORIA ECONÔMICA MARXISTA E DE REFLEXÃO SOBRE O CAPITALISMO MONOPOLISTA") foram englobados os estudos sobre a teoria econômica marxista, com ênfase especial à reflexão sobre o capitalismo monopolista. Procurou-se dividir os capítulos conforme as grandes etapas da produção teórica marxista: um capítulo onde foi exposto o básico da teoria econômica em Marx e Engels; em seguida, foi feita uma análise das polêmicas no tempo de Lenin e, finalmente, objetivava-se fazer uma análise da elaboração de inspiração marxista depois de Lenin - e que teorizaram sobre o chamado "capitalismo monopolista de Estado" (esses estudos pós-Lenin ainda não haviam sido feitos).

Na "parte III" (denominada de "APONTAMENTOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E SOBRE SUA REALIZAÇÃO NO BRASIL"), foram sistematizados os estudos sobre o processo geral de desenvolvimento do capitalismo e de como se deu historicamente sua realização no Brasil. O relatório de pesquisa foi redigido (em três capítulos complementares) levando-se em consideração a periodização mais geral da análise marxista sobre o desenvolvimento capitalista: seu processo de formação, identificado com a "acumulação primitiva de capital" e que conformou, como um de seus desdobramentos, o sistema colonial; o período clássico do capitalismo (concorrência, maquinaria e grande indústria) que, para as antigas economias coloniais de forma geral e para o Brasil em particular, implicou na passagem da economia colonial à economia mercantil-escravista; finalmente, a monopolização e centralização capitalista que desembocou no "imperialismo" e inaugurou para as antigas economias coloniais (transformadas em periferia do capitalismo desenvolvido) um processo de industrialização "retardatário".

A quarta parte do relatório de pesquisa previa o estudo sobre a relação entre o capitalismo monopolista e o pensamento educacional brasileiro. Até março de 1991 havia somente iniciado o levantamento bibliográfico.

05. Também objetivando registrar a memória do trabalho de pesquisa realizado, nesse mesmo documento assim foi definido o conteúdo básico da estrutura do relatório de pesquisa:

"INTRODUÇÃO (exposição do problema e dos objetivos da pesquisa; explicação sobre a origem do problema e de sua importância; relacionar o trabalho ao desenvolvimento da historiografia educacional brasileira e à problemática que a contemporaneidade se nos coloca - à crise do "socialismo real"; à nova crise geral do capitalismo e à revolução tecnológica e geopolítica internacional, em curso).

PARTE I - APONTAMENTOS SOBRE QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DIALÉTICA DA HISTÓRIA (abordagem das principais questões epistemológicas e teóricas do marxismo, a partir principalmente de seus clássicos, buscando estabelecer a importância desses pressupostos para o estudo histórico da educação).

PARTE II - ESTUDO DA TEORIA ECONÔMICA MARXISTA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA (exposição sistemática da teoria econômica em Marx e Engels, com ênfase principal sobre a reflexão que fizeram da **tendência** à concentração e monopolização da acumulação capitalista; exposição sobre a teoria econômica marxista pós-Marx, com destaque para os clássicos que refletiram sobre a consolidação dos monopólios - Bernstein, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Hilferding e Lenin; reflexão sobre as principais elaborações teóricas de inspiração marxista pós-Lenin; finalmente, tentar interpretar teoricamente as tendências históricas mais recentes do processo histórico).

PARTE III - ESTUDO SOBRE A EDUCAÇÃO, MARXISMO E CAPITAL MONOPOLISTA (análise das principais transformações históricas da educação sob as condições históricas do desenvolvimento do capitalismo, fundamentalmente a partir da transição do período concorrencial para o monopolista; aprofundamento sobre a análise marxista da educação, destacando seus principais clássicos; estudo das transformações no pensamento educacional brasileiro, durante o período monopolista).

CONCLUSÃO (expor os principais resultados do trabalho, vinculando-os ao problema e aos objetivos da pesquisa; postulação de questionamentos e problemas que resultam do trabalho realizado e que podem se transformar em objetos de estudo para novas pesquisas)".

06. A forma característica dessa postura no pensamento grego antigo, foi dada pelos sofistas, que assumiam com relação ao conhecimento uma posição **cética e subjetivista**: insistiam no perpétuo fluxo das coisas e na variabilidade extrema das impressões sensitivas determinadas pelos indivíduos que igualmente se transformam; disto concluíam pela impossibilidade do saber - nada existe e ainda que existisse não poderia ser manifesta a outrem. O ceticismo dos sofistas variava de uma posição relativa (como em Protágoras) à postura absoluta (como em Górgias).

CAPÍTULO 1. HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL BRASILEIRA: busca de novas abordagens teórico-metodológicas ou opção pela pós-modernidade?

Na introdução observei que a temática objeto de análise do presente trabalho tem como ponto de partida os posicionamentos expressos na historiografia educacional brasileira quanto à necessidade de busca de "novos objetos", de "novas fontes", de "novos enfoques", de "novos problemas" e de "novas abordagens teórico-metodológicas" para a pesquisa histórico-educacional. Não se trata mais de um tipo de discurso isolado, localizado ou simplesmente pontual na área de conhecimentos humanos e sociais - inclusive na educação; trata-se, sim, de uma proposição teórico-metodológica que, passados outros modismos, tem sido vislumbrada como uma alternativa para a pressuposta crise das Ciências Humanas e Sociais, a ponto de ser assumida como proposição básica até mesmo pela ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Este posicionamento da ANPED, preocupante em si mesmo, fica claramente exposto no texto de apresentação do "Tema Central: Educação 92", delineador da "15ª. Reunião Anual dessa associação, que propugna que esse evento

> "Poderia ser um espaço para aproximar-se mais da revisão que as Ciências Sociais vem fazendo de aspectos e pressupostos que são centrais na construção de nosso campo do fazer-pensar a educação: o modelo de individualidade e de indivíduo racional; o ideal da razão e a crença nos

> ideais emancipatórios da razão; as dicotomias entre saber científico, arte culta, saber e arte popular, a ciência, a arte, a moralidade como esferas independentes, campos específicos de verdade e objetividade... " (ANPED. **Boletim ANPED**, nº. 1, setembro de 1992, p. 6).

Nesse texto afirma-se que "essa revisão" tem sido "imposta por uma realidade sócio-cultural" que destaca "a diversidade, coexistência, fusões de culturas, etnias, gêneros, classes" (Idem, ibidem) e que questiona os "ideais de progresso, disciplina, racionalidade, emancipação humana, espírito especulativo, cidadania, liberdade, república" (Idem, ibidem).

Lendo-se atentamente esse discurso recente - que reivindica "novos" objetos, problemas, fontes e métodos, que por sua vez foram impostos por uma "nova" realidade sócio-cultural - tem-se a impressão de se caminhar aceleradamente (e de marcha-ré) na direção de incorporar à educação e à historiografia educacional brasileira, repetindo o discurso que reafirma a existência de uma crise dos paradígmas das Ciências Humanas e Sociais, as pseudo-contribuições de concepções impregnadas pelo irracionalismo, pelo subjetivismo e, enfim, no limite, pela perda da própria perspectiva histórica.

Desde o ponto de vista defendido neste trabalho, o conteúdo desses posicionamentos recolocam na ordem-do-dia o debate teórico-metodológico da Ciência da História e da atualidade (ou não) da Concepção Materialista Dialética da História. Para que possamos fazer essa análise, entretanto, se faz necessário uma exposição dos principais debates que tem sido travados, particularmente, pela historiografia educacional brasileira - tema que será tratado neste primeiro capítulo.

1.1. Historiografia e historiografia educacional brasileira: introdução ao debate

O embate teórico-metodológico no campo da Ciência Histórica vem se desenrolando há muito tempo, motivado pela existência de diferentes posicionamentos na discussão da problemática das concepções de História e Historiografia. Ao longo do tempo, a história da História registra a participação nesse debate de praticamente todas as perspectivas que foram se conformando: das diversas vertentes da concepção positivista da História; da concepção idealista, notadamente do presentismo; da concepção marxista da História e, gradativamente, das várias tendências que inspirou; das concepções resultantes dos *Annales*; e, contemporaneamente, de diversas tendências da historiografia - como a História Nova, a História das Mentalidades, a Historiografia Inglesa, a Historiografia Americana, etc.

Esses embates no campo da História têm girado em torno de questões de fundo - e que dizem respeito a problemas ontológicos, gnosiológicos / epistemológicos e teóricos - do fazer científico do historiador e representados pelos acalorados debates que, ao final das contas, tendem a opor "idealismo" x "materialismo", "realismo" x "ceticismo", "racionalismo" x "irracionalismo" e "objetivismo" x "subjetivismo". Desses embates os historiadores brasileiros têm participado ativamente, havendo vasta bibliografia disponível sobre o assunto[01].

Apesar da longevidade desse debate na História, ele é muito recente na *história e historiografia educacional*,

Esse retardamento do debate historiográfico na educação é explicado por alguns autores pelo fato da própria disciplina História da Educação ter aparecido tardiamente no Brasil. Mesmo não tendo por objetivo discutir diretamente as causas do aparecimento tardio do debate historiográfico na educação brasileira, dois autores bem exemplificam esse entendimento, ao mesmo tempo em que revelam dois encaminhamentos teórico-metodológicos contrários para a história e para a historiografia educacional brasileira. Um desses autores é Evaldo A. Vieira que, no artigo "Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo" (VIEIRA, E.A., 1982, p. 110-112), chamou a atenção para o fato de que a disciplina História da Educação surgiu no Brasil "somente com as reformas educacionais a partir de 1930" e que somente mais tarde, na década de 40, é que "passou a integrar o conjunto dos estudos pedagógicos, a nível superior" (Idem, p. 110). Para Vieira, tratava-se de uma História da Educação onde predominava ou a visão historicizante ou a historicista da história:

> "(...) De um lado, a visão historicizante caminha para a concepção linear ou então circular da História, como se os homens e os acontecimentos acompanhassem uma trajetória ideal e preconcebida... A par deste idealismo racionalista, manifesta-se o irracionalismo idealista. Neste caso, a História da Educação apela para a concepção circular, na qual o historiador fica encontrando boas e más reformas educacionais...
>
> (...) Mas há, de outro lado, a visão historicista da História da Educação... Determinista e mecanicista, esta outra forma de idealismo racionalista lança mão de vários recursos." (Idem, p. 110-111).

Afirmando a necessidade de "ampliar o campo da historicidade na História da Educação", Vieira convidou os historiadores da

educação para que incorporassem em seus trabalhos "os processos contraditórios, os projetos educacionais da classe dominante, suas concretizações ou não, seus avanços e retrocessos" (Idem, ibidem). Essa utilização da concepção dialética não deveria, porém, se realizar de forma a-crítica:

> "(...) É necessário não confundir a concepção vulgar da dialética com a concepção dialética do vulgar... É imprescindível evitar dogmatismos e profissões de fé, assim como é importante criticar a mera descrição e a simples colcha de retalhos metodológica, sem qualquer coerência. (...)" (Idem, p. 111-112).

A outra autora é Eliane Marta Teixeira Lopes que, em seu opúsculo **Perspectivas históricas da educação** (LOPES, E.M.T., 1986), também foi nessa direção de enfatizar o retardamento do debate na produção histórico-educacional brasileira: seu entendimento foi no sentido de afirmar que "se a própria História pouco se tem debruçado sobre sua produção, na História da Educação esse caminho ainda está para ser inaugurado" (Idem, p. 45). De modo geral, Lopes localizou o aparecimento da História da Educação, como disciplina, no final do século XIX, quando então ocorreram "várias especializações da História" (Idem, p. 14) - os primeiros trabalhos sobre a matéria começaram a ser publicadas a partir de 1880, ao mesmo tempo em que a disciplina passou a ser ministrada em Universidades e Escolas Normais (Idem, p. 14-15).

Especificamente sobre a conformação da disciplina *História da Educação no Brasil*, a autora associou seu aparecimento à Escola Normal: seus antecedentes se encontram em Minas Gerais, onde o Decreto de 1º. de dezembro de 1890 (Crispim

Jacques Bias Fortes), que deu nova organização ao ensino e para as Escolas Normais, apesar de não ter incluído nenhuma disciplina específica de História da Educação, impôs "Noções geraes de história e história do Brazil" (Idem, p. 16); essa especificação genérica se manteve, ainda, em maio de 1910 quando, pelo Decreto nº. 2836, foi criada a cadeira de "História e Educação Moral e Cívica" (Idem, ibidem). Com a proposta de reorganização do ensino de Francisco Campos, em 1927, a formação profissional passou para os Cursos de Aplicação, de cujo currículo constava a disciplina "História da Civilização, particularmente história dos métodos e processos de educação", cujo objetivo era "levar o aluno a compreender a importância da educação como processo social e seu significado na evolução da humanidade" (Idem, p. 17).

O texto de Lopes afirma que uma disciplina com a denominação específica de "História e Filosofia da Educação" só apareceu em 1931 (enquanto intenção) com a criação, por Francisco Campos, da "Faculdade de Educação, Ciências e Letras" - essa faculdade, porém, não foi então implantada. Isso ocorreu alguns anos mais tarde, quando o curso de Pedagogia foi inserido como uma *seção* da Faculdade Nacional de Filosofia, pelo Decreto-Lei 1190, de 04 de abril de 1939; do currículo desse curso constava a cadeira de "História e Filosofia da Educação" (Idem, p. 17-18). No âmbito do ensino Normal, essa disciplina apareceu em 02 de janeiro de 1946 quando, pelo Decreto-Lei 8530, a "Lei Orgânica do Ensino Normal" centralizou as diretrizes e fixou normas para implantação de Escolas Normais, até então assunto de alçada dos Estados; do currículo obrigatório dessas escolas, na terceira

série, aparece "História e Filosofia da Educação" (Idem, p. 17). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, manteve o curso de Pedagogia e, pelo Parecer nº. 251/62, o C.F.E. fixou o seu Currículo Mínimo, que incluía a "História da Educação" como disciplina específica, entendida "como uma apreciação coerente dos fundamentos históricos que explicam a educação moderna, e, dentro dessa orientação, conterá uma divisão especial dedicada à História da Educação Brasileira" (Idem, p. 18). O Parecer nº. 252/69, de 11 de abril de 1969, decorrente da Lei 5540/68 (da Reforma Universitária), manteve a História da Educação entre as disciplinas da parte comum do currículo, entendendo ser "base de qualquer modalidade de formação pedagógica" (Idem, ibidem).

Assumindo, porém, uma postura diferenciada em relação à de Vieira (que recomendou, no artigo citado, o marxismo como uma possibilidade do fazer científico do historiador), Eliane Marta (ao fazer sua exposição das "concepções de História e Historiografia") não deixa dúvidas quanto às suas predileções: ao tratar da **História Nova** - entendida como um prosseguimento da "linha de inovação dos *Annales*" (Idem, p. 27) - expõe o que considera as três "novidades" dessa concepção: *novos problemas*, que põem em causa a própria história; *novas contribuições* que modificam, enriquecem e transformam os setores tradicionais da história; *novos objetos* surgem no campo epistemológico da história (Idem, ibidem). Essa concepção possibilitou aos historiadores "a tomada de consciência" quanto ao "relativismo de sua ciência" e a "busca de redefinições" (Idem, p. 28).

Essa predileção é reafirmada quando, apesar de justificar que sobre **a historiografia brasileira** não falaria "por

razões óbvias" (algo ainda por fazer), acaba destacando Edgar De Decca e seu **O silêncio dos vencidos** (DE DECCA, E.S., 1988) como "uma tendência que se esboça e vai se firmando na historiografia brasileira" (LOPES, E.M.T., 1986, p. 30); Lopes enfatiza que o livro de De Decca "permite-nos aprender, com Benjamin, que a história poderia ter sido diferente do que foi, que havia no histórico outros possíveis que não se realizaram" e que ao historiador se apresenta o desafio "de buscar a história do vencido" (Idem, ibidem). Assumindo essa postura, Lopes deixou evidente seu conhecimento (e, também, adesão) quanto à impossibilidade da história captar a realidade existencial: "O passado tem uma realidade existencial ***impossível de ser captada***, é verdade"; o historiador, porém, "na medida em que melhor" compreender "a realidade educacional de hoje", poderá "ler melhor a história da educação inscrita na história da educação escrita" (Idem, p. 62).

Apesar dessa questão das causas do aparecimento tardio do debate historiográfico no interior da produção histórico-educacional brasileira não se constituir em objeto básico das preocupações deste trabalho - sendo, pois, simplesmente ilustrada pelos textos de Vieira e Lopes que se reportam ao fato de ser a disciplina História da Educação muito recente no Brasil - o fundamental a observar é que os autores citados revelam de maneira exemplar dois encaminhamentos teórico-metodológicos contrários para a história e para a historiografia educacional brasileira.

Esse tipo de conflito de opinião e/ou posição,

gerado por diferentes posturas quanto ao fazer científico do historiador, não impediu que, ao longo do tempo, os "especialistas" da História da Educação compartilhassem de algumas preocupações e questões em torno da pesquisa histórico-educacional no Brasil que, sem exagero, foram se constituindo em verdadeira *lamúria*, reiteradamente exposta por diferentes profissionais, em diferentes momentos históricos[02].

Esse "queixume" (que de um modo geral é procedente) tem girado em torno das deficiências e limites da produção histórica e historiográfica, principalmente quanto aos seguintes aspectos: 1) a escassez de pesquisas histórico-educacionais alicerçadas em fontes primárias (documentais e outras); 2) a insuficiência (quantitativa e qualitativa) de pesquisas que abranjam os diferentes períodos históricos e, nestes, que tratem de temas considerados basilares e que propiciem a produção de sínteses totalizadoras; 3) a deficiência e a problemática utilização de referenciais teórico-metodológicos, ponto de partida e de chegada do trabalho científico; 4) a pobreza do debate em torno de questões teóricas e metodológicas da pesquisa educacional, absolutizada quando se trata do debate historiográfico.

A lamúria em torno da pesquisa histórico educacional (que é em muitos casos procedente) pode ser encontrada nos principais autores e/ou momentos que marcam a historiografia educacional brasileira[03], não ficando livre dele nem mesmo as dissertações de mestrado e as teses de doutoramento produzidas, como pode-se evidenciar por um rápido passeio pela bibliografia disponível:

* F. VENÂNCIO FILHO, em artigo de 1945, referindo-se à História da Educação no Brasil, afirmou que aqui não se fazia "ainda a análise minuciosa dos documentos, e não se tentou sistematicamente um levantamento das jazidas deles" (VENÂNCIO FILHO, F., 1945, p. 369).

* Dinah M. de S. CAMPOS, em 1956, no relatório do "Levantamento das pesquisas realizadas ou em realização no Brasil", promovido pela CBPE/INEP/MEC, afirma que "... uma indagação, por mais superficial que pareça, em torno das realizações nacionais evidenciará a inexistência de estrutura teórica, de conceitos gerais básicos, norteadores da Pesquisa Educacional" (Apud: RIBEIRO, M.L., 1978, p. 26).

* Laerte Ramos de CARVALHO, no "I Seminário de Estudos Brasileiros: Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira", promovido pela USP em 1971, também tendeu a reafirmar o "estado incipiente em que se encontram as investigações históricas relacionadas com a escola brasileira" (Idem, ibidem).

* Aparecida J. GOUVEIA, em artigo de 1971, embora reconheça a importância da pesquisa que aqui se produziu, principalmente desde a criação do INEP em 1938, destaca que a maioria dos trabalhos realizados "se concentram em certos temas" (GOUVEIA, A.J., 1971, p. 212); que os estudos "em sua maioria, são exploratórios e descritivos" (Idem, ibidem); se auto-caracterizam como pesquisas, mas "não se orientam por uma metodologia capaz de qualificá-los como tal" (Idem, p. 213) pois "o equipamento de análise é, em geral, limitado" (Idem, ibidem).

* Otaíza de Oliveira ROMANELLI, no livro originado de sua tese de doutoramento, publicado em 1978, afirma que o fator que reforçou a escolha da época a ser estudada foi "a ausência de estudos na área" (ROMANELLI, O.O., 1983, p. 14). Feita sua opção, para a análise da evolução da educação brasileira e suas relações com o contexto sócio-político-econômico, a autora optou pela adoção "dos estudos realizados por economistas e sociólogos, cuja autoridade nos pareceu incontestável", não se detendo na discussão das posições por eles assumidas, pois "para tanto, nos falta competência" (Idem, p. 17).

* Maria Luisa Santos RIBEIRO, no livro em que publicou sua dissertação de mestrado, de 1978, é apresentada pelo Prof. Casemiro dos Reis Filho como uma autora que "elegeu como campo de inquérito um dos setores *mais carentes* de conhecimento: a Educação Brasileira" (RIBEIRO, M.L.S., 1978, p. 12) e indica que eram múltiplos os fatores dessa carência, desde a complexidade do fenômeno educacional em sociedade dependente, até a *falta de recursos metodológicos* capazes de apreender e explicar o fenômeno em sua totalidade (Idem, ibidem). A própria autora identifica a origem de seu problema de investigação nas "dificuldades encontradas" enquanto professora de História da Educação (na PUC-SP) e que demonstrou a necessidade de se entender o "desenvolvimento da educação brasileira" com suporte no "conhecimento da evolução histórica sócio-cultural" (Idem, p. 17); como "não existiam obras de História da Educação Brasileira que assumissem uma postura dialética - o que decorria da "insuficiência metodológica da formação teórica em nível de graduação" (Idem, p. 18) - Maria Luisa se dispôs a "investigar a

contribuição do método dialético na superação da visão sincrética em prol de uma visão sintética da realidade educacional brasileira" (Idem, p. 18).

* Francisco da Gama CAEIRO, em artigo de 1978, defendeu que para a organização dos estudos na área de História era "indispensável conhecer a documentação - e a ela ter o respectivo acesso... - que se encontra dispersa, em várias bibliotecas e arquivos, não só do Brasil..." (CAEIRO, F.G., 1978, p. p. 36). Sobre esse trabalho historiográfico, realizado com base documental, sua opinião era que se tratava "ainda hoje (de) um manancial quase inexplorado" (Idem, p. 38) e que "existe ainda por realizar... um amplo e prolongado trabalho de pesquisa em primeira mão" (Idem, p. 60-61). Informando da incorporação de novo acervo, afirma que com isso "se pretendeu... dotar a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo... dum acervo arquivístico que permita ... melhoria das condições de pesquisa e a facilitar a preparação de trabalhos acadêmicos originais... nomeadamente teses de Mestrado e de Doutorado." (Idem, p. 61).

* O INEP, em edição especial de 1984 do **Em Aberto**, dedicado à História da Educação, informava o início de uma linha de apoio e fomento sobre a História da Educação Brasileira, pois "a renovação teórico-metodológica apresentada pela pesquisa educacional e as modificações ocorridas na historiografia brasileira *não redundaram em significativo número de estudos* em história da educação..." (Idem, ibidem). Em vista disso, registrava que seu objetivo era de buscar um ***conhecimento mais profundo*** nessa área de conhecimento (**Em Aberto**, 1984). Promoveu também, em setembro/1984, o ***"Seminário sobre Historiografia e Educação"***,

baseado "na constatação de que existem atualmente lacunas consideráveis na história da educação face ao desenvolvimento da historiografia contemporânea no Brasil" e "na verificação de que o desconhecimento da área vem comprometer sensivelmente a formação de educadores" (Idem, ibidem). A grande preocupação desse Seminário foi quanto à problemática **teórico-metodológica** das pesquisas e que requeriam "uma avaliação" e o levantamento de "alternativas teórico-metodológicas para a pesquisa em História da Educação" (Idem, ibidem).

* Miriam Jorge WARDE, em artigo de 1984, ao fazer um balanço da produção da História da Educação Brasileira do final da década de 60 e da década de 70, afirmou que esta refletia uma produção "reincidente, pouco criativa, pouco atualizada e, com freqüência, apoiada em referenciais teóricos consagrados ou em voga no momento" (WARDE, M.J., 1984, p. 3).

* Jorge NAGLE, também em artigo de 1984, registrou que no Brasil "não tem sido muito forte a preocupação com a gênese ou o desenvolvimento" de qualquer coisa... Afirmando ser pequena a produção historiográfica educacional brasileira, Nagle aponta sua dupla deficiência: 1) "certa dificuldade em selecionar material relevante e... certa pressa em substituir descrições por interpretações"; 2) carecem da "própria perspectiva histórica" - reproduzem acriticamente periodizações existentes, empregam sem muito cuidado categorias analíticas gerais, resultando na mera justaposição de esferas (Idem, p. 27).

* No **I Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa e Documentação em História da Educação Regional**, realizado em dezembro de 1988, na Universidade Federal Fluminense, Niterói,

registra a insuficiência do debate de questões teórico-metodológicas não só pelos historiadores da educação, como também pela historiografia: "a reflexão coletiva encaminhada pelo Prof. Flamarion indicou a atualidade de nossas preocupações ao nos debruçarmos sobre a polêmica entre a Nouvelle Históire e as tendências analíticas, sobre a articulação entre as medidas de tempo diferentes, *questões estas de cunho teórico-metodológico ainda insuficientemente trabalhadas não só pelos historiadores em educação, mas também pela historiografia mais geral*". Ficou ressaltada a necessidade de pesquisas que contribuam para a formulação de novas metodologias, de busca de novas fontes que permitam a formação de pesquisadores em educação; também, a insuficiência com que se tem teoricamente trabalhado a articulação entre o nacional e o regional, o particular e o geral, enquanto totalidades combinadas e articuladas (I Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa e Documentação em História da Educação Regional. Niterói, Universidade Federal Fluminense, Faculdade e Mestrado em Educação. **Conclusões Finais** - documento datilografado. Dezembro 1988).

* Também Claudia Maria Costa ALVES, em projeto de 1990 (e que sem dúvida é uma expressão da posição de parte significativa do GT de História da Educação da ANPED), arrazoando os problemas enfrentados pela historiografia educacional brasileira, afirma que, apesar da perspectiva de historicizar a educação, "a construção de uma história da educação brasileira em bases científicas apenas se inicia (ALVES, C.M.C., 1990, p. 5), "muitas lacunas ainda se mostram quando se tenta percorrer a historiografia educacional. Temáticas de variada amplitude ainda

não foram tocadas. A repetição de algumas chaves explicativas reclama uma reflexão mais profunda. *A crítica historiográfica quase não é praticada*" (Idem, p. 6).

* Paulo Ghiraldelli Jr., em seu texto **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil**, é de opinião que "a discussão historiográfica em educação gerou... uma produção teórica diminuta" (GHIRALDELLI, 1991, p. 2) que, sobre a estruturação da disciplina História da Educação, há uma ausência de estudos (Idem, p. 13); também diz não encontrar publicações que colocam, de forma sistemática, "a questão da necessidade da história da educação se inserir... no âmbito da história da cultura" (Idem, p. 13-14).

* Miriam Jorge WARDE, em artigo de 1991, observa que procurou "estudos historiográficos abrangentes e consistentes, relativos à nossa História da Educação"; procura infrutífera... o que se revelou "um bom mote" que "reafirmou o acerto do tratamento proposto", mas que mostrou que se enfrentar a História "é arriscada", essa tarefa em relação à História da Educação "é arriscadíssima" (WARDE, M.J., 1991, p. 3).

1.2. Apontamentos do debate recente

Como se pode depreender da exposição anterior, a lamúria dos historiadores da educação brasileiros se concentrou nas presumíveis deficiências e limites das pesquisas educacionais e da produção histórica. Esse porém foi um primeiro momento, pois num segundo momento (iniciado em meados dos anos 80), na busca de

saídas para a pesquisa nessa área, passaram a fazer a defesa da busca dos(as) "novos"(as) - "novos objetos", "novas fontes", "novos enfoques", "novos problemas" e "novas abordagens teórico-metodológicas" para a pesquisa histórico-educacional. Essas observações, quanto à lamúria dos historiadores da educação no Brasil - demarcada pelos dois momentos acíma delineados -, necessariamente remetem para uma descrição da própria produção historiográfico-educacional brasileira recente.

Antes, porém, de voarmos por essa produção, três observações gerais, que decorrem de uma análise do conjunto dessa produção, se fazem necessárias: a ***primeira***, é que a produção historiográfica educacional, não emerge descolada do conjunto da produção educacional brasileira, mas se dá no interior dos trabalhos que têm por objetivo analisar (e em alguns casos periodizar) a pesquisa educacional no Brasil - inclusive a produção histórico-educacional.

Uma ***segunda*** observação, que me chamou a atenção no levantamento bibliográfico realizado, é que o debate das principais questões da pesquisa histórico-educacional têm se concentrado a partir de algumas poucas iniciativas, geralmente intercruzadas: as motivadas pelo trabalho individual e/ou coletivo de pesquisadores ... (geralmente ligados a alguma instituição universitária); aquelas vinculadas direta ou indiretamente à atuação do INEP e que tiveram início com a implantação do órgão em 1938; aquelas realizadas a partir da instalação do Grupo de Trabalho em História da Educação da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação), criado em 1984 durante a "VII^{a}. Reunião Anual da ANPEd", realizada em

Brasília.

Essas duas observações remetem à *terceira*: apesar do discurso que reivindica novos procedimentos no fazer científico do pesquisador em educação (vinculados a uma perspectiva negadora da chamada "razão moderna") estar claramente delineado no campo educacional desde meados da década de 1980, as análises e periodizações elaboradas sobre a pesquisa educacional não apreenderam essa tendência; isso ocorreu somente muito recentemente, quando esse tipo de abordagem se transformou em recomendação de reflexão para a pesquisa educacional.

Alguns trabalhos não poderiam ter abordado a questão pelo simples motivo de serem anteriores à emergência da pós-modernidade na pesquisa educacional: o artigo "A Pesquisa educacional no Brasil", de Aparecida J. GOUVEIA, foi publicado em 1971; o de Ana Mércia Marques SILVA e outros, "A Crise da Escola na Sociedade Capitalista Contemporânea", é de janeiro de 1979; o de Luis Antonio CUNHA, "Os (Des)caminhos da Pesquisa na Pós-Graduação em Educação", em 1979; o de Bernardette GATTI, "Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, 1978-1981", é de 1981; os artigos de Dermeval SAVIANI sobre as teorias e concepções da educação no Brasil, começaram a ser publicados em 1979, com "As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina"; o de Guiomar N. de MELLO, "A Pesquisa Educacional no Brasil", de 1983; o livro de Beno SANDER, **Consenso e Conflito; perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**, foi publicado em 1984; o de José Carlos LIBÂNEO, **Democratização da escola pública; a pedagogia crítico-social dos conteúdos**, em 1985.

Também é o caso dos primeiros trabalhos de análise da produção da historiografia educacional brasileira: o livro de Maria Luisa Santos Ribeiro, **Introdução à História da Educação Brasileira**, foi publicado em 1978; a dissertação de mestrado de Gilberto Luiz ALVES, **Da História à história da educação**, foi defendida em 1981; o artigo de Miriam Jorge WARDE, ""Anotações para uma historiografia da educação brasileira", foi publicado em 1981; o artigo de Luiz Antonio CUNHA, "Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil" e o artigo de Jorge NAGLE, "História da Educação brasileira: problemas atuais", também publicados nesse mesmo ano. Apesar de sua tese ter sido defendida em 1987, também Silvio Ancízar Sánches GAMBOA, em **Epistemologia da Pesquisa em Educação: Estruturas Lógicas e Tendências Metológicas**, um trabalho voltado para a análise da "problemática epistemológica da produção discente dos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo" (GOMBOA, S.A.S., 1987, p. 1), também não fez nenhuma indicação quanto à emergência dessa tendência, possivelmente porque seu trabalho de pesquisa se concentrou no período de 1971 a 1984.

Um parêntesis se faz necessário: apesar desses trabalhos não terem apreendido essa tendência pós-modernista, alguns deles enfatizaram a existência das clássicas matrizes teórico-metodológicas idealistas e subjetivistas na pesquisa educacional, inclusive a histórica. É o caso do trabalho de Cunha, que tratou do método idealista na pesquisa educacional, e o de Gamboa que tratou da presença das abordagens fenomenológico-

hermenêuticas - e que no período estudado pelo autor, correspondiam a 22,5% das pesquisas realizadas; atrás do positivismo com 32,3%, mas muito na frente das posturas crítico-dialéticas representadas por 9,6% da amostra (GAMBOA, S.A.S., 1987, p. 108-109).

Esperava encontrar a referência (ou uma simples observação) quanto a emergência dessa perspectiva pós-modernista nos trabalhos elaborados/publicados a partir de 1985, mas também seus autores não se deram conta da penetração na pesquisa educacional dessa postura que, ao apregoar a *crise dos paradígmas da ciência moderna*, advogava "novas" formas de pensar necessariamente não vinculadas ao racionalismo. Bem demonstram essa penetração, gradativa, a elaboração e/ou publicação de vários trabalhos, citados por Eliane Marta Teixeira Lopes como delineadores de novas tendências - ou que resultam em novos questionamentos e novas questões para o historiador da educação[4] (LOPES, E.M.T., 1986, p. 58 e ss.). Além dos trabalhos citados por Lopes, é preciso relembrar da presença constante na reflexão educacional da fenomenologia, do existencialismo, da psicanálise que, geralmente mescladas, defendiam pontos de vista muito próximos dos "novos métodos, novas temáticas, etc.", posto que seus argumentos se calcavam numa perspectiva idealista, subjetivista e, no limite, negadoras da razão moderna. Entre outros, bem representou essa postura Rubem A. Alves (autor de **Conversas com quem gosta de ensinar, Estórias de quem gosta de ensinar** e de outros escritos) que, na síntese proposta por Moacir Gadotti, foi caracterizado como um autor em que a classificação de seu pensamento é "inútil" (GADOTTI, M. 1987, p. 55), pois seu

referencial teórico não permite "colá-lo" a nenhum outro autor. Apesar dessa observação Gadotti fez "breves aproximações" (aliás, muito reveladoras) de Alves com Nietzsche, Freud, Barthes, Kierkegaard e Santo Agostinho -que Alves chama de "irmãos" (Idem, p. 55).

Além dos trabalhos diretamente vinculados aos "novos métodos", somente a partir do final de 1990 apareceram os primeiros escritos que buscaram dar conta da penetração do pensamento pós-moderno na educação. Nesse ano Dermeval Saviani publicou um primeiro artigo "O pensamento da esquerda e a educação na República brasileira" (SAVIANI, D.. dezembro/1990, p. 7-21), ao final do qual destaca a contestação que o marxismo vem sofrendo e relacionando esses questionamentos à emergência do neoliberalismo, caracterizado pelo autor como "uma onda", "uma moda". No ano seguinte novamente Saviani publicou **Educação e questões da atualidade**, contendo artigos que voltam a tratar dos questionamentos sofridos pelo marxismo, vinculando essa reflexão ao debate sobre a pós-modernidade. Como para Saviani a pós-modernidade tem como referência o **novo**, ocorreu ao autor "pensar a problemática... também através de outros pós ou outros neos", que igualmente começaram a circular a partir da década de 50, tais como: neoliberal, pós-liberal, neocapitalismo (SAVIANI, D., 1971, p. 18-19). Para o autor, a emergência desses "pós" ou "neos" está relacionado ao período de decadência ideológica e cultural da burguesia, caracterizado pela contradição entre o avanço material e uma espécie de estagnação cultural (Idem, p. 23). Num quadro marcado pela contradição, o papel da pós-modernidade é de obscurecer os paradoxos, pois em lugar de

desvendar a sociedade capitalista (em seu período monopolista), sua preocupação "é o deleitar-se com a informatização da sociedade, com os processos da digitação". A partir de tal entendimento, Saviani deu uma interpretação interessante quanto à pressuposta passagem da modernidade à pós-modernidade:

> "... se a era da modernidade foi inaugurada com aquela frase de Descartes 'cogito, ergo sum' (penso, logo existo) a era da pós-modernidade parece substituir aquela frase por esta outra: 'digito, ergo sum' (digito, logo existo)" (Idem, p. 24-25).

Sendo uma "época de decadência, de crise cultural", também o é uma época "de crise da educação e da escola" (Idem, p. 32).

Feitas essas três observações gerais, passarei a uma descrição da própria produção historiográfico-educacional brasileira recente. Como não tenho por objetivo fazer uma exposição exaustiva do conjunto de toda essa produção, optei por apresentar aqueles que considero mais significativos, quais sejam: a) o artigo "A Pesquisa educacional no Brasil", de Aparecida J. GOUVEIA, publicado em 1971 - por ser apontado como o primeiro trabalho analítico sobre a pesquisa educacional brasileira e uma tentativa de periodizá-la; b) a dissertação de mestrado de Maria Luisa Santos RIBEIRO, **Introdução à História da Educação Brasileira**, publicada em 1978, por se constituir num primeiro levantamento sistemático das publicações em história da educação; c) a dissertação de mestrado de Gilberto Luiz ALVES, **Da História à História da Educação**, defendida na UFSCar em 1981 -

por se constituir num primeiro trabalho de análise crítica da historiografia educacional brasileira; d) o artigo de Miriam Jorge WARDE, ""Anotações para uma historiografia da educação brasileira", publicado em número especial do **Em Aberto** e resultado de uma comunicação feita pela autora no "Seminário sobre Historiografia e Educação", promovido pelo INEP e que objetivou suprir as "deficiências de intercâmbio entre pesquisadores desse campo" - convém registrar que na seqüência esse mesmo número do **Em Aberto** reproduziu um artigo de Luiz Antonio CUNHA, que não abordarei por se tratar de um artigo eminentemente teórico-metodológico, que não avança porém na discussão historiográfico educacional; e) o artigo de Jorge NAGLE, "História da Educação brasileira: problemas atuais", também publicado no **Em Aberto** de 1984, tendo por objetivo analisar os problemas atuais enfrentados pela historiografia educacional brasileira; f) o livro de Eliane Marta Teixeira LOPES, **Perspectivas históricas da educação**, publicado em 1986, e que se apresenta como uma primeira defesa da necessidade de busca de "novos objetos", de "novas fontes", de "novos enfoques", de "novos problemas" e de "novas abordagens teórico-metodológicas" para a pesquisa histórico-educacional brasileira; g) alguns artigos de Paulo GHIRALDELLI JR, principalmente seu texto **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil**, de 1991 - a escolha dos artigos objetivou registrar a gradativa mudança de posição do autor (da concepção marxista para uma proximidade com a "História das Mentalidades") no quadro do debate histórico educacional brasileiro; h) os artigos da edição do **Em Aberto**, de agosto 1991, por se constituírem, sem dúvida, no principal

balanço recente das principais posições teórico-metodológicas existentes na produção histórico educacional brasileira e do debate travado no interior da historiografia educacional: de Miriam Jorge WARDE, "Contribuição da História para a Educação"; de Ester BUFFA, "Contribuição da História para o Enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos"; de Guacira Lopes LOURO, "A História (Oral) da Educação: algumas reflexões"; de Eliane Marta Teixeira LOPES, "Uma contribuição da História para uma História da Educação" e de Clarice NUNES, "História da Educação: Espaço do desejo".

Com relação ao artigo de Aparecida J. GOUVEIA, "A Pesquisa educacional no Brasil", a autora inicia pela afirmação da "importância da pesquisa para a formulação e o acompanhamento de programas de ação" (GOUVEIA, 1971, p. 209), o que identificou como recente no Brasil: somente efetivou-se em 1938, "quando se instalou, no Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos" (INEP), com o fim de "realizar pesquisas sobre os problemas de ensino nos seus diferentes aspectos" (Idem, ibidem).

A autora classifica em três *períodos* o desenvolvimento das pesquisas educacionais no Brasil, nos quais se observam três *tendências* predominantes quanto à temática e metodologia:

Primeiro período: da criação do INEP (1938) até meados da década de 50; a predominância foi de estudos "de natureza psicopedagógica", com ênfase nos "processos de ensino e os instrumentos de avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento

psicológico" (Idem, p. 210).

Segundo período: de 1956 a 1964 - com a criação no INEP do Centro Brasileiro e Centros Regionais de Pesquisa, que tiveram por objetivo "promover pesquisas das condições culturais e escolares das tendências de desenvolvimento de cada região e da sociedade brasileira como um todo" (Idem, ibidem). A ênfase deslocou-se para estudos de natureza sociológica[05].

Terceiro período: a autora não o delimita (supõe-se que tenha se iniciado em 1964), assinala que ele é marcado pela "predominância de estudos de natureza econômica", tais como "a educação como investimento, os custos da educação, a escola e a demanda de profissionais de diferentes níveis" e outros temas que sugerem "racionalização e eficiência" (Idem, p. 210-211).

Gouveia se refere a dois ***problemas*** na pesquisa educacional: "o predomínio de certa corrente durante determinado período... e, principalmente, a substituição, em tempo relativamente curto, de uma orientação por outra" e que prejudica o desenvolvimento da pesquisa educacional (Idem, p. 211); outro problema que levanta é quanto ao perigo de direcionamento do financiamento para trabalhos de utilidade prática:

> "(...) Não se admite que recursos relativamente escassos... se apliquem em pesquisas bizantinas... mas, por outro lado, a pressa em obter resultados para pronta utilização pode levar a estudos superficiais... que, por não chegarem aos mecanismos básicos de causação dos fenômenos, pouco ou nada oferecem em termos de explicação e, conseqüentemente, de nenhuma valia são para efeito de previsão e controle." (Idem, p. 211).

Com relação a ***análise*** feita pela autora, ela é realizada a partir do resultado de seu levantamento sobre a

pesquisa educacional produzida de 1965 a julho de 1970 no Brasil; trata-se mais de uma descrição de perfil, concentrada em alguns temas, entre os quais se destacam:

Quanto aos temas das pesquisas afirma que "os trabalhos realizados... se concentram em certos temas, como: caracterização do corpo discente ou docente, com enfoque dos aspectos sócio-econômicos dos estudantes; descrição de escolas ou redes escolares, quanto ao "número de alunos, qualificação dos professores e matérias dos programas"; os estudos "sobre métodos de ensino e recursos didáticos são bem menos freqüentes"; mais raras ainda "são as tentativas de avaliação das inovações" (Idem, p. 212).

Quanto à metodologia caracteriza os estudos como "exploratórios e descritivos", alguns não passando "de simples levantamento de dados". Para a autora, sob a justificativa de "preencher lacunas ou detalhar informações", produzem dados que "raramente servem a fins teóricos e freqüentemente nem sequer são utilizados para fins práticos imediatos" (Idem, p. 213). Continua observando que "na verdade, muitas das pesquisas se definem como 'caracterizações'...", porém, de modo geral, "não se orientam por uma metodologia capaz de qualificá-las como tal" (Idem, ibidem). Conclue afirmando que "o equipamento de análise é, em geral, limitado. Dos estudos que se baseiam em dados quantitativos, a maioria não apresenta mais que tabelas com freqüências relativas..." (Idem, ibidem).

Quanto às condições institucionais e ao financiamento afirma que a maioria dos trabalhos realizados "resulta de esforços individuais" de professores universitários, apesar de ser a

"pesquisa praticamente negligenciada nos orçamentos das universidades e, em geral, desempenha papel secundário na carreira do professor universitário." (Idem, p. 214).

Quanto ao Background dos pesquisadores afirma (quantificando) que é pequeno o número de pesquisadores empregados nos centros de pesquisa, sendo que "a maioria do pessoal que se ocupa em pesquisa é constituída de pedagogos", cuja formação não foi direcionada para essa atividade, pois "pouca ou nenhuma atenção se tem dado a essa atividade em cursos de Pedagogia cujo corpo docente, em geral, é pouco familiarizado com as técnicas da pesquisa..." (Idem, p. 216)

Gouveia não é nada otimista quanto a *perspectivas* de mudanças, pois "os cursos superiores na área de educação e ciências humanas não oferecem, em geral, condições que permitam o desenvolvimento da competência especializada necessária ao planejamento e execução de projetos de pesquisas." (Idem, p. 217). Refere-se aos cursos de pós-graduação em economia e ciências sociais... nenhuma palavra sobre a pós-graduação em educação.

Enquanto o artigo de Gouveia fez uma pioneira incursão na busca de entendimento das correntes e tendências da pesquisa educacional brasileira (de forma geral), tratando a questão de um ponto de vista formalista e empirista, em 1978 foi publicado o trabalho de Maria Luisa Santos RIBEIRO, **Introdução à História da Educação Brasileira**, que teve por objetivo "investigar a contribuição do método dialético na superação da visão sincrética em prol de uma visão sintética da realidade

educacional brasileira" (RIBEIRO, M.L.S., 1978, p. 18). A análise de Ribeiro partiu de um levantamento sistemático das publicações da historiografia educacional brasileira no período de 1812 a junho/1973; estas foram submetidas a uma classificação conforme o tipo de publicação e, depois, de acordo com o conteúdo formal.

Assumindo como satisfatória uma amostra de 471 trabalhos, a autora fez a seguinte *classificação* dos mesmos, quanto ao *tipo de publicação*: 17% eram constituídos por artigos de jornal; 42% por artigos de revista; 41% por livros ou capítulos de livro (Idem, p. 22).

Em seguida (excluindo os artigos de jornal), procedeu a uma *outra classificação* da amostra (reduzida para 389 publicações), direcionada para o *aspecto metodológico* (na verdade, uma classificação quanto ao estilo da publicação): coletânea com 2% da amostra; comemorativo, com 2%; estilo literário, com 12%; obras detalhadas, com 11%; obras parcialmente referidas, com 17%; resumo, com 38%; subsídios, com 13%; tese, com 2%; outros, com 3% (Idem, ibidem).

Tomando por base essas classificações, observou a autora que as publicações, majoritariamente, seguiam os procedimentos tradicionais da historiografia brasileira

> "... em sua maioria revelam uma influência dos procedimentos originalmente aplicados nos estudos de História do Brasil onde os autores fazem umna descrição, acompanhada ou não, de comentários, de acontecimentos seguindo uma ordem cronológica. **Alguns poucos trabalhos demonstraram a preocupação com estudos comparativos...** Mais recentemente pode ser percebido um reflexo da tendência sociológica no estudo histórico da educação brasileira..." (Idem, p. 24-25).

exemplifica essa tendência sociológica o livro de Jorge NAGLE

Educação e Sociedade na Primeira República, publicado em 1974.

Atendo-se aos **procedimentos metodológicos** adotados nas publicações da historiografia educacional, Maria Luisa observou que estas prendiam-se a concepções não-dialéticas e se limitavam à "descrição, ao detalhamento na descrição... e ao estabelecimento de relações unilaterais entre educação e sociedade" (Idem, p. 25). Na busca de **superação** dessas limitações de caráter teórico-metodológicas, Ribeiro assumiu a concepção dialética como uma "possibilidade de entendimento do fenômeno educacional como uma parte *integrante* de um todo que é a sociedade" (idem, p. 26). Com base nessa afirmação, fez (no Capítulo III - Idem, p. 29 e ss.) uma "caracterização do método dialético"... e, a partir dela, uma "investigação dialética de um período da Educação Brasileira quanto à organização escolar: 1932 a 1936" (Capítulo IV - Idem, p. 43 e ss).

Três anos após a publicação da dissertação de Ribeiro, surgiu um novo trabalho que, também adotando a perspectiva dialética, se propôs a uma ***análise crítica*** da historiografia educacional brasileira. Trata-se da dissertação de mestrado de Gilberto Luiz ALVES, **Da História à História da Educação**, que teve por objetivo "discutir os parâmetros da abordagem científica na pesquisa histórico-educacional" (ALVES, G.L., 1981). Para alcançar esse objetivo o autor dividiu o trabalho em duas partes: na *primeira*, intitulada "Ciência e História da Educação", fez uma análise crítica da historiografia educacional brasileira, tomando por parâmetro "a história, a ciência da totalidade concreta" (Idem, p. 2); na *segunda parte*,

que levou por título "História da Educação e Prática Científica", se dispôs "a demonstrar os efeitos práticos" da postura assumida na primeira parte "sobre o trabalho de investigação científica na área da história da educação" (Idem, p. 3).

A *primeira parte* do trabalho é iniciada - com base em observações de Marx, Lukács e M.A. Nogueira - por uma análise da "ciência burguesa" que se caracteriza pela "decadência ideológica burguesa sob o imperialismo" (Idem, p. 9-10). Essa "decadência ideológica" corresponde, para Alves, "ao retrocesso no desenvolvimento das formas de expressão burguesas" iniciado com o acirramento das lutas de classes entre 1848 e 1851, quando a burguesia de classe revolucionária transformou-se em classe reacionária (Idem, p. 10). Desde então, a atividade científica passou a ser regida não pela "*verdade*, mas pela busca do *conhecimento útil ao capital*"; ao contrário de desvendar o real, a investigação científica passou a ser "alvo do esforço obscurantista que pretende velá-las" (Idem, p. 11).

Desde então, a consolidação da sociedade burguesa passou a comportar dois caminhos distintos e antagônicos para o desenvolvimento do saber: a ciência da história e a ciência burguesa.

> "(...) De um lado, a partir do conteúdo científico da economia clássica, da dialética hegeliana e da crítica às concepções socialistas utópicas, Marx e Engels erigem uma ciência - a *ciência da história* - que passa a dar conta da sociedade capitalista como um todo; de outro, a ciência burguesa... passa a exercer a função de legitimadora do domínio de classe recém inaugurado." (Idem, p. 11).

Do momento de surgimento da ciência da história, "quando historicamente já fora demonstrada a inexistência da

autonomia das ciências", a ciência burguesa empreendeu a especialização do saber, conformando o que o autor chama de "anti-ciência burguesa" (Idem, p. 13). Inicialmente, contrapondo-se abertamente à ciência da totalidade concreta, as ciências burguesas concentraram-se "sobre áreas cada vez mais restritas do real" e seus respectivos campos de conhecimento transformaram-se "em privilegiado monopólio dos respectivos especialistas" (Idem, p. 14). De uma oposição sistemática e aberta ao materialismo histórico, gradativamente (com o desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento das contradições) a ciência burguesa foi atenuando "aparentemente" seu combate ao marxismo, "até assumir, no limite, muitas das categorias de análise marxistas" (Idem, ibidem).

Para Alves esse processo é revelador de um componente básico "que permeia sistematicamente as elaborações das ciências da decadência ideológica burguesa: o ecletismo", que tem "na especialização do saber sua pedra angular"; por isso:

> "(...) Seu fundamento é não se propor a constituir um sistema, mas sim a *conciliar os sistemas*. Para tanto, procura *selecionar* o que há de *válido e positivo* em cada um deles. Parte do pressuposto de que cada *orientação metodológica* se *especializa* numa esfera do real, jamais podendo esgotá-lo como um todo..." (Idem, p. 15)

Essa forma de "relativismo ideológico", revela para o autor que "o ecletismo é epistemologicamente 'conservador' e limitado, mesmo quando acompanhado de sinceras intenções progressistas" (Idem, ibidem). Por isso, o ecletismo - mesmo sob a forma de "progressismo bem intencionado" - não passa de uma concessão à ideologia burguesa: "é a negação da possibilidade de uma ciência da totalidade concreta" e de forma direta "é uma arma

contra o marxismo, contra a ciência do proletariado" (Idem, p. 17).

Feitas essas observações gerais, o autor entende que também a ***história***, como outros campos do conhecimento, não ficou "imune a esse processo de decadência ideológica"; ao contrário, transformou-se "no campo privilegiado da mistificação" (Idem, p. 20). A manifestação desse processo na historiografia brasileira é assim apontado pelo autor:

> "... o surgimento da historiografia brasileira coincide com o surgimento da 'nação', com o aparecimento de uma burguesia brasileira. (...)
> Quando o Brasil surge como 'nação', porém, já a 'visão de mundo' da burguesia estava sendo contestada nos principais centros do capitalismo europeu pelo proletariado. Aquela classe já se tornara reacionária... à historiografia brasileira não caberia fazer 'ciência da história', mas sim a 'anti-ciência histórica'." (Idem, p. 21).

Como decorrência desse caráter de "anti-ciência histórica", a historiografia, a nível teórico, nega a prática da luta de classes e, por esta razão, ao fazer anti-história "a historiografia brasileira identificou-se, na prática, com a própria ideologia burguesa" (Idem, p. 23).

Com base nesses parâmetros de análise, Alves direcionou seu trabalho para a ***análise*** "crítica da prática científica em história da educação" (Idem, p. 25); inicia por uma classificação prévia de obras de história da educação brasileira em *cinco tendências*[06], delimitadas com base nas "formas de representação detectadas nos trabalhos" (Idem, p. 26) e pelas quais o autor buscou "explicitar suas adesões ideológicas e seus compromissos políticos nem sempre revelados e admitidos" (Idem, p. 27).

Feita essa classificação e análise prévia da historiografia educacional brasileira (resumidamente exposta na nota 06), o autor observa que é "nítida a artificialidade de qualquer classificação formal de tendências que nela se manifestem" (Idem, p. 63). Essas tendências (salvo a primeira, que expressa claramente seu compromisso com a sociedade burguesa) "se resumem numa postura essencialmente comum": o ecletismo; a diferença está somente a nível da matiz do discurso (Idem, p. 64). Junto com o ecletismo caminha a especialização do saber, "verso e anverso de uma mesma moeda" (Idem, ibidem).

> "O educador, como parte desse condicionamento, se respeita a especialidade do historiador... exige, como contrapartida, que respeitem-no como uma autoridade inquestionável na sua própria especialidade: a educação. (...)" (Idem, p. 65).

Em vista dos parâmetros definidos e após classificar e categorizar a produção histórico-educacional brasileira, Alves resume (Idem, p. 2-3) as conclusões a que sua análise sobre a historiografia educacional brasileira chegou:

1) os historiadores brasileiros da educação "não preenchem os requisitos do *fazer científico*", tal como este é entendido pela *ciência da história*; em conseqüência, suas elaborações teóricas "são marcadas, consistentemente, pelo que Lukács denominou *decadência ideológica burguesa*; o compromisso desses cientistas, portanto, "não é com a verdade, mas com a manutenção da ordem burguesa".

2) Evidencia essa constatação a "orientação eclética, comum a todas as tendências historiográficas" que foram abordadas no trabalho, o que indica que estas "não se diferem em essência" -

esse *ecletismo* não passa de uma tentativa "de negar a *ciência da totalidade concreta*, isto é, de negar a possibilidade de que esta possa apreender o real, em toda a sua complexidade, de forma auto-suficiente".

3) Outro indicador da decadência ideológica burguesa é "a *especialização do saber*, verso do *ecletismo*". Essa tendência correspondeu "à resposta da ciência burguesa à emergência da ciência da história, cujo único objeto é a sociedade enquanto totalidade". Em oposição à ciência da totalidade, "a *especialização do saber*... parcializa progressivamente os objetos das ciências, impedindo... que o concreto da sociedade seja reconstituido a nível do pensamento".

4) Até mesmo "as posições que se manifestam progressivas, no plano do discurso", acabam se revelando "reacionárias no plano epistemológico", pois o fundamento último de suas análises "é sempre a anti-história, a prática da anti-ciência".

Após essa análise da produção histórico-educacional brasileira, Alves traçou os elementos que considera básicos quanto à natureza da relação entre história, enquanto ciência da totalidade concreta, e história da educação" (Idem, p. 66) e, na *segunda parte* do trabalho, procurou exemplificar "como se processa a abordagem científica, no âmbito da história da educação" a partir de apontamentos para uma história da *qualificação profissional* (Idem, p. 79). Resumindo a *segunda parte* da dissertação diz que, "partindo de apontamentos para uma história da *qualificação profissional*", procurou demonstrar que, da mesma forma que o aprofundamento da divisão do trabalho e do desenvolvimento tecnológico resultaram, a nível da produção, na

fragmentação do processo de trabalho em trabalhos simples (à demanda de uma mão-de-obra não-qualificada, portanto), às escolas não cabia imputar "qualquer função de 'qualificação' ou de 'reprodução da força de trabalho'" (Idem, p. 3). Sob essa ótica, fixando sua análise sobre o "caráter parasitário do *imperialismo*", o autor defendeu a idéia de que a escola característica da *fase superior do capitalismo* "consome, no seu funcionamento e expansão, parte dos ganhos capitalistas que o Estado, com fito de organizar o parasitismo, aloca para as atividades improdutivas" (Idem, ibidem). Por tais motivos, a escola característica de nossa época, por "sua composição, pela inocuidade de seu conteúdo, e pelo fato de reproduzir as camadas médias ociosas da sociedade capitalista", não passa de uma "imagem materializada do *imperialismo*." (Idem, ibidem).

Os dois artigos da seqüência (de Warde e Nagle), se circunscrevem num quadro comum: o fato do INEP, em 1984, ter priorizado várias iniciativas voltadas para a História da Educação. Essas iniciativas do INEP foram justificadas pelo fato da "renovação teórico-metodológica apresentada pela pesquisa educacional e as modificações ocorridas na historiografia brasileira" não terem redundado "em significativo número de estudos em história da educação" (**Em Aberto**, 1984). Buscando inverter esse quadro, o INEP informou que tinha dado início a uma linha de apoio e fomento (a pesquisas, dissertações e teses) sobre a História da Educação Brasileira, principalmente àqueles baseados em fontes primárias e documentos inéditos. Informando sobre essa iniciativa, documento do INEP registra que seu

objetivo circunscrevia-se na busca de um ***conhecimento mais profundo*** nessa área de conhecimento (Idem, ibidem).

Juntamente com o anúncio de financiamentos, merece registro outra iniciativa do INEP: a realização no período de 20 a 21 de setembro/1984 do ***"Seminário sobre Historiografia e Educação"***, baseado "na constatação de que existem atualmente lacunas consideráveis na história da educação face ao desenvolvimento da historiografia contemporânea no Brasil" e "na verificação de que o desconhecimento da área vem comprometer sensivelmente a formação de educadores" (Idem, ibidem). Com o seminário objetivava-se suprir as "deficiências de intercâmbio entre pesquisadores desse campo" (Idem).

Uma preocupação central manifesta nesse seminário, foi quanto à problemática **teórico-metodológica** das pesquisas e que requeriam "uma avaliação" e o levantamento de possíveis alternativas nessa direção:

> "... tendo em vista, ainda, o recente avanço teórico-metodológico da pesquisa educacional no país, o Seminário procurou enfatizar a necessidade de uma avaliação nesse aspecto e levantar alternativas teórico-metodológicas para a pesquisa em História da Educação." (Idem, ibidem).

Dos debates resultou a consideração da "necessidade de se repensar a história local, estadual ou regional", entendendo essa direção como "momento necessário de nossa história educacional, sem o que as especificidades da vida nacional não serão plenamente captadas" (Idem, ibidem).

Também merece registro, entre essas iniciativas do INEP visando estimular a pesquisa histórico educacional, a publicação de um número do **Em Aberto** dedicado à História da

Educação Brasileira que teve o "intuito de gerar discussões que favoreçam a análise dos problemas enfrentados pelos educadores e historiadores na construção da memória educacional brasileira" (Idem, ibidem). Nessa publicação destacam-se os artigos de Miriam Jorge Warde, Luiz Antonio Cunha e de Jorge Nagle, além de uma bibliografia específica sobre o tema. É interessante observar que, nessa época, no embalo do aumento e complexificação da pesquisa educacional no Brasil, com "a criação e consolidação dos cursos de Pós-Graduação" (GAMBOA, 1987, p. 48), as abordagens crítico-dialéticas (que representaram 13 % da amostra analisada por GAMBOA) foram tomadas como "modelo emergente" da fase compreendida entre 1981-1984[07], especialmente nas áreas de Metodologia do Ensino, Filosofia e História da Educação e Pesquisa Educacional (Idem, p. 144). Também o INEP buscou nessa publicação do **Em Aberto** autores conhecidos por sua identificação com a concepção dialética de história: Warde e Cunha. Entre esse dois autores, optei por expor somente o artigo de Warde, uma vez que o de Cunha faz uma apresentação do entendimento do autor sobre a concepção dialética da história.

O artigo de Miriam Jorge WARDE, "Anotações para uma historiografia da educação brasileira" (WARDE, M.J., 1984, p. 1-6) resulta de uma comunicação feita pela autora no "Seminário sobre Historiografia e Educação", promovido pelo INEP. Nele é feito um balanço da produção da História da Educação Brasileira, a partir do período em que foram criados programas de pós-graduação na área de Educação. Esse balanço foi realizado a partir de uma pesquisa sobre os trabalhos publicados e as

dissertações elaboradas pelos diversos programas de mestrado em educação, num total de 155 títulos (WARDE, M.J., p. 1). Destaca Warde que mais de oitenta por cento dos estudos se refere à etapa republicana e, nesta, à Primeira República e à Era Vargas (notadamente o Estado Novo). Quanto ao que falam esses estudos, observa que "com poucas exceções, falam da organização escolar, da legislação do ensino e da 'disparidade' entre uma e outra" (Idem, p. 2).

A partir desse "balanço", Warde esboça uma *avaliação crítica das tendências da historiografia educacional brasileira*, inicialmente observando que a quase totalidade dos trabalhos resultaram de dissertações e teses dos programas de pós-graduação criados entre o final da década de 60 e os anos 70. Por isso, traziam a marca desses programas de pós, que não nasceram de uma tradição de estudos historiográficos, mas ou da tradição de estudos filosóficos (USP e PUC-SP, por exemplo) ou com a marca da tendência tecnicista (UFRJ, por exemplo). De modo geral, qualifica a produção como reincidente, pouco criativa, pouco atualizada e, com freqüência, apoiada em referenciais teóricos consagrados ou em voga no momento (Idem, ibidem).

Warde procura, em seguida, delinear os grandes *traços* da produção historiográfica educacional brasileira, reveladores das suas ***quatro principais tendências*** (e de uma possível quinta):

* a *primeira tendência* se caracteriza pelo "exame do pensamento de intelectuais de maior ou menor envergadura no campo da educação"; restringe-se ao "exame interno ao pensamento do autor escolhido, sem qualquer ou pouca referência à relação

concreta entre esse pensamento e as condições nas quais ele foi criado" (Idem, p. 3). Essa tendência "é hoje menos presente" e a maioria dos títulos foram encontrados na USP e alguns na UFRJ (Idem, ibidem).

* A *segunda tendência* tem a mesma temática da anterior, mas segue a direção da contextualização político-ideológica do pensamento em exame (Idem, ibidem). Exemplos desse tipo de trabalho foram encontrados no IESAE, na UNICAMP e na PUC-SP.

* Uma *terceira tendência* "caracteriza-se pelo acompanhamento evolutivo da educação escolar nos seus diferentes graus e ramos... dispensando qualquer referência às determinações concretas que pesam sobre a educação" (Idem, p. 3-4). Como a primeira, essa tendência vem decrescendo.

* A *quarta tendência* "caminha na direção temática" da terceira tendência (acrescidas de "modulações como, por exemplo, o tema da educação popular") e envereda "pelo caminho teórico e metodológico do trato concreto do movimento histórico da educação" (Idem, p. 4). É a tendência crescente e "uma parte considerável das dissertações, teses e trabalhos publicados nos últimos quatro anos caminha nessa direção" - faz referência à produção da PUC-SP e da UFMG (Idem, ibidem).

Warde encontrou apenas quatro trabalhos que parecem delinear uma possível *quinta tendência* que "se dedicam na totalidade ou em grande parte à discussão dos caminhos teóricos e metodológicos da historiografia da educação brasileira e abrem novas possibilidades" (Idem, ibidem). A produção historiográfica parece indicar que "o pensamento historiográfico sobre a educação brasileira 'pouco se debruçou sobre si mesmo para avaliação'"

(Idem, ibidem).

Aprofundando sua análise, Warde levanta o que chama de "mazelas da quarta tendência (e que são também da segunda)" (Idem, ibidem): uma *primeira mazela* é que o esforço de "avançar no trato concreto do movimento histórico da educação... traz a marca do tratamento setorizado", pelo qual se faz a adição ou justaposição de traços (sociais, políticos, econômicos) contextuais dos diferentes momentos históricos aos traços caracterizadores da educação (Idem, p. 4). A *segunda mazela* está ligada ao uso eclético da literatura produzida no âmbito das Ciências Sociais: as chamadas determinações contextuais são apoiadas em "obras que nem sempre se compatibilizam entre si" e que não refletem "o acompanhamento dos debates que se travam e dos avanços que se realizam no campo dos estudos históricos em termos de novas referências explicativas" (Idem, p. 5). A *terceira mazela* refere-se à predominância da "tendência de se caminhar pelas fendas já abertas pela historiografia educacional", mais acrescentando novos dados que vasculhando "zonas de sombra" (Idem, ibidem).

Entendendo que "boa parte dos trabalhos não resulta de efetivo interesse na investigação histórica, na efetiva preocupação de historicizar a educação como objeto de análise" (Idem, ibidem), Warde propugna pela necessidade de uma "crítica radical ao pensamento pedagógico", como caminho para que a historiografia educacional se insira na movimentação da historiografia brasileira "recebendo e dando contribuições a essa movimentação" (Idem, ibidem).

Finalmente, Warde destaca algumas "cristalizações"

presentes no pensamento educacional e na historiografia da educação brasileira e que precisam ser evitadas: 1) a idéia da dependência aos modelos educacionais (também teórico-metodológicos) estrangeiros e que servem para explicar "todas as mazelas e problemas não resolvidos" em nossa educação e no pensamento educacional brasileiro; 2) a idéia, fortemente arraigada no pensamento pedagógico brasileiro, de que nunca tivemos uma autêntica universidade no Brasil; 3) a limitação dos estudos históricos produzidos e que decorrem, por um lado, do fato de se colocar o Estado como "a grande personagem do palco educacional" e, por outro, pela historiografia da educação se "impor como objeto necessário" a organização escolar, a legislação escolar e tudo o que circunda a escola (Idem, p. 6).

Além dos artigos de Warde e Cunha (então considerados como intelectuais marxistas), esse número especial do **Em Aberto** trouxe um artigo de Jorge NAGLE, "História da Educação brasileira: problemas atuais" (NAGLE, J., 1984, p. 27-29), no qual o autor defendeu claramente uma perspectiva eclética para a pesquisa histórico-educacional. Nesse artigo, por solicitação do INEP, o autor objetivou analisar os problemas atuais enfrentados pela historiografia educacional brasileira. Seu ponto de partida é que no Brasil "não tem sido muito forte a preocupação com a gênese ou o desenvolvimento" de qualquer coisa... Embora reconhecendo que é recente o interesse pelo estudo da educação numa perspectiva histórica, reclama "da falta de tradição dos estudos históricos da educação brasileira", o que, no seu entendimento, decorre "do próprio estágio atual dos

estudos históricos realizados no país", domínio em que "nossa herança intelectual... não é muito forte" (Idem, p. 27).

Mesmo sendo pequena a produção historiográfica educacional brasileira, de modo geral, **revelam uma dupla deficiência**: 1) os estudos existentes "mostram certa dificuldade em selecionar material relevante e... certa pressa em substituir descrições por interpretações" - decorrência da falta de um "simples esquema analítico" que congregue os elementos mais significativos da problemática educacional com a sociedade; 2) os trabalhos históricos carecem da "própria perspectiva histórica" - tem-se uma reprodução acrítica das periodizações existentes e se empregam, sem muito cuidado, categorias analíticas gerais, para daí contextualizar o estudo, resultando na mera justaposição de esferas (Idem, p. 27). Essas deficiências não se alteram quando profissionais de outras áreas - Ciências Sociais e História - pesquisam o campo educacional: "eles não têm acrescentado muita coisa às análises dos pedagogos", incorrendo eles no "mesmo quadro das deficiências apontadas" (Idem, p. 28).

Tratando historicamente a história da educação, Nagle identifica três momentos em seu desenvolvimento: num *primeiro momento*, "os estudos foram de natureza basicamente descritiva", quantitativos e documentais (Idem, ibidem). No *momento seguinte*, dominou a "análise das idéias educacionais, especialmente a partir da discussão do republicanismo no Brasil". Da passagem do primeiro para o segundo momento, observa que "a tendência foi no sentido da substituição de um enfoque por outro" (Idem, ibidem). Na passagem para o terceiro momento: "os estudos... deslocaram-se para o tema relacionando educação e

sociedade" (Idem, ibidem). O autor entende que essa passagem para o *terceiro momento*, ocorrida por volta da década de 1920, provocou perspectivas mais produtivas, pois "a educação foi deixando de ser vista como fato isolado". Isso não significa que não apresente problemas: nem sempre soube articular os aspectos macroscópicos com os de caráter microscópico, problema este agravado "com o aparecimento da análise denominada marxista" (Idem, ibidem).

Sintetizando essa sua "ordenação das concepções presentes no estudo da história da educação", observa que ela revela particularidades interessantes:

> "... mostra um esforço para substituir, ao invés de integrar, perspectivas (perspectivas essas que não são, por natureza, conflitantes). Observe-se, também, a situação a que se chega quando, por exemplo, os chamados estudos marxistas são realizados com grande desprezo de informações, de natureza estatística ou legislativa, que fornecem um certo retrato das condições existentes; ou quando em estudos feitos do ponto de vista da sociedade... nega-se qualquer importância aos aspectos psicológicos relacionados à educação. (...)" (Idem, p. 29).

Em seguida, apresenta sua visão quanto à possibilidade de superar um tal quadro, que passa pelo estabelecimento de "determinados modos de articulação entre os vários enfoques" e que poderá proporcionar "o aparecimento de trabalhos em que se associam os múltiplos dados... que interessam à análise do processo educativo" (Idem, ibidem). Observa, porém, que a complexidade dessa tarefa é grande:

> "(...) Exige a criação de novos caminhos analíticos e metodológicos. A complexidade da tarefa supõe amadurecimento de natureza doutrinária e teórica para questões muito difíceis, com a necessária interligação com determinadas circunstâncias históricas - o que obriga a situar processos e

mecanismos que evitem o aparecimento de associações mecânicas ou sem intermediação entre um aspecto e outro." (Idem, p. 29).

Mostrando um pouco melhor sua filiação teórico-metodológica, Nagle conclue o artigo alertando para um "problema geral", mas que se refere particularmente para os marxistas que trabalham com a história da educação brasileira: "Trata-se da tendência à explicação fácil dos fenômenos, pelo emprego de categorias analíticas nem sempre suficientemente esclarecidas..." (Idem, ibidem). À tendência da explicação fácil se une o "luxo especulativo" e uma "espécie de simplismo" no estudo de problemas. A esse problema se unem outros: a questão dos modismos, "que transformam o intelectual brasileiro num estudioso em constante disponibilidade", e a transformação "de questões de cultura em questões de culto" (Idem, ibidem).

A partir de meados da década de 1980 passou a ocorrer uma mudança significativa nos encaminhamentos da historiografia educacional brasileira. Essa alteração de rota, desde algum tempo vinha ocorrendo na História, nas Ciências Sociais e em outras áreas do conhecimento, que - no embalo de pressupor a existência de uma crise dos paradígmas da "ciência moderna", manifesta em sua forma mais radical pela "crise do marxismo" - passou a advogar uma "nova ciência", com "novos paradígmas teóricos", "novos objetos de análise", "novos problemas", enfim, "novos conhecimentos" e "novas possibilidades"[08].

Essa mudança de rota na historiografia educacional brasileira pode ser assinalada a partir da publicação do livro de

Eliane Marta Teixeira LOPES, **Perspectivas históricas da educação**, e que incorporou ao debate da historiografia educacional a problemática relativa aos novos objetos, problemas e métodos (LOPES, E.M.T, 1986). A partir de um "inventário" feito sobre educação e História da Educação, entende que o mesmo "suscita problemas que exigem uma reflexão mais cuidadosa" (Idem, p. 12). Para tanto, chama a atenção para três aspectos que encontrou na História da Educação: 1) um caráter evolucionista ou etapista, através do qual a História da Educação é tomada como "uma série de etapas que se sucedem, num desenrolar temporal único", no qual evoluem as instituições escolares, os métodos e as doutrinas pedagógicas (Idem, p. 13) - nesta, historia-se a educação dos "povos que conseguiram seu lugar na História" e das classes vencedoras que "escreveram a sua própria História e suas próprias práticas educativas" (Idem, ibidem); 2) a quase total ausência da História: a relação educação-sociedade é pouco trabalhada, privilegiando-se "a independência das práticas educativas e do pensamento pedagógico... em relação ao conjunto das práticas sociais, econômicas e políticas" (Idem, p. 14); 3) a História apresentada é globalizadora e uniformizante, tratada numa perspectiva eurocêntrica e "como uma grande marcha contínua" em direção ao progresso (Idem, ibidem).

Contrária à consideração desses aspectos como *desvios*, a autora os entende como "historicamente construidos" (Idem, ibidem), sendo necessário, portanto, a compreensão da "História da Educação através da História", assunto que já expusemos a posição de Lopes anteriormente.

A partir dessa sua exposição, Lopes adentra na

problemática das "concepções de História e Historiografia": expõe simplificadamente (uma vez que seu livro se destina a um público amplo) o positivismo, o marxismo, os *Annales*" e as "tendências mais recentes". A **concepção positivista** é vista em duas de suas vertentes: em sua perspectiva comteana e não-comteana. Sobre a **concepção marxista** observa que "é muito difícil falar" dessa concepção, dada a complexidade do tema e devido a existência, hoje, de "várias concepções marxistas da história"; baseando-se em alguns textos de Marx e Engels (como **A Ideologia Alemã**, **Contribuição à Crítica da Economia Política** e outros textos) e em Florestan Fernandes, afirma que o marxismo

> "... buscou o rompimento, por um lado, com a visão providencialista e metafísica da história, e, por outro, com essa visão 'científica', ao colocar o cerne da história no homem e o cerne da ciência na história. (...)" (Idem, p. 24).

Assim, deslocando e invertendo a tradição positivista, o marxismo destacou a dimensão histórica do social(Idem, ibidem). Para Lopes a concepção materialista dialética da história se construiu sobre os seguintes pressupostos (Idem, p. 25-26): da determinação, em última instância, do econômico; de que "o concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações" (método dialético); de que é no transcurso da luta de classes que a história se constitui.

Sobre a Concepção dos *Annales* seu entendimento é que, entre 1929 e 1969, ainda sob a pendulação entre positivismo e marxismo, a ciência da história viveu "inovações profícuas com a criação de uma revista (e, conseqüentemente, um grupo e uma linha de trabalho a ela ligados), os *Annales*, que teve em Marc Bloch e Lucien Fevbre seus principais organizadores" (Idem, p.

26). Baseando-se em Ciro Flamarion Cardoso expõe os oito pontos principais dos *Annales*:

> "1) passagem da 'História - narração' para a 'História - Problema'; 2) o caráter científico da história é dado, mesmo em se tratando de ciência em construção; 3) contato e debate com as outras ciências sociais (adoção de problemáticas, métodos e técnicas); 4) ampliação dos limites da História, abrangendo todos os aspectos da vida social...; 5) insistência nos aspectos sociais, coletivos e repetitivos; 6) ampliação da noção de fonte para além da escrita (vestígios arqueológicos, tradição oral, etc.); 7) construção de temporalidades múltiplas, ao contrário do tempo linear e simples da historiografia tradicional; 8) reconhecimento da ligação indissolúvel e necessária entre passado e presente no conhecimento histórico, reafirmando-se as responsabilidades sociais do historiador." (Idem, p. 27).

Afirmando que a História é uma "ciência em árdua construção", trata ainda das **tendências mais recentes da historiografia**: a **História Nova** - entendida como um prosseguimento da "linha de inovação dos *Annales*" (Idem, p. 27) e cuja "novidade" reside em: 1) *novos problemas*, que põem em causa a própria história; 2) *novas contribuições* que modificam, enriquecem e transformam os setores tradicionais da história; 3) *novos objetos* que surgem no campo epistemológico da história (Idem, ibidem). Lopes destaca, ainda, que com os *Annales* ocorreu "a tomada de consciência" dos historiadores quanto ao "relativismo de sua ciência" e a "busca de redefinições" (Idem, p. 28). Também entre essas tendências recentes inclui a **historiografia inglesa** que se destaca por dois historiadores marxistas: Erick Hobsbawn e Edward P. Thompson. Essa historiografia que "têm o mérito de trazer ao cenário da história, como principal protagonista, a classe trabalhadora" (Idem, ibidem).

Conforme já observei, mesmo afirmando que sobre a **historiografia brasileira** não falaria, destaca Edgar De Decca (autor de **O silêncio dos vencidos**) como "uma tendência que se esboça e vai se firmando na historiografia brasileira" (Idem, p. 30). Partindo do entendimento que até hoje "a história tem sido o registro do vencedor" e que, se há um vencedor, "deve haver vencidos" que precisam ser buscados na história (Idem, ibidem), a obra de De Decca tem uma grande importância para o historiador:

> "... permite-nos aprender, com Benjamin, que a história poderia ter sido diferente do que foi, que havia no histórico outros possíveis que não se realizaram" e que ao historiador se apresenta o desafio "de buscar a história do vencido" (Idem, ibidem).

Para Lopes, essa contribuição da "Nova História", de tendência benjaminiana, também trazem grande contribuição à História da Educação pois...

> "... os problemas da pesquisa e da escrita da história, a saber, a verdade histórica, o fato histórico, a objetividade e a subjetividade, o ponto de vista, as finalidades da história, etc., são problemas da pesquisa e da escrita da História da Educação. (...)" (Idem, p. 31).

Assim entendendo, Lopes pergunta que relações existem da "História da Educação com a História e com a Educação?" (Idem, ibidem). O *primeiro aspecto* tratado é quanto à relação da História da Educação com a História. Após acentuar alguns autores que a colocam como um *ramo*, como uma *espécie* que se enquadra no *gênero*, a autora encaminha sua reflexão se posicionando contra o espírito de especialização e favorável a concepção de ciência globalizante. Baseia seus argumentos em escritos de Lucien Fevbre, que se posiciona contrário ao "espírito de

especialização" (Idem, p. 34). E, também, em Marx e Engels que em **A Ideologia Alemã** se posicionaram contra o espírito de especialização (Idem, ibidem). O *segundo aspecto* é quanto à relação com a educação: entende que se a história é uma palavra polissêmica, a educação também o é. Referenciando-se em Dermeval Saviani (no artigo "Função do ensino de Filosofia da Educação e de História da Educação") e em Evaldo Viera (em "Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo") conclui que a relação entre a História da Educação e a educação diz respeito à "questão da formação do pesquisador da História da Educação", pois

> ".... Na verdade, o educador ou pedagogo, não recebendo formação específica nem em metodologia da pesquisa histórica nem em teorias da História, dificilmente pode tornar-se um historiador. (...) A ciência da história exige rigor e método; para o crescente entendimento dessa problemática educacional exige-se um crescente entendimento da História da Educação, que deve ser escrita através de pesquisas rigorosas que obedeçam aos critérios e às exigências da própria ciência da história." (Idem, p. 39).

Na seqüência, após fazer algumas observações sobre a utilidade da História e da História da Educação, a autora se dedica a inventariar a História da Educação, afirmando que o caminho do debruçar da História da Educação sobre sua produção "ainda está para ser inaugurado" (Idem, p. 45). Divide seu "balancete" em "História da Educação Geral" e "História da Educação Brasileira". O inventário da **História da Educação Geral** foi dividido em dois blocos: no primeiro bloco inclui as Histórias da Educação, da Pedagogia, do Pensamento - são livros comumente constantes em bibliografias e bibliotecas (Idem, p. 46-50); no segundo bloco, arrola os livros que se referem a um

momento ou período ou tema determinado e restrito (Idem, p. 50-52).

Sobre seu inventário da **História da Educação Brasileira** afirma que parte do que já se escreveu sobre isso, mas que não pretende fazer uma análise da historiografia educacional, nem um levantamento bibliográfico, mas simplesmente remeterá "a pelo menos alguns trabalhos" (Idem, p. 52). Quanto à historiografia da educação, arrola dois trabalhos (Idem, p. 52-53) que "analisam e criticam a produção historiográfica referente à educação brasileira": os artigos de Miriam Warde e de Jorge Nagle. Na seqüência apresenta seu inventário sobre a História da Educação Brasileira, que seguiu o mesmo padrão indicado para a educação em geral, dividindo a produção em dois blocos: no primeiro bloco inclui os trabalhos que tratam "panoramicamente sobre a História da Educação Brasileira" (Idem, p. 53-54); observa ao final do arrolamento que os trabalhos citados "têm valor", mas que "falta-lhes o 'alimento' que viria dos trabalhos monográficos só recentemente iniciados, como, de um modo geral, a consistência teórico-metodológica..." (Idem, p. 55). No segundo bloco inventaria as obras "que se referem a momentos, períodos ou temas determinados e restritos" (Idem, p. 54).

Ainda sobre a História da Educação Brasileira diz que "o surgimento de um outro tipo de trabalho", "em torno de temas e de períodos curtos e delimitados" poderiam ensejar outro tipo de comentário - um "terceiro bloco?" (Idem, p. 57). Na finalização de seu arrolamento de trabalhos da História da Educação Brasileira, afirma que é um desafio necessário ao historiador o de duvidar "de que o que está contado seja tudo e

tão-só o que aconteceu"; essa atitude se revela necessária na medida em "o passado tem uma realidade existencial ***impossível de ser captada***", na medida, porém, que se compreender a educação em "suas estreitas relações com o econômico, o político e o social, poderemos ler melhor a história da educação inscrita na história da educação escrita." (Idem, p. 62).

Lopes conclui seu opúsculo falando da "História da Educação **a ser escrita**", onde busca "mostrar algumas novas tendências que vão se constituindo e algumas lacunas e questões que precisam ser preenchidas e respondidas" (Idem, p. 63).

Para a autora "novas tendências... vêm se manifestando em trabalhos mais recentes"[09] que buscam analisar uma questão educacional, levando em conta a sua inserção histórica (Idem, ibidem). Quanto às novas questões que esperam respostas, Lopes inicia recolocando a necessidade de se buscar desvendar na "história dos vencidos... a educação e a pedagogia" (Idem, p. 65). Refere-se, ainda, a muitas outras áreas descobertas pela História da Educação: a da educação no período colonial, notadamente das outras práticas que não a educação formal (Idem, ibidem); a educação rural e das escolas agrícolas, que tão pouco se conhece (Idem, ibidem); a questão da mulher, tratada de maneira séria por outros campos, mas que "ainda não encontrou espaço na educação" (Idem, p. 66). Finalizando, propõe alguns outros encaminhamentos: o de uma leitura ***da história*** "do ponto de vista da educação (Idem, p. 67-68); a utilização da literatura como fonte, o que não é simples, para a história (Idem, p. 68-72); o uso da poesia como fonte literária da História da Educação (Idem, p. 72-73).

Outro autor importante nesse debate histórico-educacional brasileiro foi Paulo GHIRALDELLI que, em vários trabalhos publicados, contribuiu para reforçar uma produção vinculada à concepção materialista dialética da história e, particularmente, à pedagogia crítico-social dos conteúdos. Sua dissertação de mestrado inequivocamente aponta nessa direção, ao se propor Ghiraldelli à "tarefa de recuperação e análise das raizes da Concepção Dialética em Filosofia da Educação" (GHIRALDELLI JR., P., 1986, p. 2) e, mais que isso, se propôs a fazer "um texto político", pois acreditava que para que os trabalhadores tivessem vez era "preciso recuperar suas vozes abafadas" (GHIRALDELLI JR., P., 1986, p. 2).

Também em seu artigo "A evolução das idéias pedagógicas no Brasil Republicano" (GHIRALDELLI, 1987, p. 28-37), ao se propor analisar o desenvolvimento das concepções pedagógicas no Brasil, de 1889 a 1986, faz ao final uma exposição da "Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos" que, indubitavelmente, espelha sua vinculação a ela. Assim, após expor o desenvolvimento das idéias pedagógicas ao longo da história republicana do Brasil, Ghiraldelli encontra a saída para o impasse pedagógico no "quadro de oxigenação da vida política brasileira", ocorrido após a auto-decomposição do regime militar. Um tal quadro, juntamente com "o amadurecimento de boa parte das esquerdas durante os 20 anos de regime militar", criou as condições necessárias para o surgimento de uma concepção Histórico-crítica, também denominada de Pedagogia Crítico-Social

dos Conteúdos, assim caracterizada:

> "... um pensamento pedagógico inspirado numa concepção democrática e socialista de mundo... uma formulação pedagógica que absorve e supera as concepções pedagógicas de esquerda dos anos 60 e 70 representadas, principalmente, pela Pedagogia Libertadora e pelas Teorias Crítico-Reprodutivistas... Assim, explicita-se uma pedagogia que leva em conta o 'saber popular'..., mas que, em momento algum, despreza ou considera totalmente domesticador o saber erudito. Explicita-se uma pedagogia que está ciente da dominação burguesa sobre o aparelho escolar... mas que, em momento algum, entende a escola como instituição 'inimiga' das classes populares. Para tal concepção a escola é o local de contradições, é um dos palcos da luta de classes e, sob esse clima de luta por hegemonia... a escola cumpre a função de socializadora da cultura... Essa formulação tem se apresentado como Pedagogia Histórico-Crítica ou Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos." (Idem, p. 36).

Ghiraldelli conclui, expressando que essa pedagogia se circunscreve no "âmbito da Concepção Dialética em Filosofia da Educação", fazendo parte, ao mesmo tempo, "das teorias educacionais esboçadas pelos trabalhadores... ao longo da história republicana" (Idem, ibidem).

Entre outros textos, também em "Notas sobre as possibilidades da historiografia marxista da educação" (GHIRALDELLI JR., P., 1990, p. 67-70) Ghiraldelli, ao fazer um estudo comparativo entre Ponce e Manacorda, considerou que esse esforço poderia "significar um crescimento qualitativo para o "estudo da história da Educação e da Pedagogia, por parte dos marxistas, no Brasil hoje" (Idem, p. 67). Apesar de Ponce e Manacorda não esgotarem as possibilidades de uma historiografia marxista, Ghiraldelli se baseia nesses autores para apontar "caminhos... praticamente virgens" para ela (Idem, p. 69-70); conclue afirmando que "as próprias pedagogias inspiradas no

marxismo são contributos fundamentais para a orientação dos educadores-historiadores" (Idem, p. 70).

Com a publicação do texto **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil** (GHIRALDELLI JR., P., 1991), apresentado no painel "Especificidade e história das disciplinas do curso de Pedagogia: uma primeira conversa", realizado na VI CBE (USP, São Paulo, 1991), o *posicionamento anterior* desse autor ***começou a sofrer mudanças significativas de rumo*** que apontam para uma "história da cultura" (Idem, p. 13-14), para a necessidade da história da educação "afinar seus instrumentos para ser capaz de estudar as subjetividades envolvidas no processo educacional passado" (Idem, p. 14) e, enfim, para a necessidade da pesquisa histórico-educacional incentivar "novos temas e com novas e múltiplas abordagens" (Idem, p. 14-15).

Com esse artigo, GHIRALDELLI JR. pretende "tecer algumas notas sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil atualmente" (Idem, ibidem). Entendendo que "a discussão historiográfica em educação gerou... uma produção teórica diminuta", sintetiza os principais trabalhos representativos do que chama de "discussão historiográfica da educação nos anos 80" (Idem, p. 2): o artigo de Dermeval Saviani, "Função do ensino de filosofia da educação e história da educação", publicado em "meados dos anos 70" (Idem, p. 2- 4); o artigo de Evaldo A. Vieira, "Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo", publicado em 1982 (Idem, p. 4); o texto de Luiz Antônio Cunha, "Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil", publicado em 1984 (Idem, p. 4-7); o artigo

de Jorge Nagle, "História da educação brasileira: problemas atuais", publicado em 1984 (Idem, p. 8-9); o texto de Miriam Jorge Warde, "Anotações para uma historiografia da educação brasileira", publicado em 1984 (Idem, p. 9-10); e o livro de Eliane Marta Teixeira Lopes, **Perspectivas históricas da educação**, publicado em 1986 (Idem, p. 10-13).

Para Ghiraldelli esse trabalho de Lopes "praticamente encerra um período", posto que "os últimos cinco anos não foram férteis em termos de publicações relativas à discussão historiográfica em educação" (Idem, p. 11). Ao contrário dessa discussão, o autor assinala que, desde a publicação do livro de Lopes, "a produção de textos em história da educação e da pedagogia cresceu ainda mais e tomou rumos variados", com autores novos, definindo novos temas e objetos e autores veteranos redefinindo seus interesses (Idem, ibidem).

Com base nas "carências da discussão historiográfica da educação nos anos 80", Ghiraldelli arrola sete pontos indicativos para a discussão historiográfica da educação nos anos 90:

1. Dada a ausência de estudos voltados à estruturação da disciplina História da Educação e na organização dessa área como campo de investigação sistemática, entende que "a discussão historiográfica da educação nos anos 90" poderia fomentar "estudos sobre as concepções em história da educação que serviriam de matrizes para os diversos textos"(Idem, p. 13).

2. Afirmando que não têm encontrado trabalhos voltados para o estudo das teorias sociais de evolução do ensino, questiona quanto ao interesse em "ver tais teorias nas obras de Snyders,

Manacorda, Ponce, Saviani, Suchodolski, etc., principalmente nas suas obras que mais se aproximam de uma história da educação" (Idem, p. 13). À sua própria indagação, responde que parece um ponto de pauta importante, para a discussão historiográfica da educação dos anos 90, o estudo dessas teorias.

3. Também afirmando não encontrar publicações que colocam, de forma sistemática, "a questão da necessidade da história da educação se inserir... no âmbito da história da cultura" (Idem, p. 13-14), defende a incorporação dessa problemática nos debates dos anos 90, vislumbrando que, com ela, a historiografia educacional ganharia "autonomia como campo de investigação científica" (Idem, p. 14).

4. dando continuidade ao debate iniciado por Cunha, defende a discussão da epistemologia e de metodologias específicas para a história da educação e da pedagogia, "ainda que ela se revele, no final, sem sentido". Em se tratando de questões teórico-metodológicas, aproveita para perguntar:

> "(...) Se a educação, em última instância, visa atingir o indivíduo na sua subjetividade... a história da educação não teria também que afinar seus instrumentos para ser capaz de estudar as subjetividades envolvidas no processo educacional passado?" (Idem, p. 14).

Incentivando esse debate, ao mesmo tempo que indicando suas atuais predileções, sugere o texto "A Glória", de Renato Janine Ribeiro, no qual o autor, "mantendo vivo os ensinamentos de Marx sobre o desenvolvimento das sociedades, capta subjetividades e comportamentos que muitos dizem que só se deixariam captar pelas psicologias e afins" (Idem, ibidem).

5. Sugere na pauta dos anos 90 o fomento de "mapeamentos da

produção em história da educação", posto que os "mapeamentos" realizados nos anos 80 não passam de "cansativas descrições do que foi produzido entrecortadas de frases ora abençoando ora rejeitando determinado livro" (Idem, ibidem).

6. Além desses pontos, a discussão dos anos 90 deve se pautar pela conduta "de incentivar os trabalhos, seminários, grupos de estudo, etc. de caráter interdisciplinar". Essa postura se deve à estranheza manifesta por Ghiraldelli que "o objeto 'história da educação' não possa e não deva ser pensado" pelos envolvidos com a questão educacional... (Idem, ibidem).

7. Finaliza, sugerindo o incentivo da pesquisa histórica "em novos temas e com novas e múltiplas abordagens", alertando para a necessidade de "uma história da educação de quem aprende... e não apenas de quem ensina" (Idem, p. 14-15).

Esse arrolamento dos principais trabalhos recentes da historiografia educacional brasileira será concluído com os artigos de um novo número especial do **Em Aberto**, dedicado à história da Educação e que, sem dúvida, constitui-se no principal balanço, se não da História da Educação Brasileira, pelo menos das principais posições teórico-metodológicos existentes nesse campo e do debate travado no interior da historiografia educacional (**Em Aberto**. Brasília, INEP, agosto 1991). Nesse número se encontram artigos de Miriam Jorge WARDE, de Ester BUFFA, de Guacira Lopes LOURO, de Eliane Marta Teixeira LOPES e de Clarice NUNES.

No artigo de Mirian Jorge WARDE, "Contribuição da

História para a Educação", escrito especialmente para esse número do **Em Aberto**, Warde observa que procurou "estudos historiográficos abrangentes e consistentes, relativos à nossa História da Educação", mas que essa procura foi infrutífera, pois não encontrou o que procurava. Essa ausência se revelou um bom motivo que "reafirmou o acerto do tratamento proposto", mas que mostrou que se enfrentar a História "é arriscada", essa tarefa em relação à História da Educação "é arriscadíssima" (Idem, p. 3).

Quanto à discussão sobre uma Historiografia da Educação Brasileira, propõe quatro hipóteses interpretativas, das quais enuncia, inicialmente, três: *primeira*: "o vínculo entre a História e a Historiografia é de natureza correlacional - implica... reciprocidade e não causação necessária" (Idem, ibidem); *segunda*: "a Historiografia pode instigar avanços e reconstruções no âmbito da História" (Idem, ibidem); *terceira*: "dada a natureza dos avanços e reconstruções a serem operados no âmbito da história..., a Historiografia deve ganhar a forma precípua de crítica epistemológica, no interior da qual a crítica ideológica deve estar subsumida" (Idem, p. 4). Warde adia o enunciado da quarta hipótese que, conforme explicita, depende "do desenvolvimento das hipóteses anteriores" (Idem, ibidem).

Afirma que *parece* não existir discordância, entre os profissionais da história, quanto à dependência da Historiografia em relação à História (Idem, p. 4). Essa identidade conceitual entre historiografia (como conjunto de escritos de História) e a Historiografia (enquanto estudo sistematizado desse conjunto) "por certo está ligada à concepção positivista", para a qual "o estudo do conhecimento já produzido

deve respeitar as mesmas regras que comandam a produção desse conhecimento" (Idem, ibidem). Por trás, porém, dessa aparente concordância, o termo carrega "variedade conceitual": primeiro, entre positivistas e antipositivistas; depois, entre os próprios antipositivistas.

Para os antipositivistas a Historiografia "tende a ser definida não como reflexo especular da História", pois lhe são atribuídas funções específicas, "cujos resultados devem repercutir na própria História" (Idem, ibidem). Para os antipositivistas a Historiografia não é simplesmente coleção ordenada de um dado volume de produção histórica; sua construção exige mais que produção Histórica ordenável e, também, mais que a capacidade do historiador em proceder à crítica erudita das fontes. Apoiando-se em alguns historiadores (Lapa, Mota e Iglésias), Warde defende que "as condições de possibilidade da historiografia" depende não da quantidade produzida, mas do "nível de amadurecimento" do que foi produzido; que não é sem motivo que a Historiografia é considerada, entre "historiadores de ofício", o mais difícil dos gêneros: pressupõe conhecimentos de metodologia, de teoria da história e de teoria das ideologias, e da própria História (Idem, ibidem).

Esse consenso (que Warde chama de "unidade negativa") entre os antipositivistas, em torno dessas exigências básicas apontadas, desfaz-se quando se trata da natureza, âmbito e alcance da Historiografia e, conseqüentemente, da História.

> "... se essas exigências básicas da Historiografia parecem consensuais entre os antipositivistas, quanto à sua natureza, ao seu âmbito e ao seu alcance, desfaz-se essa unidade **negativa** em função dos diferentes marcos com os quais os historiadores

> investigam a História e, por suposto, coerentemente concebem a História..." (Idem, p. 4).

Essas diferenças entre os antipositivistas (quanto à natureza, âmbito e alcance da análise histórica e historiográfica) estão delineadas, para Warde, em torno de duas posições: 1) a dos presentistas e 2) a dos marxistas e da Escola dos "Annales". Para o presentismo (no caso, o presentismo croceano), que não concebe a História a partir dos atributos científicos da objetividade e da universalidade, a Historiografia acaba sendo concebida como consciência que a História adquire de si mesma (Idem, p. 4). Para o marxismo e grupo dos "Annales", guardadas suas diferenças, que concebem a História como ciência objetiva e universal e que vinculam a pesquisa histórica com as preocupações e responsabilidades do presente, a Historiografia é "crítica epistemológica e ideológica" que objetiva "desvendar as leis do movimento histórico e construir sobre ele sínteses explicativas e compreensivas" (Idem, p. 4-5). Esse entendimento da Historiografia como crítica epistemológica e ideológica, tem gerado a exclusividade ou da crítica epistemológica ou da crítica ideológica - argumentando que trata-se de questão de ênfase. Warde defende que "entre os limites lógicos do conceito e a profusão da empíria, *é preciso atingir a difícil unidade lógico-histórica*" (Idem, p 5 - grifo meu); da mesma forma que "elimina a polarização excludente entre crítica epistemológica e crítica ideológica", também nega "as formas de dissolução de uma crítica na outra" (Idem, ibidem). Assim, afirma que defende

> "... à luz desses postulados básicos do materialismo histórico que a crítica historiográfica, para provocar avanços e reconstruções na História, **deve ser epistemológica,**

nela cumprida a crítica ideológica, subsumidamente..." (Idem, ibidem - grifo meu).

Após discorrer sobre essas questões de fundo que permeiam as três hipóteses iniciais, Warde enuncia sua **quarta hipótese**: A Historiografia, enquanto crítica epistemológica, deve interrogar a História como conhecimento e ideologia: "deve desvendar a gênese e o desenvolvimento do conhecimento histórico", bem como "a descontinuidade e a continuidade dos processos mediante os quais esse conhecimento foi sendo construído como ciência e ideologia" (Idem, p. 6).

Pautada por essa hipótese, a autora passa a discutir "algumas questões" ou aspectos com vistas a conformar uma Historiografia da educação brasileira, que deve ser construida por muitas mãos e cabeças:

1) pensa a autora que devem ser efetuadas **reconstruções** (e não **rupturas**) no âmbito da História da Educação Brasileira. Defende seu ponto de vista (baseando em Vilar) que "toda ciência está sempre em vias de constituição", não havendo como justificar quantas e quais reconstruções devem ser empreendidas. "Só não é cabível", no entender da autora, "que estudos que se pretendam históricos sejam arquitetados com base no desconhecimento do que foi produzido na área sobre os mesmos temas por eles escolhidos" (Idem, p. 6).

2) A historiografia pode, além de dispor de fontes, "sugerir temas, provar interrogações, desnaturalizar o que é dado por assentado" (Idem, p. 6-7). Para Warde, essa expectativa (de provocar reconstruções na História da Educação), se deve à necessidade de que responda "a uma tarefa urgente": "dissolver as

fronteiras que separam a História da Educação da História" (Idem, p. 7), sem o que não serão "largos nem profundos os avanços que ... possam ser realizados" (Idem, p. 7).

3) A história da educação é para a autora "desenhada por três traçados, desiguais e justapostos": a) situa esta disciplina entre as muitas fragmentações no campo da História; b) a coloca no âmbito da História, por contraposição às demais Ciências Sociais e c) a insere entre as chamadas ciências da educação (Idem, p. 7). Partindo do fato de que "na História foram criadas, por muitos critérios, várias especializações, seria lógico afirmar que "a História da Educação é uma fragmentações, ou (resultado) ... das especializações da ciência da história".

4) Continuando a discussão sobre a localização da História da Educação, Warde reafirma que seria **logicamente** correto supor a História da Educação como uma especialização da História; não foi isso, porém, o que ocorreu: sua gênese e desenvolvimento a situam como uma "ciência auxiliar da educação" (Idem, p. 8).

5) Com base no aspecto anterior, registra que a inclusão da História da Educação entre as "as ciências... da Educação" foi alicerçada na idéia dos renovadores da educação de que a Educação exigia a contribuição de várias ciências, mas... "**a história não estava aí computada**": elegeram a Sociologia, a Psicologia e, através destas, a Biologia, "como as ciências matriciais da educação"; entre estas ciências, a Psicologia imperava "por conta das suas potencialidades de intervenção". (Idem, ibidem). Somente a partir da década de 30 a disciplina História da Educação foi incluída, mas somente como disciplina **formadora**(Idem, ibidem).

6) Assim, a História da Educação Brasileira nasceu e

carregou uma marca que lhe é conformadora: a pragmatização - primeiro, a pragmatização moral; por volta das décadas de 50 e 60, "quando começaram a surgir efetivamente estudos históricos... a pragmatização já instaurada foi **secularizada**"; a partir de então, "o Pragmatismo tomou conta das produções na área, na forma e no conteúdo"; foi nesse momento que "os estudos da História da Educação Brasileira foram hegemonizados pelo presentismo pragmatista" (Idem, p. 9).

7) Warde defende - em lugar da "liberalidade abstrata da lógica e o pessimismo limitante dos fatos" - uma "ciência **unitária** dos fatos humanos e que aponta na direção da História como ciência social **total** (Idem, ibidem).

Um segundo artigo escrito especialmente para esse número do **Em Aberto** (1991) é de Ester BUFFA, "Contribuição da História para o Enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos". Inicia sua argumentação expondo o que considera um "paradoxo da História": face ao interesse dos homens em resolver seus problemas contemporâneos, a única coisa que se pode dizer, aprender ou ensinar deles é a sua história - talvez este seja o significado da frase de Marx e Engels "conhecemos uma única ciência, a ciência da História" (BUFFA, E., 1991, p. 13). Para a autora é esta preocupação que "anima a pesquisa histórica", porém, observa que "tal preocupação não determina o método" (Idem, p. 14). Como é sabido, existem diferentes concepções de História e do papel do historiador. Baseada em Schaff, identifica esses principais métodos: o positivismo, o idealismo ativista (principalmente o presentismo) e o

materialismo histórico (Idem, ibidem).

Após traçar as principais características desses métodos, entende que a existência de "diferentes concepções de História" resultam na existência de "diversas concepções de História da Educação" (Idem, ibidem) que têm feito uma história das doutrinas pedagógicas, ou uma história dos fatos educativos ou das instituições educativas. Sobre a produção histórico educacional é taxativa: "Num caso como no outro, quase sempre uma História desvinculada da sociedade, isolada em seu domínio particular, considerada como um todo que tem coerência própria." (Idem, p. 15).

Feitas essas observações, Buffa passa a descrever "algumas sérias dificuldades" enfrentadas pelo historiador da educação no desenrolar de suas investigações: 1) aquelas relacionadas às fontes e à documentação, "num país onde raros são os arquivos históricos e mais escassos ainda os que apresentam condições de utilização" (Idem, ibidem); 2) as que referem-se à periodização da História da Educação: "há diversas periodizações possíveis, porque vários são os critérios que lhes servem de base: o político, o econômico, às vezes o pedagógico e outros" (Idem, ibidem); 3) a "precursorite" de muitas análises e que "consiste em estabelecer semelhanças fortuitas e analogias superficiais entre um passado longínquo e o que se passa em nossos dias" (Idem, ibidem) - a conseqüência nefasta da "precursorite" é que ela "faz negligenciar o contexto histórico em que viveram, pensaram e agiram" os precursores (Idem, p. 15-16); 4) o "caráter lacunar e desigual dos conhecimentos" (Idem, p. 16); 5) a aceitação fácil, após a difusão da literatura

marxista, da afirmação que entende ser a "instituição escolar... uma instituição social", que a compreensão da escola "só é possível a partir do conhecimento da sociedade em que se situa" - a dificuldade neste caso é de "como selecionar obras que tratam do assunto e sejam realmente esclarecedoras para o historiador da educação se... essas obras são escritas com outras preocupações que não as educacionais?" (Idem, ibidem); 6) também é expressa na forma de questionamento: que contribuições efetivas a História pode dar à Educação ou a História da Educação pode dar para a formação do educador? (Idem, ibidem); 7) que contribuições uma História da Educação "simplificada, panorâmica, superficial, reduzida, quase sempre factual... oferece ao educador às voltas com os problemas atuais...?" (Idem, ibidem).

Propondo-se a dar um encaminhamento a seus questionamentos, a autora apresenta "alguns pontos, alguns princípios teóricos" com vistas à "elaboração de um programa de História da Educação para os cursos de formação de professores" (Idem, ibidem). O *primeiro* ponto é que "o homem é um ser histórico" e "conseqüentemente, suas atividades - e a Educação é uma delas - também são históricas" (Idem, ibidem). Deste ponto decorre um *segundo*: sendo as instituições escolares instituições sociais, não se pode estudar seus problemas "isolando-os da formação social que os engendra e para cuja configuração eles contribuem" (Idem, p. 17).

Com base nesses dois pontos, Buffa conclui seu texto apontando alguns temas para um programa de História da Educação: a "progressiva e efetiva secularização da instituição escolar"; o conservadorismo e resistência a mudanças da

organização escolar; a instituição escolar e a reprodução da divisão de classes sociais antagônicas; histórico da dupla separação promovida pela educação: separação dos adolescentes dos adultos e separação dos adolescentes do trabalho (Idem, p. 17-18); a generalização do ensino e a democratização da educação, aspectos que têm a ver com a evolução dos costumes e da organização política dos que participam da escola e, genericamente, do povo (Idem, p. 18).

O terceiro texto escrito para o **Em Aberto** é de Guacira Lopes LOURO, "A História (Oral) da Educação: algumas reflexões". A autora inicia o artigo com uma citação de depoimento oral que integra sua pesquisa de história da educação feita entre mulheres idosas (Idem, p. 21). Afirma que do depoimento podem ser depreendidas muitas informações: muitas conhecidas sobre escola/escolarização, outras contextuais e, outras ainda, subjetivas - como a emoção da depoente, o olhar, recordações...

Para Louro essa história "certamente" importa para a história da educação, mas "o seu resgate implica... perceber seus vínculos teóricos, os questionamentos que impõe, seus limites, suas potencialidades" (Idem, p. 21).

Afirmando que a história oral foi um modo recorrente de fazer história desde a antiguidade, entende que ela ficou abandonada por muito tempo e, somente recentemente, voltou a ser discutida e utilizada... Seu entendimento para esse abandono e desprezo da história oral é "provavelmente pela importância atribuída.... aos documentos" (LOURO, G.L., p. 21).

Por isso mesmo, o abandono da lembrança e narração oral têm muito a ver com o aparecimento do positivismo que, inaugurando a história enquanto ciência, insistiu "na exatidão, comprovação dos fatos, documentação e neutralidade do historiador" (Idem, p. 21-22). Esses traços pareceriam "não só plenamente alcançáveis, como acessíveis somente se o historiador se apoiasse em fontes escritas 'fidedignas'" (Idem, p. 22).

Os debates do século XX, com o marxismo, colocaram outra ênfase: "a preocupação com a base econômica" (Idem, ibidem). Com a Escola dos Annales, desenvolvida a partir desta concepção, acentuou-se a história econômica e social e outras fontes passaram também a ser consideradas relevantes, embora os documentos continuassem valorizados (Idem, ibidem).

A valorização das fontes não escritas, conforme a autora, se vincula aos movimentos historiográficos mais recente: Nova História, História das Mentalidades, História do Privado e História das Mulheres. Com esses movimentos,

> "(...) Ao lado do reconhecimento de alguns tipos de registro escrito até então quase ignorados - diários, cartas pessoais, cadernos domésticos..., revistas e jornais escolares, agendas, álbuns, etc. - passa-se a valorizar também fontes orais e iconográficas, como a fotografia." (Idem, p. 22).

Para Louro a relação que estabeleceu "não pode ser entendida de um modo linear", mas que diferentes posições teóricas apontaram "para a busca ou para o reencontro de diferentes fontes documentais". Vincula a valorização de fontes orais ao movimento iniciado no pós-guerra (e que se reuniu ao redor de Edward Thompson, Cristopher Hill, Eric Hobsbawn, e Rodney Hilton) e interessado na história social e na classe

trabalhadora: os acontecimentos políticos fizeram ascender grupos e classes sociais sem uma história escrita ou, como no caso das lutas clandestinas, que não fizeram registros por motivos óbvios (Idem, ibidem).

Para a autora a importância da história oral não reside somente na possibilidade de pesquisar sujeitos ou temas para os quais não há outro acesso, mas para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir novas perspectivas de análise, etc. (Idem, p. 22-23). São exatamente esses mesmos aspectos que justificam a importância dessa abordagem para a educação:

> "Na educação, esta abordagem histórica pode trazer uma compreensão mais densa das salas de aula, da representação do trabalho para professores e estudantes; para iluminar os lugares ocultos da vida escolar; apontar as formas mais sutis de resistência desenvolvidas pelos diferentes agentes do processo educativo; sublinhar os efeitos de currículos, normas, diretrizes; permitir uma leitura mais ampla do educativo que existe nas relações familiares, comunitárias, políticas, etc." (Idem, p. 23).

Essa abordagem é "estreitamente articulada à história das mulheres". Sem "cair num dos estereótipos sexistas", indica que na história da família, do cotidiano e do privado, que são "lugares do feminino por excelência", a desenvoltura das mulheres torna-se evidente (Idem, ibidem).

Tratando dos *procedimentos e técnicas* da história oral, Louro salienta a importância para esta abordagem da relação pesquisador(a)/pesquisado(a): "é fundamental o estabelecimento de laços de confiança entre os sujeitos envolvidos" (Idem, p. 24). Entre os informantes, é importante a contribuição dos velhos - que é justificada subjetivamente: "são pessoas que não têm quem

as escute", "a atenção e o interesse do(a) pesquisador(a) são por elas valorizados e, em contrapartida, a investigação se enriquece" (Idem, p. 25).

Quanto aos problemas enfrentados pela história oral, volta sua atenção especialmente para dois: para o da confiabilidade da memória e para o da representatividade (Idem, ibidem). Sobre o problema da confiabilidade da memória, para o qual há restrições não desprezíveis, diz que dele também não escapam os documentos escritos: "sabemos perfeitamente que se registra o que se quer registrar... 'esquecimentos', 'seleção' são cometidos na forma escrita ou oral, de modo intencional ou não" (Idem, p. 25). Quanto à questão da representatividade - que existe tanto na pesquisa oral, como na documental - afirma que "dificilmente uma amostra aleatória numa pesquisa oral refletiria o passado com precisão" (Idem, ibidem).

Para superar o problema da representatividade, indica alguns cuidados na seleção dos entrevistados, escolhendo pessoas de especial interesse para o estudo ou que sejam representativas do grupo em foco (Idem, p. 25). Para o da confiabilidade da memória, alguns outros cuidados devem ser tomados: buscar várias fontes de informação e confrontá-las; recorrer a vários depoentes e, ainda, as fontes orais podem ser comparadas, complementadas e corrigidas por fontes escritas; ainda, ouvir o mesmo depoente mais de uma vez (Idem, p. 26).

Na seqüência enumera alguns procedimentos e técnicas usuais do trabalho com fontes orais de informação, concluindo que esta fonte deve receber o mesmo tratamento que as outras:

> "Considero que a fonte deve ser trabalhada como são outras fontes, ou seja, enquanto pesquisadora deve realizar uma interação entre a teoria que deu suporte para a investigação e os dados coletados. Caso contrário, estarei fazendo enquetes, ou crônicas e narrativas... Nunca é demais repetir que uma pesquisa supõe um corpo teórico que dá consistência ao questionamento proposto, indica caminhos, aponta fontes e técnicas. No diálogo com a realidade apreendida com a teoria constrói-se o conhecimento. Registra-se a história dos que antes não a tinham..., mas não somente isto; esta história é analisada, articulada à história dos outros, interpretada no seu tempo e no sentido de sua época, na busca de uma compreensão mais global - o que afinal é a tarefa do(a) historiador(a)." (Idem, p. 28).

A autora conclui o artigo arrolando uma série de questões, apontando para a diferenciação entre a pesquisa histórica tradicional e a história oral e reafirmando seu convencimento "de que no encaminhamento de algumas problemáticas, a história oral pode ser um ponto de apoio fecundo" (Idem, p. 28).

O quarto artigo do **Em Aberto** é de Eliane Marta Teixeira LOPES, "Uma contribuição da História para uma História da Educação", que é iniciado por uma referência à posição de Robert Darnton e Véronique Nahoum-Grappe para os quais a expressão **História das Mentalidades** vem sendo abandonada pelos próprios historiadores, que preferem uma expressão que possa dar conta mais da forma de abordar do que do objeto de que trata (Idem, p. 29). Lopes considera que esses sinais de transformação em um campo específico de estudo "nos dão conta daquilo que vem sendo chamado de crise das Ciências Sociais" (Idem, p. 29).

Para a autora a História das Mentalidades não é

"uma história das idéias ou do pensamento", mas "a possibilidade de reconstituição dos comportamentos, das expressões e dos silêncios que traduzem concepções de mundo e sensibilidades coletivas" (Idem, p. 29). Como "as mentalidades são aquilo que mais lentamente muda em qualquer sociedade" (Idem, p. 30), nesse ponto (?) cruza-se com a História da Educação, pois "é possível falar em Educação sem falar em mentalidades?" (Idem, ibidem).

Ao lado, porém, das permanências, realizam-se "tomadas de consciência imprevisíveis", "inéditas", que podem reorientar o comportamento de um grupo. Nessa direção é impossível não pensar constantemente na questão posta pela historiografia quanto à articulação passado/presente/futuro, e que é refletida pela autora sob duplo enfoque: de um lado, tomando de empréstimo a fala de Lucien Febvre; por outro, a de Merleau-Ponty. O primeiro enfoque, tomado de Febvre, é uma convocação para um novo olhar sobre a História, a partir de novos paradigmas metodológicos.

> "(...) É preciso observar, agora, na vida e na educação, a inovação e o novo, aquilo que vem se fazendo novo. Essa é, talvez, a mais poderosa chave de entrada no passado. Quanto ao futuro... impossível esquecer o presente que será em relação ao passado que seremos. O lugar que se atribui ao passado é igualmente uma maneira de dar lugar a um futuro." (Idem, p. 30).

A segunda maneira, resgatada de Merleau-Ponty, implica em "deixar de lidar com oposições" (velho / novo, permanente / cambiante, permanente / inovação) e introduzir na reflexão "a idéia de pregnância" (Idem, p. 30-31). O campo semântico de **pregnância** aponta para

> "... tudo aquilo que perpassa a prática... - os gestos, as atitudes, as expressões, os silêncios,

> os sentimentos, as afetividades, as emoções, as mentalidades - não é permanente. Mas porque são todos, profundamente pregnantes, restam pregnâncias a serem captadas. É contando com isso que Merleau-Ponty escolhe **pregnância** 'para exprimir tudo aquilo que, não sendo visível nos permite ver, não sendo pensado nos dá a pensar através de um outro pensamento'." (Idem, p. 31).

A partir desse duplo ponto de vista, Lopes dá seu entendimento da tarefa que cabe ao historiador da educação: "que viva o presente", o presente "como chave de entrada no passado"; consciente da pregnância "que envolve seu objeto de estudo", que penetre no passado "em busca de traços, pistas e sinais". Em síntese:

> "(...) Para além das objetivas atitudes de coleta, organização e interpretação do material que lhe concerne, é preciso sentir e é preciso não acreditar muito... e se aplicar na tarefa de penetração e de decifração. É preciso dizer novamente: o passado não enquanto permanência..., mas enquanto pregnância que, como prenha, contém em seu bojo transformações, mutações e crises... mas também o que as provoca." (Idem, p. 32).

Tais observações abrem o caminho, na opinião da autora, para o entendimento da história (da educação)... Na seqüência do artigo expõe seu entendimento de um trabalho histórico que toma como linha de trabalho a "formação da professora" e que se articula em torno de três eixos: quanto ao *gênero*, fala da mulher; quanto à *raça*, fala da branca; quando à *classe* social, fala da classe média... (e a partir de uma tal ótica reconstitui as pistas dessa linha de pesquisa, a partir da História das Mentalidades). Segue fazendo um questionamento: para falar "da professora em Minas Gerais nos séculos XIX e XX" não bastaria traçar o perfil sócio-econômico das alunas dos colégios; tratar das matérias estudadas e do currículo; da política

educacional e da legislação da época, os relatórios de inspeção, os prospectos, estatutos e programas, etc?

Afirma que isso depende da perspectiva histórica assumida pelo pesquisador: em uma outra perspectiva seria suficiente; mas não o seria numa perspectiva "que inclui a ambição de uma síntese histórica global do social, as (ainda assim chamadas) **mentalidades**" (Idem, p. 34). Na perspectiva da História das Mentalidades o historiador da educação precisa ter disposição para incorporar novos objetos, recorrer a fontes menos ortodoxas, incorporar outros saberes aos da história e articular-se com pesquisadores de outras áreas, como Antropologia, Psicanálise, Análise do Discurso, Literatura (Idem, p. 35).

Termina o artigo retomando a palavra **pregnância**: "é certo que não se pode dizer que nada mudou. Mas pode-se dizer que **tudo** mudou?". Deixa clara sua opinião que a forma pode mudar: muda a maneira de falar, as coisas faladas, as pessoas... "Não se diz a mesma coisa, não se diz por causa das mesmas coisas, não se diz 'no' e 'do' mesmo lugar e época, não se diz às mesmas pessoas. Mas alguma coisa **insiste**." (Idem, ibidem)

O quinto e último artigo publicado pelo **Em Aberto** - e também último artigo em que aqui deixamos o autor falar - é de Clarice NUNES: "História da Educação: Espaço do desejo", no qual a autora faz uma crítica contundente ao mito da objetividade histórica, "mais interiorizado do que suspeitamos" (Idem, p. 37), e propõe um adentrar na atividade do historiador (da educação), motivada pela paixão, pela aventura e pelo desafio.

"É a nossa paixão que institui a ação de não só

> buscar a revisão dos cânones já consagrados pela ciência, mas também de forjar uma identidade e reconstruir um passado... que nos obriga a tratar com mais prudência e responsabilidade o sentido, sempre em aberto, do presente. A história é uma aventura que nos mobiliza no sentido de construir um conhecimento que não aparte a imaginação do rigor. É o desafio que faz crescer a nossa vigilância epistemológica e os empurra para o discernimento de nuances explicativas capazes de resgatar... a pluralidade de um universo que escapa às investidas de nossas ferramentas teóricas e confunde a nossa pretensão mais escondida de 'ressuscitar' os mortos." (Idem, p. 37).

Entendendo (baseada em Peter Gay) que o significado de um acontecimento para o futuro "está sempre aberto a revisões" (Idem, ibidem), argumenta que o fato de certos períodos e temáticas (na História da Educação Brasileira) parecerem exaustivamente estudados, não é motivo suficiente para o abandono de um trabalho de revisão das clareiras existentes. E isso por três motivos básicos: 1) por ser necessário um "ajuste de contas com a Historiografia da Educação" que forjou nossa geração e tomou como definitivos o testemunho de determinados educadores; 2) pela insatisfação "com os estereótipos alimentados pelas análises correntes"; 3) porque a originalidade não diz respeito somente a temas inéditos ou períodos não pesquisados, "mas também às novas relações que podem ser estabelecidas na revisão de temas e ou períodos já trabalhados" (Idem, p. 38).

Relacionado ao aspecto anterior, Nunes se volta para a questão dos dados: diz que *todos* já passaram "pela angustiante experiência" de não encontrá-los (quer pelo descuido ou destruição de acervos), mas que *poucos* viveram outra angústia - a de vasculhar os arquivos existentes, organizados e disponíveis (Idem, ibidem).

Com relação aos **arquivos**, a autora entende que esses "corporificam na sua existência e na sua organização um poder multifacetado", quer individual (do titular, do doador), quer institucional. Quando o pesquisador penetra nos arquivos, é como navegar numa imensidão: "saboreamos as palavras", "ouvimos com os olhos" (Idem, p. 38). Os arquivos exercem "um impacto... sobre nossa sensibilidade... empurra-nos, sem misericórdia, para a tessitura da vida" (Idem, p. 39).

A origem da busca nos arquivos é explicada pela "inquietação que exige, paradoxalmente, humildade e ambição": humildade para reconhecer a ignorância e ambição para persistir numa prática da qual (o pesquisador) extraia sua originalidade e sua competência (Idem, ibidem). A *inquietação* advém, para Nunes, "de questões cruciais que impulsionam o pesquisador a reescrever a história". Para os educadores essa questão crucial é a mesma que a formulada por Marx, na terceira tese sobre Feuerbach, quando - criticando a doutrina materialista desse filósofo - questiona: Quem educa o educador? (Idem, ibidem). Essa crítica marxista é que impulsiona ao reconhecimento de uma herança que não se pode rejeitar e que, por isso, "inspirou-nos a operar um deslocamento para as representações da experiência vivida pelos educadores... de vinte e trinta" (Idem, ibidem).

Nunes caracteriza a tensão do trabalho nos arquivos como direcionada por dois eixos: por um, o objetivo é entender "a experiência vivida pelo outro em seus próprios termos", pelo outro, objetiva-se "entender como o historiador concebe e utiliza o arsenal teórico de que dispõe" (Idem, ibidem). A teoria é assim considerada pela autora:

> "... enquanto mediação que nos introduza na rede de significados construídos pelo sujeito que estudamos... Em outras palavras, servimo-nos de um determinado referencial, não para confinar nele os sujeitos estudados, mas para fazê-lo expandirem-se dentro da sua própria ótica." (Idem, p. 40).

Essa consideração da autora sobre a teoria, a conduz a tratar das dificuldades e perspectivas da interpretação. O ato de interpretar é entendido como "traduzir" (Idem, p. 40)... é ir conhecendo aos poucos, através das confrontações, "num jogo de aproximações e distanciamentos" (Idem, p. 41). E, poeticamente, o trabalho interpretativo...

> "... é semelhante ao movimento do pássaro em seu vôo. Quando as asas da imaginação do historiador se liberam, o seu mergulho no visível faz vir à tona o invisível. (...) Nesse exercício, é preciso que lembremos, corremos incessantemente o risco do erro. Mas com o erro aprendemos, desde que tenhamos generosidade e respeito para com o processo vivenciado. Solitário processo que, como o luto, não se transfere, mas mesmo assim pode ser objetivado e desprivatizado. (...)" (Idem, p. 41).

Esse esforço de apreensão e compreensão é que motiva a revisitar os educadores nas décadas de vinte e trinta: "é o desejo de... olhar nos olhos desses monstros sagrados", na busca de apreendê-los entre dois universos - o da singularidade e o da generalidade - que leva o historiador da educação aos arquivos, a descobrir fontes ainda não exploradas e a "tentar elaborar uma descrição densa" (Idem, ibidem).

A elaboração dessa descrição exige "renúncia à estabilidade teórica": não se trata de abandono da teoria, mas de "transformar sua fragilidade em força e buscar uma leitura mais precisa... menos preconceituosa" (Idem, ibidem); não defende saltar "de um quadro teórico para outro", mas de elaborar,

juntamente com a construção do objeto, um instrumental teórico que penetre no "movimento dos sujeitos em expansão" (Idem, p. 42)...

> "(...) Trata-se de forjar uma sutil força teórica que invade não para possuir o objeto (leia-se sujeito), mas para arrancá-lo dos lugares comuns em que foi encerrado.(...)" (Idem, ibidem).

O eixo central dessa abertura teórica, para a autora, "é o choque das subjetividades (sujeito pesquisado x sujeito pesquisador) laceradas pela cultura"; é estar aberto à "pluralidade de sentidos presente na obra dos sujeitos que a produziram" (Idem, ibidem). Nunes entende que essa abertura ao pluralismo "não é um elogio ao ecletismo", pois não se trata de diluir as diferenças, ao contrário, trata-se de "reconhecê-las, demarcá-las, nominá-las e avaliá-las" (Idem, ibidem).

É de toda essa conjunção que resulta o escrever a história, que é mais que "realizar uma exposição de achados", pois "é dialogar, não exatamente com os outros, mas com nosso próprio pensamento" (Idem, p. 43). Embora às vezes os historiadores sejam "ladrões de palavra" (pois usam fragmentos de originais, referências), a narração histórica é mais parecida com a do antropólogo e a do crítico literário - cria "uma hierarquia estratificada de estruturas significantes" (Idem, ibidem).

Nesse trabalho de escrever a história, o historiador "trabalha na elaboração de um espaço intelectual": a ele "cabe menos transmitir informações que filtrá-las e ordená-las" (Idem, p. 44).

Poeticamente como começou, Clarice Nunes conclui seu artigo com uma bela analogia entre a narrativa histórica e

uma mulher apaixonada:

> "(...) A narrativa histórica, como mulher apaixonada, exige todo o envolvimento do historiador, sua total entrega e, ao mesmo tempo, sua total vigilância. Através da continuidade e da ruptura com formas de dizer já estabelecidas, quem narra vai esboçando seu próprio contorno, vai se dando conta das migrações do seu desejo, vai se surpreendendo com seu próprio rosto... É cair na tentação do humano nele sempre presente. É hesitar, com medo do fracasso, antes de se atirar ao mundo. É buscar o que se perdeu do lado oposto das certezas. É oferecer alguma coisa a alguém..." (Idem, p. 44).

Ao final deste arrolamento, convém explicar que optei por deixar os próprios autores falarem, evitando falseamentos em seus pensamentos. Iniciei este tópico me referindo à tendência, nos anos mais recentes, da "lamúria" dos historiadores da educação no Brasil se transformar na defesa da busca dos "novos"... A exposição dos autores, notadamente, a partir de 1986 deixou evidente essa tendência; mais que isso, deixou patente que esse discurso do "novo" é, na verdade, um questionamento quanto ao fazer científico chamado de "moderno" (em oposição ao "pós-moderno) e que não passa de um retorno a concepções ontológicas e epistemologicamente subjetivistas, geralmente camufladas sob denominações que apregoam o "novo" ou o "pós"... o "pós-modernismo".

NOTAS AO CAPÍTULO 1

01. São os seguintes os trabalhos mais citados neste debate historiográfico (em ordem alfabética): BRAUDEL, Fernand: **Escritos sobre a História** (1978); CARDOSO, Ciro Flamarion S. e Hector

Perez Brignoli: **Os métodos da história** (1983); CARDOSO, Ciro Flamarion: Ensaios racionalistas: **filosofia, ciências naturais e história** (1988); CARR, Edward H.:**O que é história?** (1978); DUBY, G. e outros: **História e Nova História** (1985); FEBVRE, Lucien: **Combates pela História** (1977); FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/Cpdoc: **Estudos históricos 1988/1: caminhos da historiografia** (1988); HELLER, A.: **Teorías de la historia** (1985); IGLESIAS, F.. "A propósito da Historiografia brasileira" (1975); LAPA, José Roberto do Amaral: **História e Historiografia; Brasil pós-64** (1985); LAPA, J.R.A.: **A História em questão: Historiografia brasileira contemporânea** (1976); LE GOFF, Jacques e Pierre NORA (Org.): **Fazer história** (1977); LE GOFF, Jacques e Pierre NORA: **História: novos problemas** (1988); LE GOFF, Jacques: **A História Nova** (1990); LE GOFF, J. e outros: **A nova História** (1986); LEFEBVRE, G.: **El nacimiento de la historiografia moderna** (1985); MOTA, C.G.: "A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica" (1975); NORA, Pierre (Org.): **Ensaios de ego-história** (1989); SILVA, M.B.N. (Org): **Teoria da História** (1986); VEYNE, Paul: **Como se escreve a história** (1982); VILAR, P.: **Iniciación al vocabulario del Análises Histórico** (1982); VOVELLE, Michel: **Ideologias e mentalidades** (1987).

02. Utilizei-me dessa caracterização quanto às preocupações e questões dos historiadores da educação no Brasil, no que diz respeito às deficiências e limites da produção histórica e historiográfica, em um texto (com o título provisório **Exposição preliminar do Projeto de Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da História da Educação Brasileira**) preparado para uma mesa-redonda sobre o tema "Projeto de Levantamento e Catalogação de Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira", realizada durante o "X Encontro de Pesquisadores em Educação da Região Sul", promovido pela FUEM e AESUFOPE, nos dias 11 a 13 de novembro de 1992, na Universidade Estadual de Maringá.

03. No levantamento bibliográfico elaborado para o presente trabalho (e que não teve por objetivo fazer um arrolamento exaustivo, mas apenas subsidiar os estudos em torno da problemático teórico-metodológica da historiografia educacional brasileira) pode-se fazer uma pequena listagem, em ordem cronológica, das principais iniciativas e trabalhos publicados e que é reveladora por si mesma: 1945, artigo "Fontes para a História da Educação no Brasil", de F. VENÂNCIO FILHO; 1956, "Levantamento das pesquisas realizadas ou em realização no Brasil", numa promoção conjunta da CBPE/INEP/MEC - relatório de pesquisa de Dinah M. de S. CAMPOS, um texto mimeografado com o mesmo título acima (Apud: RIBEIRO, M.L., 1978, p. 26); 1971, foi promovido pela USP o "I Seminário de Estudos Brasileiros: Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira", coordenado por Laerte Ramos de CARVALHO - também nesse ano Aparecida J. GOUVEIA publicou o artigo "A Pesquisa educacional no Brasil"; 1974, Dermeval SAVIANI proferiu uma palestra no IX Encontro da Associação de Professores Universitários de Filosofia e História da Educação, com o título "Função do Ensino de

Filosofia da Educação e de História da Educação", posteriormente publicado; 1978 Otaíza de Oliveira ROMANELLI, publicou sua tese de doutoramento (apresentada à Sorbonne), com o título **História da Educação no Brasil - 1930/1973**; também em 1978 Maria Luisa Santos Ribeiro publicou seus dois principais trabalhos - sua dissertação de mestrado, **Introdução à História da Educação Brasileira** e um manual, destinado a servir de introdução sintética nos cursos de História da Educação Brasileira, **História da Educação Brasileira**; 1981 Gilberto Luiz Alves defendeu, na UFSCar, sua dissertação de mestrado, **Da História à história da educação**; 1982 Dermeval SAVIANI publicou seu artigo "As teorias da educação e o problema da marginalidade na América Latina", iniciando sua análise, classificação e periodização das concepções teórico-metodológicas da educação brasileira, que foi posteriormente aprofundando e ampliando em outros trabalhos; também em 1982 Evaldo A. VIEIRA publicou o artigo "Por uma história da educação que esteja presente no trabalho educativo"; em 1984 o INEP deu início a uma linha de apoio e fomento (a pesquisas, dissertações e teses) sobre a História da Educação Brasileira, principalmente àqueles baseados em fontes primárias e documentos inéditos - visando estimular a pesquisa histórico educacional o INEP promoveu a realização, no período de 20 a 21 de setembro/1984, do ***"Seminário sobre Historiografia e Educação"*** e publicou um número especial do **Em Aberto** dedicado à História da Educação Brasileira; nessa publicação destacam-se os artigos de Miriam Jorge Warde - "Anotações para uma historiografia da educação brasileira" (WARDE, M.J., 1984, p. 1-6), de Luiz Antonio Cunha - "Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil" (CUNHA, L.A., 1984, p. 7-26) e de Jorge Nagle - "História da Educação brasileira: problemas atuais" (NAGLE, J., 1984, p. 27-29), além de uma bibliografia específica sobre o tema; ainda em 1984 foi criado o Grupo de Trabalho (GT) em História da Educação, coordenado pela Profa. Ester Buffa, na VII^{a}. Reunião Anual da ANPED-Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, realizada em Brasília; em 1986, no transcorrer da IX^{a}. Reunião Anual da ANPED, no Rio de Janeiro, o GT História da Educação considerou como atividades prioritárias para o plano de atividades 1986/87 "o estudo das questões teórico-metodológicas de pesquisa em História da Educação, o levantamento de fontes e a formação de uma bibliografia básica em História da Educação no Brasil" (ANPED. Anais da IX Reunião anual. Rio de Janeiro, UERJ, 1986. Relatório do GT História da Educação); 1986 Eliane Marta Teixeira LOPES, publicou seu opúsculo **Perspectivas históricas da educação**; 1987 Paulo Ghiraldelli Jr. publicou o artigo - "A evolução das idéias pedagógicas no Brasil Republicano"; 1987 Silvio Ancízar Sánches GAMBOA, defendeu sua tese de doutoramento, com o título **Epistemologia da Pesquisa em Educação: Estruturas Lógicas e Tendências Metológicas**; 1987 Moacir Gadotti publicou **Pensamento pedagógico brasileiro**; dezembro de 1988 foi realizado, na Universidade Federal Fluminense, Niterói, o **I Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa e Documentação em História da Educação Regional**; 1990 Clarice Nunes publicou o artigo "Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência"; 1990 Dermeval Saviani publica o artigo "O pensamento da esquerda e a educação na República

brasileira"; Paulo GHIRALDELLI JR. publicou o artigo "A pedagogia histórico-crítica no contexto das relações entre a educação e os partidos políticos de esquerda na República", também resultado de um texto apresentado no painel intitulado: "Educação republicana e movimentos sociais", realizado em 09/11/89, durante o evento "Um século de educação republicana", promovido na Faculdade de Educação-UNICAMP; 1991 o INEP publicou um outro número especial do **Em Aberto** - destaques da publicação ficam por conta dos artigos que contém: de Miriam Jorge WARDE, "Contribuição da História para a Educação" / de Ester BUFFA, "Contribuição da História para o Enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos" / de Guacira Lopes LOURO, "A História (Oral) da Educação: algumas reflexões" / de Eliane Marta Teixeira LOPES, "Uma contribuição da História para uma História da Educação" e de Clarice NUNES, "História da Educação: Espaço do desejo"; 1991 Paulo GHIRALDELLI Jr. publicou um escrito com o título **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil.**

04. Os trabalhos citados por LOPES, como delineadores de novas tendências - ou que resultam em novos questionamentos e novas questões para o historiador da educação, são os seguintes: Rogério Cunha CAMPOS, **Luta dos trabalhadores pela escola**; Irede CARDOSO, **Os tempos dramáticos da mulher brasileira**, de 1981; Maria Malta CAMPOS, **Escola e participação popular; a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo**, de 1982; Marília Pontes SPOSITO, **O povo vai à escola; a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo**, em 1984; Zeila de Brito Fabri DEMARTINI, organizadora de **Velhos mestres das novas escolas; um estudo das memórias de professores da Primeira República em São Paulo**, de 1984; Oder José dos SANTOS, "Esboço para uma pedagogia da prática", de 1985; de Eliane Marta Teixeira LOPES, **Colonizador-Colonizado: uma relação educativa no movimento da história**, de 1985.

05. Acerca desses estudos educacionais de natureza sociológica, Aparecida J. Gouveia registra que:

> "(...) Do noticiário do CBPE relativo a 1956 constam, como objeto de pesquisas em andamento... educação e mobilidade social em São Paulo, relações de raças no Brasil meridional, relações entre o processo de socialização e a estrutura de comunidade em Itapetininga, SP, a estrutura social de escola... fornecidas pelos estudos de comunidade, estratificação social no Brasil..." (GOUVEIA, A.J., 1971, p. 210).

06. As cinco tendências da historiografia educacional brasileira classificadas por Gilberto Luiz Alves, foram assim delineadas: a **primeira tendência** é representada pelos historiadores da educação que "expressam claramente seu compromisso com a sociedade burguesa", daí sua forma "ostensivamente apologética" (ALVES, G.L., 1981, p. 27). Essa tendência foi analisada a partir de Bastos Silva e Fernando de Azevedo (Idem, p. 27-35). A **segunda tendência** é conformada por Jorge Nagle, um "estudioso manifestamente preocupado com a história" (Idem, p. 35) que,

rompendo com a "prática científica" anterior, buscou relacionar a educação com a sociedade brasileira e, repudiando a categoria de análise "povo", assumiu a presença das "classes" na sociedade brasileira (Idem, p. 36). Com Nagle teve inicio "uma prática revisionista nos estudos de história da educação" que se "indissocia do ecletismo" (Idem, ibidem). Também nessa tendência incluiu Vanilda Pereira Paiva (Idem, p. 39). Uma **terceira tendência**, vinculada ao "veio teórico da dependência na interpretação da história da educação brasileira", é representada por Manfredo Berger e Otaíza de Oliveira Romanelli (Idem, p. 40). A teoria da dependência pretendeu uma aproximação com o marxismo ou de "compreendê-la dentro deste" (Idem, p. 41), mas a análise dessa teoria a vincula ao ecletismo. Em Berger o ecletismo se manifesta desde sua aproximação do marxismo (feita através de pseudo-marxistas, como Fernando Henrique Cardoso, Luiz Pereira e Darcy Ribeiro), ao recolhimento de contribuições diversas de outros autores (Lévi-Strauss, Durkheim, Mannheim e Celso Furtado). Seu trabalho resultou num ecletismo que deu margem "a uma interpretação política nacionalista e burguesa do 'desenvolvimento dependente'" (Idem, p. 48). Em Romanelli o ecletismo atinge "as raias da inconsistência mais evidente" (Idem, p. 48): além das influências dos "marxistas" (Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Luiz Pereira, Darcy Ribeiro e Celso Furtado) ela incorporou à sua análise Philip H. Coombs (que se baseou na teoria dos sistemas para a compreensão da Educação). Seu trabalho acabou referendando a "perspectiva modernizadora" de Coombs e que, em vista da relação entre "sistema educativo" e "desenvolvimento nacional", apontou para funções do "sistema educativo" que não contemplava o "desenvolvimento nacional", os interesses dos "estudantes" e os da "maioria" (Idem, p. 49-50). Uma **quarta tendência** da historiografia educacional está vinculada às "contribuições dos sociólogos 'marxistas'" - Florestan Fernandes, Luiz Pereira, Octávio Ianni - e tipicamente expressa em Celso Beisiegel (Idem, p. 50). Reafirmando sua interpretação sobre a existência de uma sociologia "marxista", Alves é taxativo: "a despeito da profissão de fé marxista... o desenvolvimento da sociologia continua marcado pela decadência ideológica" que, em sua mescla com o marxismo, assumiu "uma forma sub-reptícia e mais elaborada, que se expressa numa retórica francamente revolucionária" (Idem, p. 51). Foi sob essa ótica que enquadrou Beisiegel, cujo trabalho expressa uma indefinição conceitual que resultou num trabalho que não saiu "do plano da historiografia burguesa", posto que não desvendou o que se esconde por trás de suas categorias de análise (Idem, p. 52-53). Ao pretender "não se envolver em *questões polêmicas*" Beisiegel assumiu a perspectiva da burguesia (Idem, p. 53). A **quinta tendência** se configura nas obras que tentam abordar a história da educação através do método dialético (Idem, p. 53), tal como os livros de Maria Luisa Santos Ribeiro (Idem, p. 59). Apesar da "postura metodológica mais avançada dessa autora", o conteúdo de seus trabalhos "está minado por dois condicionamentos ideológicos, que atingem, indiscriminadamente, todos os historiadores da educação" (Idem, ibidem): o primeiro, os leva a assumir a especialização do saber... "a história já está suficientemente interpretada" tarefa essa que coube aos

historiadores; o segundo, diz respeito à ausência, por parte do historiador da educação, de um instrumental que permita a crítica do saber histórico produzido pelos historiadores (Idem, ibidem). A conseqüência desses condicionamentos é que "todas as obras desembocam no ecletismo e no relativismo ideológico que este implica" (Idem, ibidem). Considerando Alves que "a abordagem dialética... impõe uma epistemologia e uma concepção de mundo marxistas", apoiada numa formação sólida fundada nos clássicos do marxismo (Idem, p. 62), identifica as distorções da obra de Ribeiro "como efeitos de uma formação marxista que não tem suas origens e fundamentos nas fontes originais" (Idem, ibidem).

07. Apesar da emergência da concepção dialética como uma tendência da produção científica dessa época, a pesquisa de Gamboa revela dados que expressam adequadamente o quadro teórico-metodológico da produção em **Filosofia e História da Educação** que abrangeu 30,9% da amostra e que o autor, a partir das abordagens metodológicas, traçou o seguinte perfil epistemológico: 28% são positivistas-funcionalistas; 50% femomenológico-hermeneuticas e 22% crítico-dialéticas (GAMBOA, S.A.S., 1987, p. 152).

08. Esse debate em torno dos "novos" (de uma "nova ciência", "nova história", etc.), embora tenha eclodido na História e Ciências Sociais desde meados dos anos 70 e início dos 80 - a partir de algumas publicações, como por exemplo: em 1974 por Le Goff e Nora (org.) do **Faire de l'histoire**, uma coletânea de artigos dos principais propugnadores de uma "nova história" e em 1978 do **La nouvelle histoire**, por Le Goff, Jacques, Chartier, Rober e Revel; a publicação em 1975 do **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, de Michel FOUCAULT (FOUCALT, M., 1977) ; em 1983, por Perry ANDERSON de seu **A crise do marxismo: introdução a um debate contemporâneo** (ANDERSON, P., 1987) - é muito anterior, em sua proposição básica, tendo sua origem nas análises epistemológicas da física e difundidas com a publicação, em 1962, do livro de Thomas S. KUHN, **A Estrutura das Revoluções Científicas** - editado no Brasil em 1972 , dez anos depois de sua publicação pela Universidade de Chicago. A elaboração de Kuhn parte de uma análise da historiografia da ciência "tradicional", que para o autor apresenta uma crescente dificuldade na operacionalização do "conceito de desenvolvimento-por-acumulação" (KUHN, T. S., 1987, p. 21). Dessa crítica de Kuhn saiu configurada uma "nova" concepção sobre a ciência e sua história: tratava-se da **visão estrutural-paradigmática da história da ciência** - também denominada de **"nova historiografia da ciência"**.

Para Kuhn, foram as dúvidas e dificuldades com relação à elaboração da historiografia tradicional que provocou "uma revolução historiográfica no estudo da ciência", pela qual os historiadores da ciência começaram a se colocar "novas questões" e a pressupor a possibilidade de outras formas de desenvolvimento (não-cumulativas) do conhecimento científico (Idem, p. 22).

É o próprio Kuhn quem denomina esse tipo de abordagem de **"nova historiografia"** e explicita que o objetivo da nova concepção é de buscar "uma nova imagem da ciência" (idem, ibidem). Ao combater a historiografia tradicional da ciência,

marcada pela crônica cumulativa e progressiva, a nova historiografia passou a advogar a pesquisa de novas questões e a pressupor a possibilidade de outras formas de desenvolvimento (não-cumulativas) do conhecimento científico. Tratando a ciência em si mesma, sem vinculá-la ao contexto em que é produzida, essa "nova" postura foi considerada como de busca de uma "nova" imagem de ciência, pela qual, embora subentendendo a racionalidade como um aspecto próprio da ciência, afirma que ela não pode ser considerada como fator explicativo suficiente para o seu entendimento, pois fatores arbitrários e subjetivos (externos ao pesquisador ou à prática científica), de difícil precisão ou mensuração, são fundamentais para que se entenda o desenvolvimento da maioria das ciências, bem como da atividade do pesquisador.

09. Lopes identifica essas "novas tendência" em algumas áreas da pesquisa educacional, por exemplo: na *orientação educacional* que "tem uma história que se busca" e que uma vez entendida e confrontada com a realidade de hoje, "possibilitará apreender-se as contradições de sua prática" (Idem, p. 64); o *magistério* (enquanto categoria profissional) cuja história começa a ser revelada, deixando mais claras as "relações dessa categoria profissional com o Estado (que a forma e paga) e com a sociedade (a quem presta serviço)"; na *metodologia do ensino*... até mesmo para "saber que um currículo não é composto aleatoriamente... correspondem a interesses (econômicos, políticos e sociais) presentes em determinados momentos históricos" (LOPES, E.M.T., 1987, p. 64).

CAPÍTULO 2. HISTORIOGRAFIA E CONTEMPORANEIDADE: da decretação da pós-modernidade à morte do marxismo

No capítulo anterior, partindo de algumas questões gerais quanto à penetração do pensamento pós-moderno na historiografia educacional brasileira, fez-se uma exposição sucinta dos principais debates travados pela historiografia educacional brasileira. Com essa exposição, por um lado, objetivei deixar claro o momento em que esse debate em torno dos "novos" (objetos, fontes, enfoques, problemas, métodos, teorias, etc.) surgiu no interior da reflexão historiográfico-educacional brasileira e, por outro lado, quais as principais questões levantadas por essa "nova" historiografia.

2.1. "Nova" historiografia (também educacional) e pós-modernidade

Com relação ao aparecimento dessa "nova" historiografia educacional, observei no capítulo anterior que sua penetração foi gradativa, ficando claramente delineada a partir de meados da década de 1990. Levando em consideração os estudos dedicados ao entendimento das tendências da pesquisa educacional brasileira e que resultaram em classificações e periodizações[01] (GOUVEIA, 1971; GATTI, B., 1981; MELLO, G.N., 1983; CUNHA, L.A.,

1979), parece claro que também a busca dos "novos" emergiu com o aumento e ampliação da pesquisa educacional no Brasil, resultado direto da criação e consolidação dos cursos de pós-graduação em educação. Ao contrário de ser um período marcado pela predominância de uma única tendência, a aparente discordância entre os autores que trataram da questão (vide a nota 01) poderia levar à conclusão que se trata de uma acirrada disputa de posições entre diferentes programas de pós-graduação e, no limite, entre diferentes perspectivas no interior de um mesmo programa. Esses autores, porém, não aprofundam essa discussão... somente indicam a existência das tendências que, sem dúvida, resultaram da consolidação dos cursos de pós-graduação em educação, mas que também sofreu a interferência de dois outros importantes fatores: por um lado, a integração da pesquisa no Brasil aos grandes centros acadêmicos internacionais (onde se qualificaram parcela significativa dos professores e orientadores da pós-graduação); por outro, a organização em âmbito nacional das várias Associações de Pesquisa em Pós-graduação.

Se nos autores referidos há uma intuição dessas tendências, os resultados da pesquisa de GAMBOA indicam claramente essa coexistência de diferentes concepções (que o autor quantificou e analisou por ***áreas de concentração***, pelos ***temas tratados***, quanto ao ***nível educacional*** estudado, conforme as ***técnicas de pesquisa*** adotadas e segundo as ***abordagens metodológicas*** utilizadas)[02]. Embora não tenha apreendido o aparecimento dessa onda pós-modernista na pesquisa educacional, o interessante no trabalho de Gamboa é que ele possibilita uma quantificação e caracterização adequada sobre a produção

educacional, inclusive na área de concentração em Filosofia e História da Educação, corroborando com a hipótese acima enunciada - que nesse quarto período a pesquisa educacional foi marcada pela coexistência de várias perspectivas, em acirrada disputa de posições metodológicas e teóricas. Assim, ao fazer uma análise da presença das diferentes tendências epistemológicas (as abordagens empírico-analítica, fenomenológico-hermenêutica e crítico-dialética) ao longo das três etapas da produção da pesquisa em educação no Estado de São Paulo (1971-76; 77-80 e 81-84), Gamboa faz as seguintes observações:

a) as abordagens empírico-analíticas tiveram presença marcante em todos os períodos, sendo as mais utilizadas nas pesquisas desenvolvidas nos cursos de pós-graduação (66%). Apesar dessa hegemonia, Gamboa detectou uma diminuição em sua utilização: de 70% no período de 1971-76, passando para 67% de 77-80, ficando com 64% de 81-84 (GAMBOA, S.A.S., 1987, p. 196-197);

b) as outras duas abordagens (fenomenológico-hermenêutica e crítico-dialética) constituem para Gamboa em "alternativas" que "questionam a relativa hegemonia da pesquisa analítica e ganham progressivo espaço nos centros de pesquisa" (Idem, p. 198). A abordagem fenomenológica-hermenêutica surgiu quando da organização dos cursos de pós-graduação e se constituiu, no primeiro período (71-76), em alternativa "única, frente à relativa hegemonia das abordagens positivistas" (Idem, p. 199). Nos períodos subsequentes sua influência se estendeu para outras áreas da pesquisa educacional; essa ampliação da influência não foi acompanhada quantitativamente, pois sofreu aos longo dos

períodos uma redução porcentual: 26% em 71-76, 24% em 77-80 e 21% em 81-84 (Idem, p. 196 e 198-199);

c) Embora apareça no período de 71-76 com 2% das pesquisas produzidas, a abordagem crítico-dialética passou a se constituir como alternativa no segundo período (77-80), quando salta para 8% das pesquisas; no terceiro período (81-84) essa concepção "se consolida como alternativa de pesquisa em educação" com 12% do total de pesquisas produzidas.

Esses resultados da pesquisa realizada por Gamboa corroboram as análises da produção histórico-educacional sintetizadas no capítulo anterior (RIBEIRO, M.L.S., 1978; WARDE, M.J., 1984; WARDE, M.J., 1991). Vale relembrar (e quando necessário ampliar) as observações dessas autoras: Ribeiro pesquisou as publicações da historiografia educacional brasileira no período de 1812 a junho/1973; após classificar essa produção pelo *tipo* e pelo *estilo da publicação*, concluiu que elas prendiam-se a concepções não-dialéticas da história e se limitavam à "descrição, ao detalhamento na descrição... e ao estabelecimento de relações unilaterais entre educação e sociedade" (RIBEIRO, M.L.S., 1978, p. 25).

Warde (em artigo de 1984) fez um balanço dos trabalhos histórico-educacionais e concluiu que, por serem um produto dos programas de pós-graduação, traziam a marca desses programas, caracterizada por uma produção reincidente, pouco criativa, pouco atualizada e, com freqüência, apoiada em referenciais teóricos consagrados ou em voga no momento. Essa pesquisa de Warde revelou a existência de ***quatro principais tendências*** (e de uma possível quinta) nessa produção: a *primeira*

tendência se caracterizava pelo "exame do pensamento de intelectuais de maior ou menor envergadura no campo da educação", sem qualquer ou pouca referência ao contexto em que esse pensamento foi criado - era uma tendência decrescente (WARDE, M.J., 1984, p. 3); a *segunda tendência* tratava da mesma temática da anterior, mas buscando a contextualização político-ideológica do pensamento em exame (Idem, ibidem); uma *terceira tendência* fazia o acompanhamento evolutivo da educação escolar nos seus diferentes graus e ramos, sem nenhuma referência às determinações concretas que pesam sobre a educação (Idem, p. 3-4) - foi apresentada como uma tendência que também vinha decrescendo; a *quarta tendência* tinha a mesma temática da terceira - com modulações como, por exemplo, o tema da educação popular - enveredando "pelo caminho teórico e metodológico do trato concreto do movimento histórico da educação" (Idem, p. 4) - era uma tendência crescente (Idem, ibidem). Alguns trabalhos pareciam delinear uma possível *quinta tendência*, dedicada à discussão dos caminhos teóricos e metodológicos da historiografia da educação brasileira (Idem, ibidem).

Ao final de seu outro artigo (de 1991), Warde apenas adianta alguns indicadores a partir da pesquisa que estava realizando (na qual arrolou 3.809 títulos, dos quais 803 continham, no todo ou em parte, referência histórica à educação brasileira): observa que parcela considerável desses trabalhos faziam referências históricas à educação brasileira, em geral "através de fontes secundárias" (WARDE, M.J., 1991, p. 9); neles predomina o recuo a períodos históricos passados "para mostrar que o presente é do jeito que é porque o passado foi o que foi"

(Idem, ibidem - também nota 17). O levantamento realizado indica que apenas um pequeno número de trabalhos (em torno de 8 % dos defendidos) dedicavam-se "integralmente ao estudo histórico da nossa Educação"; neles aparece um outro significado: "o recurso à história é de natureza político-ideológica" (Idem, p. 10).

Embora não apareça nas análises e periodizações da pesquisa educacional sintetizadas, não há dúvida que essa "nova onda" está claramente delineada a partir de meados da década de 1980 na pesquisa histórico-educacional brasileira. Essa "nova" tendência tem em comum a pregação da necessidade de "novos problemas" para a pesquisa educacional, de "novos objetos" de análise, de "novos métodos" de conhecimento e de "novas fontes" para a pesquisa histórica... A partir dessa aparente preocupação comum com a construção de uma "nova história da educação brasileira", os artigos de Lopes, Louro e Nunes - abordados no capítulo anterior - abrem ***várias possibilidades*** quanto ao fazer científico do historiador:

Uma *primeira* é dada por Eliane Marta Teixeira LOPES: mencionando o pensamento de vários autores (Edgar De Decca, Walter Benjamim, Lucien Febvre, Merleau-Ponty...), a autora opta por uma ***História das Mentalidades*** que, reconhecendo a existência de uma crise das ciências sociais (LOPES, E.M.T., 1991, p. 29), abre a possibilidade para o estudo de "novos problemas", "novas contribuições" e "novos objetos" que põem em causa a história, ao mesmo tempo em que a enriquecem e a transformam (LOPES, E.M.T., 1986, p. 27). Entendendo que até hoje a história tem sido o registro do vencedor, apresenta o desafio

de se buscar a história dos vencidos (Idem, p. 30) - através da qual o historiador aprenderá que a história poderia ser diferente do que foi, que há no histórico "outros possíveis" que não se realizaram. Em tal concepção, cabe ao historiador a tarefa de viver o presente (entendendo o presente "como chave de entrada no passado"); que, para além das atitudes objetivas (de coleta, organização e interpretação do material), importa ao historiador "sentir" e "não acreditar muito" (LOPES, E.M.T., 1991, p. 32).

Uma *segunda possibilidade* é aberta por Guacira Lopes LOURO que, ressaltando a valorização das fontes não escritas pelos movimentos mais recentes da historiografia (Nova História, História das Mentalidades, História do Privado e História das Mulheres) e referenciando-se em autores que, mesmo tendo diferentes posições teóricas ou ênfases em sujeitos e temas, apontaram para busca de diferentes fontes documentais (Paul Thompson, Ralph Samuel, Michelle Perrot, Danielle Kergoat, Philippe Joutard, Ecléa Bosi e Eliana Marta Teixeira Lopes), indica a *história oral* como uma perspectiva importante para a pesquisa de sujeitos ou temas para os quais não há outro acesso, bem como para responder a novas perguntas sobre antigos temas, provocar novos temas, abrir novas perspectivas de análise (LOPES, G.L., 1991, p. 22-23). A posição de Lopes é de vincular essa abordagem à de gênero, à história das mulheres (Idem, p. 23).

Um *terceiro caminho* é apontado por Clarice NUNES que, baseando-se em autores ligados à Nova História, à Nova Antropologia e à Nova Crítica Literária (tais como Gaston Bachelard, Edward H. Carr, Umberto Eco, Peter Gay, Clifford Geertz, Jacques Le Goff, Pierre Nora, Adauto Novaes, Ivan Ribeiro

e Michel Schneider), inicia por considerar como fundamental a crítica do mito da subjetividade (NUNES, C., 1991, p. 37), pois é basica para que o historiador adentre em sua atividade motivado pela paixão, pela aventura e pelo desafio (Idem, ibidem). A história é para a autora a busca do significado de um acontecimento para o futuro; essa busca (por significado) é sempre aberta a revisões, pois um significado se diferencia de outro pela época em que foi produzido e pelos motivos que o geraram (Idem, p. 37-38). A pesquisa nos arquivos - que provocam um impacto sobre a sensibilidade do pesquisador - é tratada como um "navegar numa imensidão" que empurra "para a tessitura da vida" (Idem, p. 39). Para essa concepção de história, a teoria é a mediação que introduz o pesquisador na rede de significados construídos pelo sujeito objeto de estudo; a teoria é, portanto, um instrumental que possibilita ao pesquisador *interpretar* (Idem, p. 40-41). O trabalho do pesquisador resulta em "descrição densa" que, por sua vez, exige "renúncia à estabilidade teórica" - ela possibilita ao historiador a penetração no "movimento dos sujeitos em expansão", cujo eixo central é o "choque das subjetividades" - a do sujeito pesquisado com o sujeito pesquisador (Idem, p. 41-42). Escrever a história, assim, é um ato de diálogo, não um diálogo com os outros, mas "com nosso próprio pensamento" (Idem, p. 43). Nisso a narração histórica é muito parecida com a do antropólogo e a do crítico literário: criam estruturas significantes (Idem, ibidem).

Essa retomada sintética das perspectivas historiográficas defendidas por Lopes, Louro e Nunes deixa

claramente delineada as principais questões levantadas por essa "nova historiografia educacional":

* o entendimento de que existe uma crise nos paradigmas teórico-metodológicos da ciência moderna;

* a decretação da crise da razão moderna, conformada pela denúncia do mito da objetividade, pelo descrédito à busca da verdade do conhecimento, pela desqualificação do pensamento historiográfico racionalista, realista, objetivista e... moderno;

* a defesa de um pensamento que valoriza a subjetividade, o sentimento, o prazer, o sexo, o imaginário, o fragmentário, o microscópico, o cotidiano, o singular, o efêmero...

Essas questões não são próprias e exclusivas dessa "nova" historiografia educacional: são problemas que têm suas raízes nas teorias da História que fazem um questionamento tanto do chamado "mundo moderno", quanto das concepções que reivindicam a racionalidade ou a chamada "razão moderna". Para essas teorias, a História (e também as Ciências Humanas e Sociais em geral) vive uma profunda crise metodológica e teórica, uma verdadeira *crise de paradigma* (EVANGELISTA, J.E., 1992, p. 11). O cárater dessa crise reside, para esses críticos, no fato do pensamento moderno ter forjado um modelo de análise de caráter macroscópico, privilegiador das regularidades sociais, tendo por base uma lógica vinculada à tradição da modernidade, de fé na razão, na objetividade, na verdade, na ciência, no progresso e na revolução (Idem, p. 12). Michel ZAIDAN FILHO, um autor identificado com esse repensar da história, vincula essa crise a uma matriz filosófica comum: a um novo surto de irracionalismo[03] que é tributário "tanto do questionamento radical do modelo leninista

de organização política, canonizado pela Terceira Internacional (IC), como das teorias da História que reivindicam a razão" (ZAIDAN FILHO, M., 1989, p. 19). A confluência desses questionamentos adquiriram sua principal personificação em Claude Lefort e Cornelius Castoriadis (Idem, ibidem - principalmente a nota 2). Para Zaidan Filho a radicalização desses questionamentos expressa uma polarização que não é nova, nem sem importância, e que se dá no "contexto de uma profunda *crise de modernidade*" (Idem, p. 20) - identificada pelo autor na contenda entre modernidade e pós-modernidade.

> "(...) O que os críticos da modernidade, os 'pós-modernos', elegeram em troca da racionalidade moderna e seus grandes temas (o progresso, a ciência, a revolução, a felicidade, a verdade etc.) foi a valorização do particular, do fragmentário, do efêmero, do microscópio, do sensual, do corpóreo, do prazer, etc. A 'pós-modernidade' rejeita decididamente a predileção pelas grandes sínteses, pelo conhecimento das causas primeiras, pela busca do sentido da História." (Idem, p. 16).

Ao contrário, portanto, da historiografia moderna, para essa História pós-moderna o processo histórico é "o domínio da indeterminação, do sujeito constituinte, da criação absoluta" (Idem, ibidem). Para Zaidan Filho, esse novo irracionalismo - identificado com uma matriz neo-nietzschianista - reproduz os traços e características da "sociedade pós-moderna... forjada sob o império do signo, da informática, dos meios de comunicação de massas" (Idem, p. 20).

A partir desses pontos, Zaidan Filho caracteriza a "nova" historiografia brasileira a partir de quatro matrizes:

* a *primeira* é vinculada ao pensamento de Michel Foucault - em sua fase "pós-estruturalista", da "craterologia" sem sujeito -

transformado na fonte de inspiração de estudos microscópicos e fragmentários. Nessa perspectiva situa os estudos que "redescobriram no Brasil os loucos, os homossexuais, as prostitutas, os leprosos" (Idem, p. 23), feitos "em nome da revolta 'anarquista' contra o império de uma razão tecnocrática, normatizadora, disciplinar" (Idem, ibidem)

* na *segunda* situa a moda da "nouvelle histoire... com sua pluralidade de métodos, pluralidade de objetos... fascínio pelo brilho dos temas não usuais, heterodoxos" (Idem, ibidem). A essa matriz se vinculam "as novidades temáticas que vão desde o sexo, o prazer, a moda, o cheiro até o sonho e a feitiçaria - freqüentemente com projeções *anacrônicas* de questões bem atuais sobre o passado longínquo" (Idem, ibidem).

* a *terceira* matriz é vinculada ao pensamento de Walter Benjamin - e que inspirou "desde os estudos e ensaios consagrados à literatura e meios de comunicação de massas, até as revisões da história política e sindical do país" (Idem, p. 25). Identificando-se com essa matriz benjaminiana do pensamento historiográfico, Zaidan Filho distingue três tipos de leitura da obra desse autor no Brasil: uma que acentua os "motivos religiosos na leitura 'talmúdica' dos textos históricos e na concepção messiânica e fragmentária da história" (como em Jeanne-Marie Gagnebin e Michel Löwy); b) a outra tende a destacar a importância da psicanálise na crítica literária de Benjamin, conduzindo-o para o terreno do moderno racionalismo crítico (como Sergio Paulo Rouanet); c) faz a conversão *marxista* de seu pensamento, pela qual é enfatizada a influência bretchiana sobre seu pensamento e secundarizada a influência dos elementos

psicanalíticos e judaícos (como Flávio Kothe). Apesar dessas variações no pensamento benjaminiano, Zaidan Filho enfatiza que "o principal vetor da atual leitura de seus textos" apresenta-o como um "autor irracionalista, defensor do primado da vida contra a razão, da experiência imediata contra a abstração, da imagem contra o conceito" - como é o caso de Nicolau Sevcenko (Idem, p. 24-25 - nota 12).

Uma *quarta* matriz resulta dos que fazem um "curioso cruzamento entre Foucault e Walter Benjamim" e que objetiva "convalidar uma espécie de *nominalismo historiográfico* - o mundo histórico é assimilado à "coisa-em-si" kantiana, tornando-o incognoscível (Idem, p. 25).

Objetivando subsidiar seus leitores (e alunos de história), Zaidan Filho preparou uma bibliografia comentada sobre a problemática da "crise da modernidade" e das principais tendências da "nova" historiografia brasileira - citá-la bem ilustra, complementarmente, as matrizes dessa concepção:

> "(...) Para a 'nova' historiografia brasileira, ver: os estudos foucaultianos de Margareth RAGO, *Do cabaré ao lar - O mito da sociedade disciplinar...* e Maria Clementina PEREIRA, *Juquery-Espelho do mundo...* Para as influências benjaminianas, ver Nicolau SCEVCENKO, *Literatura como missão...* que, aliás, define Benjamin como 'pós-moderno'. Para uma análise de corte 'nominalista' (e foucaultiano) da história, ver Edgar Salvadore DE DECCA, *O silêncio dos vencidos...* Para os estudos influenciados por uma certa corrente da 'nouvelle histoire', ver Ronaldo Vainfas SANTOS, *Amor e sexualidade na Colônia...*" (Idem, p. 85-86).

Um outro importante desdobramento dessas questões postas pela "nova" historiografia é que esse reconhecimento da profunda crise de paradigma das ciências, relacionada pela pós-modernidade a uma pressuposta crise da modernidade e da razão

moderna, objetiva identificar e qualificar a existência de uma "crise do marxismo" e a necessidade de sua superação por uma 'nova' teorização do social (EVANGELISTA, J.E., 1992, p. 12). Se na exposição dos historiógrafos da educação brasileira essa crítica ao marxismo e a indicação de sua crise ficam subentendidas no texto, as matrizes teóricas dessas reflexões, ao contrário, a tornam explícita. Sintetizando essas análises, Zaidan Filho se refere ao pensamento de Marx como "um produto da razão moderna" e, por isso, um "herdeiro das conquistas e dos limites da modernidade" (ZAIDAN FILHO, M., 1989, p. 15). Estando a modernidade e a razão moderna em indubitável crise, nela "o marxismo está imerso dos pés à cabeça" (Idem, p. 25). Essa crise do marxismo é assim caracterizada por esse autor:

> "(...) Se o pensamento de Marx se acha irrecusavelmente comprometido com o vetor emancipatório da razão... é inegável que ele participa também, em alguns momentos, da sorte da razão positiva. Afinal, ele também procurou se definir como uma ciência da História, em busca de lei dos fenômenos, tendo em vista a transformação da sociedade. Não se pode esquecer que o 'marxismo' foi o elemento-motor de grandes movimentos de transformação social." (Idem, p. 15-16).

2.2. Da contextualização do debate na contemporaneidade às "novas" temáticas

Em vista das observações do ítem anterior deste capítulo - onde: a) apontamos as principais questões da "nova" historiografia educacional brasileira, b) identificamos essas "novas" tendências no interior das concepções que defendem a

existência de uma crise de paradigmas da ciência (bem como às matrizes da historiografia), c) relacionamos essa pressuposta crise da ciência ao ressurgimento de uma nova onda irracionalista, d) vinculamos essa problemática à uma nova decretação de crise do marxismo - convém aprofundarmos algumas questões. Esse aprofundamento de algumas dessas questões levantadas pela "nova" historiografia educacional brasileira, poderia tomar várias direções, algumas das quais exploradas em estudos disponíveis (Gilberto Luiz ALVES; Eliane Marta Teixeira LOPES; Paulo GHIRALDELLI JR.; Miriam Jorge WARDE). Como entendo que esse debate não se produz, simplesmente, no interior e nos limites do trabalho do historiador ou do historiógrafo (também dos historiógrafos da educação) e nem se esgota em si mesmo - posto que é um debate que, como vimos, pode ser perfeita e adequadamente datado - tomei a opção por inseri-lo no contexto histórico-social muito mais amplo que, esboçado desde meados da década de 1950 e início da de 60, explodiu com grande força e estrondo no final dos anos 80.

Nesse momento (final da década de 1980 e o início dos anos 90) entrou em cena um "novo" antigo debate que, movido pelos acontecimentos da URSS, da China e do Leste Europeu e trajando aparentes novas roupagens, ganhou força nos meios de comunicação de massa, nos foros políticos e no mundo acadêmico: **o anúncio bombástico da falência do socialismo e, com esta, da morte do marxismo.**

O final do século XX, porém, não representa simplesmente a crise do "mundo socialista", mas um quadro internacional muito mais complexo:

a) sem dúvida, não há como deixar de reconhecer que o chamado "bloco socialista", após viver uma profunda crise, passou por acelerados processos de transformações a tal ponto que a maioria dos países socialistas passaram para "não socialistas"...

b) Os ideólogos do capitalismo, porém, não têm muito a festejar: o regime capitalista de produção, em escala internacional, desde o início dos anos 80 (porém já delineada com a eclosão da "crise do petróleo"), vive nova e profunda crise - a terceira desde a conformação do capitalismo monopolista. Nessa crise mundial do capitalismo, fica contraditoriamente manifesto o envelhecimento dos padrões tecnológicos e de produção (baseados na máquina e na mecânica, na linha de produção...), da predominante divisão mundial dos mercados e da ordenação do comércio internacional, conformada após as grandes guerras mundiais, e, finalmente, do sistema monetário sustentado na hegemonia do dólar. ***Recessão, desordem financeira, miséria e barbárie social marcam essa lenta e aguda crise do capitalismo...***

c) Entremeada à crise desses dois regimes sociais, o mundo todo presencia um acelerado processo de transformação (como que saído do mundo da ficção científica), baseado na informática e na robótica, na microeletrônica, na biogenética e biotecnologia e nas pesquisas de novas energias e novos materiais. As forças produtivas geradas por essa "revolução científica e tecnológica", resultado do trabalho intelectual dos homens, domina crescentemente os processos produtivos, as comunicações, a vida cotidiana e a própria produção científica e tecnológica. Refiro-me ao desenvolvimento das forças produtivas que resultaram dessa

revolução científica e tecnológica porque qualquer um pode observar, em escala internacional, uma profunda reorganização da estrutura econômica, dos processos de produção e da organização administrativa e empresarial; uma nova reorganização geo-política-econômica está em curso (claramente manifesta pelo jogo de interesses dos recentes conflitos bélicos - do Golfo Pérsico, oriente médio e nas repúblicas recentemente liberadas do bloco comunista) e, finda a guerra fria, demarca a conformação de blocos de interesse territorial, econômico, político, social (já em andamento na Europa, América do Norte e Ásia e que estimulam projetos para outras regiões - como o empreendido para o Cone Sul da América Latina: Mercosul).

Tal quadro tem propiciado uma grande efervescência no debate de idéias e mobilizado a atenção de intelectuais a sacerdotes, de cidadãos a políticos, de sindicalistas, empresários, trabalhadores... A motivação para essa efervescência no debate ideológico reside na tentativa das diferentes posições político-ideológicas (direita, centro e esquerda) em entender e analisar o quadro conjuntural internacional e, para tanto, expõem seus argumentos e contra-argumentos. Sob um **aparente** tiroteio de análises solidamente construídas - baseadas nos acontecimentos do "leste europeu" ou na situação internacional - e em supostos argumentos irrefutáveis... todos estão, na verdade, ***perplexos***: a esquerda com a crise do "socialismo realmente existente" e, com ela, das verdades dogmaticamente expostas pelas cartilhas de inspiração terceiro internacionalista; a direita, apesar das aparências de júbilo, está engasgada com mais essa nova crise internacional do capitalismo que o liberalismo (travestido de

neo-liberalismo, monetarismo, etc.) há muito não consegue explicar e propor alternativas.

É mesclada a esse efervescente debate ideológico, que reencontro as principais questões levantadas pela "nova historiografia educacional". Entre outras, ***três temáticas***, intimamente relacionadas, chamam a atenção por sua constância e pela penetração que têm obtido em todas as esferas do mundo acadêmico contemporâneo:

a) a polêmica em torno de uma suposta *crise dos paradígmas* das Ciências Humanas e Sociais, desencadeada pelo movimento da "pós-modernidade";

b) o aparecimento de uma forte onda modernizante que, colada no debate "pós-moderno", proclama aos quatro ventos um mundo "pós-capitalista", "pós-liberal" ou, por referência às supostas *novas formas de pensar*, "neo-capitalista" ou "neo-liberal";

c) finalmente, guardando uma estreita relação com essas formas de análise e com a discussão da chamada "crise do socialismo real", ressurge a discussão sobre a "morte do marxismo" e/ou da necessidade de que esta concepção seja repensada.

2.2.1. "Crise dos paradigmas" e pós-modernirdade

O primeiro tema, que voltou à tona com grande estardalhaço, refere-se a uma suposta crise dos pressupostos teórico-metodológicos das chamadas Ciências Humanas e Sociais, pela qual se afirma que o paradígma da ciência moderna

(notadamente do marxismo), expresso por um tipo de pensamento racionalista e determinista, há muito está ultrapassado e em crise insuperável. De forma geral, "tornou-se corriqueiro" afirmar que o pensamento moderno vive uma crise teórica, "uma verdadeira *crise de paradigma*" (EVANGELISTA, J.E., 1992, p. 11). Os que assim pensam, argumentam que a História e as Ciências Humanas e Sociais forjaram como modelo de análise uma perspectiva de caráter macroscópico, privilegiadora das regularidades sociais, tendo por base uma lógica vinculada à tradição da modernidade, de fé na razão; para eles esse modelo entrou em crise com a pós-modernidade, exigindo a elaboração de um *novo paradigma* (Idem, p. 12).

É nesse quadro de crise das grandes teorias que muitos autores têm situado a "crise do marxismo" e tentam demonstrar a necessidade de sua superação por uma "nova" teorização do social (Idem, ibidem). Embora toda a argumentação seja direcionada para as chamadas Ciências Humanas e Sociais, esses argumentos também têm sido utilizados no debate que está posto na educação e, particularmente, na História da Educação, conforme destaquei anteriormente, e cujo exemplo pode ser encontrado nos já citados artigos do número especial da publicação do INEP dedicado a essa área de estudos (**Em Aberto**. Brasília, INEP, agosto 1991), que constitui-se no balanço mais atualizado das principais posições teórico-metodológicas existentes na produção histórico educacional brasileira, do debate travado no interior da historiografia educacional e que bem ilustram o que disse acima quanto à verdadeira avalanche de pós-modernismo e os "neo" ou "novo" dela decorrentes.

Essa postura de **pós-modernidade**, que decreta a falência da tradição científica da modernidade e apregoa a necessidade de elaboração de um *novo paradigma*, se sugere como "algo muito novo... muito inovador, muito contra padrões, contra normas, contra clichês, contra regras", conforme observou Dermeval SAVIANI, em "Educação e Pós-modernidade" (SAVIANI, 1992, p. 17). Esse é, aliás, o entendimento que os próprios autores pós-modernos têm em relação ao seu movimento. Quatro exemplos, tomados das Ciências Sociais e outras áreas, podem ser esclarecedores, numa primeira aproximação dessa questão, quanto à compreensão que a concepção pós-moderna tem da ciência e de si própria, cada um deles colocando, complementarmente, aspectos diferenciados do chamado pensamento pós-moderno: Nicolau Sevcenko, em "O enigma pós-moderno"; José Ferreira dos Santos, em "Barth, Pynchon e outras absurdetes: O pós-modernismo na ficção americana"; Roberto Cardoso de Oliveira, em "A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia"; e Nelson Brissac Peixoto e Maria Celeste Olalquiaga, em "O futuro do passado: A pós-modernidade na ficção científica".

O primeiro desses autores, Nicolau SEVCENKO, caracteriza a pós-modernidade como "um conceito que supõe uma reflexão sobre o tempo", como uma atitude marcada pelo "desencanto" e que busca reconstruir uma alternativa parcial "despreendida do sonho de arrogância, de unidade e poder":

> "(...) Trata-se antes de uma atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura aflitiva, que procura se reconstruir em seguida como uma alternativa parcial, despreendida do sonho de arrogância, de unidade e poder, de cujo naufrágio participou, mas decidiu salvar-se a tempo, levando

> consigo o que pode resgatar da esperança. (...)" (SEVCENKO, N., 1990, p. 45).

Para Sevcenko a pós-modernidade, em relação à modernidade, implicou numa rejeição da modernidade e de tudo que ela representa:

> "... rejeição da herança socrática da unidade, transcendência e supremacia dos princípios da razão, da verdade e do belo, de repúdio à redução de toda realidade e toda experiência à homogeneidade e coerência das representações metafísicas (o que é chamado de espírito moderno desde o Renascimento e o Iluminismo)..." (Idem, p. 52).

Referenciando-se, assim, numa matriz do pensamento moderno identificada com a herança socrática, esse autor identifica a pós-modernidade com

> "... a sensibilidade para a expressão inevitável do acaso, do contraditório, do aleatório. O espaço para o humor, o prazer, a contemplação, sem outra finalidade senão a satisfação que o homem neles experimenta. O aprendizado humilde... da convivência difícil mas fundamental com o imponderável, o incompreensível, o inefável - depois de séculos da fé brutal de que tudo pode ser conhecido, conquistado, controlado. (...)" (Idem, p. 54).

Outro pós-moderno - José Ferreira dos SANTOS - demarca o nascimento desse movimento de idéias com o "capitalismo pós-industrial" baseado na tecnociência e na informática e tendo como "decalques" a "entropia e anti-realismo". Essa concepção pressupõe que o indivíduo - um "receptor de mensagens aleatórias, emitidas pelo *mass media* e os sistemas informatizados" - percebe o mundo e a história "como um espetáculo entrópico, fragmentário, sem totalidade e irracional" (SANTOS, J.F., 1990, p. 60).

Santos identifica o aparecimento dessa "nova sensibilidade, não linear, não livresca", por volta dos anos 60,

enquanto uma "revanche pós-moderna dos sentidos contra a inteligência modernista" (Idem, p. 60). Assim,

> "Na origem dessa vira *(sic)* estética sem dúvida está o fato de que, sem projeto histórico além do consumo, sem novos ideais em substituição aos valores tradicionais, a sociedade pós-industrial abandona o artista à deriva de um pacto patafísico *(sic)* com a entropia: se a desordem é o destino, vamos rir enquanto é tempo. (...)" (Idem, p. 71).

O terceiro desses autores é Roberto Cardoso de Oliveira. Antes de adentrar no artigo de Oliveira, é importante destacar que a antropologia, de maneira geral, sempre tendeu a privilegiar a diferença, o particular e o singular; das chamadas Ciências Sociais foi aquela que mais se envolveu com estudos de sociedades "primitivas", com movimentos singulares da sociedade moderna e com as minorias. Na história da antropologia esses estudos foram realizados pelas suas diferentes "escolas" (por exemplo, pela "Escola Francesa" e sua perspectiva racionalista; pela "Escola Britânica" e sua postura empirista; pela "Escola Norte-americana" e sua interpretação culturalista) cada uma delas, evidentemente, calcada em pressupostos teórico-metodológicos diferenciados. Apesar dessas diferenças, a postura filosófica e científica assumida por essas escolas históricas colocavam a antropologia como uma ciência que partilhava dos pressupostos da modernidade: historicamente ao movimento racionalista, no qual a ciência aparece como progressista e libertadora, que aumenta o poder do homem sobre a natureza e sobre seu próprio destino; epistemologicamente a vinculavam a uma postura realista e objetivista, pressupondo a teoria como uma explicação adequada e empiricamente amparada da realidade social.

O artigo de OLIVEIRA defende uma perspectiva antropológica desvinculada e, ao mesmo tempo, crítica ao fazer científico racionalista, realista e objetivista. Caracterizando essas escolas históricas como sustentadoras de três "paradígmas da ordem" (OLIVEIRA, R.C., 1990, p. 17), o autor defende um "quarto paradigma" que denomina de "hermenêutico" e que se caracteriza pelo uso de conceitos solidários "de uma categoria oposta à da ordem" e que defende a subjetividade, o indivíduo e a história. Esse quarto paradígma o autor vincula "àquilo que se tem chamado de movimento pós-moderno" (Idem, p. 18). Como essa postura pós-moderna da antropologia articula esses elementos?

> "... primeiramente por uma negação radical daquele discurso cientifista (sic) exercitado pelos três outros paradígmas; em segundo lugar, por uma reformulação daqueles três primeiros elementos que haviam sido domesticados pelos paradígmas da ordem: a subjetividade que, liberada da coerção da objetividade, toma sua forma socializada, assumindo-se como *intersubjetividade*, o indivíduo, igualmente liberado das tentações do psicologismo, toma sua forma personalizada... e não teme assumir sua individualidade; e a história, desvincilhada das peias naturalistas... toma sua forma interiorizada e se assume como historicidade. (...)" (Idem, p. 25).

O quarto exemplo é o artigo de Nelson Brissac PEIXOTO e Maria Celeste OLALQUIAGA, no qual os autores tratam do tema sobre a pós-modernidade através da ficção científica. Iniciam o artigo demarcando como entendem a contemporaneidade: como um paradoxo em que a mais sofisticada tecnologia convive com a mais absoluta decadência; como uma época marcada pelo fim das utopias. Nesse catastrófico mundo contemporâneo só é possível pensar o futuro como passado...

> "(...) Como uma época marcada pelo fim das grandes empresas e utopias pode pensar o futuro? Em

> primeiro lugar, como catástrofe, um mundo em ruínas, saturado de lixo, onde a mais sofisticada tecnologia convive com a decadência urbana absoluta. Mas também o futuro pode aparecer, na medida em que não há nada à frente, como passado. Futuro, reciclado pelo olhar nostálgico do contemporâneo, não como possibilidade efetiva de porvir, mas como *imagerie* e simulação." (PEIXOTO, N.B. e M.C. Olalquiaga, 1990, p. 75).

Para exemplificar essa caracterização, tomam a "visão do futuro" dos filmes de ficção científica (*sci-fi*). Para Peixoto e Olalquiaga, os filmes dos anos 50 "pertencem à modernidade", em seu estágio do pós-guerra: estão marcados pelas idéias de mobilidade, de avanço tecnológico e de consumo de massa. Era o tempo do espaço, da extensão, do movimento, cuja atração estava na própria tecnologia (Idem, p. 76), e na qual se celebrava, ainda, a "era da eletromecânica, anterior à eletrônica" (Idem, p. 79).

No tempo pós-moderno o espaço é abolido e o movimento se faz sem sair do lugar (Idem, p. 76); é a era da eletrônica, na qual "as máquinas automatizadas, os ambientes plastificados e os *gadgets* parecem irremediavelmente superados" (Idem, p. 80). Para os autores "tudo mudou nos filmes *sci-fi* nestes últimos trinta anos, inclusive "a própria experiência de espaço e tempo" (Idem, p. 81). Para eles o espaço agora "é mais texto do que contexto" ; em substituição à representação, "a profundidade é esquematizada eletronicamente" - em síntese, é "um vídeo de informática" (Idem, ibidem).

Para eles "a geração passada" teve como meta "conciliar o máximo de pragmatismo científico com o último sonho romântico", representado pela conquista do espaço, entendendo esta meta como "metáfora de uma futura humanidade iluminada"

(Idem, p. 83). O preço desse "sonho" foi alto: "a desumanização da qual Hiroshima era testemunho" (Idem, ibidem). Por isso, na pós-modernidade "já não existem nem grandes esperanças nem grandes temores", pertence-se a uma "cultura pós-apocalíptica que vive unicamente para o presente" (Idem, p. 84). Com um tal entendimento, a perspectiva que existe contemporaneamente é "o futuro como passado, o novo como velho" (Idem, p. 82). Não se trata de "construir um retrato do futuro que interessa à contemporaneidade", mas de "apresentar a visão de um futuro que não se realizou, que se possa tomar como passado" (Idem, p. 82-83).

Esses quatro autores da **pós-modernidade** não deixam dúvida de que esse movimento se configurou no período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra - de uma "atitude nascida do espanto, do desencanto, da amargura aflitiva", geradora de um entendimento do mundo "como catástrofe... em ruínas, saturado de lixo, onde a mais sofisticada tecnologia convive com a decadência urbana absoluta" - e que foi centrado na tecnociência e na problemática da informática. Enquanto a modernidade, portanto, foi relacionada ao "velho", os pós-modernos caracterizaram seu movimento como o "novo" e, mais que isso, como um diversificado movimento intelectual de crítica à modernidade e à razão moderna. Essa crítica da modernidade é dirigida, de modo generalizado, à sua racionalidade - é uma "cruzada contra a razão em geral" e contra os principais temas da modernidade, como ciência, verdade, progresso, revolução, felicidade (ZAIDAN FILHO, M., 1989, p. 16).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pós-

modernidade traz, entre outros, cinco elementos básicos que a caracterizam: a) em oposição ao discurso racionalista, propõem uma postura irracionalista; b) em lugar da pressuposição de uma realidade objetiva como referência ao conhecimento, propugnam pelo anti-realismo e pela "desreferenciação do real"; c) ao contrário da possibilidade de construção de um conhecimento objetivo, afirmam uma postura subjetivista e, no limite, defendem a "dessubstancialização do sujeito"; d) em substituição a uma visão de mundo e a uma lógica baseada na regularidade da máquina e nas leis de um mundo mecânico e elétrico, a pós modernidade se proclama relacionada à cibernética, à robótica, aos circuitos eletrônicos, às operações probabilísticas; e) decretando a caducidade do debate em torno da história (que identificam como equivalente ao conceito de "progresso", para os positivistas, e ao de "revolução", para os marxistas), assume-se uma postura de negação da história e uma estratégia de "descentramento da política", de contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação.

Como esses cinco aspectos da concepção pós-moderna apareceram de forma clara nos autores citados e constituem a perspectiva teórico-metodológica dessa "*nova*" postura, seria interessante mais algumas observações sobre essas características:

a) a crítica da modernidade, a suposta rejeição da "herança socrática da unidade, transcendência e supremacia dos princípios da razão, da verdade e do belo", não passa de uma retomada "nova" da "velha" onda subjetivista/irracionalista que, em lugar dos temas modernos, propôs a valorização do acaso, do

contraditório, do aleatório, do imponderável, do incompreensível, do fragmentário, do microscópico, do singular, do efêmero, do imaginário, etc. Como afirmou Sevcenko, a rejeição do "chamado espírito moderno" abriu espaço "para a expressão do inevitável, do acaso, do contraditório, do aleatório"; em lugar da "fé brutal de que tudo pode ser conhecido, conquistado, controlado" passou-se para o "aprendizado humilde... com o imponderável, o incompreensível, o inefável" (SEVCENKO, 1990, p. 52 e 54). Como bem apreendeu Evangelista, com o pós-modernismo foi declarada "a caducidade dos 'velhos esquemas interpretativos'" e proclamada a "necessidade de elaboração de 'novos paradígmas'" que, por sua vez, deveriam se basear em "novas metodologias", centradas no 'cotidiano não-estruturado', heterogêneo e pluralista dos processos sociais. Com essa postura, "foi deflagrada uma colossal onda irracionalista..." (EVANGELISTA, 1992, p. 24).

b) A segunda característica é que em lugar da pressuposição de uma realidade objetiva como referência ao conhecimento, propugnam pela "desreferenciação do real", pelo anti-realismo como afirma Santos (1990, p. 60), pelo qual pressupõem que a realidade deixou de ser uma referência para a produção do conhecimento: não há real e não é possível vislumbrar um sentido nesse real; se não há realidade, o que existe é o simulacro da realidade, a representação simbólica e imaginária da realidade (EVANGELISTA, 1992, p. 25). Em conseqüência dessa "desreferenciação do real", a preocupação intelectual desloca-se para o "discurso" e para as "práticas discursivas", isto é, "o real é subsumido a um processo de significação sem referente, ou auto-referenciado" (Idem, ibidem). É evidente que essa formulação

anti-realista, com o ceticismo absoluto que a acompanha, não encontra respaldo em todos os pós-modernos, sendo o caso, entre os autores citados anteriormente, de Roberto Cardoso de Oliveira. Isso não significa que a pós-modernidade faça alguma concessão a uma gnosiologia realista e objetivista; ao contrário, assumem simplesmente uma solução igualmente cética, porém relativizada. Assim, em lugar de fazer as clássicas afirmações céticas (de que a realidade não existe; de que se ela existisse não poderia ser conhecida e, ainda que pudesse ser conhecida, não haveria como comunicar este conhecimento aos outros), preferem afirmar a complexidade da realidade, negando parcialmente a possibilidade de seu conhecimento, sobretudo em determinados domínios - como a sociedade e a história -, e concebendo-o exclusivamente como uma apreensão do sujeito.

c) Se para o pós-modernismo a realidade objetiva perdeu seu status e seu papel epistemológico, a única saída é voltar-se para uma postura subjetivista e, no limite, defender a "dessubstancialização do sujeito". O subjetivismo pós-moderno não está significando, necessariamente, o privilegiamento do sujeito no processo de construção do conhecimento, em oposição ao objeto ou à realidade. Embora esse sentido clássico permaneça subjacente, para essa postura o que importa é sua "sensibilidade" para captar o acaso, o contraditório, o aleatório, o imponderável, o incompreensível (SEVCENKO, N., 1990, p. 54)... objetivando, simplesmente, o humor, o prazer, a contemplação, sem nenhuma outra finalidade senão a de "satisfação" (Idem, ibidem); é a pressuposição do indivíduo, como "receptor de imagens aleatórias", perceber o mundo como um espetáculo fragmentário,

sem totalidade e irracional (SANTOS, J.F., 1990, p. 60) e "rir enquanto é tempo" (Idem, p. 71); é a representação, a metáfora, a imagem e a simulação construída e esquematizada eletronicamente (PEIXOTO, N.B. e M.C. OOlalquiaga, 1990, p. 75-76). Sob tal perspectiva, a "dessubstancialização do sujeito" ocorre na medida em que o "sujeito histórico" perde seu substrato ontológico: o sujeito é fragmentado pelo aparecimento de uma pluralidade de "novos" sujeitos sociais, embasados pelas diferentes 'matrizes discursivas' existentes numa sociedade. É por isso, em síntese, que o discurso passa a se constituir como "sujeito" do conhecimento; a perspectiva racional e totalizante é substituída por um 'miríade de pontos luminosos de igual intensidade, elevando tudo ao estatuto de objeto do conhecimento'; a realidade social transforma-se em 'fantástico caleidoscópio de micro-objetos', sem sentido, sem hierarquias causais, sem razão (EVANGELISTA, 1992, p. 26).

d) Ao irracionalismo, anti-realismo e subjetivismo da pós-modernidade corresponde, contraditoriamente, toda uma estruturação de pensamento e uma lógica baseada na cibernética, na robótica, na informática e sua fundamentação probabilística. José Ferreira dos Santos vincula o pensamento pós-moderno com as idéias do "capitalismo pós-industrial" que para ele está baseado na tecnociência e na informática (SANTOS, J.F., 1990, p. 60). Peixoto e Olalquiaga entendem a modernidade como regida pela regularidade da máquina e pelas leis de um mundo mecânico e elétrico; ao contrário desta, relacionam a pós-modernidade à cibernética, à robótica, aos circuitos eletrônicos, à informática e sua possibilidade de representar o real (PEIXOTO, N.B. e M.C.

Olalquiaga, 1990, p. 76-81). Bem "sacou" essa relação do pensamento pós-moderno - da modernidade como um tempo ligado à máquina e à mecânica e a pós-modernidade com os desenvolvimentos da eletrônica - Dermeval Saviani que caracterizou a pós-modernidade como um movimento que "diz respeito ao período pós-guerra e está centrado na problemática da informática"; assim, enquanto a modernidade está ligada à máquina, à experimentação na base do acerto e erro, a partir do qual, depois, se fixam determinados resultados e se passa à produção em série através da indústria; a pós-modernidade está relacionada à cibernética, à robótica, circuitos eletrônicos, etc., pelo qual se simula através de um computador e, dependendo do resultado, se produzem ou não os objetos (SAVIANI, 1991, p. 18).

Como disse acima essa vinculação da pós-modernidade é contraditória pois a tecnociência e a informática não constituem um desenvolvimento isolado do pensamento humano, mas são produtos do desenvolvimento da chamada **ciência moderna** que esse pensamento pretende negar. Vinculando o pensamento pós-moderno com a estagnação cultural, característica do movimento pós-capitalista, Saviani aponta, também, a existência de outro paradoxo: a contradição entre o avanço material e uma "espécie de estagnação cultural". Para demonstrar essa contradição Saviani diz que chegamos a um ponto em que "o desenvolvimento dos processos de automação" tornou possível ao homem "manter confortavelmente toda a humanidade"; entretanto, no momento em que atingimos esse mais alto grau de desenvolvimento, convivemos "com a miséria mais abjeta, para a maior parte da humanidade". Esse "estado de coisas" é "obscurecido pela chamada pós-

modernidade, que é o fruir o agora, é o deleitar-se com a informatização da sociedade, com os processos da digitação". Satiricamente, procurando mostrar a decadência cultural do pensamento pós-moderno e sua carência lógica, Saviani diz que

> "... se a era da modernidade foi inaugurada com aquela frase de Descartes 'cogito, ergo sum' (penso, logo existo) a era da pós-modernidade parece substituir aquela frase por esta outra: 'digito, ergo sum' (digito, logo existo). (...)" (Idem, p. 24-25).

e) Como para o pensamento pós-moderno a história não tem sentido e os sujeitos perdem sua posição de agentes históricos, os partidários dessa concepção acabam assumindo, no extremo, não só uma postura de negação da história, mas também de extrema valorização da contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação. Assim, Santos caracterizou a atitude dos pós-modernos como "sem projeto histórico além do consumo" (SANTOS, J.F., 1990, p. 71) e Peixoto e Olalquiaga entenderam que a única perspectiva que restava é "o futuro como passado, o novo como velho", pois pertence-se a uma "cultura pós-apocalíptica que vive unicamente para o presente" (PEIXOTO, N.B. e M.C. Olalquiaga, 1990, p. 82 e 84, respectivamente). Por estas citações fica evidente que a preocupação com o desenvolvimento histórico e, com ele, da luta pelo poder do Estado, é substituída pelo "descentramento da política" (EVANGELISTA, 1992, p. 22): o cotidiano substitui o futuro como preocupação; o imediato toma o lugar do mediato; a revolução, como transformação macroscópica, é substituída pelas "pequenas lutas", pelas infindáveis transformações "moleculares" - "sem centro, sem coordenação, sem uma estratégia central unificada" (Idem, p. 22). Essa

característica está de mãos dadas com as anteriormente observadas e que, em seu conjunto, sustentam uma feroz crítica ao marxismo, como observou Evangelista:

> "Se é impossível a descoberta de um sentido no processo histórico-social, que possa ser racionalmente apreendido, instaura-se o império da incognoscibilidade com a relativização de todo o conhecimento, permitindo uma multiplicidade inesgotável de interpretações, todas válidas. (...) É, daí, que advém o jogo da crítica do marxismo. (...)" (idem, p. 31).

Argumentam os críticos do marxismo que a crise dessa concepção, advém da "defasagem entre as suas teses constitutivas e a realidade social efetiva" (Idem, p. 14) e que agudizou-se, tornando-se inexorável, com os movimentos da década de 60 - estudantil, feminista, homossexual, ecológico, pacifista, etc.. Junto com esses movimentos ocorreu uma mudança de mentalidade, na qual

> "(...) O cotidiano passou a ser descoberto 'enquanto espaço de reprodução da dominação ou de resistência contra ela', produzindo-se a 'politização do social' e o 'estilhaçamento da política'. A 'velha política' foi substituída pela 'nova política'... A estratégia de 'tomada do poder' caducou e cedeu lugar à 'contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação'. (...)" (Idem, p. 16).

Com os acontecimentos deste final da década de 1980 e início dos anos 90, essa crítica ao marxismo tornou-se ainda mais aguda: considerar que o marxismo, hoje, não passa de uma concepção datada, cujo alcance já foi esgotado por "novas" formulações e pela produção de novos conhecimentos. Como bem enfatizou Evangelista, os pós-modernos consideram que, no passado, o marxismo teve alguma identificação com movimentos revolucionários, atualmente, porém, esse movimento lhe é

indiferente e, "na maioria dos casos, é-lhe potencial ou abertamente hostil" (Idem, p. 18-19).

2.2.2. Da pós-modernidade ao pós-capitalismo

O revigoramento de uma perspectiva irracionalista, anti-realista, sujetivista e negadora da história /ou/ apologeta da microfísica do poder, não poderia, por seu turno, estar desvinculado das grandes correntes de opinião da contemporaneidade. Assim sendo - e aqui adentramos no segundo tema proposto anteriormente - pode-se observar pelos artigos já citados que o aparecimento dessa onda modernizante não passa de uma proclamação do advento de uma sociedade "pós-capitalista", "pós-industrial", "pós-liberal" ou, por referência às supostas *novas formas de pensar*, "neo-capitalista" ou "neo-liberal". Saviani, em seu artigo "Educação e Pós-modernidade", já havia detectado essa vinculação, ao afirmar que se a referência da pós-modernidade era o **novo**, ela poderia ser pensada "também através de outros pós ou outros neos", que igualmente começaram a circular a partir da década de 50, tais como: neoliberal, pós-liberal, neocapitalismo (SAVIANI, D., 1991, p. 18-19).

Para o autor, essas concepções neoliberais ou neocapitalistas referenciam-se numa "suposta realidade estruturalmente nova", marcada por uma estrutura de classes na qual não há mais a oposição fundamental do capitalismo entre a classe burguesa e o proletariado - enfim, o próprio "capitalismo ter-se-ia socializado". A marca dessa socialização são as

sociedades anônimas, interpretadas pela "ideologia neoliberal como configurando a socialização do capital". Argumentam os neoliberais que o capital está socializado, distribuído num número infinito de capitalistas... indicando, com isso, que as propostas de inspiração marxista, que colocavam a exigência da superação do capitalismo em direção ao socialismo, não mais procediam porque o próprio capital se socializou: "Logo, não é contra o capitalismo que se constrói o socialismo, mas o socialismo é produzido como desenvolvimento da revolução do próprio capitalismo..." (Idem, p. 19).

Saviani observa que quando essa ideologia neoliberal caracteriza a situação nestes termos, provoca uma "falácia, uma ocultação, um disfarce" no seu raciocínio, pois, na verdade, "se apresenta como uma justicação da própria ótica capitalista, ocultando a dinâmica real do problema capitalista" (Idem, p. 20). Essa ideologia esconde o fundamento real das sociedades anônimas que, ao contrário de ser a socialização do capital, é realmente sua concentração:

> "(...) É a monopolização do capital... que faz com que a organização das empresas assuma a forma das sociedades anônimas. E por que isto? Porque à medida que o capital se concentra surgem os grandes monopólios que tendem a eliminar a concorrência. (...) Por serem engolidas pela grande empresa, sucede o seguinte: os pequenos capitalistas passam a participar do grande investimento na condição de acionistas minoritários." (Idem, p. 20-21).

Esse processo de concentração e monopolização capitalista foi fortemente incrementado exatamente no período pós-guerra (coincidindo com o aparecimento dessas "novas" maneiras de pensar), marcado por um grande desenvolvimento capitalista. Sabe-se que as guerras têm um papel importante nas

crises cíclicas do modo capitalista de produção: sendo a crise um momento em que se manifesta a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção existentes (configurando um período de estagnação, de recessão), as guerras possibilitam que se contornem os entraves da crise pela destruição de forças produtivas. Essa destruição de forças produtivas é um dos instrumentos utilizados pelo capital para compatibilizar, ajustar, o ritmo de avanço das forças produtivas com as relações de produção vigentes (Idem, p. 22).

No período subseqüente às grandes guerras mundiais assistiu-se a um grau de desenvolvimento de capital que colocou em destaque o fenômeno das multinacionais e que implicou, por sua vez, em um processo de padronização do consumo. Nesse processo Saviani também encontra outro elo de ligação entre o pós-modernismo e o chamado neo-liberalismo, pois "essa padronização também é um elemento do conceito de pós-moderno que se estende do âmbito da economia para o âmbito da cultura" (Idem, p. 23). As características dessa "padronização cultural" ficam claramente delineadas quando se comparam dois grandes momentos de desenvolvimento do capitalismo: no início da época moderna a cultura foi impulsionada pelo fato da burguesia ter se constituído como uma classe revolucionária; na medida em que a burguesia foi se consolidando no poder, ela se esterilizou do ponto de vista cultural e, em conseqüência, a cultura foi se padronizando - "perde a sua criatividade, perde também seu vigor, a sua sistematicidade e se torna fragmentada". Para Saviani é esse processo que caracteriza a pós-modernidade: "esta fragmentação, esta superficialidade" (Idem, p. 23).

Em outro artigo ("A educação pública na conjuntura atual") Saviani destaca que, recentemente, essa perspectiva pós-moderna foi adotada nos Estados Unidos, com Reagan, e na Inglaterra, com Thatcher. Com esses governos conformou-se uma orientação política que tendeu a secundarizar o papel do Estado, a acentuar o livre curso das leis do mercado e, assim, em valorizar a iniciativa privada livre da interferência e controle estatal. Apesar dessa política ter fracassado nos países de origem (queda de Thatcher e derrota do Partido Republicano americano), paradoxalmente, ela vem "exercendo crescente influência sobre os países da América Latina". Generalizadamente, ela vem sendo denominada de neoliberal e modernizante, "sugerindo... que se pretende restaurar em novos moldes os postulados liberais da livre iniciativa, das liberdades individuais, da propriedade privada e da auto-regulação da economia de mercado" (Idem, p. 85).

Enquanto ideário, Saviani relembra que após a vitória da burguesia sobre o Antigo Regime, cujo marco é a Revolução Francesa de 1789, e de seu triunfo provisório sobre o movimento operário, com a queda da Comuna de Paris em 1871, teve início "uma progressiva reformulação dos conceitos centrais do liberalismo clássico" (Idem, p. 97). Essa reformulação passou a ser denominada, após a Segunda Guerra, de neocapitalismo (Idem, ibidem). O principal teórico dessas mudanças, no âmbito da economia política, foi Keynes.

> "(...) No início da década de 1930, sob o impacto da crise geral da economia capitalista que eclodira em 1929, Keynes se dedica a elaborar a concepção que atribui importância central ao Estado no

> planejamento racional das atividades econômicas. A questão principal para ele era combinar a regulação da economia pelo Estado com o funcionamento da economia de mercado baseada na propriedade privada. (...)" (Idem, p. 98).

Deste seu esforço, foi publicado em 1936 sua **Teoria Geral do Emprego, Juros e Dinheiro**. De acordo com Schwartz (SCHWARTZ, G., 1984, p. 74) a pretensão de Keynes foi de "reformar o capitalismo antes que ele mesmo se destrua totalmente". Acreditava Keynes que a adoção de adequadas políticas governamentais seria suficiente para conter as crises cíclicas do capitalismo, mantendo o pleno emprego e taxas de crescimento contínuas, pelo menos por longos períodos. Defendia, para tanto, o incremento dos gastos públicos como forma de estímulo ao investimento e consumo produtivos, inclusive através de déficits orçamentários. Embora a tentativa de aplicar essa orientação, caracterizada no "New Deal" americano, tenha fracassado, não resta dúvida de que se tratou de uma concepção que buscou responder, teórica e politicamente, à nova fase de desenvolvimento do capitalismo, que já não se explicava nos quadros do liberalismo clássico. Saviani assim registrou seu entendimento sobre esse processo:

> "(...) A nova realidade de uma economia de mercado em que o Estado não apenas interfere regulando o seu funcionamento mas dela participa diretamente desempenhando funções econômicas essenciais tem um nome: neocapitalismo; e a ideologia que a justifica recebe, por sua vez, a denominação adequada de neoliberalismo.(...)" (Idem, p. 99).

As posições atuais que se autodenominam neocapitalistas ou neoliberais, porém, "não correpondem ao conteúdo próprio do neoliberalismo", pois:

> "... enquanto o neoliberalismo realçava o papel do Estado, este é agora atrofiado; enquanto o neoliberalismo postulava a ampliação das dimensões

> e prerrogativas do Estado, hoje defende-se a redução do tamanho do Estado; enquanto antes se advogava o planejamento econômico com a conseqüente regulação do mercado, agora se faz apologia da desregulamentação da economia e da total liberação do mercado; enquanto no primeiro caso se acentuava a importância e se alargava o espectro das políticas públicas, estas agora são secundarizadas e desqualificadas, postulando-se a sua transferência para a esfera da iniciativa privada ou das instituições filantrópicas e de benemerência." (Idem, p. 101).

Outra não-correspondência dessa posição é que, além de autodenominar-se de neoliberal, alguns a têm proclamado como "moderna". A modernidade, porém, se pauta pela certeza da capacidade empreendedora do homem e acredita no poder ilimitado da razão. Assim sendo, essa perspectiva não pode advogar-se moderna, trata-se sim de uma posição pós-moderna e/ou "pós-liberal" e enquanto tal,

> "... ela sucumbe aos insucessos do liberalismo, encarnando o beco sem saída da economia liberal-capitalista. (...) Enquanto pós-moderna, descre da civilização, perde o caráter de processo histórico e mergulha na mesmice dos signos dissociados de sentido, no vazio de um presente sem perspectivas e nas aparências que já perderam qualquer relação com algum suporte essencial." (Idem, p. 102).

Na ausência de todo e qualquer parâmetro e de todo e qualquer projeto, o que sobra é a barbárie: "convive-se cotidianamente e sem indignação com a violência expressa em assassinatos, inclusive de crianças, torturas, miséria e fome que afetam milhões de pessoas" (Idem, p. 102). Todo esse quadro, para o autor, "repõe na ordem do dia uma consigna lançada vários anos atrás e que já havia sido esquecida: 'socialismo ou barbárie'" (Idem, ibidem). Como fica mais evidente que o capitalismo põe cada vez mais problemas que não é capaz de resolver, "a solução desses problemas implica, pois, numa transformação das relações

sociais vigentes, a construção de uma nova sociedade", recolocando em evidência a questão do socialismo (Idem, ibidem).

> "(...) Em lugar de acreditar que o socialismo morreu e que Marx fracassou... as evidências apontam em sentido contrário. E o desmoronamento dos regimes do Leste europeu apenas realça a consistência da tese de Marx segundo a qual 'nenhum modo de produção desaparece antes de ter esgotado todas as suas possibilidades... Fracassou, pois, o socialismo como solução parcial; mas não se pode dar como comprovada a inviabilidade do socialismo como solução global. Agora, após a queda dos regimes ditos comunistas... não há mais problemas do socialismo paralelamente... aos problemas do socialismo. Todos os problemas do mundo de hoje são problemas do capitalismo. E precisam ser resolvidos... o que implica a superação do próprio capitalismo como totalidade. (...)" (Idem, p. 104).

2.2.3. Da crise do "Socialismo Real" à morte do marxismo

Apesar de Saviani recolocar na ordem-do-dia a análise segundo a qual o capitalismo põe cada vez mais problemas que não é capaz de resolver, situação que repõe a exigência de "transformação das relações sociais vigentes, a construção de uma nova sociedade" - reatualizando, assim, a palavra-de-ordem "socialismo ou barbárie" - os debates acadêmicos atuais têm caminhado muito mais na direção de fazer coro com os pós-modernos e pós-liberais, decretando a crise do socialismo - e com ela do fim dessa utopia - e a morte do marxismo. Assim, guardando uma estreita relação com as duas temáticas tratadas anteriores, destacamos um terceiro tema: a discussão sobre a chamada "crise do socialismo real" e, com ela, da "morte do marxismo" e/ou da

necessidade de que essa concepção seja repensada.

Como vimos, os "pós-críticos" argumentam que o marxismo, hoje, não passa de uma concepção datada, com alcance já esgotado para 'novas' formulações e para a produção de 'novos' conhecimentos. O conteúdo dessa crítica, retomando o fio inicial que geraram essas observações, tem uma relação muito estreita com as análises que têm sido feitas sobre a "falência" do socialismo. Não é um tipo de discurso tão "novo" assim, pois a burguesia e seus intelectuais orgânicos têm produzido uma crítica semelhante (em seu conteúdo e não necessariamente em sua forma) desde o aparecimento da concepção socialista moderna (assunto que não me interessa, aqui)... Além de não ser um discurso "novo" para a burguesia, também nenhuma novidade traz para a reflexão que se situa, ou é situada, enquanto "crítica", "progressista" e de "esquerda".

Como é uma polêmica de extrema complexidade, de longa historicidade e que ao mesmo tempo impossibilita não se tomar algum tipo de posicionamento político-ideológico, convém abrirmos um capítulo para esse tema polêmico que, apesar de não ser objeto direto de discussão do presente trabalho, pode ajudar na elucidação de muitos aspectos dessa onda de "nova" história (e demais abordagens pós-modernas) que, prescindindo do movimento histórico, toma essas questões - da crise ou fim do socialismo e da morte do marxismo - como uma novidade, quando de fato ela é muito antiga no universo político e acadêmico[04].

NOTAS AO CAPÍTULO 2

01. Como já indiquei, foi GOUVEIA quem inicialmente (1971) fez uma periodização da pesquisa educacional desenvolvida no Brasil, dos anos 40 até 1971, classificando-a em três períodos: o primeiro período (de 1938 a 54) teve início com a criação do INEP e foi marcada pelo predomínio dos temos psicopedagógicos; o segundo período (de 1954 a 64) teve início com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE) e dos Centros Regionais de Pesquisa (CRPE) e foi marcado pelo predominio de temas e estudos sociológicos; o terceiro período (iniciado em 1964) se caracterizou pelo predomínio temático dos estudos de economia da educação e trabalhos sobre a educação como investimento e formação de recursos humanos.

Gouveia previu a possível existência de um quarto período (delineado em 1971), mas foi MELLO quem a descreveu como marcado pelo reaparecimento dos estudos psicopedagógicos com preocupação técnica - avaliação, currículo, metodologia do ensino, programas, etc. - e com o aparecimento de estudos mais amplos sobre a política educacional (MELLO, G.N., 1983, p. 67-72).

Outra a se referir a esse tendência foi GATTI, que a demarcou, porém, a partir do final da década de 1970/inicio de 80:

> "Outra tendência que se observa no final dos anos setenta e início de oitenta é o aparecimento de trabalhos sobre política educacional, quase ausente até então, e de trabalhos de análise institucional e organizacional" (GATTI, B., 1981, p. 4)

Cunha manifesta concordância com a periodização de Gouveia, mas sobre esse quarto período tem outra análise: para ele esse período inicia-se em 1971, com as primeiras produções dos Cursos de Pós-Graduação, que começaram a centralizar a pesquisa em educação. Cunha não se refere a tendência, prefere falar de orientações viesadas e destaca o legalismo, o idealismo, o estrangeirismo, o economicismo, o sociometrismo, o psicologismo, o sistemismo e o computacionismo (CUNHA, L.A., 1979, p. 3-24).

02. GAMBOA obteve os seguintes dados em sua pesquisa sobre os trabalhos produzidas pela pós-graduação no Estado de São Paulo, no período de 1971 a 1984:

* Quanto às <u>áreas de concentração</u>: Filosofia e História da Educação - 30,9% das pesquisas; Psicologia da Educação - 29,5%; Metodologia de Ensino e Didática - 13,8%; Administração e Supervisão Escolar - 10,4%; Supervisão e Currículo - 6,8%; Pesquisa Educacional - 5,6%; Educação Especial - 3,0% (GAMBOA, S.A.S., 1987, p. 104-105).

* Com relação aos <u>temas tratados</u>, obteve os seguintes resultados: Contexto sócio-cultural - 17,7%; Métodos e Técnicas de Ensino - 15,5%; Organização e Administração do ensino - 14,3%; Estudos de caracterização e estudos da problemática do aluno - 13,3%; Caracterização e problemática do professor - 10,2%;

outros... (Idem, p. 106).

* Quanto ao **nível educacional** tratado nas pesquisas: Problemática da educação em geral - 27,3%; 1º. Grau - 24,9%; 2º. grau - 17,3%; 3º. grau - 15%; Pré-Escolar - 8,0%; Educação não-formal - 4,6% (Idem, p. 106).

* Sobre as **técnicas de pesquisa** mais utilizadas resultaram no seguinte quadro: Históricas, teóricas e bibliográficas - 39,2%; Descritivas (enquetes) - 29,5%; Experimentais e quase-experimentais - 15,2%; Pesquisa-ação e pesquisa participante - 4,6%; Análise de conteúdo e do discurso - 9,9%; Outras - 1,6% (Idem, p. 106-107).

* Quanto às **abordagens metodológicas** utilizadas nas pesquisas: Positivistas - 32,3%; Fenomenológico-hermenêuticas - 22,5%; Funcionalistas - 21,5%; Empiristas - 10,1%; Crítico-dialéticas - 9,6%; Sistêmicas - 1,4%; Outras - 2,6 % (Idem, p. 108-109).

03. Apesar de destacar a onda de irracionalismo que atinge o pensamento histórico, o reconhecimento de Zaidan Filho de que "vivemos uma profunda crise de paradigma nas ciências" não o leva a concordar com a saída irracionalista. Sua proposta é de, reconhecendo a crise da modernidade e da razão moderna, se buscar construir "uma modalidade de *racionalismo crítico*" que contribua para "diagnosticar a crise (ou os limites) do pensamento moderno (e da própria modernidade)" a partir do qual se possa "construir um novo paradigma para a razão depurado de resíduos ideológicos e irracionais" - tal atitude "seria a nova historiografia de verdade" (ZAIDAN FILHO, M., 1989, p. 36).

04. A abordagem dessas questões relativas ao debate sobre o socialismo foram retiradas, com pequenas alterações de meu relatório de pesquisa, já referido na introdução. Mantive sua forma de apontamentos - que tinham por objetivo, no projeto de pesquisa, subsidiar meus estudos - em função do exíguo tempo que tive para encerrar a presente tese de doutoramento.

CAPÍTULO 3. CRISE DO MUNDO SOCIALISTA: MORTE OU RENOVAÇÃO?

No segundo capítulo, partindo de uma exposição sucinta dos principais debates travados pela historiografia educacional brasileira, busquei situar o momento do aparecimento da "nova" historiografia educacional e das principais questões teórico-metodológicas que essa "nova" abordagem faz quanto ao fazer científico do historiador. Tendo em vista os pressupostos dessa "nova" historiografia, relacionei-a às teorias e movimentos contemporâneos que questionam tanto o chamado "mundo moderno", quanto as concepções que se pautam pelo racionalismo, pelo objetivismo e pelo realismo - isto é, vinculei essa "nova" historiografia educacional à concepção pós-moderna, às suas matrizes historiográficas e ao ressurgimento de uma nova onda irracionalista. O contexto de aparecimento dessa "nova" postura - marcado pelas crises características da contemporaneidade: do regime capitalista de produção e do socialismo realmente existente - é caracterizado por um efervescente debate ideológico, no interior do qual emergem três temáticas: a) a da crise dos paradígmas das ciências, desencadeada pelo movimento da pós-modernidade; b) a da emergência de um pensamento pós-capitalista; c) a da "crise do socialismo real", que tem ensejado e fortalecido a decretação da "morte do marxismo".

A temática sobre a chamada "crise do mundo socialista", objeto de discussão deste capítulo, tem motivado um

debate rico e plural, do qual participam praticamente todas as posturas político-ideológicas da atualidade, e que se expressa em muitas direções extremadas - desde a decretação pura e simples da "morte do socialismo" à proclamação de que o socialismo ainda sequer chegou a ser implantado.

Para os que defendem o regime capitalista de produção (mesmo que seja de um modo "reformado"), é naturalmente lógica a decretação da morte do socialismo... Do ponto de vista da esquerda (ou dos "setores progressistas", como preferem os pós-modernos), porém, o debate sobre o "socialismo", inclusive sobre o chamado "socialismo real" não é tão novo e resultou ao longo do tempo em uma produção abundante e reflexiva. A agudeza da análise crítica de intelectuais marxistas (ou não) quanto ao direcionamento da Revolução Soviética, ao processo de bolchevização e, depois, stalinização, pode ser adequadamente analisada por uma breve exposição das "antigas" polêmicas quanto aos rumos do projeto socialista e da revolução. Por uma tal exposição pode-se evidenciar que, muito antes da análise crítica dessas questões - realizada por defensores do regime capitalista, ou por intelectuais partidários de posturas não-marxistas, ou mais recentemente pelos partidários da pós-modernidade - houve um empenho substancial de intelectuais de esquerda (quer ortodoxos, quanto heterodoxos; quer comunistas, socialistas ou social-democratas) em se posicionar quanto aos rumos seguidos pela Revolução de Outubro. Poderia surpreender, também, nessas "antigas" polêmicas a continuidade que guarda com o debate que está sendo travado na contemporaneidade; ela é reveladora, assim, de que a polêmica sobre o "socialismo" não é tão nova e de que

nem mesmo os argumentos hoje em voga trazem grande novidade ao debate que vem se desenrolando no interior da esquerda. Esse contraste das "antigas polêmicas" com o "debate recente" pode ser apreciado através de uma exposição, na forma de apontamentos pois se trata de um processo ainda em curso, das principais tendências observáveis na contemporaneidade. Finalmente, essa análise sobre a chamada crise do chamado "bloco socialista" não poderia ser concluída sem um mínimo de questionamento, quer seja do ponto de vista histórico, quanto do lógico, se essa "crise do mundo socialista" está significando um golpe mortal no projeto estratégico e tático, ou mesmo no sonho, de se construir uma "nova" sociedade.

3.1. Retomada sucinta das antigas polêmicas sobre socialismo e "socialismo real"

Não é incomum, ao se discutir a temática sobre o socialismo, que os autores se reportem ao pensamento filosófico da Grécia antiga para buscar em Platão as raízes do pensamento socialista e, uma vez feito isso, passarem por Thomas Morus, Campanella, Babeuf, Maréchal, Saint-Simon, Robert Owen, Étienne Cabet, Victor Considerant, Proudhon e Blanqui, para finalmente adentrar no chamado "socialismo científico" (por exemplo: DOMMANGET, M., 1974). Como o debate contemporâneo sobre a chamada "crise socialista" não se reporta a raízes tão longínquas, mas às situações vividas pelos países do Leste Europeu, as observações que seguem se vinculam, principalmente, ao pensamento marxista,

que é a matriz teórica, política e ideológica dos movimentos operários e socialistas desencadeados desde meados do século XIX.

Desde então, isto é, ainda ao tempo de Marx, ficaram conhecidas as disputas travadas no interior da **Primeira Internacional** (a "Associação Internacional dos Trabalhadores" - AIT) entre marxistas, proudonianos, bakuninistas, blanquistas, lassallianos, guesdistas e dühringuianos (HAUPT, G., 1980, p. 348-357). A AIT (1864-1876) foi uma federação internacional das organizações operárias dos países da Europa Central e Ocidental, criada pelos trabalhadores de Londres e Paris, que manifestavam sua solidariedade com o levante nacional polonês de 1863. Desde o início Marx reconheceu a importância dessa federação (cf. Carta a Engels, de 04 de novembro de 1864), a ponto de ter redigido e se empenhado na aprovação do *Manifesto de lançamento* e dos *Estatutos* da Associação e que foram concebidos com o objetivo de proporcionar as bases para uma cooperação tanto dos líderes liberais dos sindicatos ingleses, quanto com os adeptos de Proudhon (França), Mazzini (Itália) e Lassale (Alemanha) - (BOTTOMORE, T., 1988, p. 195).

Nos primeiros anos da Internacional, Marx, que redigia quase todos os documentos do Conselho Geral da AIT, limitou-se "aos pontos que permitiam acordo imediato e ação combinada pelos trabalhadores" (cf. Carta de Marx a Kugelmann, de 09 de outubro de 1866). Com o desenvolvimento da Associação, Marx buscou assegurar a adoção de reivindicações socialistas, obtendo em 1868, com a oposição dos proudhonianos, a aprovação de uma declaração da AIT a favor da propriedade coletiva das minas,

ferrovias, terras aráveis, florestas e comunicações (Idem, ibidem). Também em 1868, além da polêmica com os proudhonianos, a AIT foi palco das disputas com Bakunin e seus seguidores, que solicitaram nesse ano o ingresso de sua "Aliança Internacional para a Democracia Socialista" na AIT. O conflito entre marxistas e bakuninistas perdurou de 1869 a 1872 e sua principal motivação foi a questão de organização da AIT. Bakunin atacava o que chamava de "autoritarismo" do Conselho Geral da AIT, ao mesmo tempo que buscava organizar no interior da Associação uma sociedade secreta hierarquicamente organizada e sob a sua tutela (BOTTOMORE, T., 1988, p. 196).

A "Comuna de Paris", de 1871, foi decisiva para a AIT. A experiência da Comuna e a luta pelo direito de voto da classe operária, levaram Marx e Engels a enfatizarem a necessidade de formas efetivas de ação política para a Associação; conseguiram na Conferência de Londres da AIT, em setembro de 1871, uma manifestação oficial favorável à constituição da classe operária num partido político. Tal objetivo foi transformado em artigo estatutário da Associação, elaborado por Marx e aprovado no Congresso de Haia da Internacional, em 1872, pelo qual também se especificou que "a conquista do poder político" tornava-se "o grande dever do proletariado" (Apud: Idem, p. 196). Essas decisões da AIT sofreram forte oposição de Bakunin e seus partidários que, a partir de seus pressupostos anarquistas, argumentavam a favor da abstenção política.

O confronto externo com a repressão política e, internamente, com a divisão provocada pelos bakuninistas, levou

Marx e Engels a defenderem um aumento de poderes do Conselho Geral. No Congresso de Haia da AIT, em 1872, a proposta de Marx e Engels foi aprovada; numa controvertiva sessão, Bakunin e Guillaume foram expulsos da AIT, acusados de organizarem uma sociedade secreta dentro da Internacional; esse Congresso aprovou ainda, por estreita minoria, uma proposta de Marx e Engels e seus partidários para mudar a sede do Conselho Geral de Londres para Nova York - manobra essa motivada pelo temor dos marxistas de que, permanecendo em Londres, o Conselho caísse no controle dos blanquistas (Idem, ibidem).

Todo esse quadro vivido pela Primeira Internacional, marcado pela repressão política externa e por disputas internas cada dia mais amplas, acabou resultando no fim da Internacional, dissolvida num Congresso em Filadélfia, em 1876.

O fim da AIT, porém, não significou o fim dessas disputas, que foram mantidas e ampliadas no que chamarei, provisoriamente, período de **transição entre a I e a II Internacional** (de 1876 a 1889): além da continuidade dos embates entre as correntes indicadas, emergiu a defesa de uma "escola marxista", com Kautsky, que se contrapunha aos partidários de Rodbertus, Lassalle, Brausse, Auer e Schramm (HAUPT, G., 1980, p. 358-371). Data também desse período a chamada "crise revisionista" e o aparecimento, no seio do movimento socialista internacional, dos "marxismos" e sintetizada, por um lado, por Kautsky defendendo sua "escola marxista", e, de outro, por Bernstein, principal pivô da "crise revisionista", admitindo que

o termo "marxismo" designava não apenas uma teoria científica, mas também uma doutrina política. Essa crise revisionista, então denominada de "crise no marxismo", foi assim caracterizada por Haupt: a partir de então, o marxismo "se divide em escolas hostis, e a terminologia, conseqüentemente, sofrerá várias modificações"; com isso, o termo marxismo, passará a ter sempre algum qualificativo que "comporá uma série de etiquetas: haverá o marxismo 'verdadeiro' e 'falso', 'estrito' e 'amplo', 'ortodoxo' e 'revolucionário', 'dogmático' ou 'criador'" (Idem, p. 375).

Apesar desses embates entre as diferentes correntes do movimento socialista internacional e, também, no interior do marxismo, nesse período intermediário entre as duas Internacionais - ainda por influência das orientações tomadas pela Primeira Internacional a partir de 1871 - assistiu-se ao crescimento de partidos nacionais de trabalhadores, a maior parte dos quais de "caráter mais ou menos marxista" (BOTTOMORE, T., 1988, p. 196).

No Congresso Internacional de Trabalhadores, organizado pelos marxistas em Paris, em julho de 1889, decidiu-se criar a **Segunda Internacional** (1889-1914). Mais ampla que sua antecessora, essa Internacional tinha sua base no movimento dos trabalhadores europeus, se constituindo, porém, como uma federação livre de partidos e sindicatos (a Primeira Internacional admitia em seus quadros tanto membros individuais como organizações locais e nacionais). A maior parte dos partidos filiados tinha o marxismo como ideologia predominante, embora outras tendências também estivessem presentes, destacando-se os

anarquistas que, depois de derrotados nos Congressos de 1893 e 1896, foram excluídos da Internacional (Idem, ibidem).

A Segunda Internacional realizou periodicamente seus congressos que se transformaram, entretanto, em palco de lutas entre as tendências que, tendo origem no interior dos partidos socialistas e social-democratas nacionais, transferiram-se para a arena da Internacional. Exemplo disso foi o Congresso de Paris, em 1900, onde se debateu a questão francesa do "millerandismo": se era possível admitir que um socialista compusesse um governo burguês, como a participação no ministério do socialista francês Millerand. O congresso seguinte, reunido em Amsterdã, em 1904, foi instado a opinar sobre uma resolução, aprovada pelo Congresso Social-Democrata alemão, condenando as idéias revisionistas de Bernstein; o congresso aprovou a resolução, mas os revisionistas permaneceram na Internacional e no partido alemão. Outra questão controvertida foi quanto ao colonialismo, cuja condenação havia sido aprovada pelo Congresso de Paris, em 1900, por ocasião da Guerra dos Boêres. No Congresso de Stuttgart, em 1907, a maioria da comissão colonial argumentou que "não se devia rejeitar todas as políticas coloniais em quaisquer circunstâncias; por exemplo, aqueles que, sob um regime socialista, poderiam servir a um propósito civilizador" (Apud: Idem, p. 197). Esse ponto de vista foi rejeitado, mas aprovou-se uma resolução condenando as "políticas coloniais capitalistas", pois elas, por sua natureza, davam "lugar à servidão, trabalhos forçados e o extermínio dos povos nativos" (Idem, ibidem).

A questão que mais monopolizou a atenção da Segunda Internacional, entretanto, foi a da luta contra a guerra.

Essa questão dominou o Congresso de Stuttgart, em 1907, que aprovou uma resolução, de cuja elaboração participou Lenin, Rosa Luxemburg e Martov, que recomendava "todo o esforço possível para impedir a deflagração da guerra"; caso ela fosse deflagrada, apesar de todo esse esforço, que era dever dos movimentos operários "intervir em favor de seu mais rápido término, empregando toda a sua força para utilizar a crise econômica e política criada pela guerra para levantar as massas e, desse modo, acelerar a derrubada do domínio da classe capitalista" (Apud: Idem, p. 197). Essa posição foi reafirmada nos dois congressos seguintes, sendo que o Congresso de Basiléia, de 1912, o último antes da guerra, tornou-se uma grande e comovente manifestação pela paz (Idem, ibidem).

Eclodida a Primeira Guerra Mundial, dois anos após o Congresso de Basiléia, as manifestações em torno das palavras-de-ordem contra a guerra e concitativas à ação revolucionária foram tragadas pelas manifestações nacionalistas. Os principais partidos da Segunda Internacional - salvo os partidos russo, sérvio e húngaro - manifestaram apoio à guerra travada por seus respectivos governos e com isso provocaram o *colapso da Internacional* (Idem, ibidem). No início da guerra, em novembro de 1914, marcando o fim da Internacional, Lenin escreveu: "A Segunda Internacional está morta, vencida pelo oportunismo... Viva a Terceira Internacional..." (Apud: Idem, ibidem).

Com relação aos embates e polêmicas sobre o socialismo e a revolução proletária, havidos ao tempo da Segunda Internacional, merecem destaque:

* a ampliação, a vulgarização e a divulgação do marxismo ou

"marxismos" (ANDREUCCI, F.,1982, p. 15-73; HOBSBAWM, E.J., 1982, p. 75-124);

* o aprofundamento dos embates no interior da Social-Democracia alemã: Kautsky com sua "escola marxista" (SALVADORI, M.L., 1982, p. 299-339); Bernstein aprofundando sua postura revisionista, que passou então a se constituir numa contraposição à "ortodoxia" (FETSCHER, I., 1982, p. 257-298); Rosa Luxemburg e sua renovação à esquerda do movimento socialista (NEGT, O., 1984, p. 11-51);

* pelos debates entre os socialistas russos: a polêmica com o populismo (WALICKI, A., 1984, p. 53-84); o aparecimento do "marxismo legal" (STRADA, V., 1984, p. 85-104); a polêmica entre bolcheviques e mencheviques em torno da questão agrária, do caminho ao socialismo, do partido e da revolução, etc. (STRADA, V., 1984, p. 135-188);

* o marxismo na Itália e o debate sobre a revolução italiana (GERRATANA, V., 1984, p. 11-49).

Além desses embates "nacionais" das diferentes tendências socialistas da Internacional, algumas questões gerais perspassaram praticamente todos os grupos nacionais e tendências: a questão agrária (HEGEDÜS, A., 1984, p. 149-171); a questão em torno do nacionalismo e da libertação nacional (GALISSOT, R., 1984, p. 173-250); a questão colonial e o debate sobre a guerra (REBERIOUX, M., 1984, p. 279-319).

Pelo elencamento dos principais debates havidos ao tempo da Segunda Internacional, é possível identificar que a hegemonia inicial dos teóricos do Partido Social-Democrata Alemão, gradativamente, se deslocou da Alemanha para os processos

revolucionários da Rússia e que culminaram com a Revolução de Outubro; com ela, praticamente todo o debate no interior da esquerda socialista se concentrou na questão do "caminho para o poder", usando expressão cunhada por Kautsky em 1909 (HOBSBAWM, E.J., 1985, p. 15). Com a Revolução Russa o debate teórico e prático em torno do socialismo e do marxismo passou a se concentrar em torno de temas a ela relacionados: como transpor para outros países a experiência revolucionária Russa? Como chegar à conquista revolucionária do poder em condições diversas daquelas da Rússia de 1917? Que relações poderiam ser estabelecidas entre a Rússia Soviética e outras lutas nacionais e globais com vistas a levar a cabo a revolução"? Etc. (Idem, p. 15-16).

Nesse ambiente, marcado pela Revolução Russa e por uma intensa agitação revolucionária na Europa Central, foi fundado em Moscou, em março de 1919, por iniciativa dos bolcheviques, a **Terceira Internacional** (também chamada de *Internacional Comunista*, ou ainda *Comintern*). Como não poderia deixar de ser, os principais embates da Terceira Internacional foram concentrados principalmente (mas não exclusivamente) em torno da União Soviética. Conforme Hobsbawm:

> (...) Como a União Soviética permaneceu até o final da Segunda Guerra Mundial como o único Estado dirigido por marxistas, a discussão deste problema se referia predominantemente àquele país ou se desenvolvia em torno dele. E esta discussão continuou por muito tempo a ser dominada pela experiência soviética... uma vez que os esforços subseqüentes para construir o socialismo se modelaram segundo o exemplo da URSS ou usaram a experiência soviética... como ponto de referência fundamental. (...)" ((HOBSBAWM, E.J., 1985, p. 16).

Diferentemente da Segunda Internacional que tinha favorecido a formação em cada país de um único partido operário, que abrangesse todas as várias tendências socialistas, a Terceira Internacional, inspirada na União Soviética e na experiência do Partido Bolchevique, insistia na completa ruptura com o reformismo e com as políticas de centro (JOHNSTONE, M., 1985, p. 13). Diferentemente, também, dos velhos partidos social-democratas da Segunda Internacional, estruturados em torno da atividade parlamentar, pacífica e legal, a Terceira Internacional propugnava a formação de partidos especificamente comunistas que não deviam ter "nenhuma confiança na legalidade burguesa" e que, ao contrário, deviam "unir à atividade legal a ação clandestina" (Idem, p. 13-14). Para marcar essas diferenças, os Estatutos do Comintern registravam que se "rompia de uma vez por todas com as tradições da Segunda Internacional, para a qual somente existiam povos de pele branca" e definia, por isso, como seu objetivo "congregar e libertar trabalhadores de todas as cores" (Apud: BOTTOMORE, T.., 1988, p. 198).

O estado de "espírito" e as esperanças depositadas na Terceira Internacional ficaram expressas no discurso de Lenin no Congresso de sua formação (o "I Congresso", realizado em Moscou, de 2-6 de março de 1919), no qual o líder da revolução bolchevique declarou que "a fundação de uma república soviética internacional está a caminho" e que, por isso, deveria se adotar como princípio fundamental da Terceira Internacional o "reconhecimento da ditadura do proletariado e do poder soviético em lugar da democracia burguesa" (Apud: BOTTOMORE, T.., 1988, p.

197). As mudanças estratégicas e táticas da Segunda para a Terceira Internacional ficaram, pois, claramente delineadas desde esse I Congresso, quando então foram fixados uma série de pontos programáticos, assim sintetizados por Agosti:

> "... 1) a decomposição e o colapso iminente do 'inteiro sistema capitalista mundial' assinalariam o fim da 'civilização européia em geral', caso o proletariado não viesse a tomar o poder do Estado, destruindo o aparelho estatal da burguesia e substituindo-o por novas formas de organização...; 2) a ditadura do proletariado devia ser a alavanca para a expropriação imediata do capital e para a abolição da propriedade privada dos meios de produção; 3) o método fundamental da luta era 'a ação de massa, compreendida nessa ação a luta aberta a mão armada contra o poder do Estado do capital'." (AGOSTI, A., 1985, p. 47-48).

No II Congresso (realizado em Moscou, em julho-agosto de 1920) houve uma afluência muito grande de partidos e organizações que haviam decidido filiar-se ao Comintern. A preocupação com a diluição da nova internacional, devido ao ingresso de elementos social-democratas, levou o Congresso a estabelecer condições para a filiação à Terceira Internacional: os partidos que desejassem essa filiação tinham de "afastar os reformistas e centristas de todas as posições de responsabilidade no movimento operário" e combinar o trabalho legal com o ilegal, inclusive com propaganda sistemática nos exércitos (BOTTOMORE, T.., 1988, p. 197-198). Esse Congresso aprovou também as *Teses sobre a questão nacional e colonial*, elaboradas por Lenin, e que enfatizavam a necessidade de uma aliança anti-imperialista dos movimentos de libertação nacional e colonial e dos movimentos operários que combatiam o capitalismo com a Rússia Soviética (Idem, p. 198). Definindo o momento histórico como de "aguda guerra civil", o Comintern exigia "disciplina férrea" e alto grau

de centralização do poder; para tanto, foram aprovadas, por unanimidade, as "Teses sobre o papel do partido comunista na revolução proletária": prevendo a aproximação da "hora decisiva", o partido comunista era definido como uma "compacta organização da elite da classe operária", que acolhia em seu seio "os defensores mais corajosos, lúcidos e avançados"; o partido atuaria segundo o "centralismo democrático", pelo caráter totalmente obrigatório de todas as instruções emanadas das instâncias superiores para as inferiores e "pela presença de uma forte direção central" (JOHNSTONE, M., 1985, p. 14).

O III Congresso, realizado em 1921, foi marcado pelo combate às tendências esquerdistas no Comintern (principalmente baseados no texto de Lenin, *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, escrito em 1920) e por questões como a participação comunista nas eleições parlamentares e seu trabalho interno nos sindicatos reacionários. De acordo com Monty Johnstone, Lenin enfrentou essas questões do III Congresso consciente que a onda revolucionária européia "tinha regredido", que fora da Rússia os partidos comunistas "representavam uma minoria da classe operária" e que as "táticas revolucionárias ofensivas", anteriormente defendidas e moldadas na experiência russa, "já não eram adequadas ao ocidente" (BOTTOMORE, T., 1988, p. 198). Com base nessa análise, o Congresso aprovou a convocação de uma frente única dos partidos da classe operária, nacional e internacionalmente, "para lutar pelas necessidades imediatas dos trabalhadores" (Idem, ibidem).

Fracassada a revolução alemã, em outubro de 1923, o Comintern entendeu que se iniciara um período de relativa

estabilização capitalista. Os anos seguintes foram marcados pelo reflexo das lutas internas do partido bolchevique no Comintern e, ao mesmo tempo, pela bolchevização do movimento comunista internacional - que foi assumindo a "palavra de ordem de bolchevização", expressão cunhada no V Congresso da Internacional (17 de junho a 8 de julho de 1924). Além da derrota do movimento revolucionário alemão, que deu base de sustentação para o argumento que proclamava a incapacidade dos partidos não-russos para a conquista revolucionária do poder, foi decisivo para a bolchevização dos partidos comunistas a cisão no grupo dirigente desse partido: o conflito de Trotski e seus adeptos com o triunvirato Stalin-Zinoviev-Kamenev (e que culminou com a expulsão de Trotski da direção executiva do Comintern, em setembro de 1927). A caracterização da palavra de ordem foi dada por Zinoviev no V Congresso da Internacional:

> "A bolchevização não deve ser entendida no sentido de transferência mecânica da experiência russa... Por bolchevização, entendemos a assimilação, por parte dos partidos, daquilo que de significativo, de internacional, que existe no bolchevismo, a que se referia o companheiro Lênin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Por bolchevização dos partidos, entendemos... a pertinência de qualquer manobra estratégica na luta contra o inimigo. Bolchevização significa firme vontade de lutar pela hegemonia do proletariado, significa ódio ardente à burguesia, aos líderes contra-revolucionários da social-democracia, ao centrismo e aos centristas, aos semicentristas e pacifistas... Bolchevização é a criação de uma organização compacta, monolítica e fortemente centralizada, que supera amigavelmente as divergências em suas filas... Bolchevização é o marxismo em ação, é dedicação à idéia da ditadura do proletariado, à idéia do leninismo." (Apud: HÁJEK, M., 1985, p. 198).

A exposição de Zinoviev não deixa margem de dúvida de que a bolchevização se dava no interior de uma acirrada

disputa interna dos bolcheviques com as tendências que eles denominavam de "contra-revolucionárias"... Em conseqüência dessas decisões ocorreu a redução e/ou eliminação gradual do espaço de debate e a transformação do "marxismo comunista" em proclamação do leninismo como único marxismo possível e da clara rejeição do "luxemburguismo", do "trotskismo", etc. Nas teses aprovadas do V Congresso sobre a propaganda, Lênin era definido como "a personificação mesma do marxismo ortodoxo", se acolhia os enunciados dos "ensinamentos do marxismo" na versão staliniana de 1913 e a definição que, em 1922, Stalin dera do leninismo (Idem, p. 211). A culminação dessa combinação de intolerância e sectarismo é dado pela publicação do *Breve curso de história do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, cuja redação foi dirigida pessoalmente por Stalin, publicado em outubro de 1938. No *Breve curso* a figura símbolo dominante é o bolchevique, o militante de um partido que Stalin compara a uma ordem de "cruzados"; o partido bolchevique, em sua concepção militar e aristocrática, é transformado num modelo a ser imitado pelas seções nacionais do Comintern (SPRIANO, P., 1987, p. 141-142).

Juntamente com o processo de bolchevização da III Internacional, é conveniente destacar que a trajetória do Comintern, após a derrota da "direita bukhariana" (que se opôs à política de industrialização acelerada, proposta por Stálin, em 1928-29), passou à etapa da ditadura da fração stalinista e, logo depois, à ditadura pessoal de Stalin. Não há dúvida de que determinou-se com isso uma situação, no mínimo, paradoxal: a Internacional Comunista se referenciava na idéia leninista segundo as qual "não há práxis revolucionária sem teoria

revolucionária" e, ao mesmo tempo, suas deliberações limitavam a possibilidade de um pensamento político (HÀJEK, M., 1985, p. 218). Essa situação tornou-se ainda mais grave depois do VII e último Congresso da Terceira Internacional, realizado em 1935: a partir de então não mais se registraram ocasiões formais de debate, não se realizaram mais reuniões plenárias da Comissão Executiva do Komintern, nem se convocou um novo congresso. O Comintern nada mais fazia senão exercer "a função de instrumento auxiliar da diplomacia soviética". Essa stalinização foi acompanhada de uma rápida deterioração de seu regime interno que se degenerou "numa obsessão inquisitória e, na caça às bruxas, no hábito da delação e da intervenção policialesca" (SPRIANO, P., 1987, p. 140). Prisões arbitrárias, deportações e fuzilamentos dizimaram os quadros dirigentes e intermediários de numerosos partidos comunistas, desde o polonês - dissolvido em segredo pelo Presidium do Comintern, no verão de 1938 - até o húngaro; do alemão ao iugoslavo; na União Soviética, apenas para mencionar, as principais vítimas das repressões de Stalin foram justamente os quadros dirigentes comunistas russos - num processo que significou a eliminação de toda a velha guarda bolchevique, mandada para a morte, entre 1936 e 1938 (Idem, ibidem).

No plano político internacional, desde o VI Congresso, em 1928, a atuação do Comintern foi marcada pela oscilação. Em 1927 o Comintern denunciou a social-democracia como "social-fascismo" e as propostas para uma frente única com os seus líderes foram rejeitadas. Em março de 1933, estabelecida a ditadura nazista, a direção do Comintern recomendou aos partidos filiados a aproximação aos partidos social-democratas com

propostas de uma ação conjunta contra o fascismo. Em 1935, no VII e último Congresso do Comintern, houve uma vigorosa manifestação em favor de uma frente única dos partidos da classe operária e a formação de uma Frente Popular para conter o avanço fascista. Depois do pacto de não-agressão germano-soviético (firmado em 1939 entre Stálin e Hitler), o Comintern reviu sua estratégia de diferenciação entre as democracias burguesas ocidentais e os Estados fascistas; no biênio de 1939-41 a Internacional mergulhou numa custosa justificação desse acordo, acabando por condenar a guerra como injusta, reacionária e imperialista. Após o ataque e a invasão do exército alemão à União Soviética, em 21 de junho de 1941, o Comintern deu apoio incondicional à URSS e seus aliados ocidentais na luta contra as potências do Eixo e se tornou promotor das "frentes nacionais", país por país (BOTTOMORE, T.., 1988, p. 198).

A partir da "virada de 1941", no plano político-ideológico, houve o abandono temporário do horizonte estratégico do movimento comunista internacional - a realização de uma revolução proletária mundial - e o estímulo às palavras-de-ordem relacionadas ao antifascismo. Essa motivação antifascista implicava, para os comunistas de todo o mundo, a tarefa de se dedicarem, em cada país, à formação de "frentes nacionais" o mais amplas possível e empenhadas em combater ativamente os nazifascistas, alinhando-se na "grande aliança" (SPRIANO, P., 1987, p. 158-159). Dessa luta dos comunistas em todo o mundo, Stalin emergiu como uma figura que simbolizava "não somente a causa da libertação do jugo nazifascista, mas também a garantia de uma emancipação socialista para o amanhã vitorioso", como "o

líder dos trabalhadores de todo o mundo" (Idem, p. 159-160).

É curioso e paradoxal que justamente nesse momento de destaque do movimento comunista internacional, foi tomada a decisão de dissolução da Terceira Internacional, em 22 de maio de 1943, por proposta de seu Presidium. A historiografia apresenta duas interpretações para essa dissolução: uma versão se baseia no argumento endógeno ao Comintern, de que a Internacional se tornou anacrônica face às diferentes condições que o movimento comunista internacional enfrentava, o que tornava impossível sua direção por um centro internacional; assim, cada partido devia mover-se de modo autônomo, sem o vínculo de uma organização centralizada, superada pelo avanço do movimento. A outra versão atribui a dissolução do Comintern à "finalidade de tranqüilizar os aliados ocidentais de Stalin"; foi uma garantia que Stalin pretendeu dar aos aliados de que não desejava mais intervir na vida interna de outros países (BOTTOMORE, T.., 1988, p. 198; SPRIANO, P., 1987, p. 168).

Qualquer que seja o argumento utilizado para o entendimento do fim do Comintern, Paolo Spriano afirma que, com o delineamento da vitória da "Grande Aliança" contra os países do "Eixo", se impunha às potências os "problemas do ordenamento futuro do mundo após a vitória" - e que foi objeto de discussão no encontro de potências da "Grande Aliança", realizado em Teerã, entre 28 de novembro a 01 de dezembro de 1943; Stalin queria, assim, eliminar do palco das negociações um obstáculo representado pela existência de uma ramificação da URSS como a Internacional Comunista (SPRIANO, P., 1987, p. 169). Ademais, estando a URSS próxima de seu apogeu de potência e de prestígio,

certamente não mais precisava de "um colegiado intermediário para exercer sua influência sobre cada partido comunista" (Idem, p. 172). De qualquer forma, em termos práticos, o fim da Internacional Comunista não implicava na extinção da Rússia como um centro político internacional: restavam os homens, a ideologia e o hábito de considerar sempre a política do governo soviético como decisiva para a atividade dos partidos comunistas; ademais, parte do aparelho do Comintern, após seu fim, passou para a Seção dos Partidos Estrangeiros, um órgão do Comitê Central do PCUS, ficando George Dimitrov, ex-secretário-geral do Comintern, no posto de comando de tal seção (OPAT, J., 1987, p. 217).

No imediato pós-guerra o movimento comunista, oficialmente não mais vinculado e/ou articulado por uma organização internacional, sofreu um forte crescimento numérico (em termos de filiados e simpatizantes) e, ao mesmo tempo, viveu um interlúdio de abertura que permitiu o debate quanto às "novas vias" para o socialismo. Com relação ao crescimento numérico e de peso político dos partidos comunistas, Paolo Spriano o identifica no quadro de uma euforia cultural que varreu a Europa liberta da ameaça nazi-fascista:

> "(...) A cultura européia vive um período de engajamento político e civil, no qual a ambição de promover o surgimento do 'homem novo' num mundo de liberdade e justiça é toda de signo socialista. (...) E a uma solução socialista das relações de produção se dizem favoráveis muitos grupos culturais e políticos cristãos, liberal-democratas, radicais. É comum aos intelectuais progressistas e às grandes massas a convicção de que as velhas classes dirigentes devem abrir caminho às forças populares... retorna a idéia, já dominante no primeiro pós-guerra, de que o socialismo é o futuro não distante dos povos.(...)" (SPRIANO, P., 1987, p. 178).

Juntamente com esse crescimento dos partidos comunistas, no imediato pós-guerra começou a ser discutido o tema da possibilidade e/ou necessidade de se percorrer "novas vias" para a construção do socialismo. O conceito de "novas vias para o socialismo", então elaborado, possuía um conteúdo baseado em dois aspectos complementares: era entendido como "vias nacionais" de construção do socialismo e uma explicitação da diversidade em face do caminho percorrido na Rússia com a Revolução de Outubro e os encaminhamentos posteriores (SPRIANO, P., 1987, p. 198). Togliatti, depois de seu retorno à Itália, em março de 1944, afirmou publicamente que "não se põe publicamente aos operários italianos o problema de fazer aquilo que foi feito na Rússia" (Apud: Idem, p. 199). De fato, porém, só a partir de 1946 as posições quanto aos "novos caminhos" para o socialismo tornaram-se inequívocas, tanto no Leste quanto no Oeste europeu. Uma das primeiras vozes que se levantou nessa direção foi exatamente a do ex-secretário-geral do Comintern, Georgui Dimitrov, num congresso dos comunistas de Sófia, em fevereiro de 1946:

> "A luta pelo socialismo é hoje diferente da de 1917 e 1918... à época da Revolução de Outubro. Então era essencial derrubar o czarismo russo, era essencial a ditadura do proletariado para poder passar ao socialismo. Desde então, transcorreram mais de três decênios, e a União Soviética, como Estado socialista, se tornou uma grande potência mundial (...) Não pode haver dúvida alguma sobre o fato de que todas as nações, grandes ou pequenas, estejam fadadas a passar para o socialismo, dado que isto é historicamente inevitável... O ponto crucial da questão - e nós, marxistas-leninistas, devíamos saber bem disto - é este: cada nação cumprirá a passagem ao socialismo não por um caminho já traçado, não exatamente como ocorreu na União Soviética, mas seguindo sua própria estrada, de acordo com suas peculiaridades históricas, nacionais, sociais e culturais." (Apud: SPRIANO, P., 1987, p. 199).

Essa mesma posição foi repetida em outubro por Rákosi: "não existe um só caminho para o socialismo"; e também por Gottwald: a experiência e o ensinamento marxista-leninista mostram que a ditadura do proletariado e a construção de um regime soviético não são a única via que conduz ao socialismo". Em novembro, por exemplo, o líder do Partido Operário Polonês, Gomulka, em polêmica com os que sustentavam querer o Partido seguir "as mesmas vias" da URSS, afirma:

> "Nós, escolhemos uma via nossa, polonesa, de desenvolvimento; um caminho que chamamos de... democracia popular, e pensamos que, por ele..., a ditadura da classe operária e, mais ainda, a de um só partido seriam nem úteis nem necessárias" (Apud: SPRIANO, P., 1987, p. 200).

O posicionamento quanto às "novas vias", nos países que sofreram as conseqüências, direta ou indiretamente, das ditaduras nazi-fascistas, foi acompanhado da defesa de uma perspectiva de democracia antifascista, como etapa histórica indispensável na própria "nova via" para o socialismo. Na Alemanha, o KPD divulgou um apelo em 11 de junho de 1945, onde tomou a seguinte posição:

> "Simultaneamente à destruição do hitlerismo, trata-se de concluir a democratização da Alemanha, levar a termo a causa da transformação democrático-burguesa iniciada em 1848, liquidar completamente os resíduos feudais e aniquilar o militarismo prussiano, com todas as suas conexões econômicas e políticas. Nós somos da opinião de que os interesses decisivos do povo alemão prescrevem... um outro caminho, ou seja, o da construção de um regime antifascista, democrático, de uma República democrático-parlamentar, com todos os direitos e as liberdades democráticas para o povo" (Apud: Idem, p. 200).

Na França, o secretário do PCF, Maurice Thorez, declarou ao *Times*, em novembro de 1946, que "o progresso da democracia, seja em que parte for, em todo o mundo, não obstante raras exceções

que só servem para confirmar a regra, permite ao socialismo a escolha de outros caminhos, diferentes daqueles do comunismo Russo" (Apud: Idem, p. 201). Na Itália, Togliatti foi na mesma direção, proclamando em Florença, em janeiro de 1947, que "nas condições atuais..., a classe operária e as massas trabalhadoras de vanguarda podem achar, para chegar ao socialismo - isto é, para chegar a desenvolver a democracia até o limite extremo... - vias novas, diferentes daquelas, por exemplo, que foram seguidas pela classe operária e pelos trabalhadores da União Soviética" (Apud: Idem, ibidem). Também no Japão, o líder do PC, Sanzo Nosaka, depois de um exílio de quatorze anos, invocou a continuidade da "grande aliança antifascista" da Segunda Guerra Mundial, propondo como estratégia para os comunistas japoneses o desenvolvimento das liberdades democráticas, a conclusão da revolução burguesa e o repúdio à violência (Idem, ibidem).

Se na Europa os processos decorrentes da Segunda Guerra Mundial resultavam no debate sobre as "novas vias do socialismo", com as características expostas, nos países do Terceiro Mundo (na Ásia, África, Oriente Médio e América Latina) o imediato pós-guerra foi de grandes agitações anticoloniais e anti-imperialistas; em lugar de se discutir as "novas vias para o socialismo" a novidade da posição político-teórica dos movimentos comunistas nacionais era expresso pelo conceito "crítica das armas", indicação da postura dos comunistas nas lutas nacionais em desenvolvimento (Idem, p. 202-203).

Foi também nesse quadro de fim da Segunda Guerra Mundial, que em oito países do Centro e do Sudeste da Europa (Albânia, Bulgária, Tcheco-Eslováquia, Alemanha Oriental,

Iugoslávia, Polônia, Romênia e Hungria) nasceram novos regimes, que se definiram como "democracias populares" (OPAT, J.., 1987, p. 213). Esses "novos regimes", desde o primeiro instante em que se estabeleceram, eram a negação dos regimes anteriores à guerra e manifestaram a vontade de intervir nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Excetuando a Iugoslávia e a Albânia, onde ocorreram revoluções anticapitalistas e um regime estatal com partido único, nos demais países os comunistas aceitaram estruturas pluralistas como base de sua política. Nesses países, fazendo coro com o debate sobre as novas vias para o socialismo, afirmava-se que a construção da sociedade socialista seria atingida por vias diferentes da soviética, respeitando as peculiaridades de cada país (Idem, p. 228-229).

Essa discussão quanto à via para o socialismo, não encontrava amparo na formulação ideológica a que os comunistas nos países das "democracias populares" recorriam para articular seu discurso sobre a questão do socialismo como objetivo a ser alcançado, e que era inteiramente dogmática, baseada nos esquemas teóricos formulados por Stálin ao tempo da Terceira Internacional: o tipo superior de democracia era o realizado na URSS, o inferior era representado pela democracia burguesa; nesse esquema, os novos regimes de democracia popular eram enquadrados num tipo intermediário (Idem, p. 232). Essa teorização colocava para os comunistas dos países do Centro e do Sudeste da Europa um problema: não era possível chegar ao sistema superior de democracia (de um só partido; o modelo soviético) mantendo-se o pluralismo. Haveria um momento em que se teria que optar entre ou preservar o pluralismo político e econômico, optando-se por uma

via própria e peculiar de construção do socialismo; ou seguir o caminho orientado pelo modelo soviético - e que implicaria, mais cedo ou mais tarde, no abandono das vias nacionais (Idem, p. 233).

No momento, porém, que o movimento comunista internacional vivia o "interlúdio" do debate sobre as "novas vias" para o socialismo e formavam-se as "democracias populares" em países do Centro e Sudeste europeu, Stalin imprimiu uma nova virada a todo o movimento, com a constituição, em 22-27 de setembro de 1947, de um novo órgão internacional, criado com o objetivo de manter a estrita uniformidade política e doutrinária dos partidos comunistas: o Kominform, ou o Birô de Informações dos Partidos Comunistas e Operários. Em seu interior destaca-se a figura dominante de Stalin, na condição de "poder decisório efetivo, prestígio pessoal indiscutível" e, notadamente após a vitoriosa campanha na Segunda Grande Guerra, "cátedra inapelável de autoridade teórica" (SPRIANO, P., 1987, p. 130-132). O informe principal para a justificação da formação do Kominform foi feito por Andrei Zhdanov, um dos colaboradores mais próximos a Stalin, num texto que levou por título *Sobre a situação internacional*. A tese principal de Zhdanov era que, após o final da guerra, haviam se formado, gradualmente, dois blocos opostos: o imperialista / antidemocrático (à frente do qual estavam os Estados Unidos da América) e o antiimperialista / democrático (representado pela União Soviética e países de democracia popular). Zhdanov acusou os Estados Unidos de preparar uma guerra atômica contra a URSS, sendo a submissão da Europa à hegemonia americana parte integrante desse plano; os principais instrumentos da política

americana para submeter os outros países eram a Doutrina Trumam e o Plano Marshall. Finalmente, com base nesses argumentos, Zhdanov justificava a necessidade premente de se criar uma nova instância internacional dos partidos comunistas (OPAT, J., 1987, p. 236-237).

A criação do Kominform cumpria, assim, um objetivo de corrigir a linha política dos partidos comunistas. Neste aspecto, o Kominform foi pragmático: como os velhos aliados antifascistas se tornaram opositores dos comunistas, cada partido deveria corrigir a orientação de sua política interna, deixando de falar de "caminho particular para o socialismo"; dever-se-ia novamente servir aos objetivos do "socialismo num só país" e da palavra-de-ordem "todos em torno da União Soviética" (Idem, p. 237-238). A fundamentação ideológica da "nova organização" nada mais fez que retomar a imagem familiar do centralismo terceiro-internacionalista dos anos 20... acrescida do combate ao Plano Marshall e da tarefa fundamental para que todos os partidos comunistas do Ocidente se opusessem à colonização de seus países pelo imperialismo americano.

No caso dos países com estrutura política de coalizão, a constituição do Kominform implicava na renúncia à sua já limitada autonomia e na aplicação enérgica da nova linha. Assim, até agosto de 1948, na Romênia, Hungria, Tcheco-Eslováquia e Bulgária, comunistas e social-democratas fizeram a fusão de seus partidos e liquidaram os últimos restos das estruturas governamentais de coalizão (Idem, p. 238). Em lugar delas, foram instalados regimes satélites da URSS.

Acompanhando essas mudanças, rápida e praticamente

toda a liderança comunista internacional se adequou ao novo clima, mudando radicalmente o discurso feito pouco antes, como pode-se perceber pelo pronunciamento de Togliatti, em 1948: "o guia só pode ser um: no campo da doutrina, é o marxismo-leninismo; no campo das forças reais, é o país que já é socialista e onde o partido marxista-leninista, temperado por três revoluções e duas guerras vitoriosas, tem a função dirigente" (Apud: SPRIANO, P., 1987, p. 211).

Como o Kominform tornou-se uma agência para "impor o controle de Moscou a toda a área dos países satélites", era decisivo o triunfo da força e do poder dos partidos comunistas. Esse triunfo deveria se dar estritamente na linha política definida pelo Kominform. Esse foi o motivo para o recrudescimento do stalinismo e o início das mais diversas acusações de desvio da linha política "justa" e para o enquadramento de líderes não adequados ao poder de Moscou. Um ano depois da criação do Kominform, em 1948, tem reinício os processos políticos contra dirigentes comunistas húngaros, poloneses, búlgaros, tchecos, romenos e, principalmente, iugoslavos (Idem, p. 210-211).

Em pleno andamento da política terrorista, em 05 de março de 1953 Stalin morreu, abrindo na direção do PCUS a luta pela sua sucessão. A escolha recaiu sobre Kruschev que, em fevereiro de 1956, no XX Congresso do PCUS, leu seu relatório secreto revelando o culto à personalidade, os erros, deformações e crimes que tinham marcado a vida da União Soviética sob o poder de Stalin. Em abril de 1956, o Kominform teve um fim não mais glorioso que sua fundação, sendo sumariamente extinto (OPAT, J., 1987, p. 249-250).

Apesar do movimento comunista internacional ao tempo da Terceira Internacional e até 1956, ter sido dominado por uma concepção que impôs a máxima uniformidade possível aos partidos que o compunham e a seus membros, não há como deixar de registrar que, sob essa "uniformidade" **houve uma certa heterogeneidade**, baseada nos interesses diversos e contrastantes dos vários partidos comunistas e/ou das várias facções existentes em seu interior. Expressão desse quadro foram as já referidas subdivisões no movimento comunista, que terminaram por assumir cada vez mais freqüentemente denominações variadas (tais como "trotskismo", "luxemburguismo", "bordiguismo", etc.) e que, sem dúvida, indicavam a existência de uma aguda crítica marxista ao stalinismo; isso apesar do sufocamento da discussão levada a cabo pelo Comintern e pela política e prática stalinista de expulsões, repressão, banimento e assassinatos...

A heterogeneidade do movimento socialista internacional e o pluralismo do debate no interior da produção marxista anti-stalinista, podem ser adequadamente retomados através das posições assumidas pelo Partido Menchevique e também por intelectuais e/ou militantes políticos, tais como: Kautsky; Hilferding; Bauer; Trotski; Serge; Rosenberg e Souvarine; Rizzi, Burnham e Schachtman; Korsch, Pannekoek e Rühle. Em linhas gerais, deve-se ter presente que foi essa crítica marxista anti-stalinista quem aplicou à sociedade soviética, sob a direção de Stalin, a categoria de "totalitarismo" e indicou o parentesco, até certo modo substancial, entre stalinismo e fascismo. Se

nesses aspectos houve uma relativa concordância entre os críticos do stalinismo, estes se dividiram (cf. SALVADORI, M.L., 1986, p. 289) quanto ao entendimento de outros aspectos essenciais do regime soviético, tais como:

* quanto às *raízes do stalinismo*, havia os que a apontavam na própria história originária do bolchevismo e na obra de Lênin no poder (defensores da tese da "continuidade") e os que julgavam a obra de Stalin e seu sistema de poder como uma inversão dessa mesma história (defensores da tese da "ruptura");

* quanto ao *caráter da stalinização da revolução*, alguns pensavam que o despotismo staliniano não alterava a natureza socialista da revolução; outros, interpretavam o sistema staliniano como não mais capitalista, mas tampouco socialista; outros, ainda, o viam como uma variante ideológica e politicamente camuflada do capitalismo e das formas de dominação burguesa;

* quanto à *perspectiva transitória e/ou permanente* desse regime (conjuntural e transitório ou estrutural e permanente), alguns defendiam que o poder stalinista representava o produto de uma contingência histórica, que desapareceria quando tivessem sido esgotadas as raízes que o haviam produzido; outros, ao contrário, entendiam que esse poder representava uma virada histórica irreversível, só passível de superação através de sua destruição;

* quanto à *transformação do totalitarismo soviético* e do despotismo de Stalin alguns a julgavam possível pela via reformista; outros, ao contrário, defendiam que somente uma revolução, a partir de baixo, seria suficiente para derrotar o

sistema de poder político.

Para ilustrar essas convergências e divergências existentes no debate dos marxistas anti-stalinistas, ao tempo da Terceira Internacional, é interessante abrirmos aspas para recuperar - com base no artigo de André Liebich, *Os mencheviques diante da construção da URSS* (LIEBICH, A., 1986, p. 339-375) - as linhas gerais da argumentação dos mencheviques; igualmente - com base no artigo de Massimo L. Salvadori, *A crítica marxista ao stalinismo* (SALVADORI, M.L., 1986, p. 285-337) - a heterogeneidade do movimento socialista internacional e o pluralismo do debate no interior da produção marxista anti-stalinista, fica adequadamente espelhada pelas análises e posições assumidas pelo pensador da Segunda Internacional e líder do Partido Social-Democrata Alemão, Karl Kautsky; pelo economista marxista Rudolf Hilferding, um dos destacados intelectuais austromarxistas; por um dos líderes da Revolução Bolchevique, posteriormente expulso do Partido Bolchevique e do poder Soviético, Lev Davidovitch Bronstein - ou Trotski; e, finalmente, pelos comunistas da esquerda anti-stalinista Karl Korsch, Anton Pannekoek e Otto Rühle.

Com relação à crítica dos mencheviques à bolchevização e, depois, à política stalinista, estes a desenvolveram ao longo de todo o período em que permaneceram no exílio: desde 1921 até 1951, quando então foi dissolvido o Partido Operário Social-Democrata Russo. Apesar da situação peculiar dos mencheviques, uma agremiação que havia participado do processo revolucionário russo, passando ao exílio poucos anos

após a Revolução de Outubro, eles tentaram captar a complexidade da evolução soviética através das categorias do marxismo clássico. O esforço teórico e político dos mencheviques, sob qualquer aspecto um posicionamento de esquerda, os obrigou a conduzir uma luta em duas frentes: por um lado, defendiam os sucessos da revolução, embora denunciando a sua degeneração; por outro, estavam sempre prontos a levantar-se em socorro do regime soviético contra qualquer inimigo interno ou externo, embora criticando impiedosamente, ao mesmo tempo, a própria essência do regime (LIEBICH, A., 1986, p. 339). De acordo com André Liebich, a análise teórica e política dos mencheviques não se manteve inalterada durante todo o tempo de sua existência no exílio (de 1921-51), mas sofreu uma evolução, marcada por três períodos: de 1921-27, o debate no partido foi motivado pela implementação da NEP; de 1928-31 as controvérsias no partido giraram em torno do golpe stalinista; de 1931-39, apesar do stalinismo triunfante e da expansão do fascismo na Europa, o Partido Menchevique sofreu uma progressiva desagregação, motivada pela disputa interna. O período de 1940-51 foi de epílogo do Partido Menchevique.

Não interessa, em si, essa evolução do Partido Operário Social-Democrata Russo, mas como eles interpretaram a bolchevização e, depois, a stalinização da Revolução Russa. Nesse sentido, do período de 1921-27 (que coincide com a implementação da NEP e sua política de algumas concessões aos camponeses proprietários e de restauração de algumas relações capitalistas na indústria e pequeno comércio) são interessantes os debates promovidos pelos mencheviques sobre a NEP, acrescidos de análises sobre a tendência da direção política bolchevique ao

bonapartismo. Nesse período, a direção do Partido Menchevique era constituída por uma maioria de esquerda, sob a direção de Dan e de Abramovitch, com a direira estando em minoria.

Para os mencheviques a NEP era "uma clamorosa justificação" de suas críticas às medidas implementadas pelo "comunismo de guerra" e que apontavam para a necessidade de se pôr fim à guerra civil contra os camponeses e de se reconstruir a indústria capitalista, "destruída pela guerra e pela incúria bolchevique". Essas críticas se fundamentavam na *caracterização do regime soviético* como "utópico", tanto devido à tentativa dos bolcheviques de imporem o socialismo em um país atrasado e abalado pela guerra, como pela tentativa de governá-lo com uma minoria revolucionária, em oposição à esmagadora maioria da população. Esperavam, também, os mencheviques que a nova política econômica fosse acompanhada por algumas medidas de liberalização em relação aos partidos ou aos sindicatos e soviets; a NEP econômica, porém, não deu lugar a uma NEP política; ocorreu o contrário: o controle bolchevique sobre a vida do país tornou-se ainda mais rígido (Idem, p. 347-348).

Outra crítica menchevique com relação à linha política no período da NEP foi quanto à *burocracia*. Para eles o novo aparelho burocrático russo não se fundava no proletariado, mas em oportunistas e sobreviventes dos graus mais baixos da hierarquia burocrática czarista e, por isso, corrompido, medíocre e viciado pela incompetência. De acordo com Liebich, "por obra dos mencheviques" "foi-se formulando... uma primeira análise da sociedade soviética como sociedade burocrática" (Idem, p. 348-349).

Foram também os mencheviques quem primeiro denunciaram a *política de terror* do regime bolchevique e que atingiram "não somente inimigos de classe, mas também os socialistas" que conheceram, por isso, "a prisão, o exílio e o confinamento, os campos de trabalho forçado" (Idem, p. 349).

Uma outra posição dessa tendência política, constante no debate marxista da época quanto à *transformação do totalitarismo soviético*, aparece na discussão dos mencheviques sobre o *bonapartismo*.

> "O termo 'bonapartismo', no uso feito pelos marxistas, serve para definir dois fenômenos distintos: por um lado, refere-se a uma situação na qual reina um tal equilíbrio nas relações de força entre as principais classes sociais que isso torna possível ao poder político, livre de qualquer constrangimento de classe, impor-se sobre a sociedade jogando uma classe contra outra; por outro lado, o bonapartismo significa uma ditadura, geralmente de natureza pessoal e de origem militar, que nasce como resultado de um processo revolucionário e assinala o seu fim, mesmo que tal ditadura conserve alguns traços objetivamente revolucionários. (...)" (Idem, p. 352).

Os mencheviques usaram esse termo para observar que a degeneração da revolução, encarnada no Partido Bolchevique, poderia "realmente ter uma saída no bonapartismo, individual ou coletiva". Para eles eram numerosos os candidatos a uma solução bonapartista: "quer se trate de um Trotski ou de um Stalin, a sorte da revolução estaria definida" (Idem, ibidem).

No período subseqüente (de 1928-31), as controvérsias no Partido Menchevique giraram em torno do **golpe stalinista**; nesse período configurou-se uma nova tendência centrista no interior do partido, formada por Abramovitch, Dallin e Nicolaievski e que se colocou em oposição ao grupo de esquerda,

chefiado por Dan. No transcurso da década de 20 os mencheviques acompanharam a evolução da NEP para a "linha geral" stalinista com serenidade; sustentavam que, mesmo tendo a NEP se esgotado e levado o regime à paralisia, os bolcheviques tudo fariam para que ela durasse o maior tempo possível. Essa análise explica, para Liebich, a "pouca emoção" provocada entre os mencheviques pelas discussões sobre o "primeiro plano qüinqüenal" e sobre "a grande virada" de 1928:

> "(...) Embora compreendendo que a realização do plano implicava uma industrialização acelerada e exigia uma maior exploração dos camponeses, eles persistiam em interpretar o novo curso stalinista como uma medida temporária e desesperada, adotada com a finalidade de salvar um regime em agonia. (...) A 'linha geral' de Stalin, então, seria sem perspectivas..." (Idem, p. 354).

Foram os socialistas de outros países, principalmente Kautsky e Otto Bauer, que tiraram as primeiras conclusões sobre essas mudanças, obrigando os mencheviques a reexaminar seu ponto de vista. A polêmica dos mencheviques com Kautsky vinha ocorrendo desde a Revolução Russa, motivada pela hostilidade desse venerado mestre ao regime soviético. A partir de 1928 essa polêmica tomou outra direção: insistia Kautsky que a Internacional deveria desenvolver contra o bolchevismo uma luta tão enérgica como a travada contra o czarismo; que os bolcheviques, embora outrora tivessem sido socialistas, já não o eram mais - representavam eles mesmos e governavam somente com o terror e a violência; que se uma rebelião camponesa eclodisse na Rússia, os mencheviques deveriam assumir sua direção, pois "qualquer regime seria preferível ao bolchevique" (Idem, p. 355). Os mencheviques reagiram energicamente às posições de Kautsky:

para eles os bolcheviques não representavam uma contra-revolução de caráter bonapartista, mas uma revolução jacobina e utópica (Idem, p. 356).

O debate dos mencheviques com Otto Bauer, eclodido em 1931, foi mais amplo, do ponto de vista do movimento socialista internacional, que o levado com Kautsky. Para Bauer, no decurso dos primeiros anos do plano qüinqüenal, os bolcheviques não apenas extirparam os últimos resíduos feudais da Rússia, como construíram elementos de um regime socialista; desta forma, o plano que inicialmente parecia utópico, acabou sendo um sucesso; assim, para garantir que este sucesso fosse o mais duradouro possível, era preciso "tolerar" a ditadura, pois ela era a única força capaz de assegurar a realização do plano. Para Bauer, depois que os pressupostos do plano fossem assegurados, a ditadura poderia ceder lugar, pela pressão de forças internas e externas, à democratização do regime (Idem, p. 357-358). A contraposição menchevique a Bauer foi dura e contundente: argumentaram que os sucessos econômicos do primeiro plano qüinqüenal eram ilusórios, que a "racionalidade" do plano não passava de artifícios e que a promessas de alívio feitas às classes mais submetidas ao peso do plano, eram "promessas quiméricas". Quanto à tolerância de Bauer ao stalinismo, acusaram-no de adotar "uma política de dois pesos e duas medidas": enquanto defendia a democracia nos países avançados do Ocidente, aceitava a ditadura na Rússia, sob o pretexto de que aquele país atrasado e semi-asiático não poderia se desenvolver de outra forma. Para os mencheviques a conseqüência de uma tal política era a "passividade em relação aos piores excessos e aos

mais graves erros dos bolcheviques, que terminavam por ser justificados em nome da inevitabilidade e da 'razão histórica'" (Idem, p. 358).

No período subseqüente não houve nenhuma alteração significativa nas posições mencheviques e eles pouco contribuíram com o debate sobre a questão do socialismo, mesmo sendo este um período marcado pelo stalinismo triunfante e pela expansão do nazi-fascismo na Europa. O período de 1931-40, foi de progressiva desagregação do Partido, com as duas alas assumindo posições cada vez mais contratantes, tanto ao que se refere ao desenvolvimento da União Soviética, quanto à conjuntura internacional. Essa fase corresponde a uma inversão de forças no seio da direção menchevique, devida à aproximação da corrente centrista às posições da direita. Essa disputa entre as facções acabam por levar Dan a se separar do menchevismo oficial em 1940. O período de 1940-51, que corresponde à história menchevique em seu exílio americano, Liebich considera de epílogo do Partido Menchevique (Idem, p. 374). A delegação no exterior continuou com suas atividades, sob a direção de Abramovitch, até se dissolver em 1951.

Quanto à contribuição de **Kautsky** nesse debate marxista sobre os rumos do regime soviético, Salvadori a caracteriza como uma posição de "direita" no amplo espectro da esquerda socialista internacional (SALVADORI, M.L., 1986, p. 290). Kautsky interpretou (em escrito de 1918, *"Demokratie oder Diktatur"*) a Revolução de Outubro como "uma grande tentativa de saltar etapas necessárias do desenvolvimento e eliminá-las por

decreto", promovida pelo bolchevismo. Para ele, essa imaturidade histórica determinava a impossibilidade de uma caminho democrático para o bolchevismo: ela conduzia não à ditadura do proletariado, mas à ditadura do partido, que por sua vez, necessariamente, não poderia deixar de desembocar no poder pessoal de um indivíduo que regulasse e reprimisse as divergências internas (Apud: Idem, p. 292).

O regime que se constituía na Rússia era "uma ditadura burocrática" que controlava um sistema econômico caracterizado como uma forma de "capitalismo de Estado" (conforme Kautsky escreveu em 1919, no *"Terrorismus und Kommunismus"*). A burocracia era uma "nova classe" dominante, composta por funcionários que deviam tornar "ilusórias as liberdades dos trabalhadores"; o bolchevismo, em sua análise, trouxe como resultado de sua "grande transformação do socialismo" o esmagamento dos trabalhadores numa escala que o capitalismo não era capaz de realizar; pòr isso, "o capitalismo industrial converteu-se de capitalismo privado em estatal" (Apud: Idem, p. 293). Entendia Kautsky que o Estado contruído pelos bolcheviques era uma inversão completa dos ideais da Comuna: "destruiu a velha burocracia czarista, mas colocou em seu lugar uma nova, igualmente centralizada" e com poderes ainda maiores "já que - por meio dela - é necessário regular toda a vida da população" (conforme escreveu em 1921, no *"Von der Demokratie zur Staats-Sklaverei. Eine Auseinander-setzung mit Trotzki"* - Apud: Idem, ibidem).

Quando da morte de Lênin, reconheceu Kautsky a sua grandeza histórica: foi uma "figura colossal, como se encontram

poucas na história mundial", inclusive pela integridade de seus valores socialistas. Caracterizando Lênin como um "herói da revolução proletária" (em *"Ein Brief über Lenin"*, de 1924), Kautsky afirmava, porém, que sua função histórica real foi a de um "Bismarck" do proletariado russo, que, diante do fracasso das possibilidades do socialismo na Rússia, não hesitou em usar uma política de violência destinada a desembocar num despotismo negador dos princípios do socialismo (Apud: Idem, p. 293-294).

Com Stalin solidamente instalado no poder, Kautsky o caracterizou como um czar sem coroa, que era expressão orgânica de todo o sistema social derivado da evolução histórica do bolchevismo no poder. Na concepção de Kautsky, conforme escreveu Salvadori, a ditadura pessoal de Stalin não era apenas um fato, mas o produto de uma necessidade: conquistado o poder, os bolcheviques fincaram as raízes de uma condição que se concluiria numa ditadura de uma minoria armada sobre a maioria desarmada; tendo em vista que uma ditadura só se mantém pela centralização cada vez maior, "a ditadura degenerou inevitavelmente, de ditadura de um partido, em ditadura de um indivíduo sobre o partido e sobre o Estado" (Idem, p. 290). Assim entendendo a questão da stalinização da revolução russa, Stalin era para Kautsky o herdeiro lógico (do ponto de vista histórico-político) de Lênin (Idem, ibidem).

Uma constante dessa análise de Kautsky sobre a bolchevização e stalinização da Revolução Soviética é a analogia entre bolcheviques e bonapartistas. Em 1917, antes da Revolução de Outubro, os bolcheviques podiam, para Kautsky, ser comparados aos jacobinos; quando instalados no poder, porém, agiram em

contradição com seu programa originário, impuseram a dominação de uma minoria organizada e armada sobre uma maioria inerme e desorganizada, ou seja, agiram como bonapartistas (conforme escreveu em *"Der Bolschewismus in der Sachgrasse"*, de 1930 - Apud: Idem, p. 294-295). O bolchevismo era, porém, "pior do que o bonapartismo", pois este fora "contra-revolucionário apenas do ponto de vista político", enquanto o bolchevismo tornou-se também contra-revolucionário sob o aspecto sócio-econômico, na medida em que "submeteu sindicatos e conselhos de fábrica, constrangeu todo o aparelho produtivo na camisa de força da burocracia tão incapaz quanto corrupta" (caracterização feita por Kautsky em *"Sozialdemokratie und Bolchewismus"*, de 1931). Com a bolchevização do regime, o sistema soviético era um sistema despótico total, no qual, acima dos trabalhadores, havia uma "alta nobreza" constituída por comunistas que governavam o Estado e que, por sua vez, dominavam através do terror do próprio Partido Comunista (Idem, ibidem).

Com relação ao *caráter da stalinização da revolução*, Kautsky atribuia grande importância à modernização e industrialização desenvolvida por Stalin na URSS; contudo, para o socialismo, a modernização stalinista implicava em sua negação, pois ela se dava, "tal como a modernização capitalista, mediante a exploração indiscriminada e violenta das massas trabalhadoras"; tal como a acumulação capitalista originária, ela correspondia "à exigência de realizar uma acumulação primitiva do capital"; tal como a industrialização capitalista, "ocorria sob a direção de uma minoria aristocrática, que... no caso da URSS, fundava seu próprio poder em meios de produção não privados" - uma "nova

aristocracia" que controlava esses novos meios de produção e os explorava "para seus próprios fins"; uma aristocracia da qual Stalin era o produto e o chefe (conforme escreveu Kautsky em 1936, no *"The United Front"* - Apud: Idem, p. 291). Nessa análise Kautsky reviu sua caracterização anterior do regime soviético, como "capitalismo de Estado", e concluiu que ele era "um novo regime de classe", nem capitalista nem socialista, no qual a ideologia socialista tinha apenas um significado instrumental (Idem, ibidem).

Em termos do projeto estratégico que os socialistas deviam ter para com o regime soviético, Kautsky entendia que não podia deixar de ser, a reconquista total da democracia. Quanto à tática, devia-se defender uma palavra de ordem, intermediária, da "democratização dos sovietes". Kautsky defendia (conforme escreveu em *"Der Bolschewismus in der Sachgrasse"*, de 1930) que a carência do povo oprimido pelo stalinismo era a "eleição de uma nova Assembléia Nacional, encarregada de redigir uma Constituição para a república parlamentar democrática" (Apud: Idem, p. 296).

Juntamente com a análise direitista de Kautsky, e ao lado dela, situam-se as observações feitas por **Rudolf Hilferding** em ensaio de 1940 (*"Capitalismo de Estado ou economia de um Estado totalitário"*), que para Salvadori constitui-se numa negação veemente do caráter socialista do regime soviético, vinculando as tendências em curso na URSS e no regime stalinista com as verificadas nos países nazi-fascistas (SALVADORI, M.L., 1986, p. 296).

Sobre a questão da *natureza da revolução*, isto é, de caracterizar o sistema econômico soviético produzido pela stalinização como tendo um caráter socialista ou capitalista, Hilferding recusava a utilização de ambos os termos. Afirmava ele que uma economia capitalista pressupunha sempre uma economia de mercado; por esse motivo, também recusava o conceito de "capitalismo de Estado": uma vez que o Estado tinha assumido a posse de todos os meios de produção, a autonomia das leis de mercado, essência de qualquer capitalismo, perdia todo valor. Ao contrário de uma economia de mercado, uma "economia de Estado" significava uma "economia de consumo", na qual "não é mais o preço, porém uma comissão estatal planificadora que determina o que se produz e como se produz" (Apud: Idem, p. 297). O fato do regime soviético ter obedecido à exigência de prover à acumulação de capital, nas pegadas de uma analogia histórica, também não autorizava ninguém, segundo Hilferding, a considerar tal acumulação como "capitalista" burguesa, pois a "acumulação (ou seja, a expansão da produção) é a finalidade dos dirigentes da produção em qualquer sistema econômico" (Apud: Idem, ibidem). Concluiu, portanto, que o regime Soviético nada tinha a ver com o capitalismo e com a burguesia.

Hilferding afirmou que, para explicar o processo realizado na URSS, era preciso fazer uma revisão da herança analítica marxiana clássica, segundo a qual a política dependia do primado da economia. O que ocorreu na Rússia foi uma inversão desse primado, que passou da economia para a política. O que explica uma tal inversão foi a criação do "Estado totalitário",

que em sua dominação fez com que "a economia perdesse o primado que tinha na sociedade burguesa" (Idem, ibidem).

Para Hilferding o "Estado totalitário" stalinista era o resultado histórico da ação de Lênin e também de Trotski: "Stalin levou adiante a obra, derrubando os seus rivais com o instrumento do aparelho estatal e estabelecendo uma ditadura pessoal ilimitada" (Idem, p. 298).

Em tal esquema conceitual, no qual o Estado aparece como protagonista total do sistema econômico-social, Hilferding afirmou que tinha o controle das cúpulas estatais, era o senhor da sociedade - uma sociedade na qual, em lugar da "administração das coisas", como seria desejável segundo as finalidades do socialismo, tem-se a "administração das pessoas". Para fazer a "administração das pessoas" era necessário, certamente, uma vasta burocracia. A burocracia soviética, composta por uma multidão de indivíduos em papéis bastante diferenciados, "não é portadora independente do poder", mas era "somente um instrumento nas mãos dos verdadeiros dirigentes". Como as ordens para a burocracia só podem ser dadas por quem tem o controle do Estado, "é Stalin quem dá ordens à burocracia russa" (Apud: Idem, p. 298).

Para Hilferding, portanto, o sistema de poder stalinista era uma sistema orgânico e funcional de poder. Por ser a economia soviética "uma economia controlada" por um "incontrolado absolutismo" político, ela nada tinha a ver com o socialismo, pois para Hilferding "o socialismo é indissoluvelmente ligado à democracia" (Idem, p. 298-299). Para ele, a economia do Estado totalitário soviético não era uma

estrutura socialista com disfunções no nível das superestruturas, mas a base econômica funcional ao despotismo político de tipo stalinista (Idem, p. 299).

Dessa sua análise na qual o totalitarismo confere à política um primado sem precedentes, Hinferding entendia existir uma confluência de tendências entre os países fascistas e a URSS. Por isso, "apesar das grandes diferenças em seus pontos de partida, os sistemas econômicos dos Estados totalitários estão se aproximando". Com isso, entendeu ele, que a URSS constituía-se na realização completa das tendências existentes na Alemanha e na Itália (Idem, p. 299).

Opondo-se às interpretações da "esquerda" e da "direita", que negavam a natureza socialista da URSS stalinista, situa-se Lev Davidovitch Bronstein "**Trotski**", que para Salvadori ocupa uma posição de centro no debate marxista sobre os rumos do regime soviético (SALVADORI, M.L., 1986, p. 308). Essa posição centrista é justificada por Salvadori pelo fato de Trotski basear sua análise na afirmação de que a URSS sob o domínio de Stalin não deixou de ser socialista, pois Stalin não renegou qualitativamente as transformações estruturais econômicas e sociais promovidas pelo poder soviético no período de Lenin; foi no plano das superestruturas e das técnicas de domínio político que o stalinismo realizou uma profunda distorção, tornando-se uma verdadeira "traição" em relação às finalidades de uma revolução proletária e às exigências de uma ordem política e institucional socialista (Idem, ibidem).

As raizes da argumentação de Trotski contra o

poder stalinista remontam-se, para Salvadori, ao final de 1923 e seu conteúdo estão nos ensaios que Trotski escreveu na época e foram, posteriormente, publicados sob o título de *Novo Curso* (Idem, p. 309). Nesse período Lênin estava próximo da morte e afastado do poder político; Trotski, fazendo-se intérprete das preocupações que o haviam incomodado no último período de vida política, passou a denunciar o perigo de uma degeneração burocrática do poder, radicada no isolamento da nova burocracia face às massas, na excessiva centralização do poder e, em última instância, numa resposta equivocada aos problemas colocados pelo atraso social russo. Face a esse "processo degenerativo", por um lado, propunha Trotski a retomada da democracia proletária, iniciando por uma maior democracia no interior do Partido. Ao propor, porém, a renovação da vida política soviética, não pensava ele em por em discussão a ditadura do proletariado, ou o poder bolchevique, mas "pedia uma ditadura menos fechada, um partido mais dialético e pluralista em seu interior (Idem, ibidem). Por outro lado, propunha Trotski uma rápida industrialização do país, argumentando que essa era uma condição necessária para impedir uma involução do poder; simultaneamente, no plano externo, argumentava por uma política internacionalista e revolucionária que rompesse com o isolamento da Rússia Soviética (Idem, p. 310).

Como é sabido, Trotski foi derrotado - entre 1924 e 1927 - por seus opositores (Zinoviev, Kamenev e Stalin) que atacaram suas teses, recusando as acusações contra a degeneração burocrática e afirmando a possibilidade de construir o socialismo num só país, na União Soviética. Os apelos de Trotski ao Partido,

para que este se fizesse portador da renovação, caíram no vazio de uma situação marcada pelo fato de estar Stalin exercendo o controle cada vez mais sólido (Idem, ibidem).

Para Salvadori, a concepção defendida por Trotski entre 1923-24 "já trazia à luz os problemas de fundo" que ele abordou depois de sua completa derrota política, de seu afastamento do poder e do exílio, quais sejam: a burocratização do Partido e do Estado Soviético; o nexo existente entre os desenvolvimentos internos da URSS e as perspectivas da revolução internacional; a idéia de que a consolidação do isolamento da URSS terminaria por levar o regime político a uma crescente degeneração (Idem, ibidem). Observa Salvadori que, apesar da problemática ter mantido um denominador comum, havia uma diferença qualitativa fundamental entre o Trotski anterior e posterior à expulsão do poder e ao exílio:

> "(...) Antes, com efeito, ele lutou por uma evolução no interior do poder soviético, que poderia ser considerada de tipo reformista; depois, ao contrário, lutou do exterior contra o sistema staliniano, considerado agora como imodificável, devendo ser abatido por via revolucionária. Essa mudança de perspectiva se deu paralelamente à mudança de análise sobre o papel da burocracia, o qual, na primeira fase, era considerado como capaz de assinalar um perigo de degenerescência do poder soviético, enquanto, na segunda, é julgado como já tendo levado a cabo a degenerescência do poder soviético em conseqüência da sua stalinização." (Idem, p. 310-311).

As posições teóricas e políticas desse período de exílio foram expressas por Trotski em suas duas obras, ***A revolução permanente*** e ***A Revolução traída***, que se apóiam no ponto de vista de que, desde o momento em que a Revolução não conseguiu se tornar permanente e se internacionalizar, teve como destino

ser traída por Stalin e seus seguidores (Idem, p. 311). A derrota da oposição a Stalin, por isso, não pode ser compreendida "sem introduzir como causa o fracasso da revolução internacional"; do mesmo modo, também não se pode compreender o fracasso da revolução internacional "sem pôr sob acusação a política antiinternacionalista da burocracia" soviética (Idem, ibidem).

Trotski, porém, não concordava com as explicações organicamente objetivistas quanto à degeneração stalinista e do fracasso da revolução internacional. Por acreditar que a "época histórica era a época da revolução proletária em escala internacional", ele insistiu na necessidade de se relacionar "as resistências objetivas" à tarefa de "reconstituir uma autêntica sujetividade revolucionária" (Idem, p. 312).

Em sua ***A revolução traída***, publicada em 1936, Trotski caracterizou o desenvolvimento histórico soviético como marcado por uma fase inicial, por ele considerada como a revolução mais progressista da história, e por uma segunda fase, marcada pelo signo do nascimento e advento do "Termidor". Como Trotski não poderia admitir que a segunda fase fosse produto da primeira, seu argumento era de que essas duas fases eram contraditórias entre si, sendo a segunda fase marcada pela distorção, pelo desvio, pela degenerescência e pela traição (Idem, p. 313). Como também não podia reconhecer o stalinismo em termos de necessidade histórica, Trotski afirmava que o stalinismo era uma resposta subjetivamente errada a problemas objetivos.

Trotski repelia, assim, as interpretações do stalinismo como continuidade com relação ao leninismo: o

stalinismo era "totalitarismo". Para Salvadori, porém, a posição de Trotski sobre essa questão da continuidade ou ruptura do stalinismo com o leninismo, foi muito ambígua: se, por um lado, ele negava a tese da continuidade, por outro, afirmava que, uma vez que a democracia soviética tinha sido suprimida em 1919, "diante da lei de um Estado de partido único", ela abriu caminho "no Partido Bolchevique à tendência à 'centralização'", que por sua vez foi "prenunciadora segura do totalitarismo" (Apud: Idem, p. 318).

Com relação à questão da *natureza do Estado soviético*, Trotski não tinha dúvidas: a URSS, mesmo sob o domínio de Stalin, não deixou de ser um Estado proletário, pois Stalin não "subverteu" o "sistema de relações sociais" implantado com a Revolução; isto é, apesar de Stalin ter traído a Revolução, ele não mudou qualitativamente as estruturas econômicas e sociais advindas do período revolucionário. Para Trotski o regime soviético tampouco podia ser definido como um "capitalismo de Estado" e a burocracia soviética como uma "nova classe dominante": o "capitalismo de Estado" é um conceito que se refere ao "caso em que o Estado burguês assume a gestão dos meios de transporte e de certas indústrias", sem que realize, porém, a "expropriação da classe capitalista", elemento no qual continuava a se apoiar o regime soviético; sobre a burocracia entendia que esta "não criou uma base social para a sua dominação" e, mais que isso, ela sequer podia ser uma classe, pelo simples fato de que não era proprietária dos meios de produção (Apud: Idem, p. 314).

O Estado soviético stalinista era para Trotski "uma sociedade intermediária entre o capitalismo e socialismo".

Nessa sociedade o stalinismo representava uma tendência de consolidação da burocracia e, em última instância, de criação das premissas necessárias à liquidação da revolução e do sistema social por ela gerado. Ao contrário da tendência staliniana, a oposição revolucionária representava a tendência ao restabelecimento da democracia soviética e, por conseguinte, à harmonização entre a super-estrutura distorcida pela burocracia e as bases econômicas socialistas (Idem, p. 315). Para Trotski "a questão será definitivamente resolvida pela luta das duas forças vivas, no terreno nacional e internacional" (Apud: Idem, ibidem).

Essa análise trotskiana pressupunha que o regime da URSS stalinista tinha uma natureza historicamente transitória; a saída, portanto, estava na elaboração de uma linha estratégica voltada a dar à essa transitoriedade uma solução que levasse à retomada do curso revolucionário. Em tal quadro analítico, Trotski partilhava da opinião de que a stalinização, expressão coerente de um sistema de dominação burocrática, era expressão do bonapartismo: "o bonapartismo foi um dos instrumentos do regime capitalista em seus períodos críticos"; no caso da stalinização, ela era "uma das variantes" do bonapartismo, baseada num "Estado operário dilacerado pelo antagonismo entre a burocracia soviética organizada e armada e as massas trabalhadoras desarmadas" (Apud: Idem, p. 316).

Ao apontar como saída "uma revolução política do proletariado oprimido contra os novos bonapartistas", isto é da revolução anti-stalinista, Trotski acabou por fazer uma revisão crítica também de seu próprio passado como líder bolchevique no poder, concluindo pela proposição de que a luta revolucionária

deveria promover não apenas a liberdade do proletariado como classe e uma maior democracia no interior do Partido, mas uma profunda revolução do regime político, guiada pelos seguintes objetivos:

> "Não se trata de substituir uma clique dirigente por outra, mas de mudar os próprios métodos da direção econômica e cultural. O arbítrio burocrático deverá ceder lugar à democracia soviética. O restabelecimento da liberdade dos partidos soviéticos, a começar pelo Partido Bolchevique, e o renascimento dos sindicatos incluem-se nesse processo. A democracia trará consigo, na economia, a revisão radical dos planos no interesse dos trabalhadores (...). A política externa se vinculará novamente à tradição do internacionalismo revolucionário." (Apud: Idem, p. 316-317).

Desencadeada a Segunda Guerra Mundial, esta adquiriu para ele o valor de uma prova definitiva da natureza do socialismo, do significado de sua estratégia anti-stalinista, do caráter do proletariado em relação aos problemas da história universal. Assim, em seu *La Terza Internazionale dopo Lenin*, escreveu que "a segunda guerra imperialista" colocava "as tarefas não resolvidas em um nível histórico mais elevado"; era "uma nova prova não apenas da estabilidade dos regimes existentes, mas também da capacidade do proletariado de substituí-los"; caso o proletariado não conseguisse expandir a revolução proletária para "algum país mais avançado", sendo ao contrário, "obrigado a recuar em todas as frentes", ter-se-ia então que "colocar a questão da revisão de nossa concepção da época atual e das forças motrizes desta época" (Apud: Idem, p. 320-321).

Caso ocorresse um fracasso da revolução internacional em face da guerra, por não acreditar Trostsky na possibilidade de liberdade e de civilização fora do socialismo,

ele concluia que o destino da humanidade era a "barbárie" e a queda numa "sociedade burocrática totalitária" povoada por "escravos" e seus senhores, não restando aos rebeldes outro caminho senão o de lutar para defender os escravos, com base em um "novo programa mínimo" (Idem, p. 321).

Para concluir este rápido rastreamento das posições anti-stalinistas, elaboradas ao tempo da Terceira Internacional, Salvadori coloca numa posição à "esquerda" Karl Korsch, Anton Pannekoek e Otto Rühle. Esses três autores tinham em comum, para Salvadori, o fato de terem pertencido, nos primeiros anos que se seguiram à Revolução de Outubro, "às correntes que haviam visto na democracia conselhista a alma da revolução proletária"; consequentemente, em seguida os três foram levados "a entrar em contradição com o bolchevismo estatista, centralizador, que fundava seu próprio poder numa ditadura não da classe, mas do partido burocratizado" (Idem, p. 334-335). Esse posicionamento "à esquerda" será exemplificado por Karl Korsch.

O percurso de **Karl Korsch** (cf. BOTTOMORE, T., 1988, p. 209) foi de um filiado da "Fabian Society", durante sua estada na Inglaterra; de volta à Alemanha, filiou-se ao Partido Social Democrata Independente (USPD) e, depois, ao Partido Comunista da Alemanha (KPD); foi um dos membros destacados do movimento dos "Conselhos" e militante político ativo do KPD, com muitos escritos aos jornais do partido, tendo inclusive dirigido sua revista teórica, *"Die Internationale"*. Foi acusado de "revisionista" por Zinoviev, no "V Congresso da Internacional Comunista (1924) e, em 1926, expulso do KPD.

Embora a contribuição mais conhecida de Korsch tenha se dado no debate filosófico da teoria marxista, é igualmente inégável sua contribuição política ao debate do socialismo, notadamente quanto aos rumos da revolução soviética. Assim, em 1926, escreveu que o socialismo nacional, as ideologias produtivistas em si e para si, a política externa pacifista em função da construção do socialismo num só país representavam "o caminho da construção do capitalismo", com base na ocorrência de "uma fatal mudança no caráter de classe" do Partido Bolchevique, que havia se transformado num "partido de Estado" e em instrumento de domínio dos "interesses das classes economicamente dominantes" (SALVADORI, M.L., 1986, P. 335).

Essa interpretação quanto aos rumos tomados pela Revolução de Outubro provocaram em Korsch uma mudança em sua visão quanto ao papel desempenhado pelo marxismo russo. De acordo com Salvadori, em 1932 Korsch dava uma forma analiticamente completa à essa interpretação quanto ao papel do marxismo russo, que para ele "não era mais do que uma superestrutura ideológica", que havia se tornado necessária, para sua afirmação na Rússia czarista feudal, "de uma nova veste ideológica" (Idem, p. 335).

Essa "veste ideológica", para Korsch, foi elaborada pelo próprio bolchevismo, em cuja história Stalin representava uma plena continuação de Lênin. Com isso, determinou-se o que ele chamou de uma "mudança histórica de função do marxismo: "de expressão teórica de um movimento revolucionário socialista", tornou-se "a ideologia 'socialista' de um movimento de construção burguês-capitalista" (Idem,

ibidem). Essa situação, porém, só poderia ser plenamente apreendida, para Korsch, num quadro em que o totalitarismo staliniano estivesse inserido num processo histórico que demonstrava, historicamente, que a época atual não era absolutamente a época da revolução socialista, mas, ao contrário, a época do capitalismo triunfante, quaisquer que fossem as suas formas distorcidas quando comparadas aos modelos oitocentistas (Idem, p. 335-336).

Com a estabilização do totalitarismo stalinista, Korsch em suas notas para a conferência "Zehn Thesen über Marxismus heute" (de 1950), afirmou que "todas as tentativas para restabelecer a teoria marxista como um todo e em sua função original enquanto teoria da revolução social da classe trabalhadora são agora utopias reacionárias" (Apud: BOTTOMORE, T., 1988, p. 209)

Após a ilustração das convergências e divergências do debate anti-stalista, da heterogeneidade do movimento socialista internacional e do pluralismo do debate no interior da produção marxista anti-stalinista - com a exposição do pensamento dos mencheviques, de Karl Kautsky, de Rudolf Hilferding, de Trotski e da "esquerda" anti-stalinista (Karl Korsch, Anton Pannekoek e Otto Rühle) - convém fechar o parêntesis. Além dos aspectos citados pela polêmica anti-stalinista, é de se mencionar que o próprio marxismo, enquanto concepção teórico-metodológica, nesse mesmo período terceiro-internacionalista, "permaneceu um fenômeno pluralista" o que, em articulação com os movimentos culturais contemporâneos, "seguiu testemunhando sua vitalidade"

(HOBSBAWM, E.J., 1985, p. 19). A pluralidade da produção marxista no período da Terceira Internacional, porém, não parece ter sido motivada pela necessidade de reelaborar as questões filosóficas do marxismo, em função de seus pontos obscuros, de possíveis lacunas existentes ou por novos problemas que as condições históricas colocavam; a motivação para o debate foi "em decorrência da pressão exercida por seus adversários" (SOCHOR, L., 1987, p. 13). Outro aspecto ligado a essa produção é que ela não precedeu o desenvolvimento dos movimentos revolucionários na Europa (da Rússia à Alemanha, à Áustria, à Hungria e até à Itália), mas ocorreu somente no momento de refluxo dessas. A derrota da revolução, canalizou a energia dos intelectuais comunistas não-stalinistas para a atividade teórica: na expectativa de uma nova onda revolucionária, "eles se esforçaram para elaborar filosoficamente o que esperavam de uma época revolucionária e de uma nova ordem social" (Idem, p. 15).

Em geral, foram homens que se inspiraram na Revolução de Outubro, na fundação da Terceira Internacional e no surgimento dos partidos comunistas, em cujas fileiras muitos atuaram ativamente; consideravam Lenin como um teórico e um estrategista da revolução socialista, como alguém que renovou o marxismo e lhe deu um novo significado revolucionário e, sobretudo, um retorno ao marxismo originário (Idem, p. 16). Os motivos que levaram muitos intelectuais a romperem com o comunismo terceiro internacionalista, com o marxismo chamado "ortodoxo" e/ou "dogmático" e com o regime russo, foram diversos e variaram caso por caso - não sendo, aqui, o espaço para nominá-los e descrevê-los. É preciso destacar, porém, que quase toda

essa contribuição ao pensamento marxista, proveio geralmente de homens que se achavam, quando produziram suas contribuições mais significativas, à margem ou fora das fileiras do Comintern (HÁJEK, M., 1985, p. 218), mas que colocaram para o marxismo novos problemas, descobriram páginas desconhecidas ou incompreendidas da obra de Marx e voltaram às fontes do pensamento marxiano e aos próprios fundamentos de sua teoria e método (SOCHOR, L., 1987, p. 16).

O debate suscitado por seus escritos, no tempo em que foram produzidos, não foi profundo nem frutífero... Com atraso de algumas décadas, somente, suas idéias conseguiram agir como catalisadores nas discussões (Idem, ibidem). Exemplos dessa contribuição foram: Lukács e Korsch, na Europa Central; Gramsci, na Itália; Pannekoek, na Holanda. Também merece destaque o fato desse marxismo não-dogmático, a partir da década de 1920, ter influenciado profundamente o pensamento ocidental em muitos campos, sendo exemplos reconhecidos: a conformação da Escola de Frankfurt, na qual se destacaram Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas, Lowenthal, Pollock e Fromm; a continuidade da crítica à economia política, promovida pelos intelectuais de Cambridge, Inglaterra - Piero Sraffa, Joan Robinson e Maurice Dobb; a busca de uma abordagem marxista crítica aos problemas do subdesenvolvimento e desenvolvimento do Terceiro Mundo, iniciada nos Estados Unidos por Paul Baran; a influência do marxismo nos campos da sociologia e da história, com destaque para a produção representada pela revista *Annales d'histoire économique et sociale*, a Escola dos *Annales*, inspirada por Marc Bloch e Lucien Febvre e, depois, Fernand Braudel.

Esse ciclo stalinista do movimento comunista internacional terminou em 1956, quando, no XX Congresso do PCUS, Kruschev leu seu "informe secreto" que, logo depois, difundiu-se em todo o mundo, deixando as fileiras comunistas embaraçadas e perplexas, pois muitas das "novas verdades" contidas no texto kruscheviano coincidiam "com as velhas denúncias de ex-comunistas, de comunistas heréticos e de anti-comunistas" (SALVADORI, M.L., 1986, p. 285). Desde o início de seu discurso Kruschev, de modo intelectualmente tosco, denunciou que na URSS se fez de Stalin "um super-homem dotado de qualidades sobrenaturais, à semelhança de um deus", "capaz de saber tudo, ver tudo, pensar por todos, fazer tudo e ser infalível"; afirmou que os progressos que a sociedade soviética alcançou "tinham ocorrido em grande parte não graças a Stalin, mas apesar de Stalin"; que as medidas trágicas como o extermínio de minorias nacionais, de inúmeros opositores internos, etc., "não tinham representado o punho de ferro do regime socialista guiado por um líder maravilhoso, mas os crimes de um líder transformado, em seus excessos, num deus maléfico"; considerou, ainda, esse estado de coisas como "intolerável" e "estranho ao espírito do marxismo-leninismo" (Apud: Idem, p. 286).

Apesar do "informe secreto" de Kruschev ter provocado uma grande perplexidade, seu conteúdo não se diferenciava substancialmente das críticas e denúncias que já vinham sendo feitas desde os anos 20. Muito mais que destruir o mito de Stalin, buscou-se no XX Congresso promover um "degelo",

conforme a análise de Franz Márek, sobretudo nas relações Soviéticas com os Estados da Europa Oriental, alvo principal da perseguição stalinista poucos anos antes (MÁREK, F., 1987, p. 307-308). Após o XX Congresso irrompeu-se no movimento comunista vários pronunciamentos que prenunciavam, para os anos subseqüentes, os debates que dominariam no movimento operário revolucionário: em 1958 foi discutido um esboço de programa para a Liga dos Comunistas Iugoslavos, no qual se buscava interpretar de modo novo as transformações no interior do capitalismo e a problemática da democracia socialista; em 1959 os partidos comunistas dos países capitalistas, reunidos em Roma, assinaram um apelo conjunto, objetivando delinear os problemas da luta pelo socialismo numa perspectiva não convencional; não por acaso, esse encontro se realizou em Roma, onde Togliatti, em informe ao VIII Congresso do PCI, indicou os problemas enfrentados pelo movimento comunista internacional - autonomia em face da União Soviética, socialismo como realização e desenvolvimento da democracia, reconhecimento de um sistema pluralista com liberdade para a criação intelectual e artística; também em 1959 começou, ainda que dissimuladamente, uma polêmica contra os comunistas chineses que, na realidade, colocava no debate marxista a problemática do policentrismo e do eurocentrismo da interpretação marxista-leninista (MÁREK, F., 1987, p. 308-309).

3.2. Apontamentos do debate recente

Mesmo não tendo qualquer preocupação com a

periodização do debate recente sobre o pensamento socialista, convém - para que fique claramente demonstrado, além do que ficou evidente no ítem anterior, que a polêmica em torno da "crise do socialismo" não apresenta a novidade que os pós-modernos pressupõem anunciar ao mundo - que se reconheça que a polêmica atual *ultrapassa* os acontecimentos e processos vinculados ao fim da "guerra fria" e ao desaparecimento do chamado "socialismo real" no Leste Europeu e na URSS. Esse reconhecimento se dá por motivos teóricos e históricos, uma vez que o debate contemporâneo sobre o socialismo deita suas raízes no momento em que o projeto socialista, e com ele o marxismo, deixou de ser identificado com um determinado modelo de revolução (ou de construção do socialismo) e de movimento internacional, sob a direção/centralização pelo Partido Comunista da URSS e instrumentalizada pelas Internacionais Comunistas - mais precisamente, desde o XX Congresso do PCUS, realizado em 1956 (HOBSBAWM, E.J., 1989, p. 15).

Pressupondo-se que o "debate recente" se vincula aos processos instaurados com o XX Congresso, pode ser útil para o entendimento da recente polêmica em torno da crise socialista, identificar os **cinco principais conjuntos de acontecimentos** que caracterizam o debate contemporâneo sobre o tema: 1) aqueles mais diretamente ligados aos desdobramentos, na URSS e nos outros países socialistas, do XX Congresso; 2) aqueles relacionados ao Terceiro Mundo, como se convencionou denominar, desde os anos 50, os países atrasados do mundo capitalista e localizados nos "continentes esquecidos" - Ásia, Africa e, notadamente, América Latina; 3) aqueles ligados "à impressionante e inesperada

explosão de radicalismo político nos países do capitalismo industrial", utilizando as expressões de Eric J. Hobsbawm para se referir aos acontecimentos do final dos anos 60 (Idem, p. 19); 4) aqueles relacionados à crise geral da economia mundial, iniciada em fins da década de 60 e delineadora de uma "crise geral dos setores capitalista e não-capitalista da economia" (Idem, p. 34); 5) finalmente, aqueles ligados, desde meados da década de 1980, ao gradativo fim da política de "Guerra Fria" entre EUA E URSS, às transformações no Bloco Soviético motivadas pela "perestroika" e pela "glasnost", enfim, aos acontecimentos relacionados com o "fim do socialismo" ou com a "pós-guerra fria", como a mídia internacional convencionou chamá-los.

O **primeiro conjunto** de acontecimento diz respeito aos desdobramentos, na URSS e nos países socialistas da Europa Oriental, do XX Congresso (1956) ou mais precisamente aos ***"efeitos da destalinização"***. Para Hobsbawm a destalinização teve, em primeiro lugar, efeitos teóricos e práticos sobre a reflexão marxista sobre o socialismo, por um lado, porque conduziu ao reconhecimento dos problemas existentes nessas sociedades e que exigiam reformas; por outro lado, porque à necessidade de uma reforma prática, correspondeu uma revisão teórica e que, por sua vez, permitiu "um certo degelo intelectual" e a reabertura de questões antes fechadas pelo dogmatismo stalinista (Idem, p. 19-20).

O conjunto soviético condicionou, em segundo lugar, o debate sobre o socialismo "devido ao colapso de um único movimento comunista internacional, monolítico e monocêntrico,

dominado por um 'partido guia'" - se o monolitismo sofreu um duro golpe com as denúncias de Kruschev, foi ainda mais enfraquecido pela secessão da Iugoslávia (1948) e, praticamente, deixou de existir com a ruptura entre China e URSS, por volta de 1960 (Idem, p. 20). O rompimento da "unidade monolítica" tornou possível um debate mais profundo da "pluralidade de vias nacionais para o socialismo ou dentro do socialismo" (Idem, ibidem).

Esse debate foi agudizado, ainda e em terceiro lugar, pelos eventos políticos - muitas vezes traumáticos - no interior do mundo socialista: as reações ao XX Congresso, ocorridas na Polônia, Hungria, etc.; as crises no mundo socialista do final dos anos 60, notadamente a "Primavera de Praga" (1968); os conflitos na Polônia, iniciados em 1968; os "terromotos políticos" que abalaram a China no fim dos anos 50, na metade dos anos 60 ("Revolução Cultural") e, depois, com a morte de Mao.

Entre os "efeitos da destalinização" um dos que provocou maior influência na ampliação internacional do debate sobre o socialismo - o quarto aspecto analisado por Hobsbawm - foi o crescimento de uma comunicação mais direta do "mundo socialista" com o "resto do mundo" - através do jornalismo, turismo, trocas culturais e pelos emigrantes dos países socialistas (boa parte constituído de "dissidentes"). Essa influência se deu pelo aumento das "informações sobre os países socialistas acessível aos marxistas ocidentais e de controle crescentemente difícil" por parte da burocracia (Idem, ibidem). Se, anteriormente, o regime soviético era tomado *como modelo*

pelos revolucionários ocidentais, isso ocorreu "em grande parte porque... deles sabiam pouco e, às vezes, não estavam em condições de saber mais" (Idem, p. 20-21); a partir do XX Congresso essa situação se alterou profundamente:

> "... começa um período em que a maior parte dos marxistas foi obrigada a concluir que os regimes socialistas existentes... estavam distantes daquilo que se desejava fosse uma sociedade socialista ou uma sociedade no caminho da construção do socialismo. A maioria dos marxistas foi obrigada a voltar à posição que os socialistas por toda parte tinham antes de 1917: uma vez mais, deviam conceber o socialismo como uma solução necessária para os problemas criados pela sociedade capitalista, como uma esperança para o futuro, mas como algo que tinha uma sustentação muito pouco adequada na experiência prática. (...)" (Idem, p. 21).

Hobsbawm chama a atenção, ainda, para a utilização dos argumentos dos "dissidentes" pelos anti-marxistas, na busca de identificar o marxismo com regimes do tipo stalinista:

> "... agora servia àqueles que pretendiam rejeitar tudo de Marx, afirmando que o único caminho que saía do *Manifesto* comunista... era o que terminava nos *gulag* da Rússia staliniana ou em seus equivalentes nos outros estados dirigidos pelos adeptos de Marx. (...)" (Idem, p. 22).

Somente para registro, é importante observar, porém, que os ***"efeitos da destalinização"*** não favoreceram somente uma ampliação do anti-marxismo e do anti-comunismo. Como analisou Márek, para o debate marxista, o período posterior ao XX Congresso, correspondendo ao efetivo colapso do stalinismo, possibilitou um desenvolvimento contraditório e diversificado do pensamento marxista, que se tornou ainda mais vivo e diferenciado (MÁREK, F., 1987, p. 311). Entre outras, a maior diferenciação passou a ser feita entre o marxismo na União Soviética e o marxismo ocidental; enquanto no bloco socialista, o dogmatismo

foi apenas substituído por um pragmatismo empírico,

> "(...) No Ocidente, ao contrário, teve início um desenvolvimento que os marxistas comunistas chamaram de 'renascimento do marxismo', orientado sobretudo no sentido de remover os traços daquilo que, no período staliniano, fora chamado de 'marxismo-leninismo'.(...)" (MÁREK, F., 1987, p. 311).

Esse "renascimento do marxismo" não deixa de ser paradoxal, pois ocorreu precisamente no momento em que nos países capitalistas avançados a idéia do socialismo perdeu, em parte, sua força de atração, baseada no argumento de que as insuficiências econômicas dos países da Europa Oriental demonstravam que a socialização dos meios de produção não garantia absolutamente contra os riscos do pior nacionalismo e dos crimes mais horrendos. Apesar desse quadro, o pensamento de Marx viveu um grande florescimento: o passado dogmático foi amplamente rejeitado; houve a re-descoberta dos escritos do jovem Marx; os marxistas comunistas "descobriram" a contribuição de importantes marxistas e conhecedores de Marx (sociólogos, historiadores, filósofos e psicólogos) que jamais haviam pertencido a organizações políticas marxistas (MÁREK, F., 1987, p. 311-312). O colapso do stalinismo possibilitou, também, a redescoberta, a retomada e o reexame de uma plêiade de marxistas de oposição ou que não estiveram ligados ao desenvolvimento do marxismo terceiro-internacionalista. Entre as redescobertas, o principal destaque foi para os escritos de Gramsci. Também merece destaque a retomada, que em alguns casos possibilitaram a publicação pela primeira vez, de autores que foram considerados heréticos e proibidos: de Korsch a Rosa Luxemburg, de Lukács a Pannekoek, de Trotski a Bukharin; também obtiveram grande sucesso

as combinações de marxismo/psicanálise, marxismo/sociologia, marxismo/antropologia, notadamente os escritos de Fromm, Reich, Marcuse e dos intelectuais ligados à Escola de Frankfurt (MÁREK, F., 1987, p. 312-317).

Esse quadro de desenvolvimento do marxismo, característico do período que foi do XX Congresso, em 1956, a meados dos anos 60, marcou uma importante transformação na história dessa concepção político-ideológica que, conforme Márek, deixou evidente que "não mais existem catedrais ou sumos sacerdotes capazes de passar por cavaleiros do Graal marxista", mas que criaram "muitas capelas, seitas... muitos clérigos isolados"; sobretudo, propiciou o surgimento de "uma nova geração que não espera incondicionalmente uma resposta para os próprios problemas dada por um centro oficial... mas coloca novos problemas" (MÁREK, F., 1987, p. 317).

Enquanto o chamado "marxismo ocidental" se caracterizava pelo pessimismo quanto às perspectivas revolucionárias no Ocidente, motivado pela convicção de que a classe trabalhadora estava integrada ao sistema sócio-político-econômico capitalista, no chamado ***Terceiro Mundo*** esse pessimismo contrastrava, entretanto, com uma verdadeira efervescência revolucionária, motivada pelas lutas de libertação dos povos na Ásia, África e América Latina e notadamente pelos acontecimentos em torno da revolução cubana e da experiência vietnamita que, conforme Márek, parecia se constituir "um argumento favorável à tese dos comunistas chineses" que apregoava como palco da revolução mundial os 'continentes esquecidos'" - Ásia, África e

América Latina (MÁREK, F., 1987, p. 319). A esses acontecimentos relacionados ao ***Terceiro Mundo*** - e que se referem aos debates e situações verificadas nos países atrasados do mundo capitalista e localizados nos "continentes esquecidos" - corresponde ao que Hobsbawm chama de **segundo conjunto** de acontecimentos que caracterizam o recente debate em torno da crise socialista (HOBSBAWM, E.J., 1989, p. 22).

Esse debate, ocorrido nas décadas do grande *boom* do capitalismo, tinha como pressuposto a possibilidade de ocorrência das revoluções sociais, sobretudo, no mundo da dependência e do subdesenvolvimento. De acordo com Hobsbawm, o debate dessa época se concentrou nas relações entre países dominantes e países em vias de desenvolvimento, no caráter específico da eventual transição para o socialismo nessas regiões e nas peculiaridades sociais e culturais que caracterizariam seu desenvolvimento futuro (Idem, p. 23).

Essa perspectiva terceiro-mundista encontrou porta-vozes convincentes na revista americana *Monthly Review* e adeptos convictos entre os jovens marxistas, para os quais a leitura de Marx se deslocou dos escritos do "jovem Marx", com sua temática voltada para a discussão da alienação e do humanismo, para ***As Lutas de classes na França***, ***A Guerra Civil na França*** e a ***Crítica ao Programa de Gotha*** e que se referiam a uma teoria da revolução, à problemática da passagem do capitalismo ao socialismo e às teorias derivadas da Comuna de Paris sobre o "autogoverno dos produtores".

Quer se tratasse de questões de estratégia política ou de problemas teóricos, esse debate foi marcado por

fortes divergências. Ilustra significativamente essas divergências, a polêmica dos anos 50 quanto à natureza da transição do feudalismo para o capitalismo e motivada pelo estudo de Maurice Dobb, publicado em 1946 com o título de *Studies in the development of capitalism* (DOBB, M., 1981). Abrindo essa polêmica, a principal crítica dirigida a Dobb foi feita por Paul M. Sweezy, em *The transition from feudalism to capitalism*, que se declarou insatisfeito com as tentativas de explicar a desagregação do feudalismo por mecanismos implícitos na relação fundamental interna desse sistema - a existente entre senhores e servos. Ao contrário de Dobb, preferia Sweezy enfatizar o papel determinante do comércio na desagregação e transformação da economia feudal. De modo geral, a maioria dos marxistas, sem negar a importância do comércio, acompanhava Dobb na explicação da transição do feudalismo para o capitalismo em termos de relação de produção, de preferência a uma análise que colocasse essa determinação na esfera da troca (cf. HOBSBAWM, E.J., 1989, p. 24).

Nos anos 60 essa problemática da gênese histórica da economia capitalista moderna foi reproposta de modo inteiramente diferente, inicialmente, por André Gunder Frank (em *Capitalismo e sottosviluppo in America Latina*, de 1967) e, depois, por I. Wallerstein (em *Il sistema mondiale dell'economia moderna*, de 1972). De acordo com Hobsbawm, essa interpretação era constituida de três proposições essenciais:

> "(...) Em primeiro lugar, o capitalismo pode ser substancialmente identificado com as relações de mercado e, em escala geral, com o desenvolvimento de um 'sistema mundial', que consiste num mercado mundial onde um certo número de países do 'centro'

> desenvolvido impõe um domínio sobre a 'periferia', explorando-a. Em segundo lugar, a constituição desse 'mercado mundial', que se pode remontar à primeira fase das conquistas coloniais no século XVI, criou um mundo essencialmente capitalista, que deve ser analisado em termos de economia capitalista. Em terceiro lugar, o desenvolvimento dos países da 'metrópole' capitalista, através do domínio e da exploração dos outros, produziu ao mesmo tempo o desenvolvimento do 'centro' e o 'subdesenvolvimento' do terceiro mundo, isto é, uma discrepância crescente e impossível de conter, sob o capitalismo, entre as duas áreas do mundo." (HOBSBAWM, E.J., 1989, p. 25).

O debate provocado por essas proposições foi extremamente vivo, conforme revelam os estudos de Samir Amin (AMIN, S., 1989) e de Juan Carlos Portaniero (PORTANIERO, J.C., 1989), tendo produzido uma vasta literatura sobre a questão, notadamente na América Latina. Nesse continente o tema principal que dividiu as opiniões da esquerda foi quanto a natureza do principal inimigo interno dos revolucionários. No plano internacional, era evidente que o principal inimigo fosse o "imperialismo", identificado nos Estados Unidos; quanto à identificação do inimigo interno, as posições se diferenciavam. Para a "burguesia nacional" e para os "partidos comunistas ortodoxos" (pró-soviéticos) a tarefa principal dos povos da América Latina era a de destruir os interesses das oligarquias agrárias e o latifúndio: para a "burguesia nacional" isso significava remover o principal obstáculo político à industrialização e, ao mesmo tempo, o principal obstáculo à formação de amplos mercados para as indústrias nacionais; para os partidos comunistas essa tese possibilitava a criação de uma frente nacional comum, com a burguesia nacional, contra o imperialismo americano e a "oligarquia local" (HOBSBAWM, E.J.,

1989, p. 26). A adoção dessa premissa, por parte dos partidos comunistas latino-americanos, implicava que a luta pela transformação socialista desses países não estava na ordem-do-dia e, igualmente, "que os partidos comunistas se abstivessem, na maior parte dos casos, das formas mais extremas de insurreição e de luta armada" (Idem, ibidem).

Para a ultra-esquerda, essa política dos partidos comunistas constituía uma traição à luta de classes, pois a América Latina não era uma economia feudal, nem um conjunto de economias dualistas, mas uma economia plenamente capitalista (Idem, ibidem). Com base em tal entendimento, o inimigo principal era a burguesia - inclusive as nacionais - que, longe de ter interesses contrapostos ao imperialismo, com ele se identificava substancialmente e funcionava como seu agente local. Diferentemente dos partidos comunistas que colocavam como meta tática uma fase democrático-burguesa, a ultra-esquerda pressupunha que existiam, de imediato, as condições objetivas para uma revolução socialista (Idem, ibidem).

Em termos teóricos, esse debate terceiro-mundista colocava, para o conjunto da intelectualidade marxista, que a questão da natureza da relação entre uma esfera industrializada e o resto do mundo não era somente uma questão histórica, mas que, por um lado, suscitava novos problemas até então discutidos sob a conceituação geral de "imperialismo" e, por outro lado, que a divisão do mundo em dois setores (o mundo capitalista e o mundo socialista) precisava de uma redefinição (Idem, p. 27). A utilização da expressão "terceiro mundo" indicava essa busca de reclassificação mais ampla, embora esse termo não tivesse nenhuma

relação clara com a análise marxista clássica. Com essa expressão se buscava distinguir os "países atrasados" (ou que não estavam no caminho de uma evidente industrialização) daqueles que haviam se industrializado ou estavam se industrializando e caracterizados como "primeiro mundo" e, também, daquele setor socialista de recente expansão e chamado de "segundo mundo". Era, portanto, uma expressão que, por mais imprecisa que fosse, pareceu representar uma realidade: a de Estados que, independentemente de seu regime, eram mais pobres do que ricos, tecnologicamente atrasados e que estavam longe de trilhar o caminho de uma economia industrial próspera (Idem, p. 28). Com uma tal definição não é difícil identificar que a grande maioria dos países do "terceiro mundo" eram encontrados na Ásia, África, Caribe e na América Latina.

Ao longo das décadas de 60 e 70 o conceito de um "terceiro mundo" subdesenvolvido, único e abrangente foi se tornando, teoricamente, cada vez mais insustentável, não somente porque se percebeu que era irreal catalogar, por exemplo, a Argentina ou o Chile sob a mesma rubrica da Birmânia ou da Nigéria, mas principalmente porque alguns países, entre os quais se destacavam os produtores de petróleo, estavam encurtando a distância entre países subdesenvolvidos e industrializados (Idem, p. 30). Além desses aspectos, Hobsbawm destaca que nesse período "as esperanças numa revolução no 'terceiro mundo' pareciam menos luminosas", principalmente, na América Latina onde os movimentos de esquerda terminaram em "trágicos fracassos" (Idem, ibidem).

Somente para registro, cabe destacar que o debate sobre "Terceiro Mundo" conduziu o pensamento marxista, a partir

dos anos 60, para a análise da questão agrária e camponesa: como nessa área do mundo os movimentos revolucionários não tinham como apoiar-se na classe operária, a reflexão se dirigiu para a análise de outras classes que demonstravam potencial revolucionário, notadamente "os camponeses". Igualmente, merece destaque que, ligado aos interesses terceiro-mundistas, se desenvolveu uma antropologia social marxista, especialmente na França, com os estudos de Godelier e Meillassoux.

Com relação ao **terceiro conjunto**, Hobsbawm a ele relaciona os acontecimentos que denomina de ***explosão de radicalismo político***, verificados nos países de capitalismo industrial avançado desde o final dos anos 60, e que afetou a reflexão marxista sob dois ângulos: primeiramente, "multiplicou de modo espetacular o número daqueles que produziram, leram e adquiriram textos marxistas", promovendo um aumento absoluto no volume do debate e da teoria marxista; em segundo lugar, "sua escala foi tão ampla..., seu aparecimento tão imprevisto e inesperado, seu caráter tão inédito" que pareceu necessária "uma revisão de amplo alcance sobre muitas coisas que a maior parte dos marxistas há muito considerava óbvias" (Idem, p. 31).

Essa "maré radical" teve não poucas particularidades: começou como um movimento de estudantes e jovens intelectuais, em geral da classe média; em vários países ficou circunscrito aos estudantes, em outros, porém, foi o estopim para movimentos operários e de massa (como na França e Itália, por exemplo); foi um movimento que ocorreu em países de capitalismo desenvolvido, no auge da prosperidade econômica; foi

um movimento de caráter internacional, atravessando fronteiras independentemente de demarcações territoriais ou de regimes - "na história da Iugoslávia, da Polônia e da Tchecoslováquia, 68 é uma data de periodização assim como na do México, da França e dos Estados Unidos" (Idem, p. 32).

É com a emergência dessa "onda radical" e como um de seus desdobramentos, que Hobsbawm relaciona o aparecimento de uma "nova esquerda" que, dispensando o seu reconhecimento no marxismo, "voltou-se para muito além dos confins do marxismo tradicional" e promoveu o renascimento de tendências anarquistas - quer em sua forma autoconsciente, quanto travestida sob uma aparente etiqueta marxista, como "maoísmo" ou "trotskismo" (Idem, p. 32). A existência de uma "nova esquerda", porém, não foi um produto exclusivo dos últimos anos da década de 60: diversos pensadores heterodoxos sobreviveram ao período de domínio do "comunismo ortodoxo" e conquistaram ressonância após 1956, entre os quais se destacam os nomes de Isaac Deutscher, Paul Mattick, Cornelius Castoriadis, C. L. R. James; igualmente, grupos organizados de marxistas que se localizavam à esquerda da ortodoxia, não deixaram de ser ativos, de trocar anátemas entre si e de se fragmentar em grupelhos menores e hostis uns aos outros. A existência, portanto, de uma "nova esquerda" depois do XX Congresso não é um fenômeno "novo", em si mesmo; a novidade é que após 1956, ela adquiriu uma força nova... "seja porque a eles aderiram comunistas desiludidos, seja porque os partidos comunistas não mais dispunham... o monopólio de atraírem... as pessoas disponíveis para uma perspectiva revolucionária" (Idem, p. 33).

De acordo com Hobsbawm, para a análise marxista e para o debate em torno da questão do socialismo, essa "nova esquerda" contribuiu para deslocar os limites da polêmica, por exemplo, através "da referência direta e explícita à iniciativa espontânea das massas, da clara limitação do papel do 'partido' e, especialmente, através do voluntarismo do próprio conceito de 'revolução cultural'" (Idem, p. 340). As questões teórico-metodológicas, bem como político-ideológicas, produzidas por essa "nova" esquerda constituem os aspectos do pensamento que aqui optamos por denominar de pós-modernista e que foram objeto de análise no segundo capítulo deste trabalho.

Entremeada a essa "maré radical" - também passou a influir no debate marxista a crise geral da economia mundial, iniciada em fins da década de 60 (e ainda em andamento), caracterizada por Hobsbawm como uma "crise geral dos setores capitalista e não-capitalista da economia" (Idem, p. 34) e que delimita um "**quarto conjunto** de acontecimentos" (Idem, ibidem). Diante dessa crise geral da economia mundial, demarcadora de "mudanças profundas, inesperadas e imprevistas", era de se esperar que a intelectualidade marxista fizesse rapidamente sua análise, tal como haviam feito ao redor de 1900, com as produções sobre o imperialismo; foi o contrário, porém, o que ocorreu, como revela Hobsbawm:

> "(...) Os observadores não-marxistas conduziram essa análise e chegaram geralmente à dedução (justa) de que a nova fase do capitalismo era, sob muitos aspectos essenciais, diferente daquelas que a tinham precedido, extraindo disto a conclusão (errada) de que, portanto, não devia mais conservar

> o nome de capitalismo. Ao contrário, os marxistas foram particularmente lentos em enfrentar as novas realidades da economia industrial mundial..." (Idem, p. 350).

As primeiras análises marxistas produzidas no período procuravam demonstrar que não havia mudado substancialmente nada no capitalismo e por explicar que não haviam se verificado as graves conseqüências econômicas do capitalismo, até então preconizadas (as graves depressões, o desemprego em massa, a crise final do capitalismo sob o imperialismo). Esse procedimento fica claramente delineado nos trabalhos de Baran e Sweezy, publicado em 1966 com o título ***Monopoly Capital*** (BARAN, P. e SWEEZY, P., 1974), de Michael Kidron, de 1968 e que chamou-se ***Western capitalism since the War***, de Harry Braverman, de 1974 e que foi denominado de ***Labour and Monopoly Capital*** (BRAVERMAN, H., 1980). As atenções dos acadêmicos marxistas ainda se ligavam mais ao tema do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico, estimuladas pela instabilidade do "terceiro mundo" e pelas perspectivas revolucionárias que supunham nele existir. Tudo parece indicar que a análise da economia capitalista dos anos 50 e 60 não ofereciam muita esperança para os marxistas; ela somente reapareceria quando o mundo desenvolvido "estivesse de novo às voltas com a instabilidade geral e a crise", como de fato ocorreu (Idem, p. 36).

Diante da crise geral das décadas de 70 e 80, marxistas e não-marxistas retomaram o interesse pelo problema das "ondas longas" do desenvolvimento capitalista, ligadas ao nome de N. Kondratiev que, no polo marxista, foi retomado pelo interesse

de Ernest Mandel, evidenciada em seu ***Late capitalism*** (1975), na coletânea que organizou de artigos de Parvus, Kautsky, Trotski, Kondratiev e Mandel - ***Die langen Wellen der Konjunktur: Beiträge zur marxistischen Konjunktur und Krisentheorie*** (de 1972), e em seu ensaio "Technical innovation and long waves in world economic development" (de 1981).

Observa Hobsbawm que, face a essa crise geral dos anos 70 e 80, os marxistas "não tinham soluções plausíveis para oferecer": por um lado, "parte considerável da economia capitalista ocidental era já controlada, planificada ou mesmo possuída pelo Estado"; por outro, já não se podia recorrer ao argumento de "um mundo em fase de construção socialista, imune às crises econômicas, à diferença do mundo capitalista" (Idem, p. 37). Desde o período khruscheviano as contradições internas das economias socialistas, as deficiências de planejamento e gestão e os problemas econômicos, já eram cautelosamente discutidos pelos economistas do bloco Soviético e que, gradativamente e por força da emigração, foi sendo levada ao debate entre marxistas ocidentais. Esse processo culminou na crise geral de 70/80, quando então

> "... a contraposição simples entre economia capitalista em crise e economia socialista no caminho vitorioso da construção planejada não mais pode ser seriamente sustentada; ainda mais a partir do momento em que muitas economias socialistas começaram a ser afetadas, direta ou indiretamente, pelas dificuldades econômicas da economia capitalista mundial." (Idem, p. 37).

Todo esse quadro, no interior do qual não se produziram análises adequada dessas transformações históricas iniciadas em 1960, deixou aberto o espaço para o aparecimento das

abordagens modernizantes que passaram a proclamar o estabelecimento de uma ordem "pós-capitalista" ou "pós-liberal" - e que já foram objeto de algumas observações no capítulo anterior.

Muito relacionado ao contexto sócio-político-econômico caracterizado no aspecto anterior, encontra-se o **último conjunto** de acontecimentos, eclodidos desde meados da década de 1980 com o gradativo fim da política de "Guerra Fria" entre EUA e URSS, com as transformações no Bloco Soviético e com os acontecimentos relacionados com o "fim do socialismo" , como ficaram convencionados pela mídia internacional[01]. Embora o estado de declínio econômico da URSS já fosse evidente há muito tempo, conforme pode-se apreender pelos debates travados sobre a URSS sintetizados no item anterior deste capítulo, ele se agravou substancialmente ao longo dos anos 80: mantida como superpotência militar por longos anos, a economia soviética não conseguia suprir, comparativamente à capacidade produtiva das economias capitalistas industrializadas, as necessidades básicas da população. Foi em tal quadro que em 1985, com a morte de Constantin Tchernenko, assumiu o cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista da URSS Mikhail Gorbatchov. Objetivando recuperar e revigorar o socialismo, Gorbatchov iniciou a promoção de reformas econômicas - a "perestroika" - e de transformação da estrutura política, com o relaxamento do autoritarismo, denominada de transparência política - ou "glasnost". As idéias básicas de cada um desses programas foram elaborados por Gorbatchov e publicados: as propostas da "perestroika" estão

expostas em um livro, escrito por Gorbatchov a convite dos editores americanos da Harper & Row (GORBACHEV, M., s/d); as idéias quanto à "glasnost" foram expostas em relatório de Gorbatchov à sessão plenária do Comitê Central do PCUS, em 27 de janeiro de 1987, denominado *Sobre a organização e a política do partido no domínio dos quadros* (GORBATCHOV, M., 1987).

As políticas implementadas por Gorbatchov não foram suficientemente ágeis para recuperar e revigorar o socialismo soviético; foram atropeladas por um vigoroso processo de mobilizações e manifestações que varreram quase todos os Estados socialistas do Leste Europeu. Os acontecimentos que marcam essa virada e que conduziram à chamada falência do "socialismo realmente existente", estão vinculados a uma série situações que eclodiram no "bloco socialista", como até recentemente se convencionou chamar os Estados em que, por força de processos revolucionários ou não, se instauraram **formalmente** regimes socialistas. Esses acontecimentos, por serem recentes e vigorosamente marcados pela imprensa internacional, ainda estão vivos na memória, inclusive porque a mídia (por exemplo, com a publicação de um número **Especial**, simultaneamente publicado em 14 países do mundo, chamado de **Word Media**, pela **Folha de S. Paulo**, principalmente o do dia 19 de dezembro de 1990) sempre volta a fazer uma descrição esquemática e, de certa forma, caricaturálica dos mesmos:

1980: uma "revolta operária" na Polônia, provocou a queda de Edward Gierek; operários revoltosos criaram o Solidariedade, como o "primeiro sindicato independente do Leste europeu;

1981: o Exército polonês decretou o "estado de guerra" e proscreveu o Solidariedade;

1985: Morreu Constantin Tchernenko, substituído por Mikhail Gorbatchov como Secretário Geral do PCUS; tem início a perestroika e a glasnost;

1988: o Congresso do PCUS votou um apoio às reformas de Gorbatchov e criou um novo Parlamento, mais amplo e democrático; a URSS iniciou a retirada de suas tropas do Afeganistão;

1989: na *China* o exército chinês massacrou manifestantes pró-democracia que haviam ocupado a praça Tian An Men (Praça da Paz Celestial) durante dois meses;

* na *Hungria* o Partido Socialista dos Trabalhadores húngaros aceitou o pluripartidarismo; em 10 de setembro, a abertura da fronteira com a Áustria levou milhares de alemães-orientais à Alemanha Ocidental; em 23 de outubro foi proclamada a 4ª. República, em substituição à República Popular, instaurada em 49;

* na *Polônia*, em 05 de abril, o governo comunista e o Solidariedade assinaram um acordo restabelecendo o pluripartidarismo; logo depois, em 4-18 de junho, nas primeiras eleições sob o comunismo, o Solidariedade conquista todas as cadeiras que disputou na Câmara Baixa (Sejm) e 99% do Senado; em 19 de agosto, foi eleito o primeiro governo não-comunista do pós-guerra, dirigido por Tadeuz Mazowiecki, do solidariedade; em 29 de dezembro o Parlamento votou a abolição do papel dirigente do POUP;

* na *Alemanha Oriental* foi aberta a fronteira alemã e o muro que separava Berlin desde 1961; em 03 de dezembro os comunistas aceitaram o pluripartidarismo;

* na *Bulgária* o líder comunista Todor Jivkov, no poder desde 54, foi substituído na liderança do PC por Petar Mladenov; em 11 de dezembro Petar Mladenov prometeu a realização de eleições livres e promoveu a abolição do papel dirigente do PC;

* na *Tcheco-Eslováquia* o Parlamento aprovou, por unanimidade, a abolição do papel dirigente do PC; em 07 de dezembro, foi formado um Governo de "Entendimento Nacional", de maioria não-comunista; em 29 de dezembro Vaclav Havel foi eleito novo Presidente da República;

* na *Romênia*, em 22 de dezembro, o regime de Nicolau Ceausescu foi derrubado e, depois, acabou sendo fuzilado;

1990: na *Alemanha Oriental*, em 18 de março, a União Democrata Cristã venceu as primeiras eleições livres do país; em 03 de outubro, as duas Alemanhas se reunificam e a imprensa comemorou "a queda do Muro de Berlin" e a "abertura da cortina de ferro";

* na *Hungria*, em 25/março e 08/abril, o Fórum Democrático Húngaro, uma frente de centro-direita, venceu as primeiras eleições livres desde 45;

* na *Romênia*, em 20 de maio, a Frente de Salvação Nacional, composta por ex-integrantes do PC, venceu as eleições;

* na *Tcheco-Eslováquia*, em 8 e 9 de junho, o Fórum Cívico venceu a primeira eleição livre desde 47;

* na *Bulgária*, em 10 e 17 de junho, o Partido Socialista Búlgaro, nome rebatizado do ex-partido comunista, venceu as eleições gerais.

Com relação ao atual debate sobre o socialismo é evidente que ele se diferencia daqueles realizados até meados de 1980 por estar profundamente colado aos acontecimentos do "bloco socialista" e que, de modo geral, sem a intenção de deturpar quaisquer das posições que têm sido assumidas, tem girado em torno de três posições básicas:

a) um **primeiro** tipo de posicionamento, considera que o socialismo **desmoronou**" com o muro de Berlim; que isso implica em afirmar que o **sonho socialista acabou** e que só resta a social-democracia como projeto possível para a esquerda (como a posição de Leôncio M. Rodrigues);

b) uma **segunda** forma de análise **reconhece a existência de uma crise**; que essa crise impõe uma revisão ou renovação ou reforma dos fundamentos do projeto socialista e acaba concluindo que o socialismo continua a ser um projeto político, mas que precisa encontrar uma saída democrática, humanista, libertária e popular. Essa segunda posição possui variantes: com relação ao método de análise, quanto a análise sobre o próprio regime socialista e quanto à saída possível para o projeto socialista (variações essas adequadamente expressas nas posições de Paul Singer, Frei Betto e Jacob Gorender);

c) finalmente, uma **terceira** postura **nega a existência da "crise socialista"** argumentando que não se justifica falar em crise por um simples motivo: o socialismo não chegou, ainda, a ser implantado. Assim entendendo, essa postura continua defendendo o socialismo como projeto histórico e a reafirmar e defender um projeto revolucionário que, ao contrário do "modelo

stalinista", deve ter um caráter ético, libertário e democrático (delineada por Ernest Mandel e por Daniel A. Reis Filho).

Para melhor ilustrar as principais posições que têm sido publicamente assumidas, convém registrar os pontos básicos que a discussão tem tomado junto a alguns autores que se reconhecem (ou são reconhecidos como esquerda), **mapeando** algumas das principais posições publicadas.

Para iniciar este "mapeamento", ilustrando o **primeiro tipo de posicionamento** demarcado, nada melhor que a polêmica gerada com as opiniões de Leôncio Martins RODRIGUES, publicadas em dois artigos na **Folha de S. Paulo**: "Uma esquerda possível", de 23/abril/1991, p. 1-3, e "Uma esquerda revigorada", de 05/junho/1991, p. 1-3. Nesses artigos, que são complementares, RODRIGUES deixa patente que nos países do Leste europeu se implantou um regime que em nada se aproxima do desejo dos socialistas: não foi conquistada igualdade social, nem liberdade, nem democracia, nem sindicatos livres, nem poder operário... A única justificativa que encontram para o fato de que se tratava de países socialistas reside na eliminação da propriedade privada, da classe dos proprietários privados e do mercado. O socialismo implantado, portanto, produziu o estatismo e, com ele, a centralização da economia e a tecnoburocracia (RODRIGUES, L.M. Uma esquerda revigorada)

Para o autor, uma parte da esquerda, "abalada pelo esboroamento dos regimes socialistas", reagiu negando ***neuroticamente*** o fato: morreu o "socialismo real", mas não o

socialismo (RODRIGUES, L. M.. Uma esquerda possível). Para o autor, porém, **não há motivo para lamentar os acontecimentos do Leste europeu**: o fim do "socialismo real" significa somente o desaparecimento de um modo de dominação tecno-burocrático, que impôs a propriedade estatal, aboliu o mercado, destruiu a relação entre preços e custos e estabeleceu o planejamento centralizado e a burocracia. Nas palavras do autor:

> "(...) O desaparecimento dos regimes socialistas deve ser entendido como o fim de um modo de dominação burocrático-tecnocrático fundado na propriedade estatal e no planejamento centralizado. Na prática de seu funcionamento, o socialismo nada mais foi do que um esforço deliberado de industrialização em que o Estado... substituía o mercado, e uma feroz ditadura mantinha a força de trabalho sob um controle muito mais estrito do que o capitalismo ocidental foi capaz de impor." (Idem, ibidem).

O fim do socialismo, para RODRIGUES, traz algumas conseqüências para a atuação política neste final de século: por um lado, indica uma **separação** entre democracia e socialismo; essa separação, por sua vez, implica numa **disjunção** entre esquerda e socialismo. Essa dupla conseqüência decorre, para o autor, dos rumos históricos tomados pelo movimento socialista que colocou a socialização dos meios de produção - entendida enquanto "estatização" - como remédio para os males do capitalismo, resultando nos "males da dominação tecnoburocrática".

Então, qual é a alternativa, a saída? Argumentando que "os movimentos e práticas socialistas não podem ser considerados como de esquerda (entendendo por esse último termo todas as formas de oposição ao conservadorismo, à desigualdade e à opressão...), pois nos países do Leste "a defesa do socialismo identifica-se com os setores dominantes da tecnocracia e da

burocracia... com o autoritarismo e o conservadorismo", o autor **aparentemente** se mostra disposto a apontar uma saída **verdadeiramente de "esquerda"**. Antes de mais nada, enfatiza que o socialismo (por ele entendido como sinônimo de estatismo e de tecnoburocracia) não é compatível com a democracia:

> "(...) A coexistência do estatismo, ou seja, de socialismo com democracia, em toda parte, mostrou-se impossível. A economia de mercado, ao contrário, pôde conviver com regimes autoritários ou democráticos. Mas o estatismo necessita do totalitarismo. (Na verdade confunde-se com ele). O planejamento central, que a estatização dos meios de produção requer, não pode aceitar formas de comportamento desviantes, não pode tolerar o imprevisível, o conflito social, a disputa de interesses particularísticos. Por conseguinte, não pode conviver com a incerteza democrática. (...)" (Idem, ibidem)

Se o socialismo, quer o "verdadeiro socialismo" quanto o "socialismo real", não é alternativa ao conservadorismo e ao neoliberalismo, nem às formas de dominação burocrática, para RODRIGUES ainda resta espaço para a atuação da esquerda: essa alternativa, para ter alguma chance de êxito, precisa se desvencilhar do socialismo e assumir valores universais, humanistas e democráticos adequados às características de um mundo pós-industrial que está se formando nas condições das novas tecnologias. Para o autor essa alternativa existe: é a **democracia representativa**, a **social-democracia**:

> "(...) A alternativa à ditadura socialista é a democracia representativa e não a democracia direta dos sovietes, justamente porque esta se revelou o caminho mais curto para o socialismo (real) e para o totalitarismo" (Idem, ibidem)

> "(...) Com o fim do comunismo, sobrou apenas a social-democracia como alternativa ao neoliberalismo..." (**In: Folha de S. Paulo**, 05/06/91, p. 1-3)

Ao contrário do horror que a social-democracia provoca em alguns setores da esquerda, particularmente para "o PT em seu conjunto", esse autor considera que "nunca houve nada mais autenticamente operário do que a social-democracia européia" (que não tem nenhum vínculo com o antigo PSD getulista ou com o atual PSDB) e que um exame objetivo dos fatos demonstra que foi sob a social-democracia que os sindicatos obtiveram controle sobre o sistema político e sobre o ambiente de trabalho.

Apontada a incompatibilidade entre socialismo e democracia, mostrada a disjunção entre esquerda e socialismo e apresentando a social-democracia como a alternativa política à luta dos oprimidos, a atenção do autor se volta para a discussão dos processos, formas e práticas políticas. Reafirmando que o socialismo não é um meio de luta contra a opressão e a desigualdade - posto que "gera um novo sistema de exclusão social" - e que os movimentos e práticas socialistas "não podem ser considerados como de esquerda", apregoa o autor o abandono, por parte da liderança proletária, da idéia de tomada do poder ou da conquista do Estado (**In: Folha de S. Paulo**, 23/abril/1991, p. 1-3). Em lugar da idéia de revolução, propõe a "substituição dos membros das elites anteriores por novas elites no interior de uma mesma estrutura social e econômica", através do processo democrático; através do "consenso, negociação e acordos" que não objetivam a conquista do Estado, mas a defesa dos grupos sociais oprimidos e mudanças na cultura dominante, RODRIGUES deixa clara sua defesa da social-democracia que, em contraponto à referência classista, se constitui numa "referência universal projetada... (pelo) 'humanismo burguês'" (Idem, ibidem).

O **segundo posicionamento**, fica evidente nas posições de Paul SINGER, expostas no artigo "Afinal, o que é socialismo?", publicado na **Folha de S. Paulo** (de 10/06/91, p. 1-3), e que resulta da polêmica com RODRIGUES. No início do artigo, Singer retoma o conteúdo básico dos argumentos de Leôncio: o socialismo, entendido como idêntico à estatização dos meios de produção, ao planejamento centralizado da economia, à burocracia e ao autoritarismo, é incompatível com a democracia. Esses argumentos embasam a conclusão de RODRIGUES de que no mundo ocidental sobrou apenas a social democracia como alternativa ao neoliberalismo.

Pergunta, então, Paul Singer: se o socialismo democrático é uma impossibilidade teórica e prática, qual seria então a proposta da social-democracia? Tomando por base os artigos de Leôncio Rodrigues conclui que a social-democracia se propõe a lutar em defesa dos "interesses dos trabalhadores e grupos subordinados, marginalizados ou inferiorizados, *sem eliminar a propriedade privada dos meios de produção e ... o capitalismo*"; essa proposta, para Singer, representa uma <u>eternização do capitalismo</u>, pois as únicas alternativas que reconhece - a "social-democracia" em oposição ao "neo-liberalismo" - pretendem manter esse regime social.

Para Paul Singer, em tese, prever a perenidade do capitalismo exigiria que ele satisfizesse "no presente e no futuro" as necessidades e os anseios da humanidade, o que a história do capitalismo não permitiria sustentar:

"... o capitalismo não tem sido propriamente uma

> bênção para os trabalhadores europeus (para não falar dos latino-americanos). No capitalismo, cerca de um décimo dos trabalhadores usualmente está desempregado, a maioria dos que trabalham por salário está sujeita a executar tarefas rotineiras, estafantes, que não estimulam o intelecto nem permitem a evolução profissional. E os salários pagos, embora generosos para nossos patrões, não permitem à maioria mais que um padrão de vida modesto..." (Idem, ibidem).

Concordando com a afirmativa de RODRIGUES - que, para os trabalhadores europeus, um regime como o do URSS teria sido pior para os trabalhadores - Singer continua convicto de que, mesmo com as mudanças do Leste europeu, a crítica socialista ao capitalismo continua tão válida como antes, sendo, portanto, contrário à negação de que outras alternativas anticapitalistas possam surgir. Repudiando a identificação do socialismo (enquanto programa e utopia) com "os regimes soviéticos", Singer coloca-se partidário das posturas - que "não são recentes" - *que negam qualquer afinidade do socialismo com os regimes soviéticos e que buscam "uma nova visão do socialismo".*

Mas qual é essa "nova visão do socialismo" que Singer defende? Pelo conteúdo do artigo é uma recuperação /ou/ releitura da concepção de socialismo que tem sido sustentada desde o século passado, expurgado dos desvios dos regimes soviéticos, à luz das condições históricas contemporâneas. Dois temas foram privilegiados pelo articulista: a proposta socialista e a problemática do planejamento centralizado. Quanto à proposta socialista assim se posiciona o autor:

> "(...) A sociedade socialista foi sempre concebida como mais livre, mais igualitária e mais progressista do que qualquer sociedade capitalista, inclusive a dos países mais adiantados. (...)"
> "(...) No socialismo deverá prevalecer todo tipo de liberdade, inclusive a econômica. Não sendo mais

> monopolizado o acesso aos meios de produção, é de se esperar que surja grande variedade de tipos de organização da atividade econômica e formas sofisticadas e complexas, combinando o mercado e plano de coordenação das mesmas." (Idem, ibidem)

Paul Singer considera essa visão de socialismo atual. O problema do socialismo reside, principalmente, na questão econômica: desde Marx "essa sociedade ideal" foi pensada "como sociedade industrializada e centralmente planejada" (**In: Folha de S. Paulo**, "Debate: O desafio histórico e teórico do socialismo". 22/06/91, p. 6-4). Esperava-se da economia centralmente planejada a prosperidade, o desenvolvimento das forças produtivas para além das relações capitalistas de mercado e que evitasse, enfim, as crises periódicas ou cíclicas características do capitalismo. A história recente demonstrou que isso não é verdade:

> "(...) As economias centralmente planejadas não somente não asseguraram estabilidade - elas têm a sua própria conjuntura cíclica... - como certamente não desenvolveram as forças produtivas mais do que o capitalismo. Provavelmente desenvolveram menos." (Idem, ibidem).

Mais que um fracasso histórico, a experiência do Leste europeu demonstrou a incompatibilidade de uma economia centralmente planejada com o projeto ideal de socialismo...

> "(...) O planejamento centralizado só vive graças à repressão policial de todas as atividades econômicas individuais... ele é infenso às inovações técnicas, falho no atendimento às necessidades dos consumidores e ineficaz na utilização dos recursos. Mesmo no que tange à estabilidade econômica, seu pretenso ponto forte em confronto com a economia de mercado, os resultados do planejamento centralizado são frustrantes." (In: "Afinal, o que é socialismo?", publicado na **Folha de S. Paulo**, de 10/06/91, p. 1-3).

A partir dessa análise, com relação à questão do

planejamento centralizado, Paul Singer descarta a identificação do socialismo com estatismo: a planificação central da economia foi proposta como "meio para superar as contradições da economia de mercado" e com isso viabilizar a construção da sociedade socialista. O reconhecimento do fracasso do estatismo não implica em "esquecer os defeitos da economia de mercado": a versão capitalista da economia de mercado é inerentemente instável e concentradora da renda. Esses defeitos "podem ser parcialmente corrigidos por intervenções coordenadoras ... e redistributivas do Estado", possibilitadas pelas relações de força existentes na democracia política.

Além dessa situação, desde a segunda metade do século XX, quando o capitalismo entrou numa nova fase, suas contradições assumiram a forma de surtos inflacionários, reprimidos à custa de recessões com duração e profundidade variáveis. Para Singer, a superação dessa nova crise exige "avanço na coordenação extramercado das classes e frações de classe enquanto agentes 'coletivos' de mercado".

Qualquer que seja, pois, a situação em que se encontra o capitalismo, "este exige o mercado como coordenador predominante" que garante "a autonomia da empresa e a competição entre os indivíduos", sem descartar algum planejamento estatal como mecanismo complementar dessa coordenação. Para Singer, ao contrário do capitalismo, o socialismo - enquanto proposta de sociedade - não depende de qualquer forma de coordenação econômica: nele deverá prevalecer a liberdade, inclusive a econômica.

Uma variante desse **segundo tipo de posicionamento** é oferecida por FREI BETTO, religioso católico e um dos pilares da teologia da libertação latino-americana, que entende o chamado "socialismo real" como a realização (topia) das idéias socialistas que tem acompanhado a humanidade desde os tempos antigos.

> "(...) Diante de tantas injustiças, as idéias socialistas deitaram raízes entre os hebreus e os gregos e atravessaram os tempos na "Utopia" de Thomas Morus, em "A Cidade do Sol" de Campanella, e nas missões jesuíticas entre os guaranis, para ganhar consistência filosófica no século passado, com as propostas utópicas de Saint-Simon, Fourier e Owen. Marx e Engels fizeram a crítica científica do capitalismo que, qual a fênix mortalmente ferida, traria em seu ventre o novo sistema que viria à luz graças à luta revolucionária desta parteira da história, a classe trabalhadora. O velho Lenin transformou o marxismo, no início deste século, em ferramenta teórica do povo russo contra a opressão do czar, e em 1917 o Partido Bolchevista tomou o poder na Rússia, inaugurando o advento do socialismo." (FREI BETTO. O Socialismo Morreu. Viva o Socialismo).

A realização das idéias socialistas, porém, foi acompanhada das "condições históricas nas quais brotaram": para reorganizar uma Rússia semi-feudal, destruída pela monarquia e pela guerra prolongada, agredida por 14 países estrangeiros que respaldavam os exércitos czaristas, Lenin "acreditou que a ditadura da maioria era a suprema forma de democracia" (Idem, ibidem). A morte prematura de Lenin, em 1924, o impediu de consolidar seus projetos. Assumiu o poder Stálin que transferiu para o partido "a ditadura que caberia ao proletariado"; sua "semente malígna" fez ruir os regimes socialistas... "deixando o Ocidente convencido de que a criança havia sido atirada fora, na lata de lixo da história, com a água suja da bacia." (Idem,

ibidem). Além da ditadura do partido único, outro fator contribuiu para fortalecer essa semente: a entrada de contrabando do positivismo na teoria marxista, o que conduziu a concepções científicas mecanicistas, ao economicismo, enfim, à ideologia tecnocrática (Idem, ibidem). Também trouxe consigo a política externa stalinista:

> "(...) O que Stálin considerava bom para a União Soviética estendeu-se aos países vizinhos, libertados do nazismo pelo exército vermelho. O socialismo chegou de fora para dentro, de cima para baixo, sem ser o resultado de um processo revolucionário..." (Idem, ibidem).

Apesar desses desvios, observa o religioso que o socialismo afirmou-se: pela implantação de uma eqüitativa distribuição social de bens e serviços, erradicação da fome, do analfabetismo, do desemprego, das sub-habitações... "enfim, permitiu à população ter condições dignas de vida e uma segurança social superior à dos países ricos do ocidente" (Idem, p. 13-14).

Mas, como explicar, então, a crise dos países socialistas? Em primeiro lugar, a estatização da economia não permitiu a modernização dos bens de capital, acentuando o atraso científico e tecnológico em relação à Europa ocidental. Em segundo lugar, o monopólio do partido único, beneficente e paternalista, inibiu os mecanismos de participação democrática e suprimiu a oposição política. Em terceiro lugar, a política adotada pelo socialismo real e a dogmatização do marxismo-leninismo, não conseguiu despertar no povo a consciência revolucionária. Finalmente, na falta de mecanismos de participação política, de motivações revolucionárias e de um processo de informação e de conscientização, a população leste-

européia teve que se defrontar com o avanço dos meios de comunicação e a transformação do mundo numa pequena aldeia, furando o bloqueio das "cortinas de ferro". (Frei Betto. O Socialismo morreu. Viva o Socialismo; Idem. O fracasso do socialismo alemão e os desafios à esquerda).

Apesar dessa situação de crise do "socialismo real" e do retorno de alguns países ao capitalismo, Frei Betto considera fundamental "restaurar a esperança dos pobres e de abrir um novo horizonte utópico à luta da classe trabalhadora" (FREI BETTO. O fracasso do socialismo alemão e os desafios à esquerda). A restauração, porém, da utopia socialista, deve vir no bojo de uma revisão da concepção de socialismo e dos fundamentos do marxismo (Idem, ibidem). Embora não deixe claro o que significa essa "revisão", Frei Betto entende que "a crise do socialismo real favorece a correção de rumos políticos", deixando claro "por onde não se deve ir" (Idem, p. 6). De uma forma ou outra, conclui que a crise do socialismo real recoloca o debate do que se entende por socialismo e da democracia como o centro desse debate. Não se trata da "democracia como valor universal" característica do regime burguês, mas, partindo das observações de Marx e Lenin, de se buscar a "democracia como valor socialista":

> "(...) A concepção de democracia como valor universal é legítima enquanto supõe a síntese da democracia formal com a democracia substancial. A democracia formal é aquela que estabelece meios e regras do exercício da soberania popular... A democracia substancial centraliza-se no elenco dos fins, como a igualdade jurídica, social e econômica, considerando irrelevante o modo como se adotam os meios para ancançá-los. (...)
> (...) O socialismo deveria ser democrático por sua própria natureza, já que não desvincula a

> emancipação econômica da emancipação política de todos os cidadãos, e não apenas da classe trabalhadora que nele exerce hegemonia política. Assim, falar em socialismo deveria significar falar em democracia e vice-versa..." (Idem, p. 6).

Entendendo a "utopia socialista" como um horizonte à luta da classe trabalhadora, como "esperança dos pobres", e dado seu conteúdo democrático, Frei Betto conclui que "para a América Latina, a Africa e a Asia, não há saída fora do socialismo democrático" (Frei Betto. O Socialismo Morreu. Viva o Socialismo). Mesmo para a Europa, o autor considera que, passada a euforia com o Eldorado capitalista, a população descobrirá que "no Ocidente capitalista, também a felicidade tem um preço e, mesmo para os ricos, custa muito caro (Idem, ibidem).

Outra variação, ainda, desse **segundo posicionamento** é dada por Jacob GORENDER, que após analisar o quadro de crise do "mundo socialista" e o vale-tudo decidido em pequeno comitê, característico do stalinismo, chega à conclusão de que este socialismo sem ética, sem Estado de direito, sem democracia, conduziu aos impasses hoje enfrentados pelo bloco socialista. Assim sendo, defende um socialismo ético e a democracia como valor do socialismo. Contrário ao abandono do marxismo como instrumento de compreensão teórica da realidade, advoga a **revolução** enquanto caminho para o socialismo e a existência de um momento de autoridade para que o processo revolucionário se efetive:

> "A concepção marxista do socialismo não parte de princípios éticos... Mas inadmissível também é o socialismo sem ética, bem como a própria luta pelo socialismo sem um código moral. Isso é stalinismo... que delibera eliminar companheiros,

> fuzilá-los, jogá-los nos campos de concentração... O marxismo não encerra, como alguns têm dito, uma vertente autoritária. O marxismo coloca com clareza que o momento da revolução é o momento da autoridade, porque só a força derrota o adversário. Mas esta é uma força de classes sociais, não de seitas. Que fique bem claro: não somos nós que escolhemos o caminho da revolução violenta. Esta nos é imposta pelo adversário, que obstrui o caminho pacífico com o uso prévio da violência do aparelho de Estado através da repressão política, dos golpes militares, etc." (GORENDER, J., 1989, p. 12).

A opção socialista implica, para Gorender, em manter **o comunismo como o objetivo a ser alcançado**. O caminho para alcançá-lo, porém, está longe de ser suave e, embora considere o marxismo como uma doutrina que precisa se desenvolver através de caminhos múltiplos, ele continua sendo o instrumento para a compreensão teórica da realidade (Idem, ibidem).

Situando-se, ainda, nesse **segundo posicionamento**, mas diferentemente das outras posições (que pretendem guardar alguma forma de proximidade com o marxismo) está a posição defendida por Ozeas DUARTE, para o qual a atual situação em que se encontra o "socialismo real" deve ser encarada como produto do "marxismo ortodoxo", no qual o autor inclui desde o próprio Marx, passando por Lenin e indo até as cartilhas stalinistas.

> "As sociedades ditas socialistas são produtos de processos históricos dirigidos por partidos marxistas na perspectiva, conscientemente estabelecida, de transição para o comunismo. Portanto, devem ser encaradas como resultantes de uma filosofia operante, uma filosofia que buscou a realização prática integral de sua finalidade sob a forma de movimento político. (...)" (DUARTE, O., 1990, p. 46).

Entendendo o socialismo como o resultado político de uma filosofia operante e vendo a crise do mundo socialista

como um produto do "marxismo ortodoxo", Ozeas Duarte apregoa uma **renovação do socialismo**, considerando como fundamental para essa **renovação** uma "reforma intelectual e moral do próprio movimento socialista". Essa "reforma intelectual" implica no abandono-superação do "marxismo ortodoxo" (para o autor, uma filosofia que se tornou reacionária e opressiva) e na "formulação de uma alternativa revolucionária humanística e universal", "antideterminista e libertária", que seja "alcançada por um Absoluto que anteceda os indivíduos" e que por isso "seja também um absoluto"

> "A tarefa de renovação do socialismo precisa enfrentar incontornavelmente a exigência de uma reforma intelectual e moral do próprio movimento socialista. A crise do "socialismo real" é, antes de tudo, uma crise do marxismo ortodoxo e de seus pressupostos... O marxismo ortodoxo... não passa hoje de uma filosofia do conservadorismo burocrático.
>
> A crítica a esse marxismo é o ponto de partida fundamental para a formulação de uma alternativa revolucionária humanística e universal... Não há liberdade possível que não seja conquista de seres capazes de escolhê-la, desejá-la e agir com autonomia; que possa e deva ser alcançada por um Absoluto que antecede os indivíduos; que, ela própria, por isso, seja também um Absoluto." (Idem, p. 48)

Para Ozeas Duarte, essa concepção **libertária e idealista** deve eleger a noção de **hegemonia** como central, pois "a construção de uma sociedade nova é impensável sem a adesão consciente do povo". O "novo Estado", que emergirá da superação do Estado capitalista, "precisará ser concebido como um Estado socialista necessariamente democrático e de direito". Essa nova sociedade e novo Estado deverá se fundar em uma teoria econômica radicalmente distinta do neoliberalismo e do estatismo: "(...) Ela demandará a concepção de um novo modo de vida, pelo qual a

superação cabal... dos carecimentos humanos se compatibilize com a negação radical da ideologia que erige o progresso material em valor supremo que se impõe por si mesmo..." (Idem, ibidem).

O **terceiro posicionamento** é claramente defendido por Ernest MANDEL que inicia seu artigo afirmando que o entendimento de que existe uma crise do socialismo é equivocado, pois, não se pode declarar a crise ou a bancarrota de uma empresa que não chegou, ainda, a existir. Para o autor o que entrou em crise foi o stalinismo e não o socialismo:

> "O que está em crise na Europa oriental e na URSS não é o socialismo, que não existiu nunca aí... O que está se desagregando é a "economia de comando", estreitamente ligada ao "Estado de comando"... Os marxistas revolucionários não estão descobrindo **a posteriori** que não há, que nunca houve "socialismo realmente existente" no Leste; vêm afirmando isso há várias décadas e ficam evidentemente satisfeitos quando muitos soviéticos proclamam hoje que "stalinismo e socialismo são incompatíveis; onde há stalinismo, não há socialismo; onde houver socialismo, não haverá stalinismo"." (MANDEL, E., 1990, p. 38).

Criticando duramente o "despotismo burocrático" e o "despotismo do mercado", para MANDEL a saída para o socialismo está num **terceiro modelo**:

> "(...) Nós nos debatemos por esse "terceiro modelo" de organização econômica... capaz de integrar plenamente os objetivos de liberdade, isto é, de livre escolha das prioridades pelas massas populares, de igualdade e de justiça sociais, de solidariedade..." (Idem, p. 39).

Esse "terceiro modelo" - unidade entre o planejamento democrático e um controle adequado pelas massas e pelo mercado - significaria uma "virada importante da história" e tornará os socialistas "invencíveis" (Idem, ibidem).

Para MANDEL os que apregoam a **falência do socialismo** não compreendem nada do que se passa no mundo há mais de 150 anos: a existência de milhões de socialistas e comunistas em todo o mundo não está em função dos acertos e erros do "mundo socialista", mas porque a sociedade capitalista implica males insuportáveis, no nível do estômago, do coração ou do espírito.

> "Enquanto o capitalismo subsistir, com suas contradições, suas crises e suas injustiças insuperáveis, haverá milhões de socialistas..." (Idem, ibidem).

Na mesma perspectiva analítica de Mandel está REIS FILHO, que também entende que não se pode falar de falência ou morte do socialismo, pois ele sequer chegou ainda a ser implantado. A partir desse entendimento defende a necessidade de que se efetive uma **revolução na revolução**, o que significa não apenas reformular a política econômica ou a estrutura política: é preciso formular alternativas para problemas qualitativamente mais complexos.

> "Não há receitas à vista. Mas talvez já possamos extrair uma lição maior: a necessidade de recuperar o socialismo como um sistema baseado simultaneamente na igualdade e na liberdade. E, no mesmo movimento, reconhecer sempre que, sob nenhuma hipótese, devemos formular projetos para os trabalhadores que não passem pela expressão de sua vontade e de sua consciência." (REIS FILHO, D.A., 1989, p. 8).

Uma postura intermediária entre a segunda e a terceira forma de analisar a problemática atual do socialismo, é encontrada nos pontos de vista de Michael LöWIE, expressos em seu artigo *"Ocho tesis sobre la crisis del "socialismo real"*.

Sua primeira tese defende a interpretação que não se pode falar na morte do socialismo ou do comunismo "pela simples razão de que ainda não nasceram".

> "(...) Isso que a direita chama "Estados Comunistas, e a doutrina oficial do Leste "Socialismo realmente existente", constituem um conjunto de sociedades pós-capitalistas que aboliram a propriedade dos principais meios de produção, mas que estão ainda muito longe do **socialismo**, isto é, de uma sociedade onde os produtores associados são os donos do processo de produção, uma sociedade fundada sobre a mais ampla democracia e sobre a autogestão econômica e política, uma sociedade liberada de toda exploração e opressão de classe, de etnia ou de sexo." (LÖWIE, M., s/d, p. 24).

Para Löwie, e está é sua 2a. tese, o que a imprensa reacionária ou liberal chama de "morte do comunismo", não passa de uma forma pela qual buscam legitimar a ideologia dominante, porém que coloca um fato real: a profunda crise das formas autoritárias e burocráticas de transição do socialismo, o monopólio do poder pela "nomenklatura", a ditadura sobre as necessidades e a economia de imposição, nascidas do modelo stalinista implantado na URSS entre os anos 20 e 30 (Idem, ibidem).

Um terceiro aspecto é que essa crise se apresenta, na URSS, "de um modo mais positivo": após muitas décadas de controle burocrático, se assiste a um vigoroso processo de desmantelamento da hierarquia stalinista, realizado pela dialética (unidade contraditória) entre as reformas pelo alto - promovidas por Gorbatchev e equipe - e um movimento democrático pela base - as frentes populares, os clubes ecológicos, socialistas e reformadores e a mobilização das nações periféricas (Idem, ibidem).

A quarta tese de Löwie apresenta, como resultado das lutas políticas e sociais que se desenvolvem na URSS e outras sociedades pós-capitalistas, as alternativas - vias de saída - ao modelo stalinista: a) "conservação do velho sistema" (caso tcheco); b) a manutenção do sistema político - isto é, a ditadura burocrática - combinado com reformas de mercado bastante profundas ("modelo Deng-Xiao-Ping"); c) "a democratização relativa das estruturas políticas e a introdução de mecanismos de mercado na gestão econômica" (URSS, Polônia, Hungria); d) "uma democratização à ocidental e o estabelecimento integral da economia de mercado" (programa de oposição - Polônia e Hungria); e) "a democratização geral do poder político e uma planificação democrática da economia, fundada sobre a autogestão" - programa de sindicalistas e opositores socialistas na Europa do Leste, com simpatia de setores do PC (Idem, p. 25).

Contrariando as afirmações da imprensa liberal, dos economistas burgueses e dos governos ocidentais, "o capitalismo, a economia de mercado e o sistema de lucro não constituem a única alternativa possível...". Existe para Löwie - e é sua 5a. tese -outra via:

> "... a da democracia socialista, isto é, a autogestão generalizada (da base para cima), a planificação democrática pela própria sociedade, que determine livremente, depois de um debate aberto e pluralista, as principais alternativas econômicas, as prioridades na inversão, as grandes linhas da política econômica." (Idem, p. 25).

Em sua 6a. tese, o autor defende que, contrariamente ao que afirmam economistas e dirigentes reformistas, não há necessariamente nenhuma relação direta e

lógica entre reformas econômicas de mercado e democracia política. Se é verdadeiro que as reformas de mercado podem resolver **transitoriamente** certos problemas criados pela planificação, é preciso reconhecer que **elas também criam problemas novos**, igualmente graves: desemprego, êxodo rural, corrupção, desigualdades sociais crescentes, regressão de serviços sociais, elevação da criminalidade, submissão da economia ao capital imperialista e à imposição dos bancos internacionais (Idem, ibidem).

Ainda que os crimes cometidos pelos regimes burocráticos das sociedades pós-capitalistas, tenham provocado graves danos à idéia de um futuro socialista e favorecido a adesão de significativos setores da população à ideologia capitalista, para Löwie não há como apagar nos trabalhadores a aspiração por uma sociedade livre e igualitária:

> "... a aspiração a uma sociedade livre e igualitária, a uma democracia socialista e à autogestão, estão profundamente enraizadas dentro dos trabalhadores, em ambos os lados das fronteiras entre os blocos. Desde este ponto de vista, o socialismo e o comunismo... não estão "mortos" senão que conservam a mais viva atualidade." (Idem, Ibidem).

Finalizando o artigo (8a. tese), Löwie conclama a esquerda a fazer uma "crítica implacável do que existe". Insistindo que ainda não existem respostas claras para muitos dos problemas sobre a transição ao socialismo, conclui afirmando que "ninguém pode pretender o monopólio da verdade". As questões que comunistas e socialistas enfrentam "demandam um debate pluralista e aberto, um processo de aprendizagem recíproco" (Idem, ibidem).

3.3. Crise socialista: morte ou renovação?

Após esse mapeamento de algumas das posições manifestas sobre a crise do socialismo ou, como preferem alguns "crise do Leste Europeu", é importante que se verifique se **realmente** se pode falar em **crise** e buscar entender a direção apontada pelo processo histórico em curso.

Segundo o dicionário, o termo "crise" significa um processo de mudança rápida, condicionada por um agravamento da conjuntura; situação política de difícil preservação do governo; ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa.

> "**CRISE**:... conjuntura perigosa; momento decisivo; ... situação política do governo, cuja conservação enfrenta obstáculos difíceis; (Econ. Polít.) ponto de transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão ou vice-versa; (Sociol.) situação social decorrente da mudança de padrões culturais." (BUENO, F. S., 1981, p. 313).

Para a tradição marxista, ainda que ela tenha utilizado o termo "crise" enquanto instrumento de análise da **sociedade capitalista**, pode-se identificar um conteúdo geral para o conceito, pelo qual a crise é concebida como o colapso dos princípios básicos de funcionamento da sociedade (BOTTOMORE, T.1988, p.83). Com tal sentido, o termo crise encontra-se geralmente vinculado ao de **revolução**, considerada como locomotiva da história, seguindo a postura assumida por Marx em **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**:

> "(...) As revoluções são as locomotivas da história."
> (...) Só é possível uma nova revolução em conseqüência de uma nova crise. Mas uma é tão certa

quanto a outra..." (In: MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 178 e 189, respectivamente).

Pelo conteúdo dado ao termo, crise é identificada com os processos de mudança ou transformação histórica da sociedade e, portanto, de revolução das bases de existência de uma formação social, qualquer que seja ela. Assim entendido o termo **crise**, não há para a concepção materialista dialética da história outra forma de entendê-la senão vinculando-a aos processos de transformação social: a **crise** é, neste sentido, uma das formas de manifestação da **contradição** existente no mundo.

Embora Marx e Engels, e também os principais clássicos do marxismo, tenham se dedicado fundamentalmente à análise dos processos contraditórios e da crise **da sociedade capitalista**, não se pode esquecer que o princípio da contradição é um dos pilares fundamentais da concepção materialista dialética e que, por isso mesmo, é uma categoria explicativa válida para a análise da realidade social, qualquer que seja ela.

> "Todos os processos que constituem a realidade social explicam-se... pela contradição. (...) Desde a comuna primitiva, até a sociedade socialista e comunista, é a contradição o motor da história, e as lições consagradas ao materialismo histórico analisarão, de mais perto, esse movimento. ..." (POLITZER, G., s/d., p. 83-84).

Com o conteúdo exposto, **a palavra crise é perfeitamente aplicável ao que aconteceu (e ainda está em processo) no chamado "mundo socialista"** e tudo leva à indicação de que se trata de uma profunda crise econômica, social e política, que se estende também para os planos ideológico e cultural, moral, científico, etc. (GORENDER, J., 1989, p. 9; MANDEL, E., 1990, p. 34; HOBSBAWM, E.. 1990, p. A-3). Reconhecer

a existência de crise no socialismo, é encarar e aceitar com objetividade os processos históricos: as sociedades, por serem historicamente determinadas, não se moldam de acordo com as ideologias, com as utopias e com o que cada pessoa considera como sendo o mais importante, o mais desejado (FERNANDES, F., 1991).

A caracterização pura e simples da crise do "mundo socialista" e o seu reconhecimento, porém, não é suficiente para a compreensão dos problemas que as sociedades socialistas enfrentam hoje. Uma análise que se pretenda profunda tem, necessariamente, que passar pela análise dos processos revolucionários dessas sociedades. Mas, como bem destaca Eric HOBSBAWM, a análise da crise socialista e dos processos revolucionários iniciados em 1917 pouco contribuem para a compreensão da história do século XX se não se levar em conta que o capitalismo global e a sociedade burguesa, em sua versão liberal, caiu a partir desse momento e que nos anos seguintes o capitalismo tem tropeçado de uma catástrofe para outra (HOBSBAWM, E., 1990, p. A-3).

Um exame sumário dos processos revolucionários, tomando por base as afirmações de Daniel Aarão REIS FILHO, revela que as "revoluções socialistas" não se tornaram vitoriosas como produto de lutas sociais que tinham um manifesto projeto estratégico/tático de construção do socialismo: para amplos movimentos sociais que possibilitaram a revolução, não estava em jogo os pressupostos, objetivos e mesmo o significado histórico de um processo revolucionário socialista (REIS FILHO, D., 1989, p. 5). Para Daniel Aarão REIS FILHO, os principais aspectos dos

processos revolucionários socialistas podem ser assim sintetizados:

> "Considerando os limites de nossa análise comparativa, destacaríamos os seguintes aspectos comuns aos processos revolucionários socialistas: a Revolução torna-se vitoriosa em virtude da convergência de movimentos sociais objetivos, cujas reivindicações são negligenciadas ou simplesmente recusadas pelas várias modalidades de "antigos regimes", que são varridos do mapa político, pagando o preço de sua intransigência. Uma vanguarda marxista-leninista (nem sempre sob a forma de partido), ou que se torna marxista-leninista (caso cubano), empolga a direção do processo **porque** assume as bandeiras dos movimentos sociais. Ou seja, a Revolução instaura-se como produto de uma aliança de classes, em torno de um programa delimitado. Mas a **realização** do programa implica, dadas as circunstâncias em que se processa a luta de classes, a destruição das antigas classes dominantes. A consolidação da Revolução vitoriosa se faz simultaneamente ao aparecimento de uma contradição imprevista: na base da sociedade, os movimentos sociais digerem suas vitórias conquistadas na luta; na cúpula, uma vanguarda estruturada alimenta um projeto histórico - a construção do socialismo. Ora, esse projeto não passou ainda... pelo consenso das forças sociais que **fizeram** a Revolução.(...)" (Idem, p. 6).

É evidente que o autor não está tratando de forma generalizada a formação do socialismo nos diferentes Estados, mas buscando estabelecer os ***aspectos comuns*** dos processos denominados de **revolucionários**. Neste sentido, o Leste da Europa apresenta um quadro mais complexo, impossível de ser analisado como um bloco, o que não impede, porém, o reconhecimento de que seria difícil imaginar a vitória revolucionária nesses países, sem contar com a presença do Exército soviético **dentro** de suas fronteiras. Numa situação de guerra e imediato pós Segunda Guerra Mundial, a questão nacional jogou um peso decisivo na mobilização das vontades em prol da liberdade e independência; num momento seguinte, a sombra do Exército vermelho protegeria o **devir**

socialista da independência e dessas revoluções.

Resguardadas as especificidades de cada situação e de cada processo revolucionário, no tempo e espaço, pode-se afirmar que o "modelo soviético" **fez escola**: estatização da economia, planejamento centralizado, ênfase no desenvolvimento da indústria pesada, cumprimento de metas que freqüentemente não levavam em conta os interesses imediatos da população, coletivização da terra, limitação das liberdades políticas, monopólio da informação e da vida política pelo partido de vanguarda marxista-leninista... (Idem, p. 5-6).

Evidentemente, houve revoltas populares contra a implantação do "modelo soviético": os campos de trabalho forçado, a existência e importância da polícia política e o emprego da censura atestam a existência de lutas de resistência que a "abertura política" tem ajudado a desvendar. Seria, porém, um contra-senso imaginar que o paradigma soviético implicou somente a imposição de uma nova estrutura econômica, política, social e cultural: é preciso reconhecer, também, que os países socialistas conheceram um processo notável de modernização e não faz o menor sentido imaginar que esse desenvolvimento foi conquistado exclusivamente pelo uso da repressão. Muitos setores da população foram efetivamente cooptados política e ideologicamente para a implementação de medidas revolucionárias e razões para isso não faltaram: em primeiro lugar, foi muito forte e mobilizadora a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e igualitária ("de uma nova sociedade e de um novo homem"), sem os vícios e defeitos das sociedades baseadas na exploração; em segundo lugar, as ameaças de agressão externa serviram de forte

elemento de coesão do povo em torno da defesa da nação e dos ideais revolucionários; finalmente, não se pode negligenciar que os governos "socialistas" implementaram uma série de reformas sociais básicas: educação e saúde gratuitas, em todos os níveis e para todos; melhorias significativas nos transportes coletivos públicos; habitação precária, porém barata; alimentação básica, geralmente racionada, mas não a fome; emprego para a maioria dos trabalhadores e, em alguns países, para todos.

Como bem salienta REIS FILHO, de uma forma ou outra os países socialistas cresceram, desenvolveram e se modernizaram. Não há como compará-los com outras sociedades em que vigoram regimes capitalistas avançados: o marco principal de comparação encontra-se no próprio passado dessas sociedades (Idem, p. 7-8).

O reconhecimento de que houve desenvolvimento econômico e avanços nas condições de vida social nos países socialistas, implica também na admissão de que o modelo econômico adotado desde os anos 30, terminou desembocando na crise do final da década de 70 e início da década de 80. **No plano econômico:** entrou em crise o planejamento econômico burocrático que acabou conduzindo à baixa produtividade, absenteísmo, desabastecimento crônico de bens de consumo, atraso tecnológico para os setores produtivos. **No plano político:** entrou em crise o modelo de partido único absoluto, de partido único fundido com o Estado gigante e que, além das atribuições políticas e administrativas do Estado, tem o controle estrito de toda a economia e que conduziu os estados a terem uma estrutura política

monolítica, esclerosada, vitrine de corrupção endêmica, falta de representatividade das lideranças políticas e sindicais "oficiais". **No plano sócio-ideológico:** entrou em crise o sufocamento da vida social e cultural, o atraso científico e tecnológico, o dogmatismo monótono de um pseudo modelo teórico-metodológico falsamente denominado de materialista-histórico; os privilégios da burocracia, e, enfim, um profundo questionamento da ideologia dominante.. cada vez mais confrontada pela "sociedade de comunicações globais", da mídia e de um mundo transnacionalizado. Entrou em crise o **modelo stalinista**, implantado desde o final dos anos 20 e sobretudo nos anos 30...

Essa profunda crise estrutural do chamado "modelo stalinista" pode ser resumida, por sua forma manifesta no final da década de 1980 e início de 90, no fato da burocracia (**Nomenklatura**) ter perdido sua legitimidade política aos olhos das massas e, inclusive, para boa parte dos membros dos PCs no poder. A partir disso, passou a provocar reações, mobilizações e manifestações de caráter popular, pelas quais reivindicavam uma mudança radical do regime sócio-político-econômico (MANDEL, E., 1990, p. 34).

Essa movimentação provocou, concomitantemente, reações por parte da burocracia no poder. Essas reações variaram (e tem variado) de país para país e, de forma geral, oscilaram entre a repressão violenta das mobilizações e a perseguição de sua liderança (tal como se verificou recentemente na China); à concessão de programas de reformas econômicas e políticas (como as em processo de implantação na URSS); ou, enfim, à restauração

pura e simples do capitalismo (como ocorreu com a integração da RDA à Alemanha).

Qualquer que seja a forma assumida pelos diferentes movimentos, as possibilidades que o recente processo histórico oferecem, apontam para algumas direções que não estão, ainda, do ponto de vista histórico, suficientemente delineadas: o primeiro projeto político básico, aponta para a restauração do capitalismo, sendo o projeto que neste momento está mais na ofensiva (como no caso do bloco Soviético); um segundo projeto, aponta para um regime reformado que, apesar de se constituir a curto-prazo no prolongamento da dominação burocrática, possui uma base social forte, em condições de impor uma direção que restabeleça condições mais seguras para a existência de um regime socialista democrático (como parece exemplificar a situação na China); uma terceira possibilidade, que vai diretamente ao encontro do sonho de significativos contingentes populares em construir uma sociedade mais justa e igualitária, mas que tem a menor força política prática, reside na conformação de um novo poder popular, revolucionário e democrático.

Embora seja difícil fazer um prognóstico seguro, as tendências históricas postas pelo presente processo histórico parecem indicar, a curto prazo, para o fato do movimento de massas poder sofrer fracassos, mas, a longo prazo, nenhuma tendência é irreversível. Tendo em vista as correlações de forças sociais e a dinâmica política de cada país, uma ampla restauração capitalista enfrentaria, já a curto e médio-prazos, alguns problemas: primeiramente, não se pode deixar de lado o fato de que em todos os países do "mundo socialista" os trabalhadores

tiveram, real e efetivamente, muitas conquistas sociais e nada indica que estejam dispostos a delas abrirem mão[02]. Em vista dessas "conquistas sociais", uma restauração capitalista teria que pressupor a entrada maciça de capital internacional, de forma a originar novos países capitalistas dependentes, nos quais, contraditoriamente, fosse possível salvaguardar os direitos sociais da população.

Toda essa situação, que envolve simultaneamente investimentos maciços de capital, de restaurar novos espaços de dependência capitalista e a manutenção das conquistas sociais, enfrenta um enorme problema: desde meados dos anos 70 o capitalismo mundial vive uma longa crise depressiva... Unida à própria crise do "bloco capitalista", o capital financeiro internacional enfrenta outro problema: investir em países com uma situação política tão instável é um investimento de alto risco... que irá depender, de qualquer forma, da capacidade de investimento do capital financeiro internacional e da possibilidade de tais investimentos trazerem algum retorno ou dividendo[03].

Apesar da maioria dos países capitalistas estarem enfrentando essa crise depressiva e de ser duvidosa a disposição de que ocorram investimentos maciços de capital, a imagem ideológica que continua a ser projetada, tanto nos países capitalistas, quanto nos países socialistas, é a do capitalismo como uma forma econômica marcada pela eficiência e pela prosperidade - ao contrário do comunismo e sua mais absoluta carência e falta de liberdade. Dada a força propagandista de "eficiência e prosperidade", com o forte apelo consumista em

sociedades marcadas pela escassez, não fica difícil entender o forte poder de atração exercido pelas forças políticas pró-capitalistas no interior de muitos dos Estados socialistas.

É exatamente todo esse quadro que reafirma o ponto de vista antes explicitado de que **é difícil qualquer prognóstico**: a restauração capitalista é, sem dúvida, uma possibilidade; essa possibilidade, porém, convive com a manutenção de países socialistas, tenham eles um perfil reformista ou revolucionário, e com a possibilidade de ocorrência de novas ondas de manifestação popular, agora com um caráter reivindicativo de melhores condições de vida e trabalho (que garantam e, no extremo, ampliem as conquistas sociais) nos países recém "recuperados" para a "eficiência e prosperidade capitalista" (vide a Nota 02). Além dessas direções, não pode ser deixado de lado o fato de que a aspiração por uma sociedade livre, mais justa e igualitária, está profundamente enraizada no movimento proletário internacional e nada indica que tenha perdido vitalidade.

Face ao exposto, no qual se mescla o real quadro de crise socialista e o anúncio bombástico do "fim do socialismo", é preciso perguntar: **há algum futuro para o socialismo?**

Ainda que uma resposta satisfatória para a questão do socialismo dependa, em termos históricos, dos rumos que a atual crise dos Estados socialistas venha a tomar, é preciso explicitar que o socialismo, enquanto tal, é um ideário que acompanha a reflexão humana (primeiro sob a forma religiosa e,

depois, filosófica) há milhares de anos, a ponto de ter-se transformado, em diferentes situações e de forma objetiva e prática, em projeto político e ter estimulado experiências comunitárias e processos revolucionários.

Ainda que os acontecimentos recentes do leste europeu estimulem muitos a declararem a morte do socialismo, não dá para eternizar nenhuma forma de sociedade: o capitalismo, como outras formas de organização da sociedade, é histórico e, por isso, transitório. A rigor, em vista do próprio desenvolvimento histórico do capitalismo, que promessa ou esperança ainda pode haver num regime que, por seus fundamentos, coloca na miséria e marginalidade a maior parte da população? Essa e outras questões é que recoloca, hoje como ontem, o socialismo na ordem do dia: o socialismo "está mais vivo do que nunca" e "volta a ser a promessa pura e completa ... enquanto o capitalismo já não é mais promessa de nada", usando as palavras de Florestan Fernandes (FERNANDES, F., 1991, p. 21).

Para além da queda do muro de Berlim e do colapso do "socialismo realmente existente", o debate sobre o socialismo se coloca na ordem do dia por motivos de caráter eminentemente históricos, **relativos ao desenvolvimento do próprio capitalismo**, como bem destacou Francisco de Oliveira:

> "... a questão teórica do socialismo se põe com tanto mais pertinência precisamente porque o capitalismo avançou no sentido daquilo que supúnhamos premissas teóricas do socialismo...
>
> De fato, algumas das transformações mais importantes do sistema capitalista vão na direção daquilo que eram supostos da construção do socialismo. Para além da queda do Muro de Berlim, nossa perplexidade decorre do fato de que, pelo processo dinâmico do capitalismo e das forças sociais, chegamos a certos estágios que, nos velhos

comícios, deixávamos 'para quando o socialismo chegar'..." (OLIVEIRA, F., 1991, p. 6-4).

É evidente que não se está defendendo uma visão simplista-catastrófica que visualiza nessa crise capitalista, bem como nos acelerados processos de transformação em curso, a liquidação ou derrocada desse regime de produção.

NOTAS AO CAPÍTULO 3

01. O assunto tratado neste item foi escrito entre meados de 1989 a julho/92, ainda no calor dos acontecimentos do chamado "colapso do socialismo". Sua redação foi gradativa e pontual, realizada no interior do projeto de pesquisa descrito na introdução deste trabalho, e se deu pela incorporação das notícias e artigos que buscavam refletir sobre a questão. Ainda em uma versão prelimilar foi apresentado no "I Congresso de Educação para Integração da América Latina no Brasil", promovido pelo CILA: Comitê para Integração Latino-Americana, no período de 26 a 29 de agosto de 1992, na UNIOESTE - FACIMAR, em Marechal Cândido Rondon-PR, na mesa de debates "Marxismo e socialismo na América Latina", no dia 27/08/92.

Foi incorporado como uma das temáticas do presente trabalho, sem significativas alterações, daí sua forma de apontamentos (vide a Nota 04 do Capítulo 2). Recentemente tem circulado vários livros e coletâneas - que buscam uma análise globalizante da questão e a indicação das alternativas viáveis e possíveis para a construção de uma nova sociedade - entre os quais se destacam a coletânea de Robin BLACKBURN, *Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo*, com artigos de pesos-pesados como Norberto Bobbio, Ralph Miliband, Jürgen Habermas, Edward Thompson, Fredric Jameson e Eric Hobsbawm (BLACKBURN, R., 1992); e o livro de Robert KURZ, *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*, que no Brasil foi dado a conhecer por vários artigos na grande imprensa, principalmente os escritos por Roberto Schwarz (KURZ, R., 1992).

Apesar desses trabalhos recentes, o conteúdo descritivo e analítico do que escrevi mantém sua atualidade.

02. As constantes mobilizações populares de comunistas na Rússia (bem como nos demais antigos Estados Socialistas) parecem indicar claramente as dificuldades que uma ampla restauração capitalista vem enfrentando nesse Estado. Referindo-se às recentes manifestações públicas em Moscou, contra o governo de Ieltsin, a imprensa destaca que "10 mil pessoas participaram... de uma passeata de comunistas contra Boris Ieltsin"; mais que isso,

registra a crescente onda comunista que varre o Estado russo: escreveu o articulista que "o comunismo parece estar de volta no visual de Moscou", referindo-se ao fato de "bustos de Lênin começam a ser vendidos e broches com a foice e o martelo voltaram a enfeitar golas e chapéus". Passada a onda de hecatombe do comunismo, fala-se na sobrevivência do comunismo e de "algumas cifras" que indicam um novo avanço desse movimento: "527 mil se reinscreveram no partido de um ano para cá" (citados da **Folha de S. Paulo**, 24/março/1993, p. 2-10).

03. Um indicador das dificuldades que a Rússia, sob o comando de Boris Ieltsin, tem enfrentado na obtenção de financiamentos internacionais, é demonstrada pela recente reunião de cúpula (entre EUA e Rússia) para discutir a renegociação da dívida russa e obter créditos em dinheiro novo (**Folha de S. Paulo**, 04/abril/1993, p. 3-1). Referindo-se às dificuldades dos EUA para a concessão de empréstimos à Rússia, além da oposição dos americanos, a imprensa tem registrado as dificuldades da economia americana e internacional; face a uma tal situação, o que o presidente americano Clinton faz é "... falar muito sobre a necessidade de se auxiliar a Rússia e colocar o mínimo possível de dinheiro" (**Folha de S. Paulo**, 03/abril/1993, p. 2-11). Referindo-se à ajuda financeira que os Estados Unidos vem prestando aos ex-países comunistas, o chanceler alemão, Helmut Kohl, afirmou que não são mais do que "uma gota d'água no oceano" (**Folha de S. Paulo**, 06/abril/1993, p. 2-10).

CAPÍTULO 4. DA CRISE SOCIALISTA À MORTE DO MARXISMO: do debate recente às velhas questões

No capítulo anterior, busquei recolocar o debate sobre o socialismo como uma das questões polêmicas levantadas pelas concepções pós-modernistas. Iniciei o capítulo por uma retomada das principais questões teórico-metodológicas que as "novas" abordagens (científicas, filosóficas, históricas, literárias, etc.) fazem quanto ao fazer científico do historiador. Em função de seus pressupostos, reafirmei a relação dessas "novas" concepções à postura pós-moderna, às suas matrizes historiográficas e ao ressurgimento de uma nova onda irracionalista. Declaram os pós-modernistas que suas posturas (isto é, o aparecimento do pós-modernismo) tem muito a ver com as crises características da contemporaneidade e que é delas que emergem seus grandes questionamentos: na crítica radical tanto ao socialismo realmente existentes - ou no "modelo leninista de organização política, canonizado pela Terceira Internacional", como prefere denominar ZAIDAN FILHO (1989, p. 19) - quanto com às "teorias da História que reivindicam a razão", notadamente o marxismo (Idem, p. 19 e 25).

Partindo desse entendimento, fiz no segundo capítulo uma exposição do debate contemporâneo sobre a chamada "crise socialista" - no interior do qual se expressam as várias direções dessa polêmica: da decretação pura e simples da "morte

do socialismo" à proclamação de que o socialismo ainda não foi sequer implantado; feita essa exposição, coloquei-a em contraste com os debates históricos sobre o tema. A partir dessa dupla tematização, pretendi deixar patente que - apesar das declarações de pós-modernidade dessa problemática - ela somente tem a *aparênmcia* de um debate atualíssimo (notadamente, por estar colado aos conjuntos de acontecimentos que culminaram com o "fim do socialismo realmente existente").

Assim, contrariamente ao entendimento de que essa problemática é pós-moderna, busquei deixar patente que são questões que deitam suas raízes na modernidade: o conteúdo do "debate recente", em contraste com as "antigas polêmicas" sobre o socialismo, inclusive sobre o "socialismo real", guarda uma profunda relação de continuidade histórica; o que foi mudando foram as formas, animadas que são pelo próprio movimento contraditório da história.

Após ter analisado a problemática relacionada ao socialismo, é hora de novamente voltar ao seio do debate pós-modernista, retomando sua "crítica radical" às "teorias da História que reivindicam a razão" e expressa, particularmente, na crítica ao marxismo.

De modo geral, conforme já observei anteriormente, a crítica pós-moderna ao marxismo é feita a partir da análise sobre a "realidade social da atualidade", no interior da qual se destaca a *crise dos paradigmas*: entendem esses pós-críticos que "a realidade social na atualidade apresenta novidades... incapazes de serem captadas por um referencial holístico da

sociedade como... o marxismo" (cf. EVANGELISTA, J.E., 1992, p. 7). Esse é o significado da chamada "crise de paradigma" - a pressuposição de que uma perspectiva racionalista, realista, objetivista e historicista não é mais suficiente para a construção de um conhecimento sobre uma realidade que mudou substancialmente. É nesse quadro de crise do pensamento moderno que tem sido considerada a "crise do marxismo", ao mesmo tempo em que se busca sua superação por uma "nova" teorização do social.

Em sua análise sobre a chamada "crise do marxismo", EVANGELISTA afirma que, para esses críticos, o equívoco básico do marxismo foi em considerar os limitados acontecimentos relativos à sociedade capitalista, como a "dimensão ontológica" de toda sociedade burguesa (Idem, p. 14), o que tem a ver com as formulações "racionalistas" e "deterministas" do marxismo sobre o processo histórico-social e que se explicam pelo momento em que Marx formulou sua concepção:

> "... Marx viveu numa época em que as idéias e concepções, provenientes da razão iluminista, exerciam grande influência. (...) A teoria marxista estará comprometida com esse modo de pensar, típico dos séculos XVIII E XIX, contendo elementos 'racionalistas' e 'deterministas'. O que levará a uma interpretação determinista da história, onde a consciência e a vontade política não passam de epifenômenos de um ser social, que seria animado por uma teleologia." (Idem, p. 14).

Para os pós-modernistas a crise do marxismo tornou-se aguda e inexorável com os movimentos da década de 60 (estudantil, feminista, homossexual, ecológico, pacifista, etc.) e, junto com eles, acabou sendo expresso por uma profunda mudança de mentalidade. Analisa Evangelista que, com essas mudanças

> "(...) O cotidiano passou a ser descoberto 'enquanto espaço de reprodução da dominação ou de

> resistência contra ela', produzindo-se a 'politização do social' e o 'estilhaçamento da política'. A 'velha política' foi substituída pela 'nova política'... A estratégia de 'tomada do poder' caducou e cedeu lugar à 'contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação'. (...)" (Idem, p. 16).

No quadro desse contexto proliferaram os principais livros/artigos propondo as "novas" abordagens, a "nova" ciência... a "nova" história, conforme destaquei nos capítulos primeiro e segundo. De uma forma geral, os principais trabalhos publicados buscaram em CASTORIADIS, filósofo grego ex-marxista (ou "pós-marxista"), o principal de sua fundamentação teórica. A posição desse autor em relação ao marxismo é arrasadora: para ele, o "edifício teórico do marxismo é insustentável" e a "inteligibilidade que ele fornece do funcionamento da sociedade é limitada e em última instância falaciosa" e, mesmo, "mística"; considera assim que o marxismo "não pode ser efetivamente, doravante, mais do que ideologia no sentido forte da expressão, invocação de entidades fictícias, construções pseudo-racionais e princípios abstratos que, concretamente, justificam e encobrem uma prática social-histórica" (CASTORIADIS, 1985, p. 76 e 77). E mais: se no passado o marxismo teve alguma identificação com movimentos revolucionários, atualmente ele é indiferente e, "na maioria dos casos, é-lhe potencial ou abertamente hostil" (EVANGELISTA, 1992, p. 18-19). O principal foco contra o qual Castoriadis dirige sua atenção é a teoria marxista das classes sociais: para esse autor, nos países de capitalismo avançado a tendência do proletariado é de "se tornar uma 'camada' social numericamente minoritária" que não mais se manifesta como uma classe social. Por esta razão, a

teoria da revolução proletária "revelou-se uma abstração racionalista", posto que baseou-se na centralidade da classe operária no processo de transformação social; para ele "o proletariado desapareceu como sujeito revolucionário privilegiado e sua "luta contra o sistema instituído não é, quantitativa ou qualitativamente, nem mais nem menos importante do que a de outras camadas sociais" (Idem, p. 19). Baseado nesse argumento, Castoriadis defende que "a concepção de um sujeito revolucionário deve dar lugar a uma 'nova' forma de pensar as transformações sociais", não mais baseada na teoria das classes sociais como sujeitos coletivos fundamentais na reprodução ou transformação social, mas "a partir de uma pluralidade de sujeitos sociais igualmente importantes" (Idem, ibidem).

Para Castoriadis a raiz do viés "determinista" e "racionalista" do pensamento marxista está em sua dimensão ontológica; portanto, se a questão está em se "compreender algo sobre o proletariado e sua história", é preciso livrar-se "desses esquemas ontológicos que dominam o pensamento herdado (e seu último rebento, o marxismo)" e buscar "as significações novas que emergem na/e através da atividade dessa categoria social" (CASTORIADIS, 1985, p. 54).

Não é difícil perceber, pelos posicionamentos acíma enunciados, que o palco recente para a explosão contrária ao pensamento moderno e, principalmente, contra o marxismo já estava armado e solidificado há algum tempo. A chamada "falência do socialismo real" nada mais fez, portanto, que *aparentemente* "escancarar as portas" para sua agudização. Assim, na trilha da

crise do socialismo e do alardeamento de sua falência ou morte, há muita gente declarando o marxismo como ultrapassado e Marx como "cachorro morto". Do ponto de vista da direita, que respalda suas análises e seu projeto político em outro tipo de análise teórico-metodológica, é perfeitamente inteligível a decretação da morte do marxismo... e, por isso mesmo, nem merece ser analisada. Mas a apologia da morte do marxismo não vem somente do bloco conservador; muita gente, que se considera ou é considerada como tendo um perfil progressista ou de esquerda, também tem tendido a re-afirmar a morte de Marx ou, na melhor das hipóteses, tem defendido a necessidade de revisão dos pressupostos do marxismo.

Na busca de um maior aprofundamento dessas questões, no primeiro item do presente capítulo[01] farei um mapeando dos principais posicionamentos recentes desse debate no Brasil e, na seqüência, defenderei o ponto de vista que os atuais debates têm somente a *aparência* de contemporaneidade, pois a contestação ao marxismo *é tão antiga* que se remonta ao tempo de Marx e Engels.

4.1. Apontamentos do debate recente: funeral x recriação

Ainda que possa ser considerado prematuro qualquer tipo de pré-julgamento a ideólogos, lideranças políticas progressistas e intelectuais, com relação ao posicionamento que têm assumido diante do marxismo, pois estão ocorrendo no calor da crise e dos acontecimentos conjunturais do Leste Europeu - e podem revelar precipitação em alguns casos e puro oportunismo em

outros - estes posicionamentos são úteis para mapear as principais posições que têm sido manifestas, o que está posto na seqüência.

Francisco WEFFORT, em entrevista à **Folha de São Paulo** (publicada em 27/agosto/1990, p. A-4), sustenta o ponto de vista de que o marxismo não está superado, porém ao mesmo tempo, como sistema teórico integral, "não se sustenta mais". Tal situação se deve ao fato de que, face à "queda dos regimes do socialismo burocrático", o marxismo enfrenta desafios que não se esperava.

O principal desafio apontado por Weffort é que o marxismo tinha "duas grandes imagens da transição para o socialismo: a transição nos países do capitalismo moderno... e uma idéia da transição para o socialismo nos países atrasados" (Idem, ibidem). O desafio está no fato de que a transição dos países modernos não ocorreu e nos países atrasados "deu no que deu": o marxismo, por isso, enfrenta o desafio de construir uma nova teoria da transição para o socialismo".

Ao desafio de construir uma nova teoria da transição, Weffort aponta "uma crise na noção de luta de classes para os países modernos". Seu ponto de vista é de que a teoria da luta de classes continua atual para os países atrasados, mas que "é um exagero" para explicar a situação dos países modernos, como a Alemanha Ocidental ou Suécia: "não é que não haja luta de classes" nesses países, "só que ela aparece de um modo muito localizado" (Idem, ibidem).

Outra noção que precisa ser reexaminada, para

Weffort, é o imperialismo. Para o autor, o conceito manejado nos anos 60 "era o de que o imperialismo promove o desenvolvimento do subdesenvolvimento" (Idem, ibidem). No atual momento, um dos problemas do subdesenvolvimento é que os países modernos não mais se interessam pela aplicação de capitais em países atrasados. Essa circunstância leva o autor a concluir que "esse tema tem que ser reexaminado também".

A "queda dos regimes do socialismo burocrático", juntamente com esses problemas ou desafios que a teoria marxista enfrenta, leva o autor a afirmar que "a idéia do marxismo como um sistema teórico integral não se sustenta mais". Isso não significa para o autor que o marxismo está esgotado, pois "como teoria tem um pé muito forte na história", mas indica que ele deve se tornar cada vez mais plural:

> "(...) Acho que o marxismo deve se tornar cada vez mais plural. Em vez da concepção da sociedade capitalista como um sistema, teremos uma variedade de teorias de inspiração marxista." (Idem, ibidem).

Com relação à concepção de socialismo, Weffort identifica mais um ponto problemático no marxismo, na medida em que este teve a pretensão de superar a concepção do "socialismo utópico" por uma do "socialismo científico". O problema, para o autor, não está na utopia, mas na tentativa "de casar uma idealização do futuro com uma concepção científica".

Rejeitando a noção de "socialismo científico" (vinculada à idéia de que "necessariamente, pelo processo histórico, chegaremos ao socialismo"), Weffort se coloca partidário do "socialismo de autogestão" ou "socialismo democrático" - que não passa para ele da "social-democracia" e,

até mesmo, da aceitação da "idéia de conviver com o mercado", de ter empresariado e burguesia, mas na qual os trabalhadores exerçam uma função hegemônica na sociedade (Idem, ibidem).

Para Ozeas DUARTE, qualquer crítica ao "socialismo real", principalmente se pretende ser ampla e contribuidora para a reconstituição do projeto socialista, tem que se sustentar numa *crítica ao marxismo ortodoxo* (DUARTE, O. 1990, p. 46 e 47). Sem negar o marxismo e declarando estar Marx ainda vivo (e por incrível que pareça, dizendo basear-se em Agnes Heller), o autor advoga a necessidade peremptória do marxismo possuir um caráter plural:

> "... ao situar o foco da discussão sobre o "socialismo real" nesse terreno, se exige, simultaneamente, a afirmação peremptória do caráter plural do marxismo. Podemos dizer, com Agnes Heller... que "Marx é tão vivo ainda hoje precisamente porque experimentou até o fundo as mais diversas alternativas". Se a corrente de pensamento que ele fundou ainda oferece fecundidade para a apreensão dos problemas modernos, isso resulta da sua pluralidade interna e da sua abertura para discutir os próprios pressupostos. (...)" (DUARTE, O., 1990, p.46-47).

Após expor o que considera como os principais aspectos problemáticos do que denomina de "marxismo ortodoxo"[02] - que na verdade não passam dos principais pontos do "marxismo" terceiro internacionalista (que a rigor nada tem de "ortodoxo") - conclui que esta "foi a concepção efetivamente aplicada na União Soviética e em outros países", pelo que se pode compreender o motivo das coisas terem ocorrido no sentido oposto, caracterizado pelo gigantismo, pelo corporativismo, pela burocracia e pelo totalitarismo (Idem, p. 47).

Com base nesses argumentos, Ozeas DUARTE reafirma sua convicção de que

> "a crise do "socialismo real" é, antes de tudo, uma crise do marxismo ortodoxo... O marxismo ortodoxo - filosofia oficial do "Estado Soviético" e seus assemelhados - não passa, hoje, de uma filosofia do conservadorismo burocrático. O título não a salva da condição de filosofia reacionária, uma escolástica cuja função é justificar a opressão e a alienação política do povo." (Idem, p. 48).

A crítica ao "marxismo ortodoxo", juntamente com a reafirmação do caráter plural do marxismo, conduz o autor a propor a formulação de *uma alternativa revolucionária humanística e universal", de caráter antideterminista e libertário*, que "possa e deva", antes dos indivíduos, "por um Absoluto que anteceda os indivíduos; que, ela própria, por isso, seja também um Absoluto." (Idem, ibidem).

Essa concepção libertária, humanística e universal deverá eleger a noção de hegemonia como categoria central de sua política revolucionária. Para DUARTE, deve-se seguir os caminhos já abertos por Gramsci, pelo qual emergirá um *novo Estado socialista*: "democrático e de direito, submetido a uma sociedade civil autônoma e plural, bem desenvolvida e articulada" (Idem, ibidem).

Para FREI BETTO a crise do socialismo real "obriga a esquerda brasileira, inclusive a Teologia da Libertação... a revisar sua concepção de socialismo e a rever os fundamentos do marxismo" (Frei Betto. O fracasso do socialismo alemão e os desafios à esquerda. p. 3). Sua preocupação em rever o marxismo é posta como resultado da própria mobilização dos trabalhadores que recolocaram várias questões de fundo que exigem resposta. Uma tal

afirmação poderia soar como anticomunista, mas Frei Betto salienta que essas indagações partem até mesmo de teóricos marxistas da Academia de Ciências da RDA:

> "(...) Quando se depara com teóricos marxistas da Academia de Ciências da RDA e dos institutos de marxismo-leninismo - que dedicaram suas vidas a propagar a convicção de que o materialismo histórico e dialético captou as inexoráveis leis do processo social, entre as quais a irreversibilidade do socialismo - admitindo que, em poucas semanas, toda essa catedral de conceitos tombou como um castelo de cartas... é preciso deixar de lado o caráter religioso que reveste a ideologia marxista e indagar quais são seus pontos vulneráveis..." (Idem, p. 4).

Outra circunstância leva o autor a refletir sobre o marxismo: o fato dele ter se transformado numa "espécie de religião secularizada", com ortodoxia e sacerdotes, que deixou de ser uma ferramenta revolucionária para a análise e transformação histórica.

> "(...) O marxismo-leninismo deixou de ser uma ferramenta de transformação da história para tornar-se uma espécie de religião secularizada, defendida em sua ortodoxia pelos sacerdotes das escolas do partido e cujos princípios eram ensinados como dogmas inquestionáveis. No sistema educacional, a ortodoxia virou ortofonia - às portas do século 21, repetia-se nas salas de aula da RDA, onde o aprendizado do russo era obrigatório, o monismo do manual de Plehanov, "A Concepção Materialista da História", de 1895, e as lições mecanicistas da "História do Partido da União Soviética", publicada por Stálin em 1938. Em suma, *em nome da mais revolucionária das teorias políticas surgidas na história, ensinava-se a não pensar*. ... Trotsky, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Gramsci, eram nomes que suscitavam repulsa. Aprendia-se o marxismo como se hoje um seminarista estudasse a teologia do Concílio de Trento, ignorando toda a história posterior da Igreja, o Concílio Vaticano 2º. e a Teologia da Libertação." (Idem, p. 5).

Embora as observações de Frei Betto sobre o marxismo parem por aí, nada propondo de forma mais sistemática,

são suficientes para que se subentenda que a revisão do marxismo é posta não somente pela crise do socialismo real, mas também pelo fato de ter se transformado numa "religião secularizada", dogmática, determinista, mecanicista, que em nada contribui para elucidar o processo histórico real e que, por isso, perdeu seu caráter revolucionário. Pelo conteúdo de seus artigos, Frei Betto deixa patente: em primeiro lugar, a necessidade de recuperar os escritos clássicos de Marx e Lenin, em retomar a ortodoxia, por ele confundida com "revisão"; em segundo lugar, incorporar no marxismo toda a contribuição científica posterior aos escritos de seus clássicos; finalmente, re-dotar o marxismo de seu caráter de teoria revolucionária.

Partindo do princípio de que o marxismo não foi ainda esgotado e sequer ultrapassado, mas reconhecendo a necessidade de que o marxismo precisa se desenvolver, através de caminhos múltiplos e do debate livre, por variadas tendências e da competição entre correntes, Jacob GORENDER se questiona, do ponto de vista da esquerda, o que poderia tomar seu lugar? Ele próprio responde:

> "(...) Vale a pena conferir as alternativas oferecidas. A social-democracia? Até hoje as experiências da social-democracia atestam que ela é componente estabilizador do capitalismo. Obtém reformas para os operários - daí seu prestígio nos países desenvolvidos, onde é possível obter tais reformas - mas este processo de conquista de reformas não é ininterrupto, nem consolidado. ... Este processo de reformas cessou e recuou, golpeado pelo desemprego e pela ofensiva dos governos conservadores dos EUA e da Europa. Há dez ou quinze anos, o processo de reformas sociais ficou bloqueado exatamente nos países desenvolvidos. Não, não vamos trocar o marxismo pela doutrina social-democrata... E Então? Trocar o marxismo pelo

> **autonomismo?** Esse neo-anarquismo de salão, que não tem sequer a combatividade do velho anarquismo? Francamente, é ridículo. O autonomismo também já cessou de se desenvolver... **Nem falar de trocar o marxismo pelo pós-modernismo!** Isso seria uma capitulação completa e vergonhosa à ideologia burguesa difundida através da mídia e das cátedras universitárias. (...)" (GORENDER, J., 1989, p. 12).

Conclui GORENDER que o marxismo, com ele o comunismo, continuam a ser nosso objetivo. Tentam decretar sua morte, mas ele não pode ter morrido: por um lado, enquanto concepção teórico-metodológica, não conseguiu ainda ser esgotado e ultrapassado; por outro, porque a forma política apregoada pelo "socialismo científico" concretamente não chegou sequer a existir (Idem, ibidem).

Partindo de uma análise diferente sobre os acontecimentos do "mundo socialista", mas indo no mesmo caminho de reafirmação do marxismo, posiciona-se Augusto de FRANCO. Com relação à situação dos países do Leste europeu, sua posição é de que "não existem no mundo países socialistas"; pode-se falar, no máximo, de sociedades pós-capitalistas, talvez proto-socialistas. O que está acontecendo nos países "ditos socialistas" é "uma insurgência dos de baixo..." contra o modelo stalinista (FRANCO, A., 1990, p. 49-51).

Entendendo que não é o marxismo, enquanto conjunto de teorias científicas, que está em crise, mas sim as velhas formas ideológicas, a tradição doutrinária e dogmática, dos partidos comunistas, o autor reafirma o marxismo:

> "Por que marxismo? Marxismo porque o âmbito teórico no qual se erige qualquer sistema conceitual que tenha como objetivo desvelar as causas da situação de exploração econômica, de opressão política e de

> dominação ideológica e indicar um rumo para a superação dessa realidade ainda é o marxismo...." (Idem, p. 51).

A reafirmação do marxismo para Franco, implica, porém, na necessidade de "ruptura com os velhos dogmas da nossa crença": é o momento de rasgar a cartilha marxista-leninista (com hífen).

> "(...) É tempo de anticartilha marxista-leninista: a história não marcha inexoravelmente para o socialismo... nem, em caso contrário, marcharia para a barbárie. O socialismo não leva inexoravelmente ao comunismo, não é uma necessidade histórica objetiva, não é o desígnio de nenhum deus *ex machina* (nem o cumprimento de nenhuma "lei de bronze da história") - é um projeto humano a realizar (que requer, por certo, condições objetivas), obra exclusiva da revolução social, e esta revolução não constitui um projeto imanente à realidade social: é um ato humano... levado a efeito por um sujeito histórico principal (o proletariado) que tem vocação de hegemonia, mas não tem nenhuma "missão"... e nem é revolucionário simplesmente pela posição que ocupa no modo de produção." (Idem, p. 51-52).

Essa negação do mecanicismo histórico e da "cartilha marxista-leninista", não implica para o autor no abandono do termo comunismo. Ainda que como nome de partido o termo já esteja sendo abandonado, Franco defende "no plano teórico" a manutenção do termo, ainda que ele tenha que ser repensado para que "avance para a modernidade, incorporando resultados de investigações recentes do pensamento filosófico e científico contemporâneo" (Idem, p. 51).

Para concluir este mapeamento das principais opiniões recentes sobre o marxismo, sintetizar-se-ão as observações de Florestan FERNANDES, a partir de entrevista concedida à **Folha de S. Paulo** (04/setembro/1990, p. A-6).

Respondendo a uma pergunta do repórter (Mauro Lopes, da **Folha de S. Paulo**), se ele acreditava que com os últimos acontecimentos do leste europeu o marxismo era, do ponto de vista teórico, um edifício ainda intacto, Florestan recupera uma noção fundamental do pensamento original de Marx e Engels - a unidade entre teoria e prática - e repõe a problemática do pluralismo marxista, observando que ao longo do tempo o marxismo produziu várias correntes teóricas que o enriqueceram, ao mesmo tempo, que o desviaram de seu rumo.

> "... em termos intelectuais não existem edifícios intactos. Até a década de 30 os partidos tiveram grande influência criativa nas evoluções do marxismo. O marxismo se ligou à prática e daí resultaram transformações que o enriqueceram. Posteriormente, sob a influência do conflito entre a Segunda e a Terceira internacionais... o trabalho teórico dos marxistas acabou se transferindo para as universidades, se desvinculando da prática política. A conseqüência é que nós acabamos tendo várias modas sucessivas dentro do que se chamou marxismo ocidental e que divergia muitas vezes do pensamento original de Marx e Engels. (...) Portanto, houve dentro do marxismo várias correntes que, o enriquecendo, ao mesmo tempo desviaram o seu curso." (Idem, ibidem).

Essa afirmação, porém, não significa que Florestan FERNANDES compartilha da idéia de existência de marxismos. Considerando essa idéia como "coisa antiga", insiste na pressuposição de que "para se falar em marxismo", é preciso reconhecer que "existe um núcleo de idéias e concepções fundamentais que não podem ser alteradas" (Idem, ibidem).

Sobre a suposta crise do marxismo, o entrevistado é enfático: crise não indica que o marxismo está em morte, em colapso; muito ao contrário, a crise que está ocorrendo tem um sentido criador. Historicamente já anunciaram várias crises do

marxismo, porém, essas crises eram mais crises de correntes que trabalhavam com o pensamento de Marx, do que uma crise do próprio marxismo. Apesar disso, ele continuou de pé, revelando a grande vitalidade da sua contribuição. Essa reflexão de Florestan sobre a crise/morte do marxismo é completada, em outra entrevista (concedida à revista **Teoria e Debate**), onde defende a clara relação teórico-metodológica e político-ideológica do marxismo com o processo de transformação histórica do capitalismo. Para ele, ao historicizar essa problemática, Marx vincula a crise, a morte e a superação do capitalismo a um contexto social, a partir do qual essas questões independem de vontades individuais ou de grupos (FERNANDES, F., 1991, p. 20).

Sempre buscando contrapor Florestan a Weffort, o entrevistador da **Folha de S. Paulo** questionou sobre algumas das noções e teorias consideradas problemáticas ou ultrapassadas na teoria marxista: a transição do capitalismo para o socialismo, a teoria da luta de classes e a questão do imperialismo. Sem se referir ou atacar Weffort, Florestan buscou, para cada uma das questões, recuperar seu sentido original e, ao mesmo tempo, indicar a sua atualidade.

Com relação à problemática da transição do capitalismo para o socialismo, Florestan observou que essa "não era uma preocupação de Marx" e que Engels, quando tratou a questão, "contrastava o socialismo utópico ao socialismo científico" com o objetivo de "dar a idéia" de que o "socialismo é um processo social", cuja potencialidade de transformação do mundo "não seria produto de um conjunto de princípios políticos, mas uma atividade criadora dos próprios movimentos sociais". A

crise do chamado "socialismo real" tem, portanto, um sentido de desafio à teoria marxista. Esse desafio tem um sentido criador, não indicando que se trata de uma "crise terminal", "colapso" ou "morte" da teoria marxista.

No mesmo sentido, Florestan Fernandes põe o conceito de luta de classes: enquanto houver capital e trabalho, existirá uma equação "que representa a contradição básica e insanável da sociedade capitalista". Se essa premissa não fosse verdadeira, seria preciso...

> "... comunicar à madame Margareth Thatcher que já não existe luta de classes, porque ela assim não precisa se preocupar com problemas como aqueles que enfrentou com os mineiros de carvão." (In: Folha de S. Paulo, 04/setembro/1990, p. A-6).

Quanto à questão do imperialismo, "o problema não está no que nós pensamos", mas "no que o capital estrangeiro realiza dentro do país". Na medida em que "vivemos numa etapa do capitalismo monopolista", este apresenta uma dinâmica que deriva das multinacionais e dos Estados capitalistas centrais que ditam as políticas econômicas: aos países como o Brasil, não resta outra alternativa - "não temos condições de ditar as políticas econômicas". O conceito de imperialismo, assim, não pode ser considerado como extrínseco ao capitalismo monopolista, pois "há imperialismo até na relação entre nações capitalistas".

Concluindo a reportagem, o entrevistador questionou Florestan quanto à "fecundação recíproca até entre o marxismo e o neo-liberalismo". Respondendo a indagação, Florestan ponderou que "nunca foi uma prática de Marx, nem é uma herança da filosofia clássica" a exclusão do pensamento do outro; por isso é que os marxistas não podem se manter distanciados de outras

formas de pensamento. Tendo, porém, considerado o marxismo como uma concepção com vitalidade para superar crises e defendendo a existência de um núcleo de idéias e concepções fundamentais que não podem ser alterados (caso contrário deixa de ser marxismo), Florestan inverte a problemática da crise ideológica: quem ainda não encontrou a expressão ideológica adequada para o capitalismo monopolista - que corresponda ao padrão do imperialismo - foram os ideólogos burgueses. Negando a existência de um neo-liberalismo, arremata afirmando que é o capitalismo que precisa produzir uma nova ideologia.

4.2. Do debate recente às velhas questões: funeral x recriação

Qualquer levantamento sumário do debate que está posto contemporaneamente sobre a "crise do marxismo" indica que generalizam-se algumas tendências: a) de decretação de sua morte, b) de imputar-lhe problemas que exigem uma revisão ou, ainda, c) a consideração de que o marxismo está ultrapassado sendo necessário, portanto, a busca de novos caminhos.

O aprofundamento da problemática da assim chamada "crise do marxismo" indica, porém, que ele têm somente a aparência de um debate recente, motivada por uma forma a-histórica em considerar essa problemática e pela vinculação de uma suposta "crise do marxismo" com a crise do chamado "socialismo realmente existente" - um assunto que também não é "novo", conforme demonstrei no capítulo anterior, inclusive

expondo as diversas declarações de "crise do marxismo" que apareceram coladas ao debate sobre o socialismo.

Ao contrário do que o atual debate pode levar a supor, a contestação ao marxismo e a conformação de tendências diversas em seu interior, **é muito antiga** e remonta ao tempo de Marx e Engels. Não podia ser diferente: o próprio processo de produção da concepção materialista dialética da história, marcado pela confrontação crítica e pela intencional superação da filosofia clássica alemã, do projeto e literatura socialista e da economia política inglesa, **delimitavam** por si mesmo ***uma polêmica aberta com essas correntes e com seus principais representantes***. A obra toda de Marx e Engels é evidente nesse sentido e, para aqueles que quiserem aprofundar, ver principalmente: **A Ideologia Alemã; Manuscritos Econômicos e Filosóficos; Grundrisse; O Capital...; Anti-Duhring; Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico e Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**. Somente para ilustrar o conhecimento que Marx tinha da contestação de sua elaboração, ver o "Posfácio da 2a. Edição" d'**O Capital**, datado de 24 de janeiro de 1873, onde Marx observou que seu método de análise não havia sido "bem compreendido" (MARX, Karl. **O Capital...** - Livro I, Volume I. São Paulo, Difel, 1982, p. 13).

Essa observação de Marx, de que seu método "não foi bem compreendido", decorria de interpretações então publicadas e que imputavam-lhe vinculações teórico-metodológicas as mais diversas: de "metafísico" ou por tratamento metafísico da economia; de usar o "método dedutivo; de se utilizar do "método analítico" ou possuir "espírito analítico"; de sua proposta de

método não passar de "sofisticação hegeliana"; de ter "método de pesquisa realista", mas "método de expor dialético-alemão". Face a essas interpretações, Marx se viu obrigado a formalmente diferenciar o método de exposição do método de pesquisa e a explicitar sua relação com o hegelianismo:

> "A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever... o movimento real." (Idem, p. 16)
>
> "Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos... Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador... " (Idem, ibidem)

E, ainda, a expor as suas diferenças com Hegel e os fundamentos materialistas - em oposição ao idealismo - de sua dialética:

> "Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento... é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.
>
> (...) Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico." (Idem, p. 16 e 17)

Se o conjunto da obra de Marx / Engels (do qual o "Posfácio da 2a. Edição" d'O Capital é apenas uma ilustração), revelam essa confrontação crítica com outras concepções, algumas poucas referências feitas pelos fundadores do marxismo já davam conta da existência de ***interpretações equivocadas*** sobre o novo método, de ***manuseio estreito e limitado*** da nova concepção teórico-metodológica e, já naquela época, de ***desvios*** diversos. A carta de "Engels a Schmidt", datada de 5 de agosto de 1890,

exemplifica adequadamente isso: nela, Engels manifestou sua inconformidade com as acusações de alguns autores quanto aos **desvios economicistas** existentes no marxismo e, indo ainda mais longe, estendeu essa crítica a outras pessoas que, se dizendo marxistas, o deturpavam de outras formas, deixando registrada a posição de Marx a esse respeito:

> "(...) A concepção materialista da história tem também, atualmente, muitos amigos desse tipo, para os quais ela não passa de um pretexto para **não** estudarem história. (..)" (MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas - Volume 3**, p. 283)

> "... para um número considerável de alemães mais jovens, a frase do materialismo histórico (**tudo** pode ser convertido em frases) só serve para construir, às pressas, a partir de seus conhecimentos históricos, relativamente escassos... todo um sistema e fazer boa figura. (...)" (Idem, p. 283-284)

> "(...) Marx, em fins da década de 1870, já dizia, referindo-se aos "marxistas" franceses, que **"tudo o que eu sei é que não sou marxista"**." (Idem, p. 283 - grifo nosso).

Contrapondo-se aos que acusavam o marxismo de cometer desvios economicistas (e criticando alguns intelectuais que se diziam "marxistas", mas sequer conheciam os princípios básicos da nova concepção), Engels contestou um desses autores (Paul Barth) nos seguintes termos:

> "... esse homem não compreendeu ainda que, embora as condições materiais de vida sejam a causa primeira, isso não impede que a esfera ideológica reaja por sua vez sobre elas, ainda que sua influência seja secundária, esse homem não conseguiu entender de modo algum a matéria sobre a qual escreve." (Idem, p.282-283).

Defendendo a concepção materialista dialética da história contra a fraseologia de "muitos escritores jovens", contra a rotulação e dogmatização e em oposição aos "muito

amigos" que a utilizavam para "não estudarem história", Engels asseverou o referencial marxista como "um guia para o estudo" das condições de vida das diversas formações sociais e, em vista disso, a necessidade de se reestudar toda a história:

> "... nossa concepção da história é, antes de tudo, um guia para o estudo e não uma alavanca destinada a erguer construções à maneira hegeliana. É necessário estudar novamente toda a história, - e estudar, em suas minúcias, as condições de vida das diversas formações sociais - antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, filosóficas, religiosas, sobre o direito privado, etc, que lhes correspondem. Até hoje,, tem-se feito muito pouco nesse terreno.. " (Idem, p. 283).

Nesse mesmo ano de 1890 Engels voltou a tratar do desvio economicista, em carta a Bloch, datada de 21-22/setembro/1890, afirmando categoricamente que nem ele e Marx haviam afirmado que o fator econômico era o **único** determinante da história, mas que era o determinante em **última instância**:

> "(...) Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em **última instância**, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. *Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda.* A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela... também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante. (...)" (Idem, p. 284).

Buscando entender os motivos para a ocorrência de uma tendência economicista, nessa carta "a Bloch", Engels chegou mesmo a assumir que esse desvio estava ocorrendo "por culpa em parte" de Marx e dele que, face à investida idealista, eram obrigados a sublinhar as condições materiais em detrimento dos demais fatores:

> "(...) Face aos adversários, éramos forçados a sublinhar este princípio fundamental que eles negavam e nem sempre dispúnhamos de tempo, de espaço e de oportunidade para dar a importância devida aos demais fatores que intervem no jogo das ações e reações...." (Idem, p. 286)

O reconhecimento da possibilidade de serem os próprios fundadores do marxismo os responsáveis pelo desvio economicista e pelo mecanicismo que alguns "jovens marxistas" ou "novos marxistas" estavam cometendo não impediu que Engels fosse menos duro com isso:

> "(..) Infelizmente, acontece com muita freqüência que se pense ter compreendido totalmente uma nova teoria e que se possa manejá-la, sem mais nem menos, pelo simples fato de haver-se assimilado... suas teses fundamentais..." (Idem, ibidem).

E chegasse até mesmo a sugerir o estudo da concepção materialista dialética da história "**nas fontes originais** e não em obras de segunda mão" (Idem, p.285). O estudo da concepção marxista em suas "fontes originais" levaria os que a criticam a lutar "contra moinhos de vento", conforme observou na carta de "Engels a Schmidt", datada de 27/outubro/1890:

> "... quando Barth afirma que negamos toda e qualquer reação dos reflexos políticos, etc., do movimento econômico sobre esse mesmo movimento econômico, luta contra moinhos de vento. Bastará ler **O 18 Brumário** de Marx, em que ele trata quase exclusivamente do papel **particular** desempenhado pelas lutas e acontecimentos políticos, nos limites, é claro, de sua dependência **geral** às condições econômicas. Ou **O Capital**, em particular o capítulo que trata da jornada de trabalho, onde a legislação - que é um ato político - exerce uma influência tão radical. Ou, ainda, o capítulo dedicado à história da burguesia (capítulo 24). (...) " (Idem, p. 291).

Com a morte, primeiro, de Marx em 14 de março de 1883 e, depois, de Engels em 05 de agosto de 1895, a concepção materialista dialética da história deixou de estar sob a

vigilância direta de seus fundadores, sempre dispostos a assumir e aprofundar a polêmica com outras visões de mundo, bem como a reconhecer e contestar, se preciso, desvios cometidos por partidários (reais ou supostos) da "nova concepção".

A partir de então a concepção desenvolvida por Marx e Engels sofreu um processo de evolução, caracterizado pela conformação de diversas escolas e tendências que estabeleceram graus variados de vinculação (teórico-metodológica e/ou político-ideológica) com a produção de seus fundadores, ou como se referiu Engels com a produção da concepção "nas fontes originais". Concomitantemente ao processo de evolução da teoria marxista (e que marca igualmente a crítica da "ortodoxia" - na verdade, da postura dogmática - em seu interior), desde a última década do século XIX começaram a aparecer críticas sistemáticas ao marxismo, tanto em relação à sua proposta ontológica e epistemológica, quanto ao seu corpo teórico (ou às teorias) ou com relação a aspectos específicos das teorizações de Marx e Engels[03] - resumidamente apontadas no capítulo anterior.

De modo geral, pode-se afirmar que essas críticas internas ou externas à teoria marxista, por seu conteúdo e não necessariamente por sua forma, têm se repetido ao longo do tempo, o que pode ser apreendido por um tratamento sistematizado das premissas teórico-metodológicas da concepção materialista dialética da história, a partir, principalmente, das elaborações de seus fundadores e de autores clássicos, na perspectiva de analisá-las (essas obras ou elaborações) em seu próprio processo de produção e tratando Marx e Engels em conjunto (e não como

produtores de concepções particularizadas: marxismo e engelsianismo).

Com essa proposta de sistematização aceita-se, portanto, a interpretação de que Marx e Engels, tomandos em seu conjunto, buscaram continuamente colocar sobre novas bases teórico-metodológicas o entendimento dos homens sobre o mundo e sobre si próprios. Simultaneamente, foram elaborando o método de análise (a partir da crítica à filosofia clássica alemã, ao socialismo anglo-francês e à economia política clássica inglesa), com a interpretação do capitalismo. Essas situações da produção intelectual de Marx/Engels, deixam patente a existência de uma profunda relação entre as condições históricas de produção das obras, com a própria concepção que ia sendo produzida.

Com relação à questão de se tratar Marx e Engels em conjunto, de forma a que se recupere a profunda relação entre ambos e o fato de que foi desta relação que foi engendrada a concepção materialista dialética da história, isto se mostra necessário pela constância com que tem sido propagada a pressuposição de que o "marxismo" diferencia-se do "engelsianismo" e de que Engels foi um pensador de menor importância ou menor competência em relação a Marx. De modo geral, argumenta-se que Engels entendeu mal as premissas básicas da dialética materialista; que produziu uma visão mecânica deste, aplicada de forma a produzir a ridícula argumentação de existência de uma dialética da natureza; que esta postura produziu danos políticos irrecuperáveis por sua simplificação da dialética, etc...

Mesmo tendo que reconhecer a contribuição dos estudos de Hans-Georg FLICKINGER em analisar as relações do pensamento de Marx com a filosofia clássica alemã e, principalmente, com Hegel, e em vista desse reconhecimento, suas observações sobre Engels caracterizam exemplarmente esse tipo de postura. A título de exemplo, são ilustrativas suas afirmações em **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social**, dentre as quais se destacam afirmações do tipo:

> "...transtornar a dialética hegeliana... enquanto 'transtornar o germe da dialética hegeliana', visa a materialização da dialética como meio metódico para tirar da aparência material da sociedade o seu mistério: sua essência social enterrada. É claro que, segundo esta perspectiva, a 'materialização' da dialética em sentido nenhum implica a implantação e aplicação de suas determinações aos processos materiais. (...) Este o passo ao profundo mal entendido de, por exemplo, F. Engels, que produziu o ridículo ingênuo da argumentação da **Dialética da Natureza**... É sintomático que a luta contra o espiritismo ocupe várias páginas da **Dialética da Natureza**, pois... a concepção engelsiana de movimento abre as portas para ele. (...) A história da recepção da teoria marxiana e, mais ainda, a visão mecânica do materialismo dialético , com suas conseqüências políticas, do 'socialismo real existente' dão uma idéia dos danos políticos causados por esta simplificação da 'dialética'." (FLICKINGER, H.G., 1986, p. 84).

É, sem dúvida, forçar muito a argumentação pressupor uma tal simplificação da dialética materialista nas mãos de Engels. A quantidade de referências em que a nova concepção aparece como produto do trabalho conjunto de ambos (Marx e Engels), feitas por eles próprios, desmente veementemente um tal tipo de abordagem. Uma longa seqüência de afirmações sobre o trabalho conjunto dos fundadores da concepção materialista dialética podem ser encontradas ao longo de toda a obra deles

mesmos e, para não tomar as referências de Engels sobre o assunto e que, geralmente, subestimam sua própria contribuição, é muito esclarecedor o "Prefácio" da **Crítica da Economia Política** (um texto "admirável pela clareza e concisão", onde Marx resumiu brilhantemente sua carreira e deu a "definição imortal do materialismo histórico" - conforme as palavras do Editor desse livro de Karl Marx, em 1957). Nesse "Prefácio" se encontram passagens assim:

> "Friedrich Engels, com quem, desde a publicação de seu genial esboço de uma contribuição para a crítica das categorias econômicas... tenho mantido por escrito uma constante troca de idéias, chegou por outras vias... ao mesmo resultado, e quando, na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas, resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã... Dos vários trabalhos dispersos desta época em que apresentamos as nossas opiniões sobre os assuntos, mencionarei apenas o Manifesto do Partido Comunista... e o Discurso sobre o Livre-Câmbio... Os pontos decisivos das nossas concepções foram cientificamente esboçados pela primeira vez, ainda que de forma polêmica, no meu texto contra Proudhon publicado em 1847..." (MARX, K. 1983, p. 25-26).

Muito ao contrário de se referir a Engels por seu "mal entendido", "ridículo ingênuo da argumentação", "visão mecânica do materialismo dialético", "simplificação da dialética", Marx destacou a "constante troca de idéias", a resolução de trabalharem "em conjunto", a maneira de ver e a concepção teórico-metodológica como "nossa maneira de ver" e "nossas concepções".

A íntima conexão de Marx e Engels foi reconhecida pelas principais pessoas que cercaram o relacionamento de ambos (quer familiar, político ou científico), como testemunharam

Eleonora Marx, Paul Lafargue e Lessner, por exemplo (RIAZANOV, V., 1984, p. 33, 94-95 e 106). Foi, porém, LENIN quem melhor captou e evidenciou que o materialismo dialético, enquanto nova concepção sobre o mundo e sobre os homens, foi produto da estreita colaboração e trabalho conjunto de Marx e Engels. Em artigo biográfico intitulado "Friedrich Engels", escrito em 1895 e publicado em 1896, Lenin entendeu a obra de Marx e Engels como uma obra comum:

> "(...) Desde o dia em que o destino juntou Karl Marx e Friedrich Engels, a obra a que os dois amigos consagraram toda a sua vida converteu-se numa obra comum. (...)" (LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas**, Tomo 1, p. 28).

Na seqüência desse artigo o autor enfatizou ambos como os elaboradores da concepção materialista dialética e, mais que isso, que partindo da pressuposição da determinação material dos fenômenos da natureza, igualmente concluíram que o desenvolvimento da sociedade humana é condicionado pelo desenvolvimento das forças materiais:

> "... analisando a vida real, viram que não é o desenvolvimento do espírito que explica o da natureza, mas que, pelo contrário, é necessário explicar o espírito a partir da natureza, da matéria... Partindo de uma concepção materialista do mundo e da humanidade, verificaram que tal como todos os fenômenos da natureza têm causas materiais, igualmente o desenvolvimento da sociedade humana é condicionado pelo desenvolvimento de forças materiais, as forças produtivas. (...)" (Idem, p. 30).

Em outro artigo biográfico, "Karl Marx", escrito em 1914 e publicado em 1915, Lenin foi ainda mais longe: não somente reconheceu o materialismo dialético como "obra comum" de Marx e Engels, como deu grande destaque a algumas obras de Engels - ao lado das de Marx - para uma melhor resolução de questões

ontológicas e epistemológicas da dialética materialista. Assim, por exemplo, para precisar a unidade material do mundo e o movimento como o modo de existência da matéria, Lenin recorreu ao Anti-Duhring de Engels (Idem, p. 7-8); da mesma forma, para poder pôr em relevo a resolução dada pela dialética materialista ao problema ontológico do conhecimento, utilizou-se da obra **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**, de F. Engels, e novamente do **Anti-Duhring** (Idem, p. 8-9); finalmente, foi a partir dessas mesmas obras de Engels que Lenin abordou as premissas epistemológicas básicas do materialismo dialético como ciência da totalidade (Idem, p. 9-10) e para expor os fundamentos da nova concepção (Idem, p. 10-12).

Foi, porém, em sua obra **Materialismo e Empiriocriticismo** que a contribuição de Engels para a "obra comum" de estabelecimento das premissas da concepção materialista dialética, mais foi destacada por Lenin. Essa obra, escrita em 1908 e publicada em 1909, tinha por objetivo combater a revisão do materialismo dialético pelos "machistas" ou "empiriocriticistas"; acabou porém Lenin produzindo o mais precioso trabalho de sistematização da **teoria do conhecimento** do materialismo dialético, em seus aspectos ontológicos e epistemológicos. Já no "Prefácio à primeira edição" desse livro, Lenin chamou a atenção para o fato de que Marx e Engels (e não apenas Marx) haviam chamado de materialismo dialético às suas concepções. Em seguida assinalou a hostilidade com que os revisionistas defensores do "machismo" (Bazárov, Bogdánov, Lunatchárski, Berman, Guélfond, Iuchkévitch, Suvórov, Valentínov...) tratavam o marxismo e, em particular, Engels. De

acordo com Lenin, esses "destruidores do materialismo histórico" afirmavam que a dialética de Engels era uma mística, que as concepções de Engels haviam se tornado ultrapassadas e antiquadas (LENINE, V.I.. **Materialismo e Empiriocriticismo**, p. 13), mas que essas críticas deviam ser encaradas como um

> "... típico revisionismo filosófico, porque só os revisionistas adquiriram uma triste fama pelo seu afastamento das concepções fundamentais do marxismo e pelo temor ou pela sua incapacidade de 'ajustar contas' aberta, directa, decidida e claramente com as idéias que abandonaram. (...)" (Idem, p. 14).

Ao contrário desses, Lenin referiu-se a Engels como um dos teóricos fundadores do marxismo que "toma em consideração teorias muito mais desenvolvidas, variadas e ricas de conteúdo" e como tendo um "raciocínio notavelmente justo e profundo" (Idem, p. 25). Indo um pouco além, ao reafirmar que Engels foi um "colaborador de Marx e fundador do marxismo" deixou claro que foi ele quem formulou de forma clara as premissas básicas da teoria do reflexo que, por sua própria natureza, deve ser considerada como uma concepção fundamental para o materialismo dialético:

> "... o materialista Friedrich Engels... fala constantemente e sem excepção nas suas obras das coisas e das suas imagens ou reflexos mentais... e é evidente que estas imagens mentais não surgem senão das sensações. (...) Tomamos o primeiro parágrafo do **Anti-Duhring** e lemos '... as coisas e os seus reflexos mentais'. Ou o primeiro parágrafo da secção filosófica: 'Mas donde toma o pensamento estes princípios'... 'De si mesmo? Não... O pensamento não pode nunca tirar e deduzir as formas do ser de si mesmo, mas apenas do mundo exterior... Os princípios não são o ponto de partida da investigação'... 'mas o seu resultado final; estes princípios não se aplicam à natureza e à história da humanidade, mas são abstrações delas; não são a natureza e a humanidade que se conformam com os princípios, mas, pelo contrário, os princípios só são verdadeiros na medida em que correspondem à

> natureza e à história. Esta é a única concepção materialista do problema...! E Engels, repetimo-lo, aplica esta 'única concepção materialista' em toda a parte e sem excepção, perseguindo impiedosamente Duhring pelo desvio mais insignificante do materialismo para o idealismo. (...)" (Idem, p. 31).

Essa avaliação de Lenin sobre Engels é tão significativa que ao tratar do valor e importância da teoria do reflexo do materialismo dialético, em oposição à postura de Mach e Avenarius (Idem, p. 66), chegou à conclusão de que as ciências da natureza deram razão a Engels, pois:

> "... sustentam com firmeza que o pensamento é função do cérebro, que as sensações, isto é, as imagens do **mundo exterior** existem em nós, suscitadas pela acção das coisas sobre os nossos órgãos dos sentidos (...)" (Idem, p. 68)

Por todos esses argumentos, concluiu Lenin que, para a concepção materialista dialética de Marx e Engels, a matéria, ao agir sobre os órgãos dos sentidos, é que produz as sensações. Assim sendo, "a sensação depende do cérebro, dos nervos, da retina, etc., isto é, da matéria organizada de determinada maneira". Por isso mesmo, "a matéria é o primário" e "a sensação, o pensamento, a consciência, são o produto mais elevado da matéria organizada de uma maneira particular" (Idem, p. 41-42).

Assim entendida a discussão em torno da teoria do conhecimento marxista, Lenin rejeitou a utilização do termo "realismo" para a concepção formulada por Marx e Engels e declarou que seguiu Engels na nominação da concepção por eles defendida:

> "(...) Seguindo Engels utilizo... **apenas** a palavra

> materialismo, e considero esta terminologia a única correta, especialmente porque o termo 'realismo' foi enxovalhado pelos positivistas e pelos restantes confusionistas que vacilam entre o materialismo e o idealismo. (...)" (Idem, p. 45).

Na sequência, criticou contundentemente Mach e Avenarius por reunirem as premissas idealistas fundamentais e certas conclusões materialistas, concluindo que para esse tipo de abordagem cabe a análise feita por Engels sobre essas misturas de concepções opostas como "eclética sopa dos pobres" (Idem, p. 48 e 50).

Foi, porém, ao tratar da questão sobre a "coisa em si", no capítulo em que analisou a teoria do conhecimento empiriocriticista e materialista dialética, que Lenin desenvolveu uma longa defesa das posições de Engels, que havia sido duramente criticado pelo "machista" Tchernov que, em seus escritos, acusou Engels de "materialismo ingenuamente dogmático" e de "dogmatismo materialista mais grosseiro" (Idem, p. 75). Após afirmar que Tchernov "deturpa a citação de Engels" e que quer "demolir sem sequer ter compreendido de que.. se trata" (Idem, p. 76), Lenin assim defendeu Engels:

> "Em primeiro lugar, não é verdade que Engels 'extraia a refutação da 'coisa em si'. Engels diz direta e claramente que refuta a coisa em si inapreensível (ou incognoscível) de Kant. (...) Em segundo lugar, se o teorema de Kant diz que a coisa em si é incognoscível, o teorema 'contrário' será: o incognoscível é a coisa em si, e o Sr. Tchernov substituiu o incognoscível pelo desconhecido sem compreender que esta substituição confundiu e deturpou mais uma vez a concepção materialista de Engels!" (Idem, p. 77).

Com base nessa polêmica, Lenin afirmou que a partir do esclarecimento desse ponto e novamente baseando-se em Engels, decorriam três importantes conclusões *gnosiológicas* para o

materialismo dialético:

> "1) As coisas existem independentemente da nossa consciência, independentemente da nossa sensação, fora de nós...
> 2) Não há nem pode haver absolutamente nenhuma diferença de princípio entre o fenômeno e a coisa em si. A diferença existe simplesmente entre o que é conhecido e aquilo que não é ainda conhecido...
> 3) Na teoria do conhecimento, como em todos os outros domínios da ciência, deve-se raciocinar dialeticamente..." (Idem, p. 77).

Destes princípios, Lenin concluiu que milhões de exemplos da história, da ciência e da técnica e da própria vida cotidiana, mostravam para os homens que "as coisas em si" se transformam em "coisas para nós" (Idem, p. 78). O reconhecimento dessa transformação (de "coisa em si" em "coisa para nós") implica em assumir que o "mundo em si é um mundo existente sem nós", o que quer dizer que o "em si" existe fora de nossa consciência e é plenamente cognoscível, não se diferenciando, portanto, em nada do fenômeno (Idem, p. 89). A única diferença entre os objetos e as representações que os sujeitos fazem deles, ou a diferença entre a "coisa em si" e a "coisas para nós", é que as representações são apenas uma parte ou aspecto da "coisa em si", da mesma forma que o "próprio homem é apenas uma partícula da natureza refletida nas suas representações" (Idem, p. 89).

Na seqüência desse livro de Lenin, são encontradas muitas outras referências a Engels, ao seu papel na construção dos fundamentos do materialismo dialético e, enfim, à profundidade e correção de suas premissas. É desnecessário, pois, continuar: pelas observações selecionadas anteriormente já se pode concluir que nem as objeções feitas atualmente a Engels e sua obra são novas (muito ao contrário, os ataques hoje

existentes são exatamente os mesmos feitos no final do século XIX e início do XX), como não é nova a ênfase na contribuição e importância dos escritos de Engels para a compreensão dessa concepção teórico-metodológica.

Antes, porém, de concluir esta defesa em se tratar conjuntamente Marx e Engels, convém finalizar com as afirmações de J.B.S. HALDANE, biólogo inglês que escreveu o "Prólogo" da **Dialética da Natureza**, de Engels, e que tratou especificamente deste livro e de sua importância para o mundo científico. Ao contrário dos críticos do **Dialética da Natureza** (que afirmam ser ingênua a argumentação de existência de uma dialética da natureza; ou que esta obra é uma simplificação da dialética; ou ainda que é uma aplicação mecânica da dialética materialista), Haldane, após analisar a importância dessa obra para a concepção materialista dialética e para o desenvolvimento das chamadas ciências da natureza (tais como: física, química, biologia e, até mesmo, para a matemática), fez duas observações que merecem destaque.

Na primeira, evidencia a importância do materialismo histórico para o conhecimento de todos os processos da natureza:

> "... o materialismo dialético... não é apenas uma filosofia da história, mas uma filosofia que ilumina toda classe de acontecimentos, desde a queda de uma pedra até as imaginosas criações de um poeta. Ele (Engels) empresta um particular interesse à inter-conexão de todos os processos naturais e o caráter artificial das distinções estabelecidas pelos homens, não só entre vertebrados e invertebrados ou líquidos e gases, mas também entre os diferentes domínios do conhecimento humano, tais como a economia, a história e as ciências naturais." (HALDANE, "Prólogo". In: ENGELS, F.. **Dialética da Natureza**,

p. 13).

Em sua outra observação, Haldane destacou a importância do método de Engels para a evolução das idéias sobre a física e a biologia, por exemplo, e de modo especial para o próprio autor do "Prólogo" que declara que o conhecimento do método de Engels teria poupado uma "certa quantidade de raciocínios confusos". Por todos esses motivos, "dá boas vindas" à sua publicação.

> "Se o método de pensamento de Engels se tivesse tornado mais familiar, a revolução de nossas idéias sobre a física, ocorrida nos últimos trinta anos, teria sido menos trabalhosa. Se as suas observações sobre o darwinismo fossem mais geralmente conhecidas, pelo menos a mim teriam poupado uma certa quantidade de raciocínios confusos. Eis por que dou as boas vindas à publicação... de **Dialética da Natureza**, esperando que as futuras gerações de homens de ciência aí encontrem a necessária ajuda para maior elasticidade de seu pensamento." (Idem, p. 12).

Mesmo que alguns considerem que a argumentação ainda não foi suficiente para que se trate a obra de Marx e Engels em conjunto, procurou-se explicar, da forma mais ampla possível e no interior do próprio pensamento marxista, motivos suficientes para não se deixar de lado os estudos de Engels e o caráter dialético de suas contribuições.

Quanto à questão de se analisar a obra de Marx e Engels em seu próprio processo de produção, é imprescindível, antes de mais nada, que se afirme que é falsa ou pelo menos mistificadora, para o entendimento da concepção materialista dialética, a análise que se funda num rompimento da obra de Marx, como as que propugnam por uma diferenciação entre o "jovem Marx"

e o "Marx adulto", ou entre "juventude" e "maturidade" na obra marxiana. Esse tipo de abordagem à obra de Marx não é nova e tem sido aplicada por revisionistas e críticos do materialismo dialético, como por marxistas que se julgam "ortodoxos". A título de exemplo, é ilustrativa a abordagem feita por Ruy FAUSTO, em **Marx: lógica & política**, onde o autor assume não somente a existência de diferenciação entre "juventude" e "maturidade" na obra de Marx, como afirma convictamente um projeto de retomada de revisão da dialética, não do marxismo.

Sobre a divisão na obra de Marx, as posições ficam patentes até pelos títulos de dois apêndices: "Sobre o Destino da Antropologia na Obra de Maturidade de Marx" e "Notas sobre o Jovem Marx" (FAUSTO, R., 1987, p. 227 e 236, respectivamente). O entendimento que o autor tem da questão fica explicitado quando afirma que a leitura da obra de Marx implica em pensar "em continuidade a descontinuidade lógica indiscutível que existe entre o 'jovem' e o 'velho' Marx", abandonando-se as "leituras continuistas tradicionais" (Idem, p. 227). Por "leituras continuistas tradicionais" fica subentendido que se refere às abordagens que consideram a existência de continuidade temática e teórico-metodológica no conjunto da obra desse autor; considerando essa análise como tradicional, é feita a defesa de pensar em continuidade (referindo simplesmente a certos temas que são tratados, ainda que de forma diferente, nas obras de juventude e maturidade) a descontinuidade lógica existente nas obras marxianas, fato considerado pelo autor como "indiscutível".

Assim entendida a "descontinuidade indiscutível", o autor interpreta que o jovem Marx ao considerar a história,

dispersa e atomiza os indivíduos, com o que há uma explosão da natureza humana, provocada por uma alienação extrema, pela qual os indivíduos rompem a dispersão da sociedade civil e se alçam, num plano transcendental, a uma experiência comunitária. Essa erupção da transcendentalidade na história, para o autor, marca uma passagem de dispersão à associação (Idem, p. 228). A transcendentalidade prática da obra de juventude, o autor diz que corresponde na obra madura uma dualidade não transcendental (da consciência real do proletariado, à consciência revolucionária do teórico-dirigente: o partido). Essa consciência real aparece, segundo essa interpretação, sob a forma de consciência econômica (Idem, p. 228-229). Disso conclui que "ao contrário do que constatamos na obra de juventude", a história na maturidade "passa a ser... o solo dos discursos práticos", através da qual Marx rompeu a descontinuidade entre o Sujeito e a História, característica das obras do jovem Marx (Idem, p. 230).

É evidente, tanto pela forma quanto pelo conteúdo, que a interpretação de Ruy Fausto sobre a "descontinuidade indiscutível" entre o Marx jovem e o adulto não é neutra. Como não existe neutralidade possível em nenhum tipo de interpretação e, de forma geral, não é exagero afirmar que todo tipo de conhecimento é comprometido com determinados interesses, deve-se considerar as tentativas em separar fases ou etapas no processo de produção ou na obra de um determinado autor, como: ou uma tentativa de privilegiamento de determinado aspecto em detrimento de outros; ou uma forma de mostrar as insuficiências contidas numa elaboração determinada. Qualquer que seja o caso, porém, os danos desses tipos de análise são muito maiores do que comportam

a obra de qualquer autor.

O comprometimento de Ruy FAUSTO não aparece somente nos capítulos citados, mas, principalmente, em sua "Introdução", onde o autor afirma peremptoriamente que considera ***a idéia da dialética destruida, o marxismo como envelhecido e Marx como "Espinosa no tempo de Lessing" - ou "como cão morto"***. Partindo de tal consideração, entende que o fato de não haver possibilidade para novos marxismos, não implica que não possam haver novas dialéticas, ao que deixa patente seu **objetivo em reconstruir a idéia da dialética**. A fim de que os objetivos revisionistas do autor fiquem claramente demarcados e, mais que isso, que sua preocupação em contribuir para a destruição do marxismo sejam clareadas, convém que se atenha um pouco mais na argumentação desenvolvida pelo autor de **Marx: lógica & política**. Logo no início da "Introdução" Fausto afirma que seus trabalhos "contém uma análise e uma crítica do marxismo" (Idem, p. 13) e que seu projeto representa um ponto de partida para "apresentar os materiais para uma reconstrução da dialética" (Idem, p. 15), projeto esse que fica claro na seqüência:

> "Materiais para uma reconstrução da dialética supõe pelo menos duas coisas: 1) que a idéia da dialética como teoria rigorosa esteja, de certo modo, destruida; 2) que seja preciso e, em princípio, que seja possível reconstrui-la" (Idem, p. 15).

Para o autor esse projeto se justifica face à existência de uma crise da dialética, na qual "não se sabe mais o que ela é, mesmo e sobretudo se se emprega o conceito... como se se soubesse muito bem" (Idem, p. 15-16), crise agravada com a eclosão da "crise do marxismo", marcada: pela insuficiência do marxismo em analisar as

mudanças do capitalismo; pela limitação da teoria da história marxista com a nova dimensão que ganhou a história com os novos meios de destruição e, finalmente, pela trama das transições das sociedades ditas socialistas, que não têm conduzido a lugar nenhum, a não ser a elas mesmas (Idem, p. 16-17). Tais justificações endossam, para o autor, a retomada de um projeto da dialética, pois:

> "(...) Só a retomada do projeto da dialética enquanto discurso rigoroso permitiria mostrar até onde pode ir o marxismo, em que sentido e em que medida ele se rompe. (...)" (Idem, p. 17).

Essa retomada da dialética se faz necessária, para Ruy Fausto, porque o "marxismo envelheceu, mas ao mesmo tempo, ele é desconhecido", o que lhe indica duas conclusões: que o marxismo envelheceu e que se foi além dele; que a dialética vai mais longe que o marxismo e, se não haverá novos marxismos, pode haver novas dialéticas (Idem, p. 18). Essa análise do que o autor chama de "marxismo para nós", conduz à necessidade de se ver como o marxismo aparece "para si":

> "(...) A crise aparece como a morte - tanto do marxismo como da dialética. Marx é considerado hoje como 'Espinosa no tempo de Lessing', como Hegel no tempo de Marx - 'como um cachorro morto'. Poderíamos dizer que isto vale também para Hegel, na medida em que a dialética de Marx aparece como ligada à dialética de Hegel. (...)" (Idem, p. 18).

Sobre essa dupla postura - de tratar a obra de Marx pressupondo uma descontinuidade e da existência de um projeto de revisão - convém, ainda, algumas palavras mais. Com relação à tendência revisionista, é interessante e imprescindível salientar que não é novidade no debate marxista, o mesmo

ocorrendo com a suposta "crise da dialética" ou "crise do marxismo". Enquanto Ruy FAUSTO - deixando mais claramente demonstrada a filiação de seu pensamento - remete toda a discussão para a crise do marxismo cuja eclosão ele situa após-68 (Idem, p. 16), LENIN, já no final do século XIX e inicio do XX (muito antes do pressuposto aparecimento da concepção pós-modernista, com sua "novidade" subjetivista e irracionalista), se debatia com os revisionistas, defensores de uma "teoria da liberdade crítica".

Em livro publicado em 1902 e intitulado **Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento**, Lenin procurou explicitar o conteúdo dessa postura, avaliando, inicialmente, a consideração que faziam do marxismo como "velho", "dogmático", "ultrapassado", "em crise"... concluindo que, por trás dessas pseudo-avaliações sobre a concepção materialista dialética, por seu conteúdo, essa tendência não havia nem se desenvolvido e nem se formado: havia sido, simplesmente, "transplantada diretamente da literatura burguesa para a literatura socialista" (LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Tomo 1, p. 85).

A partir da consideração de que sob a aparência "crítica" habitava uma perspectiva burguesa, reacionária, Lenin acusava que essa tendência não passava da "uma nova variedade do oportunismo" que se escondia sob a bandeira da liberdade:

> "A liberdade é uma grande palavra, mas foi sob a bandeira da liberdade de indústria que se fizeram as piores guerras de pilhagem. Foi sob a bandeira da liberdade de trabalho que se espoliaram os trabalhadores. O emprego actual da expressão 'liberdade de crítica' encerra a mesma falsidade intrínseca. Pessoas realmente convencidas de ter feito avançar a ciência não reclamariam para as novas concepções a liberdade de existirem ao lado

das antigas, mas a substituição destas últimas pelas primeiras.(...)" (Idem, p. 86).

Assim entendendo, o autor concluiu que as frases altissonantes da tendência revisionista só servem para "dissimular o desinteresse e a impotência no desenvolvimento do pensamento teórico" e, à medida em que os críticos não chegam a propor a substituição de uma teoria por outra, mas tão somente reivindicam "a liberdade de prescindir de toda a teoria coerente e refletida", essa corrente só pode ser caracterizada pelo "ecletismo e falta de princípio" (Idem, p. 96).

Um pouco mais tarde, em 1908, Lenin retomou a polêmica com esse tipo de posição em seu artigo "Marxismo e revisionismo" (Idem, p. 40-46), assinalando que desde que Marx e Engels começaram a formular, na primeira metade da década de 1840, suas posições teórico-metodológicas, tiveram que se defrontar com as teorias que lhes eram hostis (Idem, p. 40). Foi, porém, a partir da década de 1890 que começou "a luta de uma corrente hostil ao marxismo no seio do marxismo" (Idem, p. 41). Essa corrente, desde o início com Bernstein, pretendia a revisão de Marx, sendo pelo próprio Bernstein denominada de "revisionismo" (Idem, ibidem). A essência do revisionismo para Lenin era, em linhas gerais: no plano filosófico, uma caminhada a reboque da ciência burguesa, isto é: voltaram a Kant e se arrastavam atrás dos neo-kantianos; no domínio da economia política, ao se contraporem às interpretações básicas do marxismo sobre o desenvolvimento econômico, acabavam abraçando o liberalismo burguês; finalmente, na política tentavam rever a teoria da luta de classes, assumindo assim posições claramente

social-reformistas e a proporem alianças com a chamada "burguesia progressista" (Idem, p. 41-46).

Foi, porém, em outro trabalho (**A Revolução Proletária e o renegado Kautsky**, de 1918), escrito em plena efervescência da Revolução Russa, recém vitoriosa, que Lenin melhor explicitou os interesses que existiam por trás da postura revisionista:

> "(...) Com claros sofismas esvazia-se o marxismo de sua alma revolucionária viva, reconhecendo-se no marxismo **tudo menos** os meios revolucionários de luta..." (LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas**, Tomo 3, p. 5).

Pelas afirmações de Lenin pode-se ver claramente que as "frases altissonantes" da postura que propugna por uma reconstrução, sob novas bases, da dialética **não possuem descontinuidade** - quer seja no tempo ou no conteúdo - embora defendam a existência de uma "descontinuidade indiscutível" entre o Marx jovem e o adulto. Quem primeiro reconheceu uma continuidade em suas obras, foi o próprio Marx que, no conhecido e já citado "Prefácio" da **Crítica da Economia Política** traçou as linhas gerais de seu percurso desde a jurisprudência, à qual se dedicou "como disciplina complementar da filosofia e da história", até os estudos econômicos, deixando claro que o relato feito revelava a evolução de seus estudos e que tinham por objetivo mostrar que suas opiniões eram o resultado de longas e conscienciosas pesquisas:

> "Com este esboço da evolução dos meus estudos no terreno da economia política, quis apenas demonstrar que as minhas opiniões, seja qual for o julgamento que mereçam, e, por muito pouco que concordem com os preconceitos interessados das classes dirigentes, são o resultado de longas e

> conscienciosas pesquisas. (...)" (In: MARX, K.. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, p. 27).

Alguém poderia objetar que a passagem citada não caracteriza um reconhecimento por Marx de uma continuidade em suas obras. Essa objeção, porém, pode ser facilmente destruida por uma leitura atenta desse "Prefácio", onde o autor afirma textualmente que desde a revisão crítica da Filosofia do Direito de Hegel, "nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que..." e que desde então essa conclusão "serviu de fio condutor dos meus estudos" (Idem, p. 24).

Esse entendimento da obra de Marx como um conjunto foi também destacado por Lenin, de modo geral em todos os seus estudos e, de modo específico, em seus trabalhos teórico-metodológicos, tais como: o artigo "Friedrich Engels", publicado em 1896; no artigo "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo", publicado em 1913; na biografia "Karl Marx...", publicada em 1915 (In: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Tomo 1, ps. 28-34, 35-39 e 1-27, respectivamente) e em sua obra **Materialismo e Empiriocriticismo**, todas já referidas anteriormente.

Mais próximo (no espaço e no tempo) que os autores citados, podemos encontrar em Octávio IANNI, em sua "Introdução" à coletânea **Karl Marx: Sociologia**, publicada pela Ática, a evidência do caráter conjunto da obra de Marx, a partir do entendimento de que

> "... todos os trabalhos de Marx são, fundamentalmente, de interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas, em âmbito nacional e

mundial..." (IANNI, O.. "Introdução", p. 7).

A partir de tal entendimento, Ianni deixa claro que a integração crítica, por Marx, das contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica inglesa, foi sendo elaborado simultaneamente ao método de análise e à interpretação do capitalismo (Idem, p. 7-8). Isso não significa pensar que Marx foi separando questões de método e problemas específicos do capitalismo, ao acaso das oportunidades, ou que Marx programou seu trabalho; é simplesmente reconhecer que houve um processo de elaboração e que, ao longo deste, Marx produziu **simultaneamente** o método de análise e a interpretação do capitalismo.

> "Seria enganoso pensar... (que a obra) foi realizada segundo uma separação entre questões de método e problemas específicos do capitalismo ou ao acaso das oportunidades. Com isso não queremos sugerir que Marx prefigurou e programou todo o seu trabalho. É evidente que foi desenvolvendo, passo a passo, uma compreensão cada vez mais clara de problemas que tinha pela frente. (...) Toda a sua obra é um documento vivo sobre a maneira pela qual foi percebendo, delimitando, eliminando, enfrentando e resolvendo as questões. Nesse processo, a atividade política de Marx desempenhou, às vezes, um papel decisivo. O que interessa aqui... é que, ao longo da sua obra, produz, simultaneamente, o método e a interpretação do capitalismo.(...)" (Idem, p. 10).

Sobre a questão de se buscar entender as premissas teórico-metodológicas da concepção materialista dialética a partir, principalmente de seus fundadores, é conveniente que se esclareça que não se está considerando o marxismo como uma obra acabada, cabendo à posteridade a sua admiração e/ou mera

aplicação. Igualmente, não se adota aqui a pressuposição da correção absoluta (e, por isso mesmo, dogmática) das análises teóricas e históricas dos clássicos do marxismo. Concorda-se, de modo geral, com os que admitem a existência de um processo de desenvolvimento e de contribuições expressivas na construção da concepção; isso não significa, porém, aceitar e reconhecer como válidas - enquanto materialismo dialético - os desvios e as tentativas de revisão desenvolvidas (e ainda em desenvolvimento), pois se tratam - dadas suas bases ontológicas e epistemológicas - de construção ou pseudo-elaboração de referenciais que, mesmo pretendendo guardar uma relação de proximidade com o marxismo, possuem (ou deveriam possuir) existência própria.

Mesmo reconhecendo possíveis contribuições e avanços aos pontos de vista dos fundadores da concepção materialista dialética da história, através das quais o próprio processo histórico e os avanços das mais diversas áreas do conhecimento científico foram sendo elucidados e integrados à concepção marxista, é necessário ainda tomarmos a discussão das premissas esboçadas por Marx e Engels, por vários motivos. Em primeiro lugar, face aos próprios desvios, interpretações equivocadas ou falaciosas e arranjos teórico-metodológicos diversos, é preciso ainda hoje, passado quase um século e meio desde as "descobertas" de Marx e Engels, buscar a partir dos próprios formuladores as premissas básicas que possibilitaram a análise da sociedade capitalista e deram sustentação ontológica e espistemológica à nova concepção, em relação às outras então existentes e que foram objeto de crítica e contestação.. Se já Engels, em setembro de 1890, em sua "Carta a Bloch..." (In: MARX,

K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3, p. 284-286) apontava para as distorções e análises errôneas que alguns supostos marxistas estavam cometendo a partir do uso inadequado do método materialista dialético, obrigando-o a explicitar de forma mais sistematizada os fundamentos do novo método, não fica difícil reconhecer que muitas das acusações que o marxismo recebe - de análise economicista, de abordagem mecânica, de dogmatismo, etc. - têm fundamento, mas que se trata de desvio ou mal entendimento do método desde suas formulações originais.

Somente isso justificaria a atualidade das formulações dos fundadores dessa concepção. Porém, é preciso levar em conta que, desde o início, a dialética materialista foi formulada em contraposição a outros métodos que objetivavam a análise da natureza, do homem e da sociedade. Mesmo após terem Marx e Engels evidenciado os limites e as deficiências desses outros métodos, nem por isso deixaram de existir ou de continuarem a ser propagados como formulações científicas e neutras. Dado que as premissas desses métodos e do próprio materialismo dialético ainda permanecem válidas e em vigor, por que não buscar na própria origem (isto é, em Marx e Engels) as premissas que fundamentaram o novo método e a sua contraposição em relação aos demais?

Reconhecendo, novamente, o mérito da análise exegética de FLICKINGER e mesmo depois de tê-lo criticado, não há como deixar de concordar com sua afirmação de que

> "... a reconstrução do desenvolvimento da teoria de Marx dar-nos-á os argumentos fundamentadores de seu programa crítico e de sua necessidade de uma 'materialização' da dialética de Hegel, reclamando, assim, os motivos do preço pago pela sociedade

> burguesa para transformar-se, ou melhor ainda, para deformar-se segundo as necessidades do capital e de sua forma de reprodução. (...)" (FLICKINGER, 1986, p. 19).

Entendendo que só o esclarecimento do trabalho de Marx desvendaria essas questões, esse estudioso completa sua observação alertando para o fato de que este caminho "... ultrapassa a argumentação 'marxológica', que... teria de contentar-se com melhor explicação da miséria existente..." (Idem, ibidem).

Nessa discussão sobre a reconstrução das questões que envolvem um método, a partir da forma como foi exposto por seus fundadores, não se pode esquecer as observações feitas por GRAMSCI que caracterizou Marx como o marco de um novo período histórico.

> "(...) Marx inicia intelectualmente uma idade histórica que provavelmente durará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada. (...)" (GRAMSCI, A.. 1981, p. 94).

Entendendo Marx como o iniciador de uma nova "idade histórica" ou como o fundador de uma nova "concepção do mundo", salientou que o estudo de "uma concepção do mundo que jamais foi exposta sistematicamente por seu fundador" deve buscar a coerência de seu pensamento de forma global:

> "... não em cada escrito singular ou série de escritos, mas no desenvolvimento global do trabalho intelectual múltiplo, no qual os elementos da concepção estão implícitos." (Idem, ibidem).

Esse trabalho, que Gramsci denominou de "trabalho filológico minucioso", deve ser conduzido "com o máximo escrúpulo de

exatidão", "de honestidade científica", "de ausência de qualquer preconceito ou apriorismo" (Idem, ibidem) de forma a que, ao buscar a coerência do pensamento desse autor, se reconstrua o seu processo de desenvolvimento intelectual e sejam determinados seus elementos básicos.

> "... a fim de determinar os elementos que se tornaram estáveis e 'permanentes', isto é, que foram assumidos como pensamento próprio, diverso e superior ao 'material' precedente estudado e que serviu de estímulo; apenas estes elementos são momentos essenciais do processo de desenvolvimento. (...)" (Idem, p. 95).

Crítico contundente dos desvios e utilização inadequada do materialismo histórico (concepção que Gramsci se refere, para evitar problemas com a censura fascista italiana, como "Filosofia da **Praxis**), defendeu a **renovação** do conceito de **ortodoxia** (que o autor opunha ao de "dogmatismo", de "economicismo", etc.) que devia ser relacionado "às suas autênticas origens" e não a qualquer discípulo ou tendência estranha à doutrina original:

> "... o conceito de 'ortodoxia' deve ser renovado e relacionado às suas autênticas origens. A ortodoxia não deve ser buscada neste ou naquele discípulo da filosofia da **praxis**, nesta ou naquela tendência ligada a correntes estranhas à doutrina original, mas no conceito fundamental de que a filosofia da **praxis** "basta a si mesma", contendo em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção do mundo, uma total filosofia e teoria das ciências naturais; e não só isso, mas também os elementos para vivificar uma integral organização prática da sociedade, isto é, para tornar-se uma civilização total e integral." (Idem, p. 186-187).

Concebendo a "filosofia da **praxis**" como uma concepção de mundo revolucionária, que não precisa de

sustentáculos heterogêneos e heterodoxos, defendeu Gramsci a necessidade de se estudá-la a partir de Marx. Após chamar a atenção para questões que não constituem parte essencial do materialismo dialético, estudado a partir de Marx, como os elementos de spinozismo, de feuerbachismo, de hegelianismo, de materialismo francês, etc. - alerta Gramsci para o que é essencial num estudo como esse:

> "... o que mais interessa é precisamente a superação das velhas filosofias, a nova síntese, o novo modo de conceber a filosofia, cujos elementos estão contidos... nos escritos do fundador da filosofia da **praxis**, os quais, precisamente, devem ser investigados e coerentemente desenvolvidos. Teoricamente, a filosofia da **praxis** não se confunde e não se reduz a nenhuma outra filosofia: ela não é só original enquanto supera as filosofias precedentes, mas notadamente enquanto abre um caminho inteiramente novo, isto é, renova de ponta a ponta o modo de conceber a própria filosofia." (Idem, p. 188-189).

Essas observações de Gramsci sobre o caráter revolucionário do marxismo, que não se confunde nem se reduz a nenhuma outra concepção teórico-metodológica, e sobre a necessidade de ainda se estudar um homem como Marx, nos remete às discussões sobre o marxismo feitas por Rosa LUXEMBURGO, em trabalho escrito em 1903 e que levou por título "Estagnação e Progresso do Marxismo". Após indagar o por que "as teorias de Marx atingiram um ponto de estagnação há vários anos?", mais precisamente desde a publicação de **O Capital** e dos últimos trabalhos de Engels (LUXEMBURGO, R., 1984, p. 53-54), a autora conclui que tal circunstância não decorre de ser a concepção materialista dialética história um método de pesquisa demasiadamente rígido ou completamente acabado (Idem, p. 54). A

aparente estagnação do materialismo histórico decorre, por um lado, dos limites e barreiras que a classe trabalhadora encontra para continuar a criar uma cultura intelectual completa, dadas as condições sociais existentes em toda sociedade dividida em classes:

> "Em toda sociedade dividida em classes, a cultura intelectual, a ciência e a arte são filhas da classe dirigente e têm por objetivo, em parte, satisfazer diretamente as necessidades de desenvolvimento social e, em parte, satisfazer as necessidades intelectuais dos membros da classe diretora." (Idem, p. 56)

Por outro lado, sendo o movimento da cultura proletária uma produção de Marx, é preciso reconhecer que sua obra, que constitui como descoberta científica um todo gigantesco, ultrapassa em muito as necessidades diretas da luta de classe do proletariado e de seus teóricos:

> "(...) Na análise completa e detalhada da economia capitalista, assim como no método de investigação histórica, Marx nos deu muito mais do que era necessário para a prática da luta de classes." (Idem, p. 57).

Mesmo que repetindo algumas considerações já feitas no corpo do presente capítulo, gostaria de finalizar esta incursão sobre o marxismo com mais três observações: primeira, é que, mesmo considerando a ocorrência de significativas contribuições à concepção materialista dialética da história depois de Marx e Engels; mesmo reconhecendo que as transformações ocorridas na história moderna (como a consolidação e metamorfose do capitalismo, com o advento dos monopólios e do domínio do capital financeiro; como a complexificação da estrutura de

classes sob as novas condições de produção; como a instauração do regime socialista em parte considerável do planeta e as recentes crises e transformações por que passam essas sociedades; como as dificuldades em se discutir, analisar e viabilizar a transição socialista na Europa Ocidental e em outras partes do mundo capitalista, etc.) exigem um maior empenho dos teóricos marxistas em precisar novas categorias de análise e em atualizar as reflexões sobre o processo histórico - não há como deixar de reconhecer a agudeza da observação de Rosa Luxemburgo sobre a pressuposta estagnação do marxismo: que "não só Marx produziu o suficiente para nossas necessidades" como "nossas necessidades não foram ainda suficientemente grandes para que utilizássemos" todas as suas idéias...

Segunda: vou tomar essa observação de Jacob Gorender: partindo do princípio de que o marxismo não foi ainda esgotado e sequer ultrapassado, mas reconhecendo a necessidade de que o marxismo precisa se desenvolver, através de caminhos múltiplos e do debate livre, se pergunta Gorender o que poderia tomar o lugar do marxismo. Sua resposta descarta a social-democracia, o autonomismo e também o "pós-modernismo" - pois essa tendência representa "uma capitulação completa e vergonhosa à ideologia burguesa difundida através da mídia e das cátedras universitárias. (...)" (GORENDER, J., 1989, p. 12).

A terceira observação é um reforço para endossar o coro dos que consideram essa reflexão sobre o marxismo como da maior atualidade: não só pelo processo histórico em curso, como também porque **"o estatuto da crítica à sociedade capitalista... vai recuperar a relevância"** (cf. SCHWARZ, Roberto. **In: Folha de S.**

Paulo, 22/06/91, p. 6-5). Não somente porque a concepção materialista dialética da história, como todo método, continua a ter sua validade... Mas, também, porque deixamos de ser "saco de pancada": até recentemente todo intelectual de esquerda teve que amargar com o fardo de ver sua análise crítica do capitalismo ser esvaziada **a priori**: tinham motivos para nos acusar de que tudo do lado do "socialismo real" era pior ou as situações muito mais graves. Desde a "queda do Muro de Berlim" esse quadro mudou: ainda que vivendo profunda crise, não há como negar que o regime capitalista é aparentemente hegemônico e que a divisão do mundo em blocos político-ideológicos não tem mais sentido... A crise capitalista, porém, é acompanhada por uma crise das formas burguesas de refletir e propor alternativas ao mundo. Com isso, as análises críticas da sociedade capitalista recuperarão sua relevância, ao mesmo tempo em que obrigará a esquerda a repensar seu projeto político e suas bases teórico-práticas.

Ao propor a necessidade de refletir sobre esse complexo quadro internacional, sobre as principais questões teóricas que afetam a esquerda, e relembrando as sagazes observações de Marx na II e na XI das **Teses sobre Feuerbach** (In: MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas - Volume 3**, São Paulo, Alfa-Omega, s/d, p.208 e 210), assumo a postura de que um tal esforço não pode ser assumido somente como um mero exercício acadêmico, desprovido de vida e sentido... Mas - procurando manter vivo o rigor histórico e lógico que a elaboração científica exige - é necessário contribuir para transformar o mundo existente e para manter aceso o sonho de que um dia iremos construir uma sociedade mais justa, igualitária e humana. Uma sociedade socialista que emerja da

democracia da maioria, que se consolide na igualdade social com liberdade e pluralismo, e na qual os homens possam desenvolver, plenamente, sua forma de ser.

Esse conjunto de afirmações que repõem, ontem e hoje, a atualidade histórica do pensamento de Marx e resumida pela afirmação de que "não só Marx produziu o suficiente para nossas necessidades" e de que "nossas necessidades não foram ainda suficientemente grandes para que utilizássemos" todas as suas idéias, conduzem a uma outra discussão: a da ciência, do método e da elaboração téorica como um produto histórico.

NOTAS AO CAPÍTULO 4

01. Também para o presente capítulo se aplicam as observações constantes na Nota 01 ao Capítulo Terceiro.

02. O que o autor denomina de "marxismo ortodoxo" não passa, para que se possa manter um mínimo de rigor teórico, daquilo que se convencionou denominar de "marxismo soviético" ou "marxismo oficial" ou, ainda, "marxismo dogmático", iniciado com as teorizações de Kautsky e Plekhanov e que deram o suporte "marxista" da II Internacional e, posteriormente, radicalizado na III Internacional pelas interpretações de Trotski, Buckarin e Stalin e, posteriormente, pelos "teóricos" do PCUS.

Gramsci -um dos suportes teóricos das observações de Ozeas Duarte- foi um duro crítico dos desvios do marxismo, se posicionando claramente contra o dogmatismo, o determinismo, o mecanicismo e, até mesmo, sobre a concepção de revolução e de Estado em voga na III Internacional. Gramsci, porém, não confundia esses desvios com ortodoxia que para ele - bom filólogo - estava relacionado às autênticas origens da "filosofia da *praxis*";

> "... o conceito de "ortodoxia" deve ser renovado e relacionado às suas autênticas origens. A ortodoxia não deve ser buscadas neste ou naquele discípulo da filosofia da *praxis*..."(GRAMSCI, A., 1981, p.186).

03. Não se tem por objetivo, no presente trabalho, estudar a evolução histórica do marxismo. Um breve histórico do marxismo e de seus desdobramentos pode ser consultado em: BOTTOMORE, Tom (ed.) e outros. **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.

Uma análise mais detalhada, rica e diversificada pode ser encontrada nos 12 volumes de: HOBSBAWM, E. e outros. **História do Marxismo**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980-1989.

CAPÍTULO 5. APONTAMENTOS DE ALGUMAS QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DIALÉTICA DA HISTÓRIA

Apesar da declaração de "crise do marxismo" e/ou da "morte de Marx" subscrita pelo movimento pós-modernista e, antes dele, por variadas posturas revisionistas, procurei demonstrar no capítulo precedente que os questionamentos ao marxismo não são novos, mas têm simplesmente a **aparência** de atualidade. Para demonstrar essa questão, num primeiro momento, fiz um mapeamento dos principais posicionamentos contemporâneos desse debate no Brasil para, num momento seguinte, expor brevemente a contestação que o marxismo vem sofrendo desde o tempo de Marx e Engels. Na seqüência, baseando-me nas observações de alguns clássicos do pensamento marxista (Lenin, Rosa Luxemburgo, Gramsci...) e de autores contemporâneos (Saviani, Gorender, Schwartz, Florestan, Frei Betto...) manifestei meu entendimento quanto ao significado da atualidade do pensamento marxista: como uma concepção viva e suficiente, ainda na contemporaneidade, para a análise crítica da sociedade capitalista e como um referencial revolucionário e transformador da ordem existente.

Depois da análise desses aspectos no capítulo anterior e antes de adentrar na problemática que será objeto de discussão do presente capítulo, merece registro as observações de

SAVIANI quanto à necessidade de que se considere com mais seriedade a afirmação de Sartre (que não era marxista) "segundo a qual o marxismo é a filosofia viva e insuperável de nosso tempo" e que "uma pretensa 'superação' do marxismo não será, no pior dos casos, mais que uma volta ao pré-marxismo e, no melhor, à redescoberta de um pensamento já contido na idéia que se acredita superar" (SAVIANI, D., 1991, p. 10).

Essa idéia de Sartre, conforme o educador brasileiro, é respaldada pela consideração de que "uma filosofia é viva enquanto expressa a problemática própria da época que a suscitou e é insuperável enquanto o momento histórico de que é expressão não tiver sido superado" (Idem, ibidem). Apesar da estreiteza da análise histórica de muitos autores, não há como deixar de reconhecer que o regime sócio-econômico vigente e internacionalmente hegemônico é o capitalista. Considerando que "os problemas postos pelo marxismo são os problemas fundamentais da sociedade capitalista", não é difícil concluir que "enquanto estes problemas não forem resolvidos/superados não se pode falar que o marxismo terá sido superado" (Idem, ibidem).

Como o objetivo da presente discussão não implica em estudar a evolução histórica do marxismo, é pelo menos conveniente esclarecer que não se pretende aqui defender o marxismo como uma obra acabada, cabendo à posteridade a sua admiração e/ou mera aplicação. Igualmente, não se está defendendo aqui a correção absoluta - no sentido de verdade dada - das análises teóricas e históricas dos clássicos do marxismo, o que caracterizaria uma postura dogmática. Aliás, Marx assim como

Engels, demonstraram em vários de seus escritos que tinham consciência dos limites de suas análises. Somente para exemplificar, no "Prefácio à edição alemã de 1872", do **Manifesto do Partido Comunista**, Marx e Engels alertavam os leitores para o fato de que "certas partes (do Manifesto) deveriam ser retocadas" e assim justificavam essa necessidade:

> "(...) Tendo em vista o desenvolvimento colossal da grande indústria nestes últimos vinte e cinco anos, e os progressos correspondentes da organização da classe operária em partido, tendo em vista a experiência, primeiro da Revolução de Fevereiro e depois, sobretudo, da Comuna de Paris... este programa está agora envelhecido em alguns pontos. (...)" (MARX, K. e F. ENGELS. **Obras Escolhidas - Volume 1**, p. 15).

De maneira ainda mais enfática se expressou Engels em 1895 na "Introdução" a uma nova edição do texto de Marx **As lutas de classe na França de 1848 a 1850**. Após fazer considerações sobre os problemas relativos a análise histórica, tal como ela se realiza diante de nós, assim se expressou quanto a expectativa, manifesta naquele escrito de Marx, de que a revolução de 1848 na França viesse a se transformar numa revolução proletária:

> "A história nos desmentiu, bem como a todos que pensavam de maneira análoga. Ela demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da produção capitalista..." (Idem, p. 99).

Nem mesmo Marx e Engels, portanto, concordariam com o jogo de manter, a qualquer custo, uma fidelidade ou uma servidão dogmática às idéias expostas em seus escritos. Com isso, quero registrar minha concordância com os que admitem a existência de um processo de desenvolvimento e de contribuições

expressivas na construção da concepção. A admissibilidade de contribuições ao fazer científico de Marx/Engels não significa, porém, aceitar e reconhecer como válidas - enquanto materialismo dialético - os desvios e as tentativas de revisão desenvolvidas (e ainda em desenvolvimento). Meu entendimento quanto aos desvios e/ou revisões é que esses desembocam, em geral, na construção ou pseudo-elaboração de referenciais que, mesmo pretendendo guardar uma relação de proximidade com o marxismo, mas dadas suas bases ontológicas e epistemológicas, possuem (ou deveriam possuir) existência própria.

Se o que está em jogo não é a dogmatização da concepção materialista dialética da história, ***qual é a questão que a contemporaneidade nos coloca com relação ao marxismo?***

Pelo teor que o debate sobre a "morte de Marx" tem assumido, o que está em jogo é verificar se as condições históricas (sociais/econômicas/políticas - também, filosóficas) deste final do século XX "autorizam a conclusão de que Marx foi ultrapassado, não fazendo mais sentido tomá-lo como referência para o estudo dos problemas contemporâneos" (SAVIANI, D.. 1991, p. 12).

O objetivo fundamental de toda a obra de Marx foi de estudar histórica e criticamente a sociedade capitalista. Essa afirmação, significa exatamente que o conjunto de sua obra teve por objetivo estudar e revelar as leis de nascimento, existência, desenvolvimento, morte e substituição dessa sociedade. Demarcando o seu objetivo de fazer uma análise científica da sociedade burguesa, tal como o físico ao analisar a natureza, assim escreveu Marx em 1867, no "Prefácio da I^{a}. Edição" de sua

principal obra, **O Capital**:

> "O físico observa os processos da natureza, quando se manifestam na forma mais característica e estão mais livres de influências perturbadoras, ou, quando possível, faz ele experimentos que assegurem a ocorrência do processo, em sua pureza. Nesta obra o que tenho de pesquisar é o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação. Até agora, a Inglaterra é o campo clássico dessa produção. Este o motivo por que a tomei como principal ilustração de minha explanação teórica. (...)" (MARX, K., **O Capital...**, Livro 1, Volume 1, p. 4-5).

Essa análise científica da sociedade capitalista, porém, não estava descolada, desvinculada, de sua análise sobre a superação dessa forma de ser da sociedade e da construção de uma forma social superior, mais desenvolvida, gestada no interior do capitalismo a partir de suas contradições internas. A construção do entendimento de Marx e Engels, pautado no desenvolvimento e superação crítica da filosofia clássica moderna e da economia política, tinha também uma terceira fonte: o socialismo moderno, ao qual os fundadores da concepção materialista dialética da história se vincularam. As teses socialistas, porém, não foram absorvidas sem uma crítica ao seu caráter "utópico" e à necessária vinculação destas no movimento histórico real, inclusive aos avanços do movimento operário (é muito ilustrativo a este respeito o opúsculo de Engels **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**).

Seria um grave equívoco, porém, pressupor que Marx/Engels se propuseram (dado a existência de um modelo ou objetivo pré-determinado) estudar a sociedade socialista e a delinear seu "modelo". Só o desconhecimento ou uma leitura superficial, fragmentária e apressada da obra de Marx/Engels

resultaria em tal conclusão. Concordo com o Prof. Saviani quando afirma que Marx, como cientista, "não estudou a sociedade socialista e... nem poderia fazê-lo", pela óbvia razão "de que esse novo tipo de sociedade não estava - e não está ainda - constituída" (SAVIANI, D., 1991, p. 13). Marx, portanto, estava mais preocupado em caracterizar a necessária transformação histórica da sociedade capitalista, movida por suas contradições internas e em desvendar como desse movimento resultaria, enquanto tendência, a produção de uma nova forma de sociedade, de um novo modo de produção (ver a este respeito o item "Tendência histórica da acumulação capitalista" - MARX, K.. **O Capital...**, Livro 1, Volume 2, p. 879-882).

Um outro aspecto dessa mesma problemática, é que para Marx essa nova forma social não surgiria da noite para o dia, ou por decreto, mas que só se constituiria após o esgotamento pleno de todas as possibilidades contidas no próprio capitalismo. É isso o que disse expressamente no "Prefácio à 'Contribuição à Crítica da Economia Política'", escrito em janeiro de 1859:

> "(...) Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso, a humanidade se propõe apenas os objetivos que pode alcançar..." (MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas - Volume 1**, p. 302).

Apesar da vontade política de alguns, o atual quadro internacional (mesmo com a profunda crise que ele demarca) parece deixar claro, **por um lado**, que ainda hoje não se esgotaram todas as possibilidades do capitalismo. Se essa pressuposição é

verdadeira, não fica difícil compreendermos, de forma mais adequada, as dificuldades e os processos recentes vivido pelo chamado "socialismo real". Por outro lado, se o capitalismo ainda não esgotou, em escala internacional, todas as possibilidades de pleno desenvolvimento das forças produtivas, o chamado "socialismo real" se constituiu tão somente numa tentativa localizada, parcial e paralela à sociedade capitalista.

Sob tais parâmetros da análise de Marx, a nova forma social, portanto, só pode prevalecer quando se manifestar como uma tendência global e dominante, numa referência já citada ao "Posfácio à 2ª. alemã" de **O Capital** (MARX, K.. **O Capital...**, Livro 1, Volume 2, p. 17). Sobre esse entendimento de que a nova forma social só poderá prevalecer "quando tiver o mundo por palco", Saviani diz ser "plausível... a conjectura de que se Marx tivesse acompanhado a experiência da União Soviética ele não teria ilusões a respeito e não estaria surpreso com os eventos que se sucedem hoje naquele país" (SAVIANI, D.. **Opus cit**, p. 13). Entendendo o chamado "socialismo real" como uma experiência, julga adequado analisá-la de forma análoga a que Marx fez para com a Comuna de Paris: de forma positiva, porém, evidenciando seus limites objetivos. Assim, conclui Saviani afirmando que a queda dos regimes do Leste europeu, ao contrário de significar a superação de Marx, constitui um indicador da atualidade de seu pensamento. Por isso,

> "(...) Levando-se em conta que uma filosofia é viva e insuperável enquanto o momento histórico que ela representa não for superado, cabe concluir que se o Socialismo tivesse triunfado é que se poderia colocar a questão da superação do marxismo... O capitalismo continua sendo ainda a forma predominante. Portanto, Marx continua sendo não

> apenas uma referência válida mas a principal referência para compreendermos a situação atual. (...)" (Idem, p. 14).

Considerando o pensamento marxista ainda atual, buscarei no presente capítulo fazer uma retomada das questões teórico-metodológicas que considero básicas e que precisam ser aprofundadas face às questões de fundo que permeiam o debate historiográfico da educação brasileira. Iniciarei tratando da problemática relativa à produção da concepção materialista dialética da história, tanto em termos do processo de produção (histórico) dessa concepção, quanto ao seu encadeamento lógico interno. Com essa exposição buscarei demonstrar que, mesmo pressupondo avanços e desdobramentos nas questões relativas ao método e quanto à interpretação do capitalismo, o conjunto da obra se caracteriza pela **continuidade**, entendida como a retomada, ampliação e aprofundamentos de certos questionamentos por parte de Marx e Engels.

No ítem seguinte, ("A CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da crítica ao método à desmistificação da vida"), me concentrarei sobre os pressupostos teórico-metodológicos da proposição de uma única ciência, a **Ciência da História**, a ciência da totalidade concreta. No item "MÉTODO DA CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da dialética idealista ao materialismo dialético", em vista da proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, porei em relevo a problemática que se refere ao **método** adequado a essa Ciência e que pressupunha novos fundamentos (ontológicos e gnosiológicos) quanto ao fazer científico. Essa discussão terá continuidade no ítem seguinte (intitulado "AINDA SOBRE O MÉTODO:

o método como articulação entre o histórico e o lógico /e/ a prática como critério de verdade"), onde - baseando-me na reconstrução dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico, a partir de suas raízes histórico-filosóficas - tratarei ainda de mais dois aspectos ligados à questão do método: por um lado, a discussão quanto aos caminhos que poderiam ser seguidos pela ciência: o lógico e/ou o histórico; por outro, que critério o marxismo defende para checar a verdade do conhecimento.

Finalizando esta incursão sobre os pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, a última discussão é quanto a **questão das categorias**, pela qual resgatarei que para Marx/Engels as categorias só podiam ser entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento.

5.1. TEORIA E MÉTODO: do seu processo de produção ao seu encadeamento lógico

No capítulo precedente afirmei que as várias descobertas teórico-metodológicas de Marx e Engels estavam todas relacionadas entre si (reciprocamente encadeadas), o que significa - conforme diz IANNI (Opus cit, p. 13) - que as descobertas encontradas na obra de Marx devem ser vistas sempre "em seus desdobramentos e determinações mútuas". Esse encadeamento recíproco aparece ao longo de toda a obra, quando esta é analisada em seu conjunto: quer sob o aspecto da obra no processo de sua produção, quer quanto ao seu encadeamento lógico

interno.

Ao se pensar na obra em seu processo de produção, mesmo reconhecendo que ocorreu no tempo um avanço ou um desenvolvimento na elaboração dos pontos de vista sobre o método e quanto à interpretação do capitalismo, não há como deixar de reconhecer que há entre as obras uma **continuidade**, na qual certos questionamentos, problemas e temas são sempre retomados, ampliados e aprofundados. Essa persistente busca dos fundadores da concepção materialista dialética da história em deixar transparentes as relações fundamentais da sociedade capitalista, em ir construindo um método que desmistificasse a história dos homens e da natureza a partir de suas bases reais, em possibilitar aos homens (de forma geral) e ao proletariado (em particular) a compreensão das leis que regem a história, de forma a que tivessem um instrumento eficiente (no materialismo dialético) para acelerar a passagem do "reino da necessidade" para o "reino da liberdade", é que possibilitam não só entender e analisar a obra em seu conjunto, como em considerar cada uma das obras em particular como parte de um processo de produção, cujo resultado principal é a própria concepção materialista dialética da história.

A análise da obra dos fundadores do marxismo em seu processo de produção leva, por sua vez, à conclusão de que a elaboração do método e a análise da história dos homens (principalmente sob as condições da sociedade burguesa) e da natureza foi sendo elaborada por uma progressiva *integração crítica* das contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política clássica

inglesa. Essa integração, porém, não se deu de forma imediata (num único momento ou numa única obra), mas foi sendo construída de forma a compor uma necessária articulação lógica da pesquisa e dos resultados, cuja manifestação são os artigos, trabalhos e obras produzidas. É, por isso que, além de se entender o conjunto da obra em seu processo de produção, é preciso considerá-la em sua articulação lógica interna.

O ideal seria que esses dois aspectos fossem analisados no conjunto de toda a obra, de forma a abranger a multiplicidade de questões e temas. É preciso reconhecer, porém, que a amplitude da obra e das questões impõe a priorização de um aspecto ou questão em particular, desde que essa seja considerada fundamental no interior da concepção. Assim, concretizando a discussão dessas duas perspectivas (da obra em seu processo de produção e o da obra em seu encadeamento lógico interno), seguir-se-á a formulação da **teoria da luta de classes**, pedra angular da análise marxista da história que ainda julgo manter atualidade, reconstrução sugerida e delineada por IANNI (**Opus cit**, p. 13-22).

Sobre a importância dessa teoria para a concepção materialista da história, o próprio Marx assim entendeu sua contribuição:

> "(...) No que me concerne, não me cabe o mérito de haver descoberto, nem a existência das classes, nem a luta entre elas. Muito antes de mim, historiadores burgueses já haviam descrito o desenvolvimento histórico dessa luta... e economistas burgueses haviam indicado sua anatomia econômica. O que eu trouxe de novo foi: 1) demonstrar que a existência das classes está ligada somente a determinadas fases de desenvolvimento da produção; 2) que a luta de classes conduz, necessariamente, à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura nada mais é que a transição à abolição de todas as classes e a uma sociedade sem

classes. (...)" (MARX. "Carta a Weydemeyer". In: MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas**, Volume 3, p. 253-254).

O primeiro aspecto, **o da obra em seu processo de produção**, transparece na preocupação persistente e preponderante em quase todas as obras de Marx e Engels com o caráter das classes sociais e, principalmente, com os antagonismos e lutas de classe na sociedade capitalista. Para eles, a transformação histórica e, de modo específico, a transitoriedade do capitalismo, dependia do desenvolvimento desses antagonismos e lutas. Assim posto, o confronto fundamental por meio do qual o capitalismo inevitavelmente entraria em desagregação, é o existente entre o proletariado e a burguesia[01], que são as duas classes básicas desse modo de produção. A burguesia foi a classe revolucionária que constituiu o capitalismo, depois de ter surgido com o desenvolvimento e a desagregação das relações de produção feudais. O proletariado, é a classe revolucionária que nega o capitalismo e luta para criar a sociedade sem classes, no socialismo.

É, pois, inegável a contribuição revolucionária da teoria da luta de classes formulada por Marx-Engels, principalmente porque com ela foi incorporado o princípio da contradição enquanto pressuposto básico para a análise não somente lógica mas também histórica do mundo material e social. Essa contribuição foi sendo produzida ao longo de toda a obra, desde os primeiros escritos de Marx, nos quais já ficava revelada uma preocupação constante e preponderante sobre as questões sociais geradas com a formação e expansão do capitalismo. No seio dessas preocupações e indagações a alienação do homem já era

vista na ótica da divisão social do trabalho e esse ponto era encarado como uma condição da alienação que marca a existência social do regime capitalista. Esse avanço da ótica marxiana em relação às concepções de então, fica claramente delineado desde os primeiros escritos que marcam o rompimento de Marx com a filosofia hegeliana.

Em a **Questão Judaica**, escrita por Marx em 1843, a polêmica contra Bruno Bauer foi conduzida de forma a que a pretensa crítica deste sobre o problema da emancipação dos judeus conduzia necessariamente a uma "crítica da crítica", a partir da qual eram apontados, de um lado, os limites da interpretação de Bauer e dos jovens hegelianos e, de outro, Marx ia indicando para a relação necessária entre a "questão judaica" e a sociedade burguesa. Em linhas gerais, para Marx a questão religiosa deveria deixar de ser tratada teologicamente e passasse a ser tratada a partir do "social", do "real", da "prática":

> "Não vamos buscar o mistério do judeu na sua religião, mas, ao contrário, buscamos o mistério da religião no judeu real." (MARX, K.. **A Questão Judaica**, p. 55).

A partir desse redirecionamento da questão religiosa, concluiu Marx que o fundamento (prático) do judeu e do judaísmo era o "interesse egoísta", "a usura" e "o dinheiro" (Idem, ibidem), cuja manifestação mais desenvolvida coincidia com os princípios da sociedade burguesa (Idem, p. 59); por isso, a questão não era discutir a emancipação do judeu, mas de acabar com os próprios fundamentos práticos do judaísmo e da sociedade burguesa; isto é, a emancipação social do judeu implicava a emancipação da sociedade dos fundamentos do judaísmo, a emancipação da sociedade

do judaísmo, por sua vez, significava emancipar a humanidade da sociedade burguesa (Idem, p. 63).

Na **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** (escrita por Marx em 1844) essa discussão foi retomada, mas dando o autor um passo mais largo em direção às suas "descobertas". Nesse trabalho, concluiu Marx sua crítica à religião e à concepção ideológica dela decorrente: a religião foi tomada como um produto ("reflexo") do próprio homem; não como reflexo de sua verdadeira realidade, mas como uma "consciência invertida do mundo", como a teoria geral de um mundo invertido...

> "A religião não faz o homem, mas, ao contrário, o homem faz a religião: este é o fundamento da crítica irreligiosa. A religião é a autoconsciência e o autosentimento do homem que ainda não se encontrou ou que já se perdeu. Mas o homem não é um ser abstrato, isolado do mundo. O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, criam **uma consciência invertida do mundo**, porque eles são um mundo **invertido**. A religião é a teoria geral deste mundo... sua lógica popular... sua razão geral de consolo e de justificação..." (Idem, p. 105)

Por ser a consciência invertida do mundo, a religião expressa, por um lado, a miséria real e, por outro, é um protesto contra ela (Idem, p. 106). É neste sentido que ela é "o ópio do povo":

> "A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra ela. A religião é o soluço da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, o espírito de uma situação carente de espírito. É o ópio do povo." (Idem, ibidem),

Entendida enquanto "felicidade ilusória do povo", a religião precisava, para Marx, ser suprimida. Era preciso superar a crença, a ilusão, a religião. Uma vez "superada a crença no que está além da verdade" (Idem, p. 106), afirmou Marx que "a missão da história" consistia em buscar "a verdade daquilo

que nos circunda", em desmascarar as formas santificadas da alienação (Idem, p. 106-107). Nessa busca da "verdade", chegou àquilo que considerou como o verdadeiro problema fundamental da época moderna: a relação entre a indústria e o mundo da riqueza com o mundo político (Idem, p. 112). Na França e Inglaterra, concluiu, esse problema era colocado em termos de "economia política"; na Alemanha, porém, era parte da "filosofia... do Direito e do Estado" (Idem, p. 112-113 e 114). Nas condições da Alemanha, portanto, quebrar com as condições geradoras da alienação implicava numa ruptura crítica com essa filosofia, na negação da filosofia (Idem, p. 114-115).

Como realizar na Alemanha a emancipação (ou a "transformação" ou a "revolução", como Marx passou também a denominar a emancipação)? Para Marx isso era possível pela instauração da dominação de uma classe da sociedade burguesa que emanciparia a sociedade em geral a partir de sua situação de classe. Para tanto era necessário existir na sociedade uma classe que fosse sentida e reconhecida como representante geral de toda a sociedade (Idem, p. 121-122). Como na sociedade alemã nenhuma classe especial tinha rigor, arrojo e intransigência para converter-se em representante da sociedade, onde residiria a possibilidade da emancipação?

> "... na formação de uma classe com cadeias radicais, de uma classe da sociedade burguesa que não é uma classe da sociedade burguesa; de um estado que é a dissolução de todos os estados; ... de uma esfera, finalmente, que não pode emancipar-se sem se emancipar de todas as demais esferas da sociedade e, simultaneamente, de emancipar todas elas; ... Essa dissolução da sociedade como uma classe especial é o **proletariado**."(Idem, p. 125)

Essas conclusões, mesmo com toda a precariedade de que são revestidas, já eram reveladoras de alguns aspectos básicos para a opção dialética (resultado da formação hegeliana de Marx) e materialista (fruto da incorporação de pontos de vista então defendidos por Feuerbach) de Marx e Engels e que se refletiam na incipiente discussão sobre o caráter social da emancipação, da relação desta com a sociedade capitalista; do entendimento da emancipação como transformação e revolução, processos que se vinculavam às classes da sociedade burguesa, no interior das quais o proletariado era entendido como a única classe em condições objetivas de realizar o "sonho utópico".

A insipiência das elaborações iniciais começaram a ser cobertas a partir desse mesmo ano de 1844, adquirindo contornos mais próximos das elaborações posteriores, conforme revelam os **Manuscritos Econômicos e Filosóficos** de Karl Marx, ou o **Esboço para uma Crítica da Economia Política** e **A Situação da Classe trabalhadora na Inglaterra**, de F. Engels.

Para melhor precisar alguns dos avanços ocorridos na discussão da teoria das classes sociais, tomar-se-á como exemplo dessas obras de 1844 os **Manuscritos....** Nesse escrito, a questão das classes passou a ser centrada diretamente sobre o capitalismo, a partir da questão do trabalho e da alienação. Como a Economia Política (com seus pressupostos, categorias e leis) era considerada por Marx como a expressão dessa sociedade, o autor se envolveu com longa argumentação crítica sobre ela, buscando apontar claramente os limites de suas análises: embora concebendo o processo material dessa sociedade, a economia concebia-o por meio de fórmulas abstratas e gerais; embora

estabelecesse leis, não as compreendia e nem as explicava; igualmente, não dava nenhuma explicação sobre a base de suas distinções e relações; quando pretendia ser explicativa, suas explicações estavam em função dos interesses capitalistas; enfim, em suas explicações a Economia Política ficava no "aparentemente acidental" (MARX, K.. **Manuscritos...**, p. 89). A necessidade de superar os limites da Economia Política levou Marx a defender uma clara postura metodológica: era necessária a apreensão das relações reais dos fatos e coisas (Idem, p. 90).

Em lugar de iniciar a discussão a partir de uma "legendária situação primitiva" (um tipo de explicação como que teológica), como fazia a economia política, era preciso começar pela situação mais real, transparente e atual:

> "Partiremos de um fato econômico contemporâneo. O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. (...) A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas. (...)" (Idem, p. 90)

Essa situação de pauperização do trabalhador, para Marx, era devida ao fato do produto do trabalho (como mercadoria) se opor ao trabalhador como um ser alienado. A alienação do trabalho em seu produto, porém, implicava muito mais: a alienação assumia uma existência externa ao trabalhador, opondo-se-lhe como uma força autônoma. Ao assumir a forma de produto alienado, a alienação só poderia existir se sua origem estivesse na própria atividade produtiva, como uma atividade voltada contra o trabalhador, independente dele e não lhe pertencendo. Com isso, a alienação atingia as relações básicas e vitais do próprio homem:

> "aliena a natureza do homem e... aliena o homem de

si mesmo... também o aliena da espécie" (Idem, p. 95).

Identificando a alienação como a origem da miséria do trabalhador, Marx se questiona sobre qual a forma como esse conceito se expressava na realidade e a quem pertenceria o produto do trabalho do trabalhador. A partir desse questionamento, concluiu que o produto do trabalho do trabalhador pertencia a um outro ser (a um outro homem) que não o trabalhador; isso significa afirmar que a alienação cria a dominação do não-trabalhador sobre o trabalho, esta alienação cria a relação do capitalista com o trabalhador e, por sua vez, cria também a propriedade privada, como a personificação, o resultado, da relação externa do trabalhador com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens. Fica com isso revelado que, na sociedade capitalista, a propriedade privada é, por um lado, um produto da alienação e, por outro, um meio pelo qual o trabalho é alienado (Idem, p. 98-100).

Ao mesmo tempo em que chegou à conclusão de que a propriedade privada era a realização, a base, da alienação do trabalhador, Marx ampliava suas conclusões anteriores: considerava a propriedade privada como base, também, da divisão do trabalho e da troca (Idem, p. 143). Por isso, a divisão do trabalho passou a ser considerada como a própria expressão do caráter social do trabalho alienado (em oposição à economia política que, concebendo a divisão do trabalho como natural, a considerava como um elemento individual, produto da propensão natural do homem em trocar e barganhar) ou como o estabelecimento alienado da atividade humana, da atividade do homem como ente-

espécie (Idem, p. 138).

Essa conclusão foi uma ponte necessária para que Marx considerasse, na base das condições reais da alienação do trabalhador na sociedade burguesa, a **superação da propriedade privada** como uma exigência da própria lógica histórica da vida humana:

> "Declarar que a propriedade privada é a base da divisão do trabalho e da terra é simplesmente afirmar que o trabalho é a essência da propriedade privada... É precisamente no fato de a divisão do trabalho e da troca serem manifestações da propriedade privada que encontramos a prova, primeiro de que a vida humana necessitava da propriedade privada para a sua realização, e segundo que ela agora exige a superação da mesma." (Idem, p. 143).

A superação da propriedade privada, decorrência da relação do trabalho alienado com a propriedade privada, assumia a forma política de **emancipação dos trabalhadores** e de emancipação de toda a humanidade e de toda a servidão, pois todos os tipos de servidão são somente modificações ou conseqüências da relação entre o trabalho alienado e a propriedade privada (Idem, p. 100).

Por tal argumentação, entendeu Marx que a emancipação do trabalhador, entendida enquanto **movimento revolucionário**, encontrava sua base empírica e teórica no desenvolvimento da propriedade privada, por ser ela a expressão material e sensorial da vida humana alienada: a substituição da propriedade privada foi entendida por Marx como a substituição de toda forma de alienação (Idem, p. 117). No contexto do desenvolvimento capitalista, entendia igualmente o autor que era o **comunismo** quem representava esse processo de vir-a-ser, representava a abolição da propriedade privada e a verdadeira

apropriação da natureza humana do e para o homem; era, pois, o retorno do homem a si mesmo como um ser social - um humanismo plenamente desenvolvido:

> "O comunismo é a abolição **positiva** da **propriedade privada**, da **auto-alienação humana** e, pois, a verdadeira apropriação da natureza **humana** através do e para o homem. Ele é, portanto, o retorno do homem para si mesmo como um ser **social**, i. é, realmente humano, um retorno completo e consciente que assimila toda a riqueza do desenvolvimento anterior. O comunismo como um naturalismo plenamente desenvolvido é um humanismo e como humanismo plenamente desenvolvido é naturalismo. É a resolução **definitiva** do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante. É a verdadeira solução do conflito entre existência e essência... entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e espécie. É a solução do enigma da história..." (Idem, p. 116-117).

Essa problemática foi retomada e ampliada em **A Ideologia Alemã...**, escrita em 1846 por Marx e Engels, quando polemizavam com os jovens hegelianos e com as conseqüências sociais da concepção otimista da economia política inglesa sobre a divisão social do trabalho.

A argumentação que desenvolveram em **A Ideologia Alemã...** sobre a divisão do trabalho, sobre as relações de alienação, sobre a estrutura de classes e sobre a transformação histórica de um modo de produção para outro, encontra-se profundamente mesclada com a análise crítica (sobre questões metodológicas, teóricas e práticas) da filosofia clássica alemã e, secundariamente, da economia política. Somente para exemplificar e tornar mais elucidativo o que se disse, vejam-se algumas das principais passagens sobre essas questões.

Da crítica à concepção idealista e reacionária da

filosofia alemã, emerge a pressuposição de que se tinha que tratar a história a partir de suas bases puramente materiais, reais e empiricamente verificáveis (Opus cit, p. 18-19). A primeira condição histórica, portanto, é a existência de homens vivos: para a existência de homens vivos, é necessário que os homens produzam os meios de vida necessários à sua existência, isto é, "ao produzirem os seus meios de existência, os homens produzem... a sua própria vida material" (Idem, p. 19). A forma como os homens produzem constitui um modo determinado de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. Por isso mesmo, "o que são coincide... com a sua produção..., tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem" (Idem, ibidem). Para a produção os homens estabelecem relações determinadas, tanto com a natureza, como com outros homens: estabelecem, portanto, determinadas relações de produção que dependem, por sua vez, de suas relações com a natureza ou com os meios de existência já elaborados e que precisam reproduzir. As relações de produção correspondem, assim, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais desenvolvidas pelos homens.

O grau de desenvolvimento dessas forças produtivas é reconhecível, historicamente, pelo desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho:

> "(...) Reconhece-se facilmente o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação a partir do grau de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho. Na medida em que não constitui apenas uma mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas..., qualquer nova força de produção tem por conseguinte um novo aperfeiçoamento da divisão do trabalho. (...)" (Idem, p. 20).

A posição dessas relações (entre forças produtivas e relações de produção) é condicionada, por sua vez, pelo modo de exploração do trabalho: escravatura, ordens e classes, que representam igualmente outras tantas formas de propriedade: propriedade tribal, propriedade escravista, propriedade feudal e propriedade capitalista. Dito em outras palavras: a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, correspondem determinadas relações de produção; o reconhecimento do grau de desenvolvimento atingido por estas relações depende, por sua vez, do desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho, que é condicionado, em cada época histórica, por um modo determinado de exploração da força de trabalho e que, por sua vez, determina diferentes formas de apropriação (da natureza, dos instrumentos e dos produtos do trabalho).

Primitivamente esta divisão do trabalho não passava de divisão de funções a partir do ato sexual; mais tarde se realizou uma divisão "natural" do trabalho, em conformidade com os dotes físicos. Só a partir do momento em que se operou uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, a divisão do trabalho surgiu efetivamente:

> "(...) A divisão do trabalho só surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre trabalho material e intelectual. A partir desse momento a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência prática existente, que representa de facto qualquer coisa sem representar algo de real.(..)" (Idem, p.37).

Com a divisão do trabalho manual e intelectual surge, portanto, a contradição entre as classes que se dedicam a

estas atividades e que se verifica na contradição entre a atividade material e intelectual, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo, cada uma cabendo a indivíduos distintos.

Essas condições, produto da divisão do trabalho no interior da sociedade, implicam ainda a contradição entre o interesse singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si. Essa contradição (entre o interesse particular e o coletivo) faz com que o interesse coletivo adquira uma forma independente, separada dos interesses reais dos indivíduos e tome a aparência de comunidade ilusória: **o Estado**. As contradições que se depreendem nas lutas políticas no interior do Estado são, pelo que se disse, formas ilusórias que encobrem as lutas das diferentes classes entre si (Idem, p. 38-39). Disto concluem os autores que toda classe que aspira ao domínio da sociedade, mesmo que esse domínio seja necessário para acabar com todas as formas de dominação, deve conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse de classe como sendo o interesse coletivo (Idem, p. 40).

Toda a discussão feita em **A Ideologia Alemã**... desemboca no fato de que a divisão do trabalho, a partir do momento em que produz uma cisão entre o interesse coletivo e o particular, em função da repartição do trabalho, gera um poder estranho que se opõe ao próprio homem: é a **alienação** (Idem, p. 40). Ela faz com que cada indivíduo tenha uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; ocorre uma "petrificação do ... próprio trabalho", uma "fixação da atividade social", que domina e escapa ao controle do homem.

Essa alienação, considerada por Marx e Engels como

"um dos momentos capitais até nossos dias" (Idem, p. 41), gera as próprias condições para a sua abolição. A abolição da alienação (ou emancipação), porém, só pode ser realizada pela conjugação de duas condições práticas:

> "Esta 'alienação'... só pode ser abolida mediante duas condições **práticas**. Para que ela se transforme num poder 'insuportável', quer dizer, num poder contra o qual se faça uma revolução, é necessário que tenha dado origem a uma massa de homens totalmente "privada de propriedade" que se encontre simultaneamente em contradição com um mundo de riqueza...; ambas as coisas pressupõem um grande aumento da força produtiva... um estágio avançado de desenvolvimento. Este desenvolvimento das forças produtivas... é uma condição prévia absolutamente necessária, pois, sem ela, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará... a luta pelo indispensável..." (Idem, p. 41-42).

Nessas condições de abolição da alienação e das condições práticas para a sua realização é que voltaram a discutir o entendimento do **comunismo**, como um "movimento real que acaba com o atual estado de coisas" e <u>não</u> como um estado que deva ser implantado ou como um ideal a que a realidade deva obedecer (Idem, p. 42). Desta conclusão decorre a crítica ao movimento comunista de então, e de modo particular a Feuerbach, de que para o comunista, ou seja para o materialista prático, "é mister revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra" (Idem, p. 29).

Para que a revolução - e entendeu Marx e Engels que é "a revolução que constitui a força motriz da história" (Idem, p. 49) - ocorresse era necessário "criar uma massa de homens conscientes e um movimento que possibilitasse a essa classe (que é o proletariado) não somente a liquidação da classe dominante, mas a "aniquilar toda a podridão do velho sistema e...

optar a fundar a sociedade sobre novas bases" (Idem, p. 48).

Gradativamente, pois, Marx e Engels foram delineando sua concepção do capitalismo como uma sociedade na qual a burguesia e o proletariado são considerados como classes sociais simultaneamente revolucionárias e antagônicas. Revolucionárias e antagônicas no sentido de que enquanto uma instaurou o capitalismo, a outra - desenvolvida no seio deste - começou a lutar pela destruição desse regime, no mesmo instante em que apareceu. Isso equivale a dizer que dentro da revolução burguesa, começou a se forjar a revolução proletária.

Para que não se alongue demasiadamente nesse aspecto, basta uma retomada rápida da primeira parte do **Manifesto do Partido Comunista**, onde as questões básicas para a análise da luta de classes da sociedade capitalista e da luta do proletariado pela destruição do Estado burguês e implantação da "ditadura revolucionária do proletariado", enquanto fase de transição para uma sociedade sem classes, já estavam postas. Partindo do pressuposto de que toda a história "tem sido a história da luta de classes" (MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p.21), os autores passaram a delinear o processo de construção da estrutura de classes da sociedade capitalista. A construção desta sociedade "brotou das ruínas da sociedade feudal" (Idem, p. 22), na qual o regime feudal de propriedade não correspondia mais às necessidades das forças produtivas em pleno desenvolvimento (Idem, p. 25). Nesse quadro a burguesia surgiu historicamente enquanto classe revolucionária:

> "A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção

e, com isso, todas as relações sociais. (...)" (Idem, p. 24).

Da mesma forma e num processo semelhante ao que havia ocorrido na transição do modo feudal de produção para o capitalista, as forças produtivas modernas, desenvolvidas com a grande indústria, têm se revoltado contra as relações de produção e de propriedade que condicionaram a existência da burguesia.

> "(...) As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações de propriedade burguesa; pelo contrário, tornaram-se por demais poderosas para essas condições, que passam a entravá-las; e todas as vezes que as forças produtivas sociais se libertam desses entraves, precipitam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. (...)" (Idem, p. 26).

E, de forma análoga ao que passou sob o regime feudal com o desenvolvimento da burguesia, o desenvolvimento capitalista produziu também o proletariado; desde que essa classe nasceu, começou sua luta contra a burguesia (Idem, p. 26-27). Nesse processo, os trabalhadores individuais transformaram-se no proletariado; de classe econômica em classe política; de classe em si numa classe para si. Nesse momento o proletariado passou a lutar politicamente pela destruição do Estado burguês e pela instauração da "ditadura revolucionária do proletariado". Por isso mesmo que, dentre as forças produtivas desenvolvidas pelo capitalismo, a maior e a mais importante foi a própria classe trabalhadora - a única que pode transformar o capitalismo e engendrar um novo homem e uma nova sociedade (MARX, K.. **A Miséria da Filosofia**, p. 164-165).

Essa problemática foi retomada de forma mais ampla

e profunda em **O Capital...**, onde foram analisadas as implicações econômicas e sociais da divisão do trabalho, na busca das relações que fundamentam a alienação do produtor no sistema capitalista. Para Marx, a força individual do trabalho permanece inativa se não é vendida ao capital; isto é, a força individual de trabalho só pode funcionar em benefício do trabalhador, quando também beneficia o capitalista. Foi, porém, com a divisão social do trabalho operada pela indústria moderna (comparativamente à divisão artesanal e, mesmo, manufatureira do trabalho), que o processo de dissociação entre o produtor e a propriedade dos meios de produção, alcançou seus maiores desenvolvimentos. Devido à fragmentação do processo produtivo, o operário é levado a utilizar apenas uma parte de suas faculdades criativas. Com isso, o grau de alienação, imposto pela divisão social do trabalho na fábrica, em cada setor econômico e na sociedade, é uma determinação da produção de mais-valia relativa, ou de expansão dos ganhos do capital, às custas do trabalhador. Assim sendo, essa divisão social do trabalho desenvolveu a força produtiva do trabalhador coletivo para o capitalista, produzindo novas condições de domínio do capital sobre o trabalho. Por isso mesmo, revela-se (contraditoriamente) em fator necessário ao desenvolvimento econômico da sociedade e, de outro lado, em meio "civilizado" e "refinado" de exploração (cf. IANNI, **Opus cit**, p. 15-17).

Como Marx não se ateve n'**O Capital** a análise dos fundamentos da alienação na sociedade capitalista, é imprescindível trazer à luz sua preocupação em desvendar as condições de existência e de superação histórica desse modo de

produção. Assim, ao tratar da "tendência histórica da acumulação capitalista" (MARX, K.. **O Capital...**, Livro 1, Volume 2, p. 879 e s/), a conclusão do autor não poderia ser outra que relacionar a acumulação capitalista ao próprio processo de transformação histórica desse modo de produção. Partindo da análise do processo de acumulação primitiva de capital (ou seja: do processo de transformação do modo de produção feudal no capitalista), concluiu Marx que essa transformação foi gerada pelas próprias condições e forças materiais e sociais produzidas no interior do velho modo de produção e que impunham e exigiam novas bases materiais e relações sociais para seu pleno desenvolvimento. O processo como isso se deu foi profundamente contraditório e violento: pela transformação dos meios individuais de produção em meios socialmente concentrados; pela expropriação da massa da população, despojada de suas terras, de seus instrumentos de trabalho e de seus meios de produção; enfim, pelo saque, pelo roubo e rapina, etc..

Mas, de forma semelhante ao que havia ocorrido na transformação do modo de produção feudal para o capitalista, as forças materiais e sociais que essa gerou, estavam a exigir a sua transformação. Nessa transformação, porém, não era mais o trabalhador independente quem tinha que ser expropriado, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores (Idem, p. 881).

Essa expropriação e transformação não ocorria devido a uma manifestação do espírito no mundo ou como a concretização de um modelo ideal na sociedade, mas decorria da <u>ação das leis imanentes à própria produção capitalista</u>, assim formulada por Marx:

> "... a produção capitalista gera sua própria negação, com a fatalidade de um processo natural. É a negação da negação. Esta segunda negação não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual tendo por fundamento a conquista da era capitalista: a cooperação e a posse comum do solo e dos meios de produção gerados pelo próprio trabalho.
>
> (...) Antes, houve a expropriação da massa do povo por poucos usurpadores, hoje, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo." (Idem, p. 881-882).

Mesmo que se possa ou se queira argumentar o contrário, através da ênfase nas diferenças entre as diversas obras ou entre as premissas que foram sendo trabalhadas e desenvolvidas nas diferentes fases da vida de Marx, a análise da obra em seu conjunto e em seu processo de produção revelam uma profunda articulação no pensamento, na reflexão e na análise dos fundadores da concepção materialista dialética da história. Essa articulação nas idéias dos fundadores, ao se revelar na obra em seu processo de produção, deixa a mostra outro aspecto dessa "articulação": **a existência de uma profunda articulação lógica interna da obra**. Quanto a esse segundo aspecto (da obra em seu encadeamento lógico interno), procurar-se-á demonstrar que a teoria da luta de classes de Marx e Engels emerge da própria análise sobre o capitalismo.

Conforme se salientou anteriormente, a interpretação marxista do capitalismo foi elaborada pela integração crítica das contribuições da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico francês e da economia política inglesa. Entretanto, esse trabalho crítico serviu tanto de fio condutor para desenvolver e integrar a reflexão sobre o desenvolvimento

histórico da sociedade humana, notadamente do capitalismo, como para apreender, isolar e aprofundar a análise de questões que essas concepções não foram suficientes para resolver ou resolveram de forma considerada incompleta ou falaciosa. Foi, portanto, um processo essencialmente crítico e prático, através do qual foi sendo produzida a interpretação do capitalismo, ao mesmo tempo em que se desvendavam as condições da superação deste por outro regime produtivo (cf. IANNI, O.. **Opus cit**, p. 18-19).

Na medida em que esse processo crítico-prático foi sendo realizado, igualmente foi ficando transparente o processo político por meio do qual se deu a metamorfose da classe operária de "classe em si" para "classe para si", o que foi crucial para o entendimento do processo de desenvolvimento da contradição de classes no capitalismo. Embora essa articulação lógica da obra já tenha aparecido quando foi citada **A Miséria da Filosofia**, obra considerada pelo próprio Marx como aquela em que "os pontos decisivos foram cientificamente esboçados pela primeira vez...", sua retomada pode ajudar a melhor exemplificar o entendimento sobre a questão das classes e da contradição de classes no capitalismo.

> "A grande indústria concentra, em um mesmo lugar, uma massa de pessoas que não se conhecem entre si. A concorrência divide os seus interesses. Mas a defesa do salário, esse interesse comum a todas elas perante seu patrão, une-as em uma idéia comum de resistência: a coalizão. (...) Se o primeiro fim da resistência se reduzia à defesa do salário, depois, à medida que, por sua vez, os capitalistas se associam, movidos pela idéia da repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, formam grupos, e a defesa pelos operários de suas associações, diante do capital sempre unido, acaba sendo para eles mais necessária que a defesa do salário.
> (...) Nessa luta - verdadeira guerra civil - vão-se

> unindo e desenvolvendo os elementos para a batalha futura. Ao chegar a esse ponto, a coalizão toma caráter político. (...) O domínio do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Assim, pois, essa massa já é uma classe relativamente ao capital, mas ainda não é uma classe para si. Na luta, da qual não assinalamos mais que algumas fases, essa massa se une, constituindo numa classe para si mesma." (MARX, K.. **A Miséria da Filosofia**, p. 158-159).

No curso em que a reflexão dessa problemática foi sendo desenvolvida, igualmente foi se descobrindo que a mercadoria se singulariza por exprimir, em última instância, uma relaçao determinada de alienação entre o operário e o capitalista. Se inicialmente a mercadoria aparece como valor de uso, à medida que a análise progride, porém, fica evidente que sob o valor de uso está o valor de troca, e de que sob este está o valor trabalho (o trabalho social cristalizado na mercadoria). Disso decorre a conclusão a que chegou Marx de que a troca de mercadorias escondia a troca dos trabalhos nela cristalizados. Na medida em que somente a força de trabalho é fonte geradora de valor, a acumulação de capital só é possível pela expropriação pelo capitalista de trabalho não pago ou mais-valia. Assim, o segredo da acumulação está na diferença entre o trabalho necessário à reprodução do trabalhador (aquilo que lhe é pago sob a forma de salário) e o trabalho excedente que o operário é obrigado a realizar (trabalho não pago). É esse trabalho excedente que constitui a mais-valia: quando advém da extensão da jornada de trabalho, produz mais-valia absoluta; quando resulta do aumento ou potenciação da produtividade da força de trabalho, pela melhora tecnológica, divisão do trabalho ou outras forças produtivas combinadas, gera a mais-valia relativa. Essa análise,

à medida que vai se tornando cada vez mais concreta, foi possibilitando a Marx a elaboração dos conceitos de valor de uso, valor de troca, valor trabalho, trabalho social (concreto, abstrato, individual, coletivo...), trabalho necessário, trabalho excedente, mais-valia absoluta, mais-valia relativa, etc.. Da análise elaborada, chegada a sua expressão máxima em **O Capital...**, o núcleo que a explica é a categoria mais-valia, que é reveladora de uma relação determinada de alienação e antagonismo, na qual se encadeiam e opõem o operário e o capitalista (cf. IANNI, O.. **Opus cit**, p. 18-19).

É, pois, por intermédio desse movimento analítico em que as categorias vão exprimindo relações necessárias, que surge a real condição da classe operária, ao mesmo tempo em que surge a real condição da classe capitalista, desde o processo produtivo, até as suas relações políticas de antagonismo e negação.

Pelo que se disse sobre o pensamento marxiano, fica claramente delineado que a teoria da luta de classes foi um resultado combinado de dois movimentos de reflexão: por um lado, Marx e Engels elaboraram a sua compreensão das classes sociais, seus antagonismos e lutas, à medida que foram desenvolvendo as suas reflexões, desde a crítica da filosofia clássica, passando pela crítica do socialismo utópico francês, até a crítica da economia política clássica inglesa; por outro lado, mas ao mesmo tempo, Marx mergulhou e demorou na análise lógica das relações de produção especificamente capitalistas. Ao realizar esse trabalho, reencontrou as classes sociais em suas relações de complementariedade e antagonismo. Tanto um quanto outro

movimento, são indissolúveis e encadeados no curso da produção da interpretação crítica da sociedade capitalista.

Essa interpretação, porém, não se deu somente enquanto uma atividade intelectual, mas foi desenvolvida e enriquecida a partir de um profundo engajamento político nas lutas operárias de então.

5.2. A CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da crítica ao método à desmistificação da vida

Após ter-se tratado, no item anterior, do processo de elaboração teórico-metodológica dos fundadores da concepção materialista dialética da história, é fundamental aprofundar a discussão sobre o marxismo, buscando, em seu próprio processo histórico, suas bases ontológicas e epistemológicas. Para tanto, é conveniente perguntar: qual a pressuposição básica desenvolvida por Marx e Engels para a elaboração do conhecimento que desejavam em seus estudos? Como é sabido, nao foi considerando a existência de uma multiplicidade de disciplinas científicas que objetivam a análise de determinadas ordens de questões, mesmo que se reconheça a relação entre estas, como é o procedimento dos positivistas e neo-positivistas desde a publicação por Auguste COMTE do **Curso de Filosofia Positiva**, a partir de 1830, no qual o autor estabeleceu uma das bases de classificação das ciências (COMTE, A.. **Curso de Filosofia Positiva**, p. 1 a 39). Desde então, nos limites estritos das disciplinas científicas, positivamente classificadas, consolidou-se a pressuposição de que o mundo é uma

ordenação que comporta diferentes níveis e graus, o que, conseqüentemente, conduziu a uma profunda compartimentalização e fragmentação do conhecimento construido sobre ele.

Contrapondo-se a essa visão positivista da realidade e do conhecimento construido sobre ela, Marx e Engels partiram do princípio de que as pressupostas diferentes "ordens fenomênicas" em que se subdivide o real, não passavam de fato, de aspectos diferenciados deste e de que, sob as bases reais, não são separáveis, mas condicionam-se reciprocamente conformando uma **totalidade**. Essa questão, não recebeu por parte dos fundadores do marxismo um tratamento eclético, no sentido de se tentar superar os limites impostos pelos procedimentos teórico-metodológicos de qualquer das compartimentadas posturas ontológicas e epistemológicas de então, mas ampararam as suas pressuposições nos limites estritos da proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, ciência da totalidade concreta.

A proposta de ciência única começou a ser delineada, por Marx, desde a partir do primeiro momento de seu rompimento com suas bases filosóficas e científicas anteriores. Assim, já em 1844, na **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**, Marx, preocupado em pôr a nu as bases da alienação do homem, a partir da crítica à crítica da religião, entendida como teoria geral de um mundo invertido, portanto, "realização fantástica da essência humana" (MARX, K.. **Introdução à Critica da Filosofia do Direito de Hegel**, p. 105), delineava os primeiros contornos que o levariam, posteriormente, a propor a unidade do conhecimento. Sem ainda pensar numa ciência da história, mas na própria história, compreendia a necessidade de

se buscar, em contraposição à religião e à crítica da religião, as bases reais (ou a "verdade") do mundo e da vida. Nessa busca da "verdade", a filosofia (parece que entendida, ainda, de forma clássica, como conhecimento dos conhecimentos) aparece como a desmistificadora da religião e da teologia.

> "... superada a crença no que está **além da verdade**, a **missão da filosofia** consiste em averiguar **a verdade daquilo que nos circunda**. E, como primeiro objetivo... a **missão da filosofia**, que está a serviço da história, consiste no desmascaramento da autoalienação em suas **formas não santificadas**. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a **crítica da religião** na **crítica do direito**, a **crítica da teologia** na **crítica da política**". (Idem, p. 106- 107 - grifos do autor).

No terceiro dos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos** um passo mais foi dado por Marx: a ciência e a atividade científica passaram a ser entendidas não somente como averiguação da "verdade que nos circunda", mas ela própria como **"produzida pelo homem"**, tanto por seu conteúdo como por sua origem. Partindo do ponto de vista de que a sociedade produz o homem como homem, concluiu Marx que também ela (a sociedade) era produzida por ele. Mas não só o próprio homem e a sociedade constituíam-se em produtos humanos, também a natureza, como base da experiência humana e elemento de sua realidade, tornou-se humanizada para o homem. Desta forma, não se podia mais considerar o homem e a natureza como separadas: a existência social do homem implicava, necessariamente, numa "união efetiva do homem com a natureza":

> "... da mesma forma que a sociedade produz o **homem**, como **homem**, também ela é produzida por ele. A atividade e o espírito são sociais em seu conteúdo, assim como em sua **origem**... A significação **humana** da natureza só existe para o homem social, porque

> só neste caso a natureza é um laço com outros homens... Só, então, a natureza é a base da própria experiência humana e um elemento vital da realidade humana. (...) Logo, a sociedade é a união efetiva do homem com a a natureza... o naturalismo realizado do homem e o humanismo realizado da natureza." (MARX, K.. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, p. 118).

Desse entendimento do homem e da sociedade como produto social do homem, e da natureza e do homem como em "união efetiva", Marx chegou a três considerações sobre a atividade científica que o acompanharam em suas obras posteriores e passaram a se constituir em elemento básico da concepção materialista dialética. A primeira diz respeito ao entendimento do trabalho científico como ato social:

> "Ainda quando realizo trabalho **científico**, etc., uma atividade que raramente posso conduzir em associação direta com outros homens, efetuo um ato **social**, **porque humano**. Não é só o material de minha atividade - como a própria língua... - que me é dado como um ato social. Minha própria existência é uma atividade social. (...)" (Idem, p. 118-119).

A decorrência lógica deste entendimento sobre o trabalho científico, como um ato social, é de que a consciência não poderia ser considerada como separada ou superior às condições materiais, mas apenas como a **forma teórica** da realidade, isto é: a consciência é uma abstração da vida real e como tal deve ser entendida; ela é um produto da atividade humana mesmo quando apareça para os homens como algo que lhe é oposto e inimigo (referindo-se à oposição idealista entre ser e pensamento).

> "Minha consciência é apenas a **forma teórica** daquela cuja forma viva é a comunidade real... Por isso é que a **atividade** de minha consciência universal como tal é minha existência **teórica** como um ser social." (Idem, p. 119).

O terceiro aspecto dessa reflexão aparece como um desdobramento da questão anterior: como resolver as contradições teóricas? Para Marx a solução não é uma questão puramente do conhecimento, pois a filosofia foi incapaz de resolvê-la exatamente por considerá-la como problema puramente teórico. Considerando a contradição como um problema **real** da vida, Marx concluiu que "a resolução das contradições teóricas somente é possível através de meios **práticos**, somente através da energia prática do homem" (Idem, p. 122-123).

O coroamento do entendimento de Marx, nos **Manuscritos...**, sobre a questão da ciência decorre de toda essa ampla discussão e aparece na formulação de que, na história prática da indústria, as chamadas **ciências naturais** penetraram de forma profunda a prática da vida humana. Essas ciências desenvolveram uma grande atividade e reuniram uma quantidade crescente de dados; porém, "a filosofia tem-se mantido alheia a essas ciências, exatamente como elas tem feito em relação à filosofia" (Idem, p. 123). A indústria, porém, promoveu uma relação necessária entre a natureza e o homem, tornando fundamental a unidade entre a ciência natural e o homem, de forma a que a ciência natural abandonará sua base idealista e se tornará a base de uma ciência humana (Idem, p. 123-124). Como é falsa a pressuposição de uma base para a vida e outra para a ciência, Marx concluiu que existiria uma **base única para toda a ciência** - que é a experiência dos sentidos - e que, a partir desta, a ciência da natureza incorporaria a ciência do homem e a ciência do homem incorporaria a ciência da natureza; desta

incorporação surgiria uma **ciência única**: a ciência natural humana ou ciência natural do homem (Idem, p. 124).

> "A experiência dos sentidos... tem de ser a base de toda a ciência. A ciência só é ciência **genuína** quando procede da experiência dos sentidos... O conjunto da história é uma preparação para o 'homem' tornar-se um objeto da percepção **sensorial**, e para o desenvolvimento das necessidades humanas... A própria história é uma parte **real** da **História Natural**, do desenvolvimento da natureza até chegar ao homem. A ciência natural algum dia incorporará a ciência do homem, exatamente como a ciência do homem incorporará a ciência natural; haverá uma **única** ciência." (Idem, p. 124).

A proposta de única ciência, enquanto parte de uma problemática já apreendida e explicitada, apareceu, porém, melhor formulada em **A Ideologia Alemã...**, obra conjunta de Marx e Engels, escrita em 1846, na qual a única ciência passou a ser concebida como a **ciência da história**, assim formulada em conhecida passagem:

> "Apenas conhecemos uma ciência, a da história. Esta pode ser examinada sob dois aspectos; podemos dividi-la em história da natureza e história dos homens. Porém, estes dois aspectos não são separáveis; enquanto existirem homens, a sua história e a da natureza, condicionar-se-ão reciprocamente. A história da natureza, aquilo que se designa por ciência da natureza, não nos interessa aqui, pelo contrário; é-nos necessário analisar em pormenor a história dos homens, pois, com efeito, quase toda a ideologia se reduz a uma falsa concepção dessa história ou ao puro e simples abstrair dela. A própria ideologia é somente um dos aspectos dessa história." (MARX, K. e F. Engels. **A Ideologia Alemã**, p. 18).

A proposta de única ciência, a ciência da história, decorria para os fundadores do marxismo de uma necessidade **lógica** - do desenvolvimento do próprio conhecimento e do reconhecimento da íntima relação entre o homem e a natureza e

vice-versa - e histórica - do próprio desenvolvimento de forças produtivas materiais e, no seio destas, da indústria que promoveu praticamente a unidade entre a ciência natural e o homem. Se as relações entre os indivíduos e destes com a natureza são relações que correspondem ao processo da vida real do homem, a que se deve o fato de suas relações ascenderem à autonomia (ou levar à autonomização do conhecimento em conformidade com as relações dos homens)? Partindo de tal questionamento (Idem, p. 99), os autores, em sumárias notas, concluíram que tal se devia à "influência da divisão do trabalho sobre a ciência" (Idem, p. 98) e "cujo grau depende da força produtiva desenvolvida em cada momento (Idem, p. 99). Essa influência da divisão do trabalho sobre a ciência se dá, de tal modo, que "os ideólogos põem tudo às avessas": em cada profissão, cada qual a considera como verdadeira e, em conseqüência, as relações transformam-se em conceito que, como não se elevam acima dessas relações, são conceitos rígidos; os conceitos rígidos, na prática profissional, acabam se transformando, por sua vez, como se fossem o verdadeiro motor ativo de todas as relações (Idem, p. 98).

Mesmo que a questão da única ciência não tenha voltado a assumir, nas obras posteriores de Marx e Engels, o mesmo destaque, passou a se constituir numa questão necessária para o materialismo dialético e, por isso mesmo, não pode ser tratada de forma simplista. Não só envolve problemas relacionados ao objeto de investigação (de considerar como totalidade articulada as relações entre os homens e a natureza), mas também questões ontológicas e epistemológicas. Por isso mesmo, as implicações teórico-metodológicas de uma pressuposição como essa,

exigem uma exposição fundamentada das premissas básicas da concepção materialista dialética da história. Uma tal exposição, porém, pode ser feita seguindo-se vários caminhos... Qualquer que seja a direção que se tome nessa discussão, a amplitude da tarefa, por si própria, impõe limites a quem se aventura a navegar por essas águas. Assim, como que um marinheiro de primeira viagem, buscar-se-á o entendimento que Marx e Engels, fundamentalmente mas não exclusivamente, foram construindo sobre as questões teórico-metodológicas no conjunto de suas principais obras.

O primeiro aspecto a salientar é que a análise de Marx e Engels - desde a crítica da filosofia clássica alemã, até a crítica da economia política inglesa clássica - constituiu-se, fundamentalmente, na busca contínua por colocar sobre novas bases teóricas e metodológicas o entendimento dos homens sobre o processo de transformação histórica, principalmente encarnado na interpretação de como o modo capitalista de produção mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas. Com isso se quer dizer que Marx e Engels elaboraram simultaneamente o método de análise e a interpretação do capitalismo, conforme concluiu LENIN em "As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo" (In: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 35-39).

Essa interpretação também foi endossada por IANNI, para quem Marx fez simultaneamente a análise e a interpretação do capitalismo, de forma a que o método (materialista dialético) foi sendo construido ao mesmo tempo em que era analisado o capitalismo; por isso mesmo,

> "O materialismo dialético e o materialismo histórico são dois elementos principais e conjugados do mesmo processo teórico-prático de reflexão sobre o capitalismo. Na obra de Marx, o capitalismo é levado a pensar-se a si mesmo, de maneira global e como um modo fundamentalmente antagônico de desenvolvimento histórico... As relações de antagonismo ocorrem em todas as épocas históricas, aparecem em todos os modos de produção. Em cada época, no entanto, adquirem configurações particulares... No capitalismo, os antagonismos fundados nas relações econômicas adquirem preeminência sobre todos os outros, enquanto determinação estrutural." (IANNI, O.. "Introdução". In: IANNI, O. (Org.). **Karl Marx: Sociologia**, p. 8).

Pelo exposto, fica patente a existência de uma profunda relação entre as condições históricas e a elaboração da concepção materialista dialética da história. Essa relação entre a produção do método e da teoria, com as condições históricas de sua produção foi posta em diversas e diferentes oportunidades por Marx e Engels. Em **A Ideologia Alemã**, obra escrita em conjunto com o objetivo de "esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã", sendo por isso um "ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior" (MARX, K. "Prefácio" da **Crítica da Economia Política**, **Opus cit**, p. 26), essa relação aparece não só pelo "ajuste de contas" com a esquerda hegeliana, mas principalmente por tratarem os pressupostos da nova concepção por eles defendida como um avanço ou desenvolvimento em relação às concepções anteriores. Para deixar claro que a nova concepção era um avanço em comparação com a concepção idealista hegeliana ou materialista feuerbachiana, realizaram, por um lado, a crítica contundente a essas maneiras de ver e, de outro lado, o reconhecimento do mérito existente nessas concepções. Com isso, deixavam claro que

a nova concepção deitava raizes históricas nos avanços até então obtidos, mas que para avançar ainda mais era necessário que os limites dessas concepções fossem ultrapassados (MARX, K. e F. Engels. **A Ideologia Alemã**, ps. 29-33, 47-49 e 50-55, por exemplo).

O "Prefácio" de Marx à **Crítica da Economia Política** é, todo ele, exemplo claro de que as conclusões teórico-metodológicas da concepção materialista dialética foram sendo produzidas historicamente, quer pela "obrigação embaraçosa de dar minha opinião sobre o que é costume chamar-se os interesses materiais" (MARX, K. "Prefácio"... **Crítica da Economia Política**, p. 23), quer por que os debates da época forneciam "as primeiras razões para me ocupar das questões econômicas" (Idem, p. 23-24); quer "para esclarecer as dúvidas que me assaltavam" (Idem, p. 24); quer para esclarecer o antagonismo entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã" ou para "um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior" (Idem, p. 26); quer porque "a prodigiosa documentação sobre a história reunida no Museu Britânico", "o posto favorável que Londres oferece para a observação da sociedade burguesa" e "o novo estágio de desenvolvimento" do capitalismo, fizeram com que Marx se decidisse a "recomeçar a estudar a fundo... os novos materiais" (Idem, p. 26).

Nesse mesmo ano, 1859, Engels escreveu um artigo comentando a **Contribuição à Crítica da Economia Política**, de Marx, no qual a relação entre a concepção materialista dialética da história e as condições históricas ocupa uma posição de destaque. Se antes essa relação aparecia em função de condições

próprias ao trabalho de pesquisa e do trabalho pessoal dos próprios fundadores do marxismo, nesse artigo de Engels a concepção materialista dialética foi vinculada ao aparecimento do proletariado como classe politicamente organizada, que encontrava todo o conteúdo de sua teoria no estudo da economia política marxista, considerada enquanto ciência com existência própria (em relação à economia política burguesa).

> "Enquanto, na Alemanha, a burguesia, os falsos mestres e os burocratas se esforçavam por decorar, como dogmas intangíveis, e para entender mais ou menos os primeiros rudimentos da economia política anglo-francesa, veio à cena o partido proletário alemão. Todo o conteúdo da teoria desse partido emanava do estudo da economia política. Do momento do seu advento data também a economia política alemã, como ciência com existência própria. Esta economia política alemã, se baseia substancialmente na **concepção materialista da história**, cujos traços fundamentais são expostos de modo conciso no prefácio da obra que comentamos... (...)" (ENGELS, F. "A 'Contribuição à Crítica da Economia Política' de Karl Marx". In: MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas**, Volume 1, p. 305).

Essa forma de considerar a relação entre o materialismo histórico e as próprias condições históricas em que o método foi sendo produzido, voltou a ser objeto de análise de Marx no "Posfácio da 2a. edição" de **O Capital...**, escrito em 1873. Nesse trabalho, Marx considerou que a economia política na Alemanha era uma importação do produto acabado da economia política burguesa da Inglaterra e França (MARX, K. "Posfácio da 2a. Edição". In: MARX, K. O Capital..., Livro 1, Volume 1, p. 9) e que essa "expressão estrangeira" transformava-se, nas mãos dos alemães,num amontoado de dogmas que eram deformados em conformidade com o mundo pequeno-burguês circundante (Idem, p. 10). A partir de 1848, porém, na Alemanha floresceu rapidamente a

produção capitalista, criando as condições necessárias para se ultrapassar os limites de um tipo de análise econômica burguesa (Idem, ibidem), criando-se as bases para uma teoria porta-voz do proletariado, cuja missão histórica seria derrubar o modo de produção capitalista e abolir toda opressão de classe.

> "O desenvolvimento histórico peculiar da sociedade alemã impossibilitava qualquer contribuição original para a economia burguesa, embora não impedisse sua crítica. E se esta crítica representa a voz de uma classe, só pode ser a da classe cuja missão histórica é derrubar o modo de produção capitalista e abolir, finalmente, todas as classes: o proletariado " (Idem, p. 12)

Foi, porém, com as últimas obras de Engels, que essa relação foi trabalhada de forma mais sistematizada. No "Prefácio à edição inglesa" de seu livro **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico** (Livro que saiu de um destaque de três capítulos de um trabalho que Engels estava escrevendo e foi publicado em 1877, sendo a primeira edição inglesa de 1892), Engels, ao pretender defender a concepção materialista dialética da história dos ataques de Dühring, acabou indo buscar as raizes da concepção no longo processo histórico de construção das bases filosóficas da ciência moderna. Para tanto, analisou a importância e os limites dos filósofos materialistas ingleses, como Bacon, Hobbes e Locke (ENGELS, F.. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**, p. 8-10); trouxe a tona os problemas surgidos para o conhecimento com o advento do agnosticismo (Idem, p. 11-14) e, finalmente, vinculou o ressurgimento da ciência, em suas bases modernas, à ascensão da burguesia e sua luta revolucionária contra o modo de pensar precedente: para o desenvolvimento da produção industrial, a burguesia necessitava

de "uma ciência que investigasse as propriedades dos corpos físicos e o funcionamento das forças naturais" (Idem, p. 15). Todo esse desenvolvimento foi básico para o aparecimento da concepção materialista da história, dai ter Marx prestado uma homenagem aos seus antepassados, mesmo que isso não agradasse aos ingleses (Idem, p. 10).

No corpo do texto, Engels não somente vinculou a sua concepção (e de Marx) ao desenvolvimento histórico das bases filosóficas da ciência moderna, como também o vinculou ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e dos antagonismos de classe característicos desse modo de produção, às formulações teóricas dos socialistas utópicos franceses do século XVIII e ao ressurgimento e desenvolvimento da dialética com Hegel. Resumindo o longo processo em cuja síntese se forjou a concepção materialista dialética da história, assim se expressou Engels:

> "A consciência da total inversão em que incorria o idealismo alemão levou ao materialismo; mas não... àquele materialismo puramente metafísico e exclusivamente mecânico do século XVIII... o materialismo moderno vê na história o processo de desenvolvimento da humanidade, cujas leis dinâmicas é sua missão descobrir. Contrariamente à idéia da natureza que imperava entre os franceses do século XVIII, assim como em Hegel... o materialismo moderno resume e compedia os novos progressos das ciências naturais, segundo os quais a natureza tem também a sua história..., assim como as espécies orgânicas que em condições propícias os habitam, nascem e morrem... Tanto em um como em outro caso, o materialismo moderno é substancialmente dialético e já não precisa de uma filosofia superior as demais ciências. (...)" (Idem, p. 51).

Esse mesmo plano de estudo, de explicitar as raizes históricas da concepção materialista dialética, foi

retomado por Engels em dois outros trabalhos posteriores: no **Anti-Dühring** (escrito em 1878) e em **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã** (de 1888), o mesmo acontecendo em diversas cartas. Nesses dois trabalhos, reveladores de um aprofundamento na discussão e na sistematização do autor, novamente a concepção marxista foi vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e da luta do proletariado, ao desenvolvimento metodológico da filosofia (do racionalismo, do materialismo e da dialética) e ao socialismo utópico. No **Anti-Dühring** essa discussão foi levada no item denominado "Generalidades" e que constitui o Capítulo I do livro (na edição brasileira, da Paz e Terra, p. 17-24); no **Ludwig Feuerbach...** encontra-se desenvolvido ao longo de todo o livro (na edição brasileira é parte das **Obras Escolhidas**, de Marx e Engels, Volume 3, p. 169-207). É nessa última obra que encontrar-se-á a concepção materialista dialética como uma corrente de reflexão teórico-metodológica, aplicável tanto para o estudo da natureza como para a análise da sociedade, e que possuía existência própria em relação às formas ulteriores de pensar (**Opus cit**, p. 193-194).

Se a relação entre o método e as condições históricas em que foi engendrado ficou evidenciada, de forma que não se pode descolar uma concepção sem considerar o contexto e as condições em que foi produzida, é importante frisarmos que Marx e Engels levaram a historicidade de tudo a uma radicalidade ainda maior: tomaram o caráter histórico como um princípio fundamental do próprio método.

Nos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, de 1844,

por exemplo, Marx já colocava a questão da alienação do homem não somente num plano de discussão meramente filosófico, abstrato, mas procurou entendê-la no quadro das relações que o homem estabelece com outros homens, com ele próprio e com a natureza, de forma geral, e como se deram de forma a produzir as condições para a existência da propriedade privada capitalista, de modo particular; por buscar tratar a questão da alienação nas condições capitalistas, concluiu Marx que a emancipação só poderia assumir a forma política de emancipação dos trabalhadores e, com ela, se daria a emancipação da sociedade da propriedade privada e da servidão, significando esta emancipação a de toda a humanidade (MARX, K.. **Manuscritos...**, ps. 95, 97-99, 100-102). Ainda que de maneira muito frágil, a historicidade do mundo real era chamada para embasar a discussão geral sobre a alienação e a emancipação.

Quase que no mesmo período em que Marx escreveu os **Manuscritos...**, Engels -que na época ainda não conhecia Marx- publicava seu **Esboço de uma Crítica da Economia Política**, redigido entre final de 1843 e início de 1844. De acordo com José PAULO NETO, em seu "Prólogo à edição brasileira" de **A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, o **Esboço...** de Engels mostra a utilização de procedimentos dialéticos pelo autor e, mais que isso, uma nova forma em tratar as categorias econômicas e a própria economia política: historicizando-as.

> "(...) Engels **historiciza** as categorias econômicas e revela o seu condicionamento histórico-social... Examina os fatos econômicos com um agudo sentido de totalidade: procura localizar o seu encadeamento, as suas interações, as suas contradições e, principalmente, a sua essencial unidade. (...)" (PAULO NETTO, José. "Prólogo à edição brasileira".

In: ENGELS, F..**A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, p. VI-VII).

No mesmo ano em que esses trabalhos foram concluídos, Marx e Engels se encontraram em París e, desde então, iniciaram um trabalho conjunto que desembocou na formulação de uma concepção própria e inovadora. Em 1846, ao escreverem **A Ideologia Alemã**... o caráter histórico como princípio do método que engendravam fica patente: não só por considerarem historicamente a contribuição e os limites da filosofia alemã; não só por tentarem entender o desenvolvimento histórico a partir de suas bases materiais; principalmente, por buscarem formular de forma clara os pressupostos metodológicos que embasavam a ciência da história como única ciência (MARX, K. e F. Engels. **A Ideologia Alemã**, ps. 18-19, 24-27, 47-49 e 50-55) e a exporem os pressupostos e as bases de toda a história (Idem, p. 33-43 e 44-45). Desde as primeiras páginas, ao lado do "ajuste de contas" com a escola hegeliana, enfatizavam que as bases de que partiam "não constituem bases arbitrárias, nem dogmas... As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições de existência..." (Idem, p. 18).

Em 1847, com a publicação por Marx de **A Miséria da Filosofia**, o caráter histórico, enquanto princípio metodológico, voltou a ser enfatizado. Em sua polêmica com Proudhon, Marx criticou-o por seu pretenso "método histórico e descritivo", deixando claro que para este a história não passava de história das idéias. Contrapondo-se à abordagem deste, deixa claro em várias passagens o significado e implicação de um método histórico: primeiramente, mostrando que o "método histórico..."

de Proudhon tem a sua própria história, que é a da economia política clássica (MARX, K.. **A Miséria da Filosofia**, p. 41-42); em seguida, demonstra que a própria economia política clássica tem a sua história, que é reveladora e resumo do desenvolvimento do ponto de vista da burguesia, principalmente, da inglesa (Idem, p. 50 e s/); em outra passagem, ao contrário de Proudhon que via nas relações reais a encarnação das categorias (isto é, do pensamento), Marx evidencia as bases materiais do pensamento, concluindo que as categorias não passavam de abstrações de relações reais e, por isso mesmo, eram sempre e necessariamente históricas e transitórias (Idem, p. 106 e ss.); em oposição a Proudhon que procurava entender a história como manifestação das idéias categoriais no tempo, Marx fez uma longa exposição sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, desde a acumulação primitiva de capital, analisando esse processo a partir de suas bases materiais e de como, a partir dessas bases, se expressavam no pensamento, através de categorias (Idem, p. 127 e ss.).

No **Manifesto do Partido Comunista**, ainda que de forma simplificada e esquemática, a historicidade emerge em todo o texto: a análise sobre a estrutura de classes capitalistas, foi feita a partir das linhas mestras do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista (MARX, K. e F. Engels. **Manifesto do Partido Comunista**, p. 21-31); na exposição quanto às posições que os comunistas deveriam adotar, esclareciam que estas não poderiam se basear em idéias ou princípios gerais, mas nas condições reais existentes da luta de classes (Idem, p. 31-38); e, finalmente, na análise da literatura socialista e comunista, concluíram que os limites que estas apresentavam, decorriam das condições

históricas existentes até então (Idem, p. 38-46).

A radical importância atribuída por Marx e Engels ao caráter histórico, fica expressa no "Prefácio à edição alemã de 1871" do **Manifesto...**, quando os autores reconheceram que as condições históricas haviam mudado muito desde a publicação do manifesto e que, por isso, a aplicação dos princípios gerais expostos dependia "sempre e em toda a parte, das circunstâncias históricas existentes...":

> "Embora as condições tenham mudado muito nestes últimos vinte e cinco anos, os princípios gerais expostos neste Manifesto conservam em seu conjunto, ainda hoje, toda a sua exatidão. Certas partes deveriam ser retocadas. O próprio Manifesto explica que a aplicação desses princípios dependerá, sempre e em toda parte, das circunstâncias históricas existentes e que, por conseguinte, não se deve atribuir importância demasiada às medidas revolucionárias enumeradas no fim do segundo capítulo. (...)" (MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 13).

A radicalidade do caráter histórico das coisas do mundo e do conhecimento construido sobre este, na medida em que se constitui em um princípio metodológico, se revela até mesmo quando analisavam as categorias básicas do regime capitalista. As categorias, entendidas sempre enquanto abstrações de relações reais, necessariamente têm que exprimir as determinações essenciais da produção, constituindo-se, por isso mesmo, enquanto históricas. Dois exemplos são elucidativos dessa radicalidade: o primeiro encontra-se no Livro 1, Volume 1, de **O Capital...**, quando Marx concluiu (ao tratar da mercadoria, da força de trabalho como uma mercadoria e das categorias econômicas) que estas não tinham sua origem (em sua forma mercadoria) na natureza ou em relações sociais comuns a todos os períodos históricos:

eram produto de condições históricas determinadas.

> "(...) A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias, e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem mesmo é uma relação social que fosse comum a todos os períodos históricos. Ela é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social. (...)" (MARX, K.. **O Capital...**, Livro 1, Volume 1, p. 189).

Essas pré-condições históricas, produto de antigas formações sociais, comuns a diversos estágios de desenvolvimento, foram marcadas por uma desenvolvida divisão do trabalho, que promoveu a dissociação entre o valor-de-uso e o valor-de-troca dos produtos. Mas essas condições históricas **não eram suficientes** para a diferenciação do capitalismo de outros períodos históricos em que havia a circulação de mercadorias, faltava ainda que outro elemento fosse desenvolvido. Esse elemento era **o capital**: ele anuncia um novo período na história da humanidade e com ele foram forjados os demais aspectos característicos da sociedade capitalista. Para o aparecimento do capital era, ainda, necessário que outra pré-condição se desenvolvesse:

> "(...) Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O processo de produção social." (Idem, p. 190).

Somente com o desenvolvimento histórico de todos esses pré-requisitos, o capitalismo adquiriu uma de suas características básicas que o distinguem de todos os processos de produção social anteriores: a generalização da forma mercadoria.

"O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho." (Idem, p. 190 - nota no. 41).

O segundo exemplo, que em grande medida completa e complementa a caracterização do capitalismo para Marx, é ilustrado pela articulação entre mais-valia e mercadoria, feita no Livro 3, Volume 6, de **O Capital...**, no qual fica patente que as categorias caracterizam o capitalismo, porém o caracterizam de forma histórica; isto é, as categorias "mais-valia" e "mercadoria" são condição e produto de relações históricas da dependência, alienação e antagonismo do operário e do capitalista, um em face do outro.

"O modo capitalista de produção se distingue, antes de mais nada, por dois característicos.

Primeiro: Seus produtos são mercadorias. Produzir mercadorias não o distingue de outros modos de produção, mas a circunstância de seu produto ter, de maneira dominante e determinante, o caráter de mercadoria. Isto implica, de saída, que o próprio trabalhador se apresente apenas como vendedor de mercadoria e por conseguinte como assalariado livre, aparecendo o trabalho em geral como trabalho assalariado. Não é mister demonstrar de novo que a relação entre capital e trabalho assalariado determina de todo o caráter desse modo de produção. Os agentes principais desse modo de produção, o capitalista e o assalariado, como tais, são meras encarnações, personificações do capital e do trabalho assalariado...

(...)

Segundo: O que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser o objetivo direto e causa determinante da produção. O capital produz essencialmente capital, e só o faz se produz mais-valia.

(...)

Só por existirem, antes, o trabalho na forma de trabalho assalariado e os meios de produção na forma de capital... parte do valor (do produto)

configura mais-valia, lucro (e renda fundiária), ganho do capitalista, riqueza adicional disponível que lhe pertence. (...)" (Idem, Livro 3, Volume 6, p. 1007-1009).

Exemplo conclusivo dessa radicalidade histórica enquanto princípio da concepção materialista dialética, é dado por Engels em sua obra **A Dialética da Natureza**, pela tentativa (aliás violentamente contestada por muitos marxólogos) em aplicar à natureza e aos fenômenos naturais as leis básicas da dialética, entendidas não enquanto meras leis lógicas ou como simples leis do pensamento, mas como "leis reais do desenvolvimento da natureza" e, portanto, "válidas para a teoria das ciências naturais".

> "As leis da dialética são... extraídas da história da Natureza, assim como da história da sociedade humana. Não são elas outras senão as leis mais gerais de ambas essas fases do desenvolvimento histórico, bem como do pensamento humano. (...)
>
> (...)
>
> Essas leis foram estabelecidas por Hegel, de acordo com sua concepção idealista, como simples leis do pensamento... O erro consiste em que essas leis são impostas à natureza e à História, não tendo sido deduzidas como resultado de sua observação...
>
> Se, entretanto, invertermos a coisa, tudo se torna simples e as leis da dialética, que parecem tão misteriosas na filosofia idealista, se tornam claras como o Sol...
>
> (...)
>
> Não nos propomos redigir um tratado de dialética, mas apenas ressaltar que as leis dialéticas são leis reais de desenvolvimento da Natureza e, por conseguinte, válidas... à teoria das ciências naturais. (...)" (ENGELS, F.. **Dialética da Natureza**, p. 34-35).

Pela forma como se expôs até aqui a problemática da concepção materialista dialética da história, é possível que

se entenda que toda a reflexão de Marx e Engels sobre as relações, os processos e as estruturas capitalistas, é também uma sistemática, profunda e contundente crítica de todas as interpretações, doutrinas, idéias ou conceitos preexistentes sobre essa mesma sociedade. Isto é: a crítica às demais concepções, a construção do método e a análise interpretativa de Marx-Engels sobre a sociedade burguesa foram sendo construidas concomitantemente. Em tal processo, o engajamento ativo nas questões e na vida política de então desempenharam papel decisivo para o encaminhamento teórico e prático de suas obras. A Este respeito observou IANNI:

> "Seria enganoso pensar que a crítica da dialética hegeliana, do materialismo feuerbachiano, do socialismo utópico francês e da economia política inglesa foi realizada segundo uma separação entre questões de método e problemas específicos do capitalismo ou ao acaso das oportunidades. (...) É evidente que foi desenvolvendo passo a passo, uma compreensão cada vez mais clara de problemas que tinha pela frente. (...) Toda a sua obra é um documento vivo sobre a maneira pela qual foi percebendo, delimitando, eliminando, enfrentando e resolvendo as questões. Nesse processo, a atividade política de Marx desempenhou, às vezes, um papel decisivo. (...)" (IANNI, O.. "Introdução", p. 10).

Tal situação, em que a obra em seu conjunto, produz simultaneamente o método e a interpretação do capitalismo, já foi delineada anteriormente por dois exemplos do próprio Marx: pelo "Prefácio" da **Crítica da economia Política** e pelo "Posfácio da 2a. edição de **O Capital**.... Por esses textos fica claro que objeto e método eram elementos essenciais e encadeados do mesmo processo de conhecimento. É, porém, no "Prefácio" à **Crítica**... que isso ficou melhor pensado e, porque não, entendido por Marx.

Nesse texto o autor fez uma retrospectiva biográfica de seu percurso, destacando as experiências cognitivas e políticas como que coladas às situações históricas e estas, em seu conjunto, às conclusões teórico-metodológicas que iam sendo descobertas e serviam de "fio condutor" à análise do capitalismo. Após delinear o trabalho prefaciado, expôs as conclusões a que chegou, à partir de uma pesquisa sobre a filosofia do direito de Hegel:

> "(...) Nas minhas pesquisas cheguei à conclusão de que as relações jurídicas - assim como as formas do Estado - não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições de existência... (...)" (MARX, K.. "Prefácio" à **Crítica da Economia Política**, p. 24).

Pela passagem fica patente a **descoberta** por Marx do fundamento material das relações histórico-sociais e, a partir deste, de que as condições de existência social e as idéias que expressam essas condições na mente do homem, estão encadeadas e guardam relações recíprocas. Porém, ao destacar que essas relações não podem ser compreendidas por si mesmas, Marx evidenciou não só a premissa materialista que fundamentou suas conclusões, mas também a possibilidade de se traçar, a partir dela, o quadro em que todas as relações entre os homens na sociedade se dão

> "... na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a

> consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. (...)" (Idem, p. 24).

Fica patente pelas passagens citadas que não há, por parte de Marx, uma preocupação em expor somente premissas gerais do método ou da teoria, mas deixar claramente explicitado que até então se dava o escamoteamento das leis que regem a transformação histórica. Era, portanto, básico um método que tornasse transparentes as relações, os processos e as estruturas capitalistas. Nesse sentido, ao comentar Engels a **Contribuição à Crítica da Economia Política** e referindo-se às premissas básicas do materialismo histórico, deixou registrado o incômodo que a nova concepçào provocava sobre os intelectuais de então e a necessidade de que fosse aprofundada ainda mais a crítica da ciência burguesa:

> "(...) Com ela ficam negadas todas as idéias tradicionais habitualmente aceitas sobre tudo o que é objeto da história. (...) Por isso, a nova concepção tinha de chocar-se forçosamente, não só com os representantes da burguesia, mas também com a massa dos socialistas franceses que pretendem pôr o mundo fora dos eixos com sua fórmula mágica de **liberté, egalité, fraternité...**" (ENGELS, F.. "A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx", p. 306-307).

Foi nessa mesma perpectiva que, muitos anos após, no Livro 3, de **O Capital...**, Marx voltaria a discutir a mistificação das relações burguesas de produção pelos "apologetas da burguesia" e, fazendo uma retrospectiva do Livro 1, da necessidade, na análise científica, de se superar a aparência e buscar a essência das coisas:

> "Na realidade, a economia vulgar se limita a interpretar, a sistematizar e a pregar

> doutrinariamente as idéias dos agentes do capitalismo... Por isso, não admira que tudo se harmonize com as relações econômicas em sua aparência alienada, em que são evidentes contradições absurdas e completas (aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas...)." (MARX, K.. **O Capital**, Livro 3, Volume 6, p. 939).

Assim posta a questão da análise do capitalismo, não seria possível, por exemplo, a explicação da mercadoria, como um sistema de relações (do homem com a natureza, do homem com outros homens, na produção e reprodução de sua vida), sem que se desvendasse o **caráter místico** da mercadoria. Ou seja, depois de ver a mercadoria na perspectiva do seu produtor, era preciso ver como essa mercadoria era vista e apresentada pelo capitalista, ou na forma em que foi posta pela ciência burguesa - a economia política.

Uma retrospectiva rápida do Livro 1, de **O Capital**, é elucidativa do que se disse acíma. Esta, revela o percurso pelo qual Marx vai desvendando, de forma lógica e histórica, as relações existentes no modo capitalista de produção, a partir da análise da mercadoria: parte da afirmativa de que à primeira vista a mercadoria parecia coisa trivial, compreensível de imediato; analisando-a mais profundamente, porém, concluia-se que ela é algo de muito estranha, "cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas". Enquanto valor-de-uso, nada havia de misterioso na mercadoria, quer sob o ângulo de que se destina a satisfazer necessidades, ou sob o aspecto de que só adquire tal propriedade em conseqüência do trabalho humano. Portanto, o caráter misterioso da mercadoria não provém de seu valor-de-uso, nem dos fatores que determinam o valor. Pergunta então: "O

caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma mercadoria, donde provém?", ao que responde:

> "(...) Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho." (MARX, K.. **O Capital**, Livro 1, Volume 1, p. 80).

Disto concluiu Marx que o caráter misterioso da mercadoria existe por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens e que eram apresentadas pela economia política burguesa como características inerentes aos produtos do trabalho. É a essa dissimulaçào que Marx chamou de "fetichismo" e que se apresentava sempre colada aos produtos do trabalho, quando gerados como mercadorias (Idem, p. 81).

As descobertas científicas ulteriores não haviam dissipado o fetiche, pois apresentavam como qualidade material ou natural dos produtos algo que só é dado pelo caráter social do trabalho. É, por isso, que a análise da fantasmagoria da mercadoria conduziu Marx e Engels ao desvendamento das bases ontológicas e epistemológicas das concepções de até então, através da qual buscavam demonstrar os **limites** e **comprometimentos** destas ao fetichizar o real. Tome-se, por exemplo, a análise crítica da economia política: primeiramente, apontaram o caráter a-histórico, imutável, eterno das análises dos clássicos: adoravam "imaginar experimentos robinsonianos". Mas não era suficiente indicar o caráter metafísico e a-histórico da teoria econômica clássica: era necessário analisá-la em toda a sua

extensão, reconhecer o valor de suas análises e, principalmente, ultrapassá-los.

Em síntese, objetivava-se com essa análise que todo o capitalismo se tornasse transparente e, ao tornar cristalino o encadeamento dos homens e dos produtos de sua atividade, a análise necessariamente teria que acabar desvendando o caráter e as tendências antagônicas que governam o andamento revolucionário e histórico do capitalismo, ou como afirmou Marx no "Prefácio da 1a. edição" de **O Capital** que o debate que se impunha não era entender o maior ou o menor grau dos antagonismos sociais oriundos "das leis naturais da produção capitalistas", mas as próprias leis, de forma que ao entendê-las os antagonismos sociais estariam explicados como uma imposição do próprio movimento histórico.

É, por isso, que a contestação da ciência burguesa levava a que os fundadores da concepção materialista dialética da história concebessem o materialismo dialético como o instrumento básico e fundamental de análise teórica do proletariado, enquanto classe politicamente organizada.

5.3. MÉTODO DA CIÊNCIA DA HISTÓRIA: da dialética idealista ao materialismo dialético

A discussão no item precedente sobre a proposta de Marx e Engels de uma única ciência, a **Ciência da História**, bem como de algumas das questões relacionadas a tal propositura, exige que se ponha em evidência a problemática que se refere ao

método adequado à Ciência da História.

Pelo que se estudou anteriormente, pode-se depreender que a **questão do método** da Ciência da História apareceu colada ao próprio processo em que a proposta de única ciência foi delineada. Assim, na **Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** a problemática metodológica aparecia junto à preocupação por um tipo de conhecimento que, contrapondo-se à religião e à crítica da religião, buscasse as bases reais e a verdade sobre o mundo e a vida.

No Terceiro dos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos** a ciência e a atividade científica foram entendidas como produtos sociais da atividade do homem (como ato social), mesmo quando este trabalho realizava-se individualmente. A decorrência de tal entendimento foi de considerar Marx a consciência (ou o pensamento) como abstração da vida real e não como algo separado ou superior às condições materiais, ou, dito de outra maneira, a consciência enquanto apenas e tão somente a forma teórica do mundo real. Juntamente com essas conclusões, chegou Marx a um terceiro ponto: que a solução das contradições teóricas não era uma questão puramente do conhecimento, mas que, por ser a contradição um problema da vida real, sua resolução teórica somente seria possível através da prática. A partir destas considerações Marx concluiu que, como não havia uma fundamentação para a vida e outra para a ciência, a unidade entre a vida e a ciência, assim como a do homem e a natureza e vice-versa, constituía uma base única para toda a ciência, ou para uma única ciência.

A questão metodológica passou a ser melhor

delineada, porém, em **A Ideologia Alemã**.... Pelo que se viu anteriormente, a proposta de única ciência, a Ciência da História, era uma decorrência **lógica** (tanto do desenvolvimento do conhecimento, quanto do reconhecimento da interconexão do homem e da natureza) e **histórica** (no sentido de que foi o desenvolvimento das forças produtivas sob a indústria que havia promovido, na prática, a unidade entre o homem e a ciência natural).

Assim entendida a proposta de única ciência - como um produto de condições historicamente determinadas - fica evidente que essa proposta de única ciência não se deu desconectada ou solta do debate da época: Marx e Engels a fizeram no seio da análise crítica que travavam com a filosofia clássica alemã. Por isso mesmo, ela (a proposta de unidade científica) foi feita concomitantemente à crítica da concepção idealista (a Hegel e seus seguidores) e da materialista (a Feuerbach e à esquerda hegeliana). Em vista de tais observações, pode-se afirmar que a nova proposta de ciência foi feita tendo como pano de fundo uma avaliação crítica das concepções de então e que, a partir dela, decorriam novas conclusões sobre o mundo e sobre seu conhecimento; a proposta de única ciência, portanto, não envolvia simplesmente uma nova forma de classificar a ciência e em considerar o objeto do conhecimento, mas pressupunha, principalmente, **novos fundamentos** (ontológicos e gnosiológicos) sobre o mundo realmente existente e de seu paradigma explicativo.

Ainda no capítulo anterior, destacou-se que seria um erro pensar que Marx e Engels foram separando as questões de método dos demais problemas que trataram (como a crítica à

filosofia alemã, ao socialismo utópico e à economia política), ou mesmo da análise sobre o capitalismo. Reconhecer que tal separação não tenha se dado de maneira intencional e sistemática, não implica, porém, a ausência de pressupostos teórico-metodológicos, obviamente. Significa somente que na obra de Marx e Engels a discussão teórico-metodológica foi feita ao longo de toda a obra e que foi sendo realizada concomitantemente à análise crítica das concepções em voga, à interpretação da sociedade burguesa e no engajamento político ativo.

Essas observações, porém, não impossibilitam uma discussão metodológica, mas a tornam necessariamente mais contextualizada. Essa foi, aliás, a forma como o próprio Marx e Engels a trataram em diversas oportunidades: é ilustrativo, por exemplo, a forma usada por Engels, em **A "Contribuição à Crítica da Economia Política" de Karl Marx**, para colocar a questão metodológica - no interior da reconstrução sobre os pressupostos fundamentais da "concepção materialista dialética da história". Após percorrer as críticas ao idealismo hegeliano, ao materialismo feuerbachiano e à economia política, mostrando os limites dessas concepções em desvendar a história real, notadamente o capitalismo, assim Engels pôs em relevo a questão:

> "(...) Com que método deveria tratar-se a ciência? De um lado estava a dialética hegeliana, sob a forma completamente abstrata, "especulativa", em que a deixara Hegel; de outro lado, o método ordinário, que voltava à moda, o método em sua essência meta-física, wolffiano, e do qual se serviam também os economistas burgueses... Este último método havia sido destruido teoricamente por Kant e, sobretudo, por Hegel, que só a inércia e a ausência de outro método <u>simples</u> poderiam explicar que ainda subsistisse na prática. Por outro lado, o método hegeliano era por todos os motivos imprestável na sua forma <u>atual</u>. Era um método

> essencialmente idealista, e aqui se tratava de desenvolver uma concepção de mundo mais materialista do que todas as anteriores. (...)" (ENGELS, F. "A "Contribuição à Crítica da Economia Política" de Karl Marx". In: MARX E ENGELS, **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 308-309).

Assim posta a problemática metodológica, passou Engels a percorrer o caminho pelo qual construíram (ele e Marx) a base do método materialista histórico. É interessante que se retome o percurso seguido, ampliando um pouco a revisão bibliográfica, de forma a abranger os trabalhos escritos antes e após 1859, ano em que foi escrito e publicado o artigo acima citado.

O primeiro aspecto que merece destaque é que Marx e Engels consideraram suas descobertas metodológicas como produto de um processo histórico: por um lado, das condições de desenvolvimento do capitalismo, notadamente na Alemanha, e das lutas do proletariado contra a exploração e opressão a que eram submetidos sob esse modo de produção; por outro, como o desdobramento do próprio desenvolvimento das bases filosóficas da ciência moderna. Ainda que se possa buscar a discussão sobre o entendimento desse processo de criação das bases do novo método em muitas obras, textos, apontamentos e cartas de Marx e Engels, ela aparece de forma melhor acabada em Engels, principalmente no **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã** (de 1888).

A discussão sobre as raízes históricas da concepção materialista dialética, foi feita por Engels no contexto mesmo em que foi forjada: o da filosofia alemã. Após destacar o aparecimento da dialética hegeliana e o mérito dos seus fundamentos quanto à análise histórica (a história como

processo contínuo de transformação), Engels mergulhou na análise da transição da filosofia hegeliana: em fins da década de 1830 a cisão da escola hegeliana ficava cada vez mais patente - a ala esquerda da escola (os chamados "jovens hegelianos") foram abandonando a posição de retraimento em relação às questões da época; em 1840 subiu ao trono Frederico Guilherme IV e, com ele, a "beataria ortodoxa e a reação feudal-absolutista". A partir desse momento não havia outra possibilidade que "definir-se por um ou outro partido": ou se era francamente favorável à direita hegeliana, com sua postura filosófico-religiosa e politicamente reacionário-feudal, ou se era partidário da esquerda hegeliana. As definições no plano filosófico começaram a marcar, então, distinções em relação a Hegel:

> "(...) A luta continuava a ser travada com armas filosóficas, mas já não se lutava por objetivos filosóficos abstratos; agora, tratava-se diretamente de acabar com a religião tradicional e com o Estado existente. (...)" (ENGELS, f.. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**, p. 176).

Considerando Engels que a questão política era na época "muito espinhosa", a esquerda hegeliana não caminhou de forma homogênea: uma ala dirigiu sua luta principal para a crítica da religião; outra, a "grande maioria dos jovens hegelianos mais combativos" (Idem, p. 177), porém, tiveram que voltar-se ao materialismo anglo-francês, levados pela necessidade de lutarem "contra a religião positiva". Foi nesse contexto que apareceu, em 1841, a obra de Feuerbach **A Essência do Cristianismo** e que restaurou o materialismo em seu trono. Sobre as teses defendidas pelo livro de Feuerbach e a influência exercida por elas, assim se expressou

Engels:

> "(...) A natureza existe independentemente de toda filosofia, ela constitui a base sobre a qual os homens cresceram e se desenvolveram, como produtos da natureza que são; nada existe fora da natureza e dos homens; e os entes superiores, criados por nossa imaginação religiosa, nada mais são que outros tantos reflexos fantásticos de nossa própria essência... Só tendo vivido, em si mesmo, a força libertadora desse livro, é que se pode imaginá-la. O entusiasmo foi geral - e momentaneamente todos nós nos transformamos em 'feuerbachianos'." (Idem, p. 177).

A publicação da obra de Feuerbach, porém, não solucionava os problemas existentes; ao contrário, criou outros. Destacou Engels a fragilidade do livro e a exagerada exaltação do amor, aspectos que deram a base para a propagação transplantada do socialismo na Alemanha. Esse pseudo "verdadeiro socialismo" propagou-se como uma "praga", pois substituía o conhecimento científico pela frase literária e a luta pela emancipação do proletariado pela libertação de toda a humanidade pelo amor.

Para Engels, face às limitações do livro de Feuerbach e da literatura e prática que produziram, um novo dilema se apresentou: a escola hegeliana acabou desfeita, porém ainda não tinha sido **criticamente superada** a própria filosofia hegeliana. Devido a isso, o desenvolvimento filosófico e político alemão impunha uma nova tarefa: era necessário superar criticamente a filosofia de Hegel, o que implicava dizer que era preciso destruir sua forma, conservando ou preservando o conteúdo adquirido com ela (Idem, p. 178).

Essa tarefa coube a uma outra corrente que separou-se da filosofia hegeliana ao assumir posições materialistas, mas esta separação não implicou em se colocar, simplesmente, Hegel de lado: ao contrário, ligou-se ao lado

revolucionário da filosofia hegeliana - o método dialético. Sobre esse assumir o pressuposto materialista e o método dialético, novamente a síntese de Engels se revela transparente e cristalina:

> "Essa corrente não se contentava simplesmente em pôr Hegel de lado; ao contrário, ligava-se ao seu lado revolucionário, ao método dialético... No entanto sob sua forma hegeliana, esse método era inútil. Em Hegel, a dialética é o autodesenvolvimento do conceito. O conceito absoluto não somente existe desde toda a eternidade... mas, além disso, é a verdadeira alma viva de todo o mundo existente. (...) Em Hegel... o desenvolvimento dialético que se revela na natureza e na história... não é mais que um decalque do automovimento do conceito, movimento que existe e se desenvolve há toda uma eternidade, não se sabe onde, mas sem dúvida independentemente de todo cérebro humano pensante. Era essa inversão ideológica que se tratava de eliminar. Voltamos às posições materialistas e tornamos a ver nas idéias de nosso cérebro as imagens dos objetos reais, em vez de considerar estes objetos como imagens deste ou daquele momento do conceito absoluto. Com isso a dialética ficava reduzida à ciência das leis gerais do movimento, tanto do mundo exterior como do pensamento humano... Com isso, porém, a própria dialética do conceito se convertia simplesmente no reflexo consciente do movimento dialético do mundo real, o que equivalia a converter a dialética hegeliana num produto cerebral, ou melhor, a inverter a dialética que se achava de cabeça para baixo, colocando-a de pé. (...)" (Idem, p. 194)

Essa tomada de posição, que implicou numa crítica radical das bases ontológicas e epistemológicas da filosofia clássica alemã, tinha ainda outra implicação: enquanto os representantes oficiais da ciência descambaram para um ecletismo vazio e para a angustiante preocupação com os vencimentos e com a carreira, tornando-se nos ideólogos da burguesia e do Estado existente, a concepção materialista dialética dirigiu-se, desde o primeiro momento, à classe operária e à defesa de seus interesses e aspirações (Idem, p. 207).

Por essas observações de Engels sobre a construção da concepção materialista dialética, fica patente o fato de que defenderam resolutamente o materialismo filosófico; de que não se limitaram, porém, ao materialismo do século XVIII, mas que o enriqueceram com a filosofia clássica alemã, sobretudo do sistema de Hegel, o qual conduzia por sua vez ao materialismo de Feuerbach. **O fato de terem tomado as premissas de Hegel e Feuerbach não significou que fizeram uma mera fusão de ambas as concepções, mas sim que a concepção materialista dialética nasceu da análise crítica de cada uma delas, através da qual apontavam a contribuição e os limites que apresentavam.**

A partir dessa análise crítica (da filosofia clássica alemã, bem como da economia política e do socialismo utópico), as premissas do novo método foram sendo forjadas[02]. Mesmo não tendo a pretensão de fazer uma análise profunda da relação entre a concepção materialista dialética e a filosofia clássica alemã, é necessário clarear um pouco mais a análise crítica que foi feita pelos fundadores do materialismo dialético, buscando entender, principalmente a partir da reflexão que fizeram sobre a contribuição e os limites de Hegel e Feuerbach, como os pressupostos materialistas e o método dialético foram re-produzidos por Marx e Engels, de forma a conformar um novo método e uma nova teoria para a ciência do movimento real da história.

Para Marx e Engels a contribuição de Feuerbach, sua "importância história mundial" que fez época, residia precisamente na sua decisiva ruptura com o idealismo de Hegel e na afirmação do materialismo. O re-conhecimento da contribuição

de Feuerbach aparece praticamente em todas as obras dos autores. No terceiro dos **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, de 1844, época em que a influência de Feuerbach sobre Marx foi decisiva para sua ruptura com o idealismo imperante na esquerda hegeliana, o mérito da elaboração feuerbachiana foi centrado no fato de ter sido este o único que teve uma relação **séria** e **crítica** com a dialética de Hegel (MARX, K.. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**, p. 149-151). Nesse mesmo ano de 1844, o reconhecimento foi novamente expresso por Marx em **A Sagrada Família ou Crítica da Crítica Crítica:**

> "... quem é que desvendou o mistério do "sistema"? Feuerbach. Quem destruiu a dialética dos conceitos, a guerra dos deuses, que só os filósofos conheciam? Feuerbach. (...) Ainda fez mais. Destruiu, desde há muito, essas categorias com as quais a crítica faz hoje os seus malabarismos: a "verdadeira riqueza das relações humanas, a luta da história, a luta da massa e do espírito..." Foi Feuerbach o primeiro que completou e criticou Hegel do ponto de vista hegeliano, ao resolver o Espírito absoluto metafísico no "homem real baseado na natureza", completou a crítica da religião estabelecendo magistralmente os grandes princípios de toda a crítica da especulação hegeliana e, por conseqüência, de toda a metafísica." (MARX, Karl. Textos Filosóficos, p. 26-27).

O reconhecimento da obra de Feuerbach, porém, exigia e impunha que se delineasse claramente seus limites: o mecanicismo, o caráter a-histórico, fragmentário e, conseqüentemente, metafísico de suas análises, sua falta de universalidade, etc... Embora essas críticas tenham sido construidas em quase todos os trabalhos de Marx e Engels, tomaremos um fragmento de **A Ideologia Alemã**... para melhor exemplificar:

> "(...) Para Feuerbach, a "concepção" do mundo

> sensível limita-se, por um lado, à simples contemplação deste mundo, e, por outro, ao simples sentimento. Refere-se ao "Homem" em vez de se referir aos "homens históricos reais". (...) é-lhe necessário refugiar-se num duplo ponto de vista: entre uma visão profana que apenas se apercebe daquilo "que é visível a olho nu" e uma outra mais elevada, filosófica, que alcança a "verdadeira essência das coisas" (Nota de Engels: O erro de Feuerbach não reside no fato de subordinar o que é visível, a olho nu, a aparência visível, à realidade sensível observada graças a um exame mais aprofundado do estado de coisas concreto; consiste, pelo contrário, no fato de, em última instância, não poder se assenhorear da materialidade sem a considerar com os "olhos", isto é, através dos "óculos" do filósofo). Não vê que o mundo sensível em seu redor não é objeto dado diretamente para toda a eternidade, e sempre igual a si mesmo, mas antes o produto da indústria e do estado da sociedade, isto é, um produto histórico, o resultado da actividade de toda uma série de gerações (...)
>
> (...)
>
> Enquanto materialista, Feuerabach nunca faz intervir a história; e quando aceita a história, não é materialista. Nele, a história e materialismo são coisas completamente separadas (...)" (MARX e ENGELS. **A Ideologia Alemã...** - Volume 1, p. 29-33).

Muitos anos depois dessas críticas aos limites de Feuerabach, contidas em **A Ideologia Alemã...** (de 1846), Engels voltaria a discuti-las em seu **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã** (de 1888). Nesse livro Engels destacou Feuerbach como um elo intermediário entre a filosofia hegeliana e a concepção materialista dialética; seu percurso como o de um hegeliano que marchou em direção ao materialismo, que foi tomado em sua forma geral; não se deu conta do caráter histórico do materialismo, o que lhe impunha limites:

> "O materialismo do século passado era predominantemente mecânico, visto que nessa época a mecânica, e mesmo assim apenas a mecânica dos corpos sólidos... a mecânica da gravidade, era de todas as Ciências Naturais a única que havia chegado a certo ponto de seu coroamento. (...) Essa

> aplicação exclusiva do modelo da mecânica... constituía uma das limitações específicas, mas inevitáveis em sua época, do materialismo clássico francês.
>
> A segunda limitação específica deste materialismo consistia em sua incapacidade de conceber o mundo como um processo, como uma matéria sujeita ao desenvolvimento histórico. Isto correspondia ao estado das ciências naturais naquela época e ao modo metafísico... que lhe correspondia. (...)
>
> Esta concepção anti-histórica imperava também no campo da história. Aqui, a visão era limitada pela luta contra as sobrevivências da Idade Média. (...) Esse critério tornava, contudo, impossível uma visão racional das grandes conexões históricas e assim a história era utilizada... como uma coleção de exemplos e ilustrações para uso dos filósofos." (ENGELS, F.. **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã...**, p. 182-183).

Esses limites do materialismo (o seu caráter mecânico, anti-histórico e metafísico) foram assumidos por Feuerbach. Este, porém, não poderia ser culpabilizado por não ter conseguido superá-los. Era impossível a um filósofo solitário acompanhar de perto os progressos no campo das ciências. A culpa, se ela existiu, recai para Engels nas próprias condições históricas, científicas e acadêmicas da Alemanha:

> "... é necessário atribuir a culpa, única e exclusivamente, às lamentáveis condições em que a Alemanha se desenvolve, em virtude das quais as cátedras de filosofia eram monopolizadas por pedantes ecléticos... enquanto um Feuerbach, que estava muito acima de todos eles, vegetava e se amargurava num vilarejo. Não o responsabilizamos, portanto, pelo fato de que ficasse de fora de seu alcance a concepção histórica da natureza..." (Idem, p. 184).

O fundamento ontológico e gnosiológico materialista, assumido por Marx e Engels a partir de Feuerbach, não esgota a discussão. A própria análise dos limites da concepção materialista feuerbachiana punha em evidência o ponto

fundamental do novo método: a historicidade da natureza, da sociedade e do pensamento. Esse **caráter histórico** foi assumido, em seu conteúdo, a partir de Hegel.

Com relação a Hegel, Marx e Engels viam na concepção dialética deste a doutrina do desenvolvimento mais vasta, mais rica de conteúdo e mais profunda que havia sido desenvolvida até então. O reconhecimento da contribuição e importância histórica de Hegel perpassa toda a obra dos fundadores do marxismo; porém, para que não se alongue demasiadamente sobre este ponto, alguns exemplos são esclarecedores. A superioridade do pensamento de Hegel em comparação aos demais filósofos, o formidável sentido histórico de suas análises, a consideração da história como um processo de desenvolvimento com uma conexão interna, foram os principais aspectos destacados por Engels no trecho abaixo, de 1859:

> "O que punha o pensamento de Hegel acima do de todos os demais filósofos era o formidável sentido histórico que o animava. Por muito abstrata e idealista que fosse a sua forma, o desenvolvimento das suas idéias, marchava sempre paralelamente com o desenvolvimento da história universal, que, na realidade, era apenas a pedra de toque daquele. E embora com isso se invertesse e pusesse de cabeça para baixo a verdadeira relação, toda a filosofia nutria-se, não obstante, do conteúdo real... Foi ele o primeiro a tentar pôr em relevo, na história, um processo de desenvolvimento, uma conexão interna; e por muito estranhas que hoje nos pareçam muitas coisas da sua filosofia da história, a grandeza da concepção fundamental continua a ser, ainda, alguma coisa de admirável (...)" (ENGELS, F.. "'A Contribuição á Crítica da Economia Política' de Karl Marx". MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 309).

Em outra obra, o **Anti-Dühring**, de 1878, ao buscar Engels as bases científicas do socialismo, deixou em evidência a

principal contribuição de Hegel para a moderna filosofia: **a restauração da dialética como forma suprema do pensamento** (ENGELS,, F.. **Anti-Dühring**, p. 19). O sentido do termo "restauração" utilizado por Engels tinha um duplo propósito: por um lado, mostrar que a dialética era um método usado desde a antiguidade, especialmente pelos antigos filósofos gregos, sendo que a um deles, Aristóteles, coube penetrar na **forma** mais substancial do método dialético; por outro, salientar que a moderna filosofia, mesmo tendo alguns brilhantes pensadores dialéticos (como Descartes e Spinoza), deixou-se dominar cada vez mais por especulações metafísicas. Essa crescente influência da concepção metafísica, embora tenha significado um avanço ao conhecimento filosófico, notadamente quanto à incorporação dos progressos na análise das coisas e dos fenômenos da natureza, implicava em novas limitações: como para o metafísico as coisas e suas imagens no pensamento são objetos isolados de investigação - objetos fixos, imóveis, observados um após o outro - não poderia conceber que uma coisa pudesse ser ao mesmo tempo uma coisa distinta (Idem, p. 20). Isto é, a metafísica ao assumir o princípio de identidade como básico para o entendimento do mundo sensível e para o conhecimento teórico deste, rejeitava peremptoriamente o caráter histórico do mundo e do conhecimento e a possibilidade de serem regidos pelo princípio da contradição.. Disso resultava, para Engels, o limite específico da metafísica:

> "... um método unilateral, limitado, abstrato; perde-se em contradições insolúveis, uma vez que, absorvido pelos objetos concretos, não consegue enxergar as suas relações. Preocupado com sua própria existência, não reflete sobre sua gênese e sua caducidade; concentrado em suas condições estáticas, não percebe a sua dinâmica; obcecado

pelas árvores não consegue ver o bosque. (...)" (Idem, p. 21).

Esses limites das especulações metafísicas inexistem na dialética, que encarava as coisas e suas imagens conceituadas em suas conexões, em sua dinâmica, em seu processo de gênese e caducidade. A partir dela pode-se afirmar que todo ser é, no mesmo momento, ele mesmo e um outro (Idem, p. 21). Como no desenvolvimento das ciências naturais e da filosofia foram pouquíssimos os que souberam pensar dialeticamente, os conflitos entre os resultados descobertos e o método especulativo tradicional converteram-se na ilimitada confusão reinante na teoria das ciências naturais. Aí reside, para Engels, o mérito de Hegel: com ele a filosofia moderna alemã passou a conceber, pela primeira vez, a natureza, a história e o pensamento como em processo, como sujeito à constante mudança, transformação e desenvolvimento (Idem, p. 21-22).

Mas o reconhecimento de que o método hegeliano era o único que podia ser utilizado, posto que não havia sido criticado nem superado por ninguém, impunha ao mesmo tempo a necessidade de que se fizesse uma crítica profunda deste, a partir e através da qual a base da dialética materialista foi sendo construída. A principal crítica a Hegel foi dirigida ao fundamento ontológico de seu pressuposto metodológico: conceber que a idéia (ou a consciência) era determinante da matéria (ou do ser). Se a consciência determina o real, este não passa de um resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo. Marx e Engels consideraram tal premissa como uma <u>inversão</u> da realidade e do

conhecimento desta; a partir desta crítica, formularam o postulado fundamental do novo método: **não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência**

> "(...) São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real. (...)
>
> Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam, nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação...; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. (...)" (MARX e ENGELS. **A Ideologia Alemã**... - Volume 1, p. 25-26).

Da forma como foi posta a questão em **A Ideologia Alemã**, fica claramente demarcado que o postulado materialista era considerado básico tanto do ponto de vista ontológico quanto do epistemológico; isto é, matéria é básica tanto como princípio explicativo do mundo, quanto como ponto de partida para o conhecimento que se constrói sobre ele. Assim, estabelecido o princípio materialista, a análise sobre Hegel não poderia deixar de lado sua <u>dialética</u>. Essa questão foi lapidarmente sistematizada por Marx no "Pósfácio da 2a. Edição" de **O Capital**:

> "Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo de pensamento... é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.
>
> Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação , há quase 30 anos, quando

> estava em plena moda. (...) A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional, dentro do invólucro místico." (MARX, K.. **O Capital...**, Livro 1, Volume 1, p. 16-17).

Se para com Hegel a crítica quase sempre foi acompanhada do reconhecimento, o mesmo não ocorreu para com os hegelianos que foram caracterizados como mistificadores, manipuladores dos artifícios mais simples e elementares da dialética do mestre, ostentadores de uma ignorância incomparável, enfim "nada mais faziam" que reduzir a herança de Hegel "a um simples modelo, pelo qual se podiam contar e construir todos os temas possíveis" (ENGELS, F.. "A Contribuição à Crítica da Economia Política de Karl Marx". In: MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 307-308).

Pelo que se disse, não fica difícil entender porque o novo método foi sendo engendrado a partir da análise crítica dos sistemas filosóficos de Hegel e Feuerbach. O processo de produção da dialética, porém, sempre impunha a demarcação das diferenças entre as premissas de Marx e Engels e as que caracterizavam os sistemas metodológicos então em voga, notadamente a dialética hegeliana:

> "O meu método de desenvolvimento não é o de Hegel, pois sou **materialista** e Hegel é idealista. A **dialética de Hegel é o fundamento de toda a dialética**, mas apenas depois de ter sido desembaraçada da sua forma mística, e foi o que distinguiu o meu método." (MARX, K.. O Novo Mundo. In: MARX, K.. **Textos Filosóficos**, p. 39).

O postulado ontológico materialista, portanto, é o fundamento que permite entender as diferenças epistemológicas entre a dialética hegeliana e o materialismo dialético. A diferença quanto ao fundamento ontológico desses métodos, foi assim expresso por Engels, em **Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã**:

> "A grande questão fundamental de toda a filosofia, em particular da filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser. (...)
>
> Segundo a resposta que dessem a essa pergunta "- que é primeiro: o espírito ou a matéria?" - os filósofos dividiam-se em dois grandes campos. Os que afirmavam o caráter primordial do espírito em relação à natureza e admitiam, portanto, em última instância, uma criação do mundo, de uma ou de outra forma... firmavam o idealismo. Os outros, que viam a natureza como elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo." (**In:** MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 3, p. 178-179).

As implicações da adoção do materialismo como princípio explicativo do mundo e como princípio de conhecimento, foram claramente trabalhadas por Marx e Engels e, para encurtar caminho, assim foi exposta por Engels no **Anti-Dühring**:

> "A unidade do mundo não consiste no seu ser... A unidade real do mundo consiste na sua materialidade e esta última está provada... por um longo e laborioso desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais... O movimento é o modo de existência da matéria. Nunca e em parte alguma houve nem poderá haver matéria sem movimento... Matéria sem movimento é impensável do mesmo modo que movimento sem matéria... Mas, se se pergunta, depois disso, o que é o pensamento e a consciência, de onde provém, conclui-se que são produtos do cérebro humano e que o próprio homem é um produto da natureza, o qual se desenvolveu no seu ambiente e com ele; daí se compreende por si só que os produtos do cérebro humano... são igualmente produtos da natureza, não estão em contradição, mas sim em correspondência com a restante conexão da natureza." (**Apud** LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 8-9).

Sob tais fundamentos, são evidentes as diferenças entre a dialética hegeliana e a marxista, mesmo que Marx tenha considerado o fundamento da dialética de Hegel como o de toda a dialética. Tal reconhecimento não é devido por considerar Hegel a forma geral ou as leis do desenvolvimento de maneira consciente e completa, mas principalmente porque a dialética em suas mãos concebia todas as formas do movimento, sendo, por isso mesmo, essencialmente crítica e revolucionária. Era, portanto, necessário separar na dialética de Hegel o seu núcleo racional - válido enquanto instrumento para investigação do movimento histórico real - do caráter místico e idealista de sua exposição.. Ao distinguir o método de exposição, do método de pesquisa, Marx deixou patente, por um lado, que o núcleo racional de sua dialética era o mesmo que o desenvolvido por Hegel e, por outro, que esse mesmo método era profundamente diferente em seus fundamentos:

> "É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e descobrir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que se pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori." (MARX, K.. O Capital..., Livro 1, Volume 1, p. 16).

Feitas tais observações, Marx concluiu que seu método dialético diferia do hegeliano e a ele era inteiramente oposto pelo fundamento com que cada um concebia a realidade e o conhecimento sobre esta: Hegel era idealista e Marx materialista (Idem, p.

17).

5.4. AINDA SOBRE O MÉTODO: o método como articulação entre o histórico e o lógico /e/ a prática como critério de verdade

A reconstrução dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico, a partir de suas raizes histórico-filosóficas, conduzem aos caminhos que poderiam ser seguidos pela ciência: o lógico e/ou o histórico.

Enquanto para a filosofia clássica (e isto continua sendo verdadeiro para algumas correntes do pensamento contemporâneo) a lógica se constituía numa determinada concatenação do raciocínio, de forma a que este fosse **formalmente** correto; enquanto para Hegel o desenvolvimento das idéias devia marchar sempre paralelamente ao desenvolvimento da história universal, sendo esta a pedra de toque daquele, para Marx o lógico não era mais que o reflexo, em forma abstrata e teoricamente conseqüente, do desenvolvimento histórico:

> "Mesmo depois de descoberto o método, e de acordo com ele, a crítica da economia política podia ser empreendida de dois modos: o histórico e o lógico. Como na história... as coisas se desenvolvem... do mais simples para o mais complexo, o desenvolvimento histórico da literatura sobre a economia política fornecia um fio natural de engranzamento para a crítica, pois, em termos gerais, as categorias econômicas apareciam aqui na mesma ordem do seu desenvolvimento lógico. (...) Portanto, o único método indicado era o lógico. Mas este não é, na realidade, senão o método histórico... Ali onde começa a história deve começar também a cadeia do pensamento, e o desenvolvimento anterior desta não será mais do que a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente conseqüente, da trajetória histórica; uma imagem

> reflexa corrigida de acordo com as leis que fornece a própria trajetória histórica; e, assim, cada fator pode ser estudado no ponto de desenvolvimento da sua plena maturidade, na sua forma clássica." (In: MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 1, p. 310).

Por esta interpretação de Engels sobre as observações metodológicas de "A contribuição à crítica da economia política" de Karl Marx, lógico e histórico não eram aspectos separáveis na análise crítica sobre a economia política ou sobre o desenvolvimento da sociedade burguesa. Lógico e histórico foram considerados como faces de uma mesma moeda e deviam ser vistos em sua articulação, em sua relação recíproca.

Ainda que esse tipo de questão (sobre o caminho a ser seguido pela ciência: o histórico ou o lógico) não tenha aparecido de forma manifesta em nenhum outro escrito de Marx ou Engels, pressupor essa articulação torna possível um entendimento mais profundo da própria concepção histórica dos fundadores do marxismo.

Conforme Engels, no artigo supra citado, a concepção materialista dialética de desenvolvimento histórico, em suas linhas gerais, deve partir sempre da relação primeira e mais simples que existe historicamente. Pelo fato de tratar-se de uma relação, está implícito que há dois lados que se relacionam entre si, sendo necessário estudá-los separadamente, de onde depreende-se sua relação recíproca e sua interação. Como essas relações não são necessariamente harmônicas, encontram-se contradições que exigem uma solução. Como não se trata de seguir meramente um processo abstrato de pensamento, mas uma sucessão de fatos reais, ocorridos real e efetivamente em alguma época ou que ainda

continuam ocorrendo, essas contradições encontrarão na prática a sua solução, posto que elas também surgem da prática. Ao se estudar o caráter dessa solução, verifica-se que ela cria uma nova relação, com dois lados contrapostos e, assim, sucessivamente (Idem, p. 310-311).

Esse **encadeamento dialético**, que se realiza numa articulação constante entre o lógico e o histórico, antes de receber esta formulação de Engels, escrita e publicada em 1859, já havia sido exposto (em 1846) em **A Ideologia Alemã...**, quando então afirmavam Marx e Engels que as premissas das quais partiam não eram arbitrárias, nem dogmas, mas bases reais e concretas que só eram passíveis de abstrair na imaginação.

> "Esta forma de considerar o assunto não é desprovida de pressupostos. Parte de premissas reais e não as abandona um único instante. Essas premissas são os homens, não isolados nem fixos de uma qualquer forma imaginária, mas apreendidos no seu processo de desenvolvimento real em condições determinadas, desenvolvimento este que é visível empiricamente. Desde que se represente este processo da atividade vital, a história deixa de ser uma coleção de fatos sem vida, como a apresentam os empiristas, e que são ainda abstratos, ou a ação imaginária de sujeitos imaginários, como a apresentam os idealistas.
>
> É onde termina a especulação, isto é, na vida real, que começa a ciência real, positiva, a expressão da atividade prática, do processo de desenvolvimento prático dos homens. (...) " (MARX e ENGELS. **A Ideologia Alemã...**, Volume 1, p. 27).

A articulação entre o histórico e o lógico, na medida em que deve apreender a vida real e o processo de desenvolvimento prático dos homens, constituiu-se em princípio básico para a Ciência da História enquanto "ciência real" e "positiva". Para essa ciência, o conhecimento deveria deixar de ser tanto uma coleção de fatos mortos e sem vida, quanto uma mera

abstração da ação imaginária de sujeitos imaginários (Idem, p. 26-27): ao contrário, para Marx e Engels o conhecimento deve apreender o movimento histórico real - movimento esse apreensível empiricamente (Idem, p. 26) - de modo a se constituir numa síntese dos resultados mais gerais que sejam passíveis de abstrair do estudo do desenvolvimento histórico dos homens (Idem, p. 27).

A forma geral e sintética do desenvolvimento histórico foi exposta em **A Ideologia Alemã...** (MARX e ENGELS. **A Ideologia Alemã...**, Volume 1, p. 18-40). e seus pontos básicos podem ser assim resumidos: o primeiro pressuposto de toda a história é de que os homens devem estar em condições de viver para poderem fazer história. Para viver, é preciso, antes de mais nada, comer, beber, abrigar-se, vestir-se, etc.... O primeiro fato histórico, portanto, é a produção dos meios que permitem aos homens satisfazer essas necessidades - isto é, a produção da vida material. Satisfeita a primeira necessidade, a própria ação de satisfazê-la e o instrumento utilizado conduzem a novas necessidades. Os homens, ademais, cotidianamente renovam a sua própria vida e criam outros homens, reproduzem-se (relação entre o homem e a mulher -a família). A família, que é inicialmente a única relação social, transforma-se numa relação subalterna quando o acréscimo das necessidades engendra novas relações sociais. A produção da vida, tanto a própria através do trabalho como a alheia pela procriação, surge como uma dupla relação: por um lado como relação natural e, por outro, como uma relação social. Disto decorre que um determinado modo de produção se encontra permanentemente ligado a um modo de cooperação ou a um

estado social determinado; decorre, também, que o conjunto das forças produtivas acessíveis aos homens determina o estado social, pois a história dos homens está em estreita correlação com a história da sua produção, sendo por ela determinada.

Depois de ter examinado estes quatro aspectos das relações históricas (a produção da vida material, a produção de novas necessidades e sua subseqüente satisfação, a reprodução da vida - pelo trabalho e pela reprodução, e a divisão do trabalho), que são os quatro aspectos das relações básicas (as forças produtivas e as relações de produção), pode-se dar conta "de que o homem possui consciência". Não se trata de uma consciência prévia, que seja de antemão "consciência pura", mas consciência enquanto produto social desse processo vital: "a consciência é pois um produto social e continuará a sê-la enquanto houver homens".

Inicialmente, essa consciência é uma expressão limitada das relações com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo - neste sentido é a consciência que os homens têm de suas relações sociais e de suas relações com a natureza, que lhe aparece como uma força estranha, toda-poderosa e inatacável - trata-se de uma consciência de natureza puramente animal, de uma simples consciência gregária. Esta consciência gregária, porém, desenvolve-se e aperfeiçoa-se posteriormente devido ao aumento da produtividade, das necessidades e da população.

Neste momento se desenvolve a divisão do trabalho. Não se trata mais da divisão de funções no ato sexual ou da divisão "natural" do trabalho de acordo com os dotes físicos.

Neste momento se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual - é somente a partir desse ponto que a consciência pode supor-se como algo mais que a prática existente, podendo representar qualquer coisa sem representar algo de real. A consciência, ao se emancipar do mundo, gera a teoria pura, a teologia, a filosofia, a moral, etc.. Se essa consciência entra em contradição com as relações existentes, deve-se apenas ao fato de as relações existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente.

Com esta divisão do trabalho, não só o próprio trabalho é distribuído desigualmente, mas também os seus produtos - distribuição desigual tanto em quantidade como em qualidade. Essa divisão desigual do trabalho gera a contradição entre interesses (do indivíduo singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos - do trabalho intelectual e do trabalhador braçal). A expressão disto é a propriedade. Da contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo, aparece o Estado, enquanto forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e que toma a aparência de comunidade ilusória.

Entre os diferentes interesses (laços de sangue, língua, divisão do trabalho, etc.), destacam-se os interesses das classes já condicionadas pela divisão do trabalho e entre as quais existe uma que domina as restantes. Disto decorre que as lutas no seio do Estado, são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si. Disso se depreende, ainda, que toda classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas

sociais de dominação, deve antes de tudo conquistas o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal.

Após delinearem a forma geral do **desenvolvimento histórico**, resumidamente exposto acima, Marx e Engels (ainda em **A Ideologia Alemã...**) passaram a estabelecer a **forma** como deveria ser concebida a **própria história**: como a sucessão das diferentes gerações, cada uma explorando de forma diferenciada os materiais, os capitais e as forças produtivas herdadas das gerações precedentes; cada geração continuando o modo de produção que lhe foi transmitido, porém em circunstâncias radicalmente diferentes (Idem, p. 44).

A história, assim, deve ser considerada enquanto **movimento**, no interior do qual a matéria (no caso, as relações reais que envolvem um determinado modo de produção) sofrem um constante processo de **transformação**. Essa transformação se realiza de forma a que a história cada mais se transforma em história mundial - isto é: o isolamento primitivo das diversas sociedades foi sendo destruido com o desenvolvimento do modo de produção, da circulação e da divisão do trabalho entre nações (Idem, p. 47). Destas considerações, afirmaram que deveriam ser tiradas, ainda, **quatro conclusões**:

> "(...) 1. No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estádio em que surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas mas sim forças destrutivas..., assim como, fato ligado ao precedente, nasce no decorrer desse processo do desenvolvimento uma classe que suporta todo o peso da sociedade sem desfrutar das suas vantagens, que

> é expulsa do seu seio e se encontra numa oposição mais radical do que todas as outras classes, uma classe que inclui a maioria dos membros da sociedade e da qual surge a consciência da necessidade de uma revolução... 2. As condições em que se podem utilizar forças produtivas determinadas são as condições de dominação de uma determinada classe da sociedade; o poder social desta classe... encontra regularmente a sua expressão prática sob a forma idealista no tipo de Estado próprio de cada época; é por isso que toda a luta revolucionária é dirigida contra uma classe que dominou até então. 3. Em todas as revoluções anteriores, permanecia inalterado o modo de atividade e procedia-se apenas a uma nova distribuição dessa atividade...; a revolução é, pelo contrário, dirigida contra o modo de atividade anterior - suprime o trabalho e acaba com a dominação de todas as classes pela supressão das próprias classes... 4. Torna-se necessária uma transformação maciça dos homens...; ora uma tal transformação só pode ser efetuada por um movimento prático, por uma revolução... porque só uma revolução permitirá à classe que derruba a outra aniquilar toda a podridão do velho sistema e tornar-se apta a fundar a sociedade sobre bases novas." (Idem, p. 47-48).

Ao conceber sob essa forma a história, Marx e Engels tinham plena consciência das implicações metodológicas que uma tal concepção trazia: a transformação histórica não poderia ser considerada como um simples fato abstrato da "consciência em si", ou como a realização do "Espírito absoluto" no "Espírito do mundo", ou qualquer outra fantasmagoria metafísica; tratava-se sim de "...uma ação material que pode ser verificada de forma empírica, uma ação de que cada indivíduo fornece a prova no ato de comer, beber e vestir-se" (Idem, p. 45). Dito de outra forma, a concepção materialista da história deve ter como base o desenvolvimento do processo real de produção; a partir dele é possível conceber as relações humanas ligadas a esse modo de produção, bem como as formas de organização e representações que

são engendradas no seio dessas relações. Assim sendo, a concepção materialista dialética da história, partindo de bases reais e concretas, objetiva representar a sociedade e o desenvolvimento real da história enquanto **totalidade** em movimento:

> "Esta concepção da história tem portanto como base o desenvolvimento do processo real da produção, concretamente a produção material da vida imediata; concebe a forma das relações humanas ligada a este modo de produção e por ele engendrada... como sendo o fundamento de toda a história. Isto equivale a representá-la na sua ação enquanto Estado, a explicar através dela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas de consciência... e a acompanhar o seu desenvolvimento a partir destas produções; o que permite naturalmente representar a coisa na sua totalidade..." (Idem, p. 48-49).

Para os autores de **A Ideologia Alemã...** essas observações sobre a concepção da história se faziam necessárias por um duplo motivo: por um lado, porque as concepções históricas anteriores não tinham nenhuma ligação com a marcha da própria história, que era descrita de acordo com uma norma que se situava fora dela; por outro lado, porque a historiografia considerada materialista chegava, no máximo, a contemplar o mundo existente, esforçando-se por generalizar a consciência de um fato existente (Idem, p. 50-54). À primeira observação crítica, dirigida à historiografia hegeliana, de fundo idealista, Marx e Engels haviam contraposto os fundamentos ontológicos e epistemológicos da dialética materialista; à segunda crítica, feita a Feuerbach e seguidores, **novo aspecto** da concepção materialista da história foi introduzido: que não importa somente o reconhecimento do existente, o que importa é transformar o mundo existente, revolucionar as bases de existência da sociedade burguesa. Essa

questão da ação, da transformação, da revolução, assim foi expressa por Marx e Engels:

> "De fato, para o materialista **prático**, ou seja para o **comunista**, é mister revolucionar o mundo existente, atacar e transformar praticamente o estado de coisas que encontra. (...)" (Idem, p. 29)

> "(...) Toda a dedução de Feuerbach no que respeita às relações recíprocas entre os homens pretende unicamente provar que os homens têm necessidade uns dos outros e que sempre assim ocorreu. Quer que seja estabelecida a consciência desse fato; ao contrário dos outros teóricos, apenas pretende suscitar uma justa consciência de um fato existente, ao passo que para o comunista real o que importa é derrubar essa ordem existente. (...)" (Idem, p. 54).

Assim tratada a questão, não é difícil concluir que Marx e Engels, ao insistirem sobre a ação transformadora e revolucionária dos materialistas "práticos" ou comunistas, **colocaram o critério da prática na base da teoria do conhecimento da dialética materialista.** Essa questão foi considerada tão fundamental que Marx chegou a colocar na 2a. tese sobre Feuerbach, como sendo escolástico o problema de saber se o pensamento humano correspondia à verdade objetiva, pois era evidente que **na prática** é que o homem demonstrava a verdade de seu pensamento:

> "O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema **prático**. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade, isto é, a realidade, e a força, o caráter terreno de seu pensamento. O debate sobre a realidade ou a irrealidade de um pensamento isolado da prática é um problema puramente **escolástico**." (MARX, K. Teses sobre Feuerbach. In: MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas**, Volume 3, p. 208).

A partir dessa consideração de que na prática é

que o homem demonstra a verdade de seu pensamento, Marx aprofundou ainda mais a radicalidade do critério da prática como ponto de vista primeiro e fundamental da epistemologia marxista. Assim, enquanto que na 8a. tese sobre Feuerbach a prática era postulada como **solução racional** para os mistérios que desviam a teoria para o misticismo, na 11a. tese a atividade prática foi incorporada como algo necessário da atividade mesma do pensador ou conhecedor do mundo (Idem, p. 210).

Foi, porém, Engels quem trabalhou e elaborou de forma minuciosa o pressuposto de que a prática era fundamental para a epistemologia científica do materialismo histórico, notadamente em **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Após tratar das bases ontológicas da filosofia moderna, fundadas no idealismo (o pensamento ou a idéia como determinante do ser ou da matéria) ou no materialismo (a matéria ou o ser como elemento primordial em relação ao pensamento ou a idéia), afirmou Engels que o problema da relação entre o ser e o pensamento continha ainda outro aspecto, por ele denominado de "problema da identidade entre o pensamento e o ser" e que foi assim formulado:

> "... o problema da relação entre o pensamento e o ser encerra ainda outro aspecto, a saber: que relação mantém nossos pensamentos sobre o mundo que nos rodeia com esse mesmo mundo? Nosso pensamento é, de fato, capaz de conhecer o mundo real? Podemos, com nossas representações e conceitos sobre o mundo real, formar uma imagem exata da realidade? Na linguagem filosófica, essa questão é conhecida como o problema da identidade entre o pensamento e o ser..." (In: MARX e ENGELS, **Obras Escolhidas** - Volume 3, p. 179-180).

De acordo com Engels, a grande maioria dos filósofos modernos consideram possível o conhecimento do mundo

(concepções chamadas de gnósticas). Entre estes destacou-se Hegel, para quem a resposta para a questão do conhecimento impõe-se por si mesma, pois constitui a própria realização da Idéia absoluta no mundo e no tempo.

Essa premissa idealista de Hegel, porém, não o impediu de chegar a outra conclusão: de que, por ser exata para seu pensamento, sua filosofia seria comprovada, quanto a exatidão como conhecimento, na medida em que a humanidade a transplantasse do terreno teórico para o prático, transformando todo o universo segundo os princípios hegelianos (Idem, p. 180).

Juntamente com esses filósofos, porém, outros negavam a possibilidade de conhecer o mundo ou de conhecê-lo de modo completo, tais como Kant e Hume, por exemplo. A refutação desse ponto de vista, para Engels, já havia sido dada por Hegel, nos limites de sua perspectiva idealista. Por sua vez, os limites do idealismo hegeliano haviam sido superados pela prática, principalmente a experimentação e a indústria. De acordo com seu ponto de vista, a prática era o elemento fundamental para converter a "coisa em si" em "coisa para nós", dando vários exemplos tomados das ciências da natureza.

> "(...) a refutação mais contundente dessas manias... é a prática, principalmente a experimentação e a indústria. Se podemos demonstrar a exatidão de nossa maneira de conceber um processo natural, reproduzindo-o nós mesmos... e se, além disso, o colocamos a serviço de nossos próprios objetivos, então acabamos com a "coisa em si" inacessível de Kant. As substâncias químicas produzidas no mundo vegetal e animal continuaram sendo "coisas em si" inacessíveis, até que a química orgânica começou a produzi-las...; com isso, a "coisa em si" converteu-se em coisa para nós..." (Idem, p. 180).

Ainda que haja uma proximidade entre a forma de Hegel e a de Engels conceberem a solução ao problema da identidade entre o ser e o pensamento - a prática como critério da verdade - o fundamento de ambos é exatamente o oposto: para Hegel nada mais significava que a realização do Espírito absoluto no mundo e no tempo; Engels já o tomou como sendo a experimentação, ação humana, transformação do estado de coisas existentes. Em um é decorrência da postura idealista, no outro da materialista.

Tomando as observações de Marx e de Engels, pode-se verificar, não somente a profunda coerência do critério da prática com a postura materialista assumida, como a importância que este critério tem para a concepção materialista dialética: a prática é o critério fundamental que demonstra ou rejeita a exatidão do pensamento, da reflexão teórica, com o movimento real da natureza ou da sociedade. Do ponto de vista político, por sua vez, o sentimento de prática é o de revolucionar o mundo existente: a prática histórica é a única forma de comprovar ou não a exatidão da análise teórica e sua operacionalização tática.

5.5. CATEGORIAS: do mundo da abstração à abstração do mundo real

Avançando um pouco mais nesta incursão sobre os pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, as análises precedentes sobre os fundamentos filosóficos da Ciência da História, do método como articulação entre o histórico e o lógico

e da prática como critério de verdade, etc., remetem e exigem a discussão sobre a **questão das categorias.**

Evidentemente que tratar das categorias utilizadas na análise materialista dialética exigiria a retomada das questões básicas relativas ao materialismo histórico, pois como todas as demais problemáticas tratadas até aqui, também a das categorias encontra-se presente ao longo de toda a obra e é parte integrante do processo de construção das premissas básicas da concepção. Tendo esta observação presente, é possível que se direcione de forma mais direta a discussão sobre as categorias.

A discussão direta e explícita sobre as categorias, o que constituem e como devem ser utilizadas, apareceu em 1846 na carta de "Marx a P. V. Annenkov", de 28 de dezembro.

Nesta carta, Marx comentou a obra de Proudhon **A Filosofia da Miséria**, notadamente no que diz respeito às premissas fundamentais do autor, criticando severamente seu idealismo, sua especulação com um "hegelianismo domesticado", contrapondo a este o que considerava premissas suficientes para compreender o desenvolvimento histórico.

Observa Marx que Proudhon considerava a história como uma série determinada de evoluções sociais, como a realização do progresso. Nesta, considerava que os homens - enquanto indivíduos, não sabiam o que faziam e imaginavam de modo errôneo o seu próprio desenvolvimento; isto é, Proudhon pressupunha que o desenvolvimento social parecia algo diferente, separado, independente do desenvolvimento individual. Contrapondo-se a esta forma de pensar o desenvolvimento

histórico, Marx delineia em que se constitui a história social dos homens. Primeiramente, estabelece que a sociedade é o produto da ação recíproca dos homens", sendo que estes não podem escolher livremente a forma social que desejam, pois esta está definida pelo estado de desenvolvimento das forças produtivas dos homens:

> "(...) A um nível determinado do desenvolvimento das forças produtivas dos homens corresponde uma forma determinada de comércio e do consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo, correspondem formas determinadas de organização social...; em resumo: uma determinada sociedade civil. A uma sociedade civil determinada, corresponde uma situação política determinada que, por sua vez, nada mais é que a expressão oficial dessa sociedade civil... (...)" (MARX. Carta de Marx a P.V. Annenkov, de 28 de dezembro de 1846. In: MARX e ENGELS. **Obras Escolhidas** - Volume 3, p. 245).

Os homens, porém, não podem dispor livremente de suas forças produtivas, pois estas são o resultado das condições em que os homens se encontram, pelas forças produtivas e que não criaram, mas é produto das gerações precedentes. Por isso mesmo, todas as formas econômicas são transitórias e históricas:

> "(...) as formas econômicas sob as quais os homens produzem, consomem, comerciam, são **transitórias e históricas**. À medida que adquirem novas forças produtivas, os homens modificam seu modo de produção; e, com o modo de produção, modificam também todas as relações econômicas, as quais nada mais eram que as relações necessárias àquele modo de produção. (...)" (Idem, p. 246).

Em Proudhon, observa Marx, a história não é algo de real, é "uma história sagrada", é a "história das idéias". As evoluções históricas de que trata o autor não passam, assim, de evoluções que se realizam no seio da idéia absoluta. Nesta pseudo-história, o quadro oferecido é apenas a ordem abstrata

(cerebral) da articulação das categorias econômicas. Estas - as categorias econômicas - são tomadas em si mesmas, enquanto pura abstração e, por isso, aparecem como configurando um mundo e um conhecimento imortal, imutável, insensível, essência da razão pura, abstração da abstração (Idem, p. 251). Com isso, Marx punha o limite metodológico de Proudhon: sua postura idealista não possibilitava a ele compreender teoricamente que ao desenvolverem as forças produtivas, os homens desenvolviam entre si certas relações e que o caráter destas se modificava necessariamente com o desenvolvimento das forças produtivas. Não conseguia compreender enfim que:

> "(...) **as categorias econômicas não passam de abstrações dessas relações reais** e que apenas são verdadeiras enquanto subsistirem essas relações. E cai, por conseguinte, no mesmo erro dos economistas burgueses que vêem, nessas categorias, leis eternas - e não leis históricas, válidas apenas para certo desenvolvimento histórico, para um determinado desenvolvimento das forças produtivas. (...)" (Idem, p. 249).

Assim posta a questão, as categorias não passam de expressão ideal, **abstrata**, das relações sociais que correspondem a um determinado modo de produção: têm portanto tão pouco de eternas quanto as relações a que servem de expressão. Sendo as relações transitórias e históricas, as categorias só são válidas enquanto subsistirem essas relações; só são válidas para explicar certo desenvolvimento histórico, para um determinado desenvolvimento das forças produtivas.

Essa análise de Marx sobre as categorias, feita a partir da crítica a Proudhon, foram aprofundadas em **A Miséria da Filosofia**. Essa obra de Marx[03], elaborada particularmente para

enfrentar as posições científicas e político-ideológicas do reformismo de Proudhon, pôs em relevo os principais elementos constitutivos da análise marxiana (o teórico-científico e o político-ideológico) e que o acompanharam, ainda que qualitativamente melhor elaboradas, em suas reflexões posteriores. Por um lado, o livro mostra o desenvolvimento das pesquisas de Marx sobre a economia política: a crítica ao conteúdo das formulações de Proudhon foi o eixo central do livro e seus aspectos básicos foram retomados nas obras posteriores da economia política. Por outro, revela o projeto comunista revolucionário de Marx, com o qual passou a combater firmemente outras posições político-ideológicas que pudessem desviar o proletariado das tarefas prático-históricas que o processo de desenvolvimento histórico real a ele conferia.

Para os objetivos do presente trabalho a polêmica contra Proudhon não interessa em si mesma; assumem relevo as discussões de caráter metodológico travadas com a economia política clássica. Mesmo considerando as insuficiências e lacunas da análise econômica de Marx (que marcam, aliás, essas primeiras incursões de Marx nesse terreno, principalmente as relativas à sua compreensão do valor e que o levaram a ainda não distinguir, por exemplo, força de trabalho de trabalho, trabalho socialmente necessário de trabalho necessário, etc.), o importante a observar é que elas não comprometem, em qualquer escala, a relevância das observações teórico-metodológicas contidas em **A Miséria da Filosofia**. A relevância das observações contidas nesta obra adquirem, ainda, um papel central se for considerado que foi exatamente com ela que surgiu o primeiro esboço do projeto

teórico a que Marx dedicou a maior parte de sua vida: a análise de conjunto do modo de produção capitalista.

A análise sobre a questão do método e, no interior dela, sobre as categorias, aparece formulada ao longo do segundo capítulo de **A Miséria da Filosofia**, no qual Marx se dedicou à análise do tema "A Metafísica da Economia Política", precisamente no 1o. parágrafo: "O método". Salientou inicialmente Marx que o conteúdo da obra de Proudhon necessariamente remetia para a Alemanha, na qual as questões econômicas adquiriam uma forma característica: a forma de idéias e a linguagem da metafísica.

> "Eis-nos em plena Alemanha! Teremos de falar a linguagem da metafísica, sem abandonar a da economia política...
>
> Se o inglês transforma os homens em chapéus, o alemão transforma os chapéus em idéias. O inglês é Ricardo...; o alemão é Hegel..." (MARX, K.. **A Miséria da Filosofia**, p. 101).

Como Proudhon havia feito uma metafísica da economia política, era preciso, antes de mais nada, procurar esclarecer o método de Proudhon, pois como havia afirmado Hegel "a metafísica, a filosofia inteira se resume... no método" (Idem, p. 102). A análise crítica sobre a questão do método foi redigida sob a forma de "observações".

A "primeira observação" de Marx foi direcionada ao idealismo do método de Proudhon: se propunha a fazer uma história não segundo a ordem temporal, mas conforme a sucessão das idéias (Idem, p. 102). Para fazer a crítica do conteúdo idealista do método neste autor, Marx formulou duas questões: na primeira, se pergunta da relação de Proudhon com os demais economistas; na segunda, sobre o papel de Hegel na economia política

proudhoniana.

Sobre a relação entre Proudhon e a economia política, Marx procurou analisar as distinções existentes: os economistas exprimem as relações de produção da sociedade burguesa como categorias fixas, imutáveis, eternas; Proudhon, que tem já à sua frente, formadas, estas categorias, quer explicar a formação, geração, destas. Os economistas não explicam como se produzem estas relações, o movimento histórico que as engendraram; Proudhon, tomando estas relações como categorias, pensamento abstrato, tratou apenas de ordenar estes pensamentos; disto concluiu Marx:

> "(...) os materiais dos economistas são a vida ativa e atuante dos homens; os materiais do Sr. Proudhon são os dogmas dos economistas. (...)" (Idem, p. 102).

Como não quer encontrar o movimento histórico das relações de produção, do qual as categorias são apenas expressões econômicas, a economia de Proudhon foi forçada a considerar o movimento da razão pura como a origem dessas categorias (Idem, p. 103).

Exatamente neste ponto, em que Marx identificou a explicação sobre a origem das categorias econômicas, por Proudhon, no movimento da razão pura, passou a considerar a relação deste com Hegel, notadamente quanto ao entendimento e explicação do "método absoluto" (Idem, p. 103-104). Por este método, da mesma forma como todas as coisas se transformam, por força da abstração, em categorias lógicas, basta que se abstraia todo o caráter distinto dos diferentes movimentos, para se chegar a imaginar o próprio movimento em estado abstrato, ao movimento puramente formal, à fórmula puramente lógica do movimento. Se se

imagina encontrar uma fórmula puramente lógica do movimento, imagina-se encontrar nela o método absoluto, com o qual se faz a redução da produção e dos produtos, dos objetos e dos movimentos ao método - o que é uma metafísica aplicada. O que Hegel havia feito em relação à filosofia, à religião, ao direito... Proudhon fez em relação à economia política (Idem, p. 103-104). A exposição de Marx sobre este ponto é extremamente didática e vale a pena reproduzi-la:

> "Mas o que é este método absoluto? A abstração do movimento. E o que é a abstração do movimento? O movimento em estado abstrato. O que é o movimento em estado abstrato? A fórmula puramente lógica do movimento ou o movimento da razão pura. Em que consiste o movimento da razão pura? Consiste em se pôr, se opor, se compor, formular-se como tese, antítese, síntese, ou, ainda, afirmar-se, negar-se, negar sua negação." (Idem, p. 104-105).

A aplicação deste método à economia política resultava, para Marx, na "metafísica da economia política", ou melhor dizendo em "categorias econômicas que todos conhecem traduzidas numa linguagem pouco conhecida" (Idem, p. 105) com isto simplesmente as categorias econômicas eram traduzidas para uma linguagem pouco conhecida - a filosófica. Com o que Marx concluía a primeira observação, destacando:

> "(...) Já não há a 'história segundo a ordem temporal': há apenas, a 'sucessão das idéias no entendimento'. Ele acredita construir o mundo pelo movimento do pensamento, enquanto somente reconstrói... as idéias que estão na cabeça de todo mundo." (Idem, p. 106).

Na "segunda observação" Marx se dedicou a analisar a conseqüência da aplicação do "método absoluto" à compreensão das categorias econômicas, que para Marx devem ser entendidas de

forma precisa:

> "As categorias econômicas são expressões teóricas, abstrações das relações sociais da produção. (...)" (Idem, p. 106).

Como Proudhon via as coisas de forma invertida, via nas relações econômicas a encarnação das categorias econômicas que existiam adormecidas na "razão impessoal da humanidade". Enquanto economista, portanto, Proudhon compreendia muito bem que "os homens fazem tecidos de lã, algodão e seda em relações determinadas de produção", porém o que ele não conseguia entender era que "estas relações de produção determinadas são também produzidas pelos homens", com o que concluiu Marx que as categorias nada têm de eternas; são produtos históricos e transitórios.

> "Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais.
>
> Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios." (Idem, p. 106).

Essa discussão sobre as categorias econômicas adquire sentido mais amplo, do ponto de vista teórico-metodológico, quando Marx faz sua "sétima e última observação": do caráter histórico e transitório das categorias, passou a analisar o próprio caráter histórico da ciência e sua profunda relação com os interesses de classe na sociedade burguesa. Para Marx, "os economistas têm procedimentos singulares": consideram como existentes duas espécies de instituições - as artificiais e as naturais. Somente às relações e instituições burguesas dão o

caráter de "natural"; às demais, como por exemplo as relações feudais, ao contrário dão a atribuição de "artificiais". A consideração de que as relações burguesas eram "naturais", tinha para Marx uma razão de ser: atribuindo às relações burguesas o caráter de naturais, a economia política burguesa pretendia que estas relações fossem, elas mesmas, leis naturais que independiam da influência da história; adquiriam a forma de leis eternas que deviam, sempre, reger a sociedade (Idem, p. 115).

Contrapondo-se a esta forma de considerar as relações burguesas como naturais, eternas, imutáveis... Marx colocou a necessidade de se considerar historicamente as relações burguesas, assim como todas as relações: para considerar corretamente uma produção determinada, é preciso considerá-la como um modo de produção, sendo este fundado no antagonismo; é preciso mostrar como as forças produtivas se desenvolvem ao mesmo tempo que o antagonismo entre as classes, como uma dessas classes vai sempre crescendo até que as condições materiais da sua emancipação alcancem o ponto da maturidade. Disto conclui que num determinado modo de produção, as relações nas quais as forças produtivas se desenvolvem **não são leis eternas**, mas correspondem a um determinado desenvolvimento dos homens e das forças produtivas e que uma transformação nas forças produtivas dos homens conduz necessariamente a uma transformação nas suas relações de produção (Idem, p. 116).

A consideração sobre o caráter histórico da sociedade burguesa e de suas relações, levou Marx a também tratar a economia como uma representação da sociedade burguesa, tendo portanto, também ela, um caráter histórico, da mesma forma

que a sociedade que representa. Devido ao seu caráter histórico, a elaboração teórica da economia tende a se transformar em conformidade com a transformação da sociedade burguesa e na medida que os antagonismos nela existentes mais se manifestam (Idem, p. 117). Revelador disso é a formação de diferentes escolas: economistas fatalistas, escola humanitária e escola filantrópica (Idem, p. 117-118). Assim como os economistas foram caracterizados como os "representantes científicos da classe burguesa", Marx entendeu que o desenvolvimento do proletariado também produziu os seus teóricos: os socialistas e os comunistas (Idem, p. 118-119). Como toda teoria encontra-se historicamente determinada, também a teorização do proletariado se transformou historicamente:

> "(...) Enquanto o proletariado ainda não está bastante desenvolvido para se constituir como classe...; enquanto as forças produtivas ainda não estão bastante desenvolvidas... para possibilitar uma antevisão das condições materiais necessárias à libertação do proletariado... **estes teóricos são apenas utopistas que**, para amenizar os sofrimentos das classes oprimidas, **improvisam sistemas e correm atrás de uma ciência regeneradora**. Mas, à medida que a história avança e, com ela, a luta do proletariado se desenha mais claramente, eles não precisam mais procurar a ciência em seu espírito... **A partir desta observação, a ciência produzida pelo movimento histórico**, e que se vincula a ele com pleno conhecimento de causa, **deixa de ser doutrinária e se torna revolucionária**." (Idem, p. 119 - grifos nossos).

O caráter histórico e, portanto, transitório da elaboração teórica da ciência adquire profundidade nos parágrafos finais de **A Miséria da Filosofia**. Primeiramente, Marx demonstrou os interesses de classe que subjazem a qualquer formulação e que dão o caráter de reacionária, reformista ou revolucionária. Em

seguida, evidencia que, apesar das formulações teóricas dos economistas e dos socialistas, dos manuais e das teorias, no seio da sociedade burguesa o movimento de luta do proletariado continuou a progredir e a crescer com o desenvolvimento da indústria moderna (Idem, p. 158). O desenvolvimento do proletariado e a crescente luta que acompanha este desenvolvimento, marca a passagem do proletariado de **classe em si** em **classe para si** (Idem, p. 159).

Toda essa discussão reapareceu, de forma ainda mais abrangente, nas discussões de Marx contidas na **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Já no "Prefácio" da **Crítica da Economia Política**, Marx deixava patente os fundamentos teórico-metodológicos de sua concepção histórica: as relações jurídicas, políticas e sociais não se explicam por si mesmas ou pela evolução geral do espírito; pelo contrário, elas deitam raizes nas condições materiais de existência: "o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual...", "não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que inversamente determina a sua consciência" (MARX, K.. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, p. 24).

Foi, porém, no capítulo dedicado ao "Método da economia política", do livro **Contribuição à Crítica da Economia Política** (Idem, p. 218 e ss.) que Marx aprofundou a discussão sobre o método científico "correto" que deveria ser adotado para a análise da sociedade capitalista, de forma a que se superasse a mistificação e os limites existentes nas concepções históricas de

até então. No "Prefácio..." a primazia da matéria aparece enquanto princípio ontológico demonstrado com uma clareza e rigor de fácil apreensão; no capítulo dedicado ao "Método da economia política" a materialidade, enquanto princípio epistemológico, adquire características muito complexas e que exigem grande atenção para sua compreensão.

Antes de mais nada, não se pode perder de vista que a discussão de Marx foi dirigida à busca do "método científico correto" e deixa entrever que aparentemente o "melhor método será começar pelo real e pelo concreto" (Idem, p. 218). Porém, partindo do real e do concreto a economia política havia seguido dois métodos ou caminhos: o primeiro caminho foi seguido pela economia política quando de seu nascimento e a análise dos economistas do século XVII revela que começavam sempre por uma totalidade viva - população, nação, Estado, diversos Estados - e acabavam sempre para formular "algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc.; pelo segundo método, partindo dos fatores que já haviam sido isolados e mais ou menos fixados e teoricamente formulados, foram elaborados "sistemas econômicos que partindo de noções simples" - trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca - "se elevavam até ao Estado, às trocas internacionais e ao mercado mundial" (Idem, ibidem). Marx considerou que este segundo método - que partiu de noções simples e se elevou a relações mais complexas" - era "evidentemente o método científico correto" (Idem, ibidem).

Diferenciados os caminhos que poderiam ser seguidos pela economia política, Marx remeteu à discussão inicial

do capítulo: era necessário que se tivesse, pois, uma compreensão correta sobre o que deve ser tomado como sendo o **real** e o **concreto** para a elaboração científica: embora o concreto seja o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação, para o pensamento ele é um resultado ou um processo de síntese - o concreto é "síntese de múltiplas determinações", "unidade da diversidade":

> "(...) O concreto é concreto por ser síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. (...)" (Idem, p. 218-219).

As conseqüências destas observações metodológicas são óbvias: a partir delas Marx se contrapunha e mostrava os limites do idealismo (mesmo o de Hegel) e do empirismo (tomado enquanto uma forma de materialismo vulgar, metafísico). O empirismo, embora considerasse o concreto e os objetos reais como tendo existência própria, independente do pensamento, acabavam sempre produzindo representações abstratas (conceitos) que nada tinham a ver com a realidade que pretendiam representar - eram ahistóricas, de caráter metafísico; o idealismo, e Marx tinha como interlocutor Hegel, caía na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que "se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo" (Idem, p. 219). Coerente com sua postura materialista e dialética Marx concluía que o correto era considerar o objeto real como independente do pensamento e o processo do conhecimento como a reprodução do concreto pelo pensamento. Nos termos da citação

abaixo, Marx sintetiza sua clara postura ontológica e epistemológica:

> "... a totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação. O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-de-pensamento, é um produto do cérebro pensante... Antes, como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. (...)" (Idem, p. 219).

Depois de deixar claramente exposta sua postura ontológica e epistemológica, Marx retomou, em "O método da economia política", a discussão sobre as categorias, sempre entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento; essa discussão, porém, não foi direcionada para uma definição ou entendimento das categorias em si mesmas, mas retomam os possíveis caminhos que poderiam ser tomados pelo método: o lógico ou o histórico. Essa problemática Marx levantou com a seguinte questão: as **categorias simples** não terão uma existência - histórica ou natural - anterior e independente das **categorias mais concretas**? (Idem, p. 220). Respondeu que dependia, pois apesar de historicamente a categoria mais simples poder ter existido antes da mais concreta, ela, no seu completo desenvolvimento, pode pertencer às formas de sociedade mais complexa; enquanto isso, a categoria mais concreta já se achava completamente desenvolvida numa forma de sociedade mais atrasada (Idem, p. 221). A aparente contradição da resposta

de Marx se resolve pela explicação da "categoria trabalho":

> "O trabalho parece ser uma categoria muito simples. A idéia de trabalho nesta universalidade - como trabalho em geral - é, também, das mais antigas. No entanto, concebido do ponto de vista econômico... o "trabalho" é uma categoria tão moderna como as relações que esta abstração simples engendra. (...)" (Idem, p. 221).

Isto dito de outra forma, pelo próprio Marx, significa que "as abstrações mais gerais só nascem... com o desenvolvimento concreto mais rico". Desta forma, a abstração mais simples e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece enquanto categoria da sociedade mais moderna. A categoria trabalho aparece em todas as sociedades e em todos os tempos, porém sob sua forma abstrata (trabalho em geral) só aparece como verdade prática enquanto categoria da sociedade mais desenvolvida - a capitalista (Idem, p. 222-223).

O exemplo da categoria trabalho é elucidativo para Marx porque põe em evidência que mesmo as categorias mais abstratas, ainda que válidas para todas as épocas, só aparecem sob a forma determinada dessa abstração sob condições históricas determinadas e só se conservam plenamente válidas nestas condições históricas e no quadro delas.

> "Este exemplo do trabalho mostra com toda a evidência que até as categorias mais abstratas, ainda que válidas... para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas." (Idem, p. 223).

Prosseguindo em suas observações metodológicas e coerente com a análise da categoria trabalho, Marx chegou à

formulação de que, sendo a sociedade burguesa a organização histórica da produção mais desenvolvida e mais variada, as categorias que exprimem as relações desta sociedade e que permitem compreender a sua estrutura, permitem ao mesmo tempo que se perceba a estrutura e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas a sociedade capitalista se edificou. Da mesma forma que "a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco" (Idem, p. 223), a economia burguesa dá a chave para o entendimento das formas econômicas passadas.

Essa afirmação, porém, não deve ser tomada à maneira dos economistas burgueses que suprimem todas as diferenças históricas e vêem em todas as formas de sociedade as formas da sociedade capitalista; ela quer simplesmente postular que na forma de sociedade mais desenvolvida, encontram-se as formas passadas da sociedade e que a análise teórica do mais desenvolvido possibilita o entendimento histórico das formas menos desenvolvidas. Disso decorre que aquilo a que se chama de **desenvolvimento histórico** consiste em que a última forma (a mais desenvolvida) considera as formas de existência passadas como jornadas que levaram ao seu próprio desenvolvimento (Idem, p. 224).

Esta consideração sobre o desenvolvimento histórico - não como uma sucessão histórico-fatual-cronológica, mas como um desenvolvimento em que "no mais desenvolvido" está a chave para o entendimento do passado - traz novas implicações para a Ciência da História: tomando como exemplo a evolução das categorias econômicas, Marx enfatizou que não se pode esquecer

que o objeto de estudo - a sociedade burguesa - é um dado tanto na realidade como no cérebro; que as categorias exprimem, portanto, formas ou condições de existência determinadas e que, por conseguinte, esta sociedade de modo algum começa a partir do momento em que é pensada:

> "(...) Em todas as formas de sociedade é uma produção determinada e as relações por ela produzidas que estabelece a todas as outras produções e às relações a que elas dão origem a sua categoria e a sua importância. (...) O capital é a força econômica da sociedade burguesa que tudo domina.. Constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada...." (Idem, p. 224-225).

Do ponto de vista científico, portanto, no processo de construção do conhecimento não se deve classificar as categorias pela ordem em que foram historicamente determinantes. Pelo contrário, sua ordem é determinada pelas relações que existem entre as categorias na sociedade mais desenvolvida. Como as categorias, mesmo as mais abstratas e gerais, são produtos de condições históricas determinadas, as relações existentes na sociedade mais desenvolvida permitem perceber as relações e a própria estrutura de todas as formas de sociedade passadas. Fica, portanto, patente que lógico e histórico são aspectos distintos e ao mesmo tempo inseparáveis, posto que a compreensão lógica é necessariamente histórica.

Feitas estas observações, pode-se entender melhor a reflexão de Engels sobre a articulação entre o lógico e o histórico: o método lógico não é senão o método histórico, pois onde começa a história deve começar também a cadeia do pensamento. O pensamento nada mais faz que construir uma "imagem

reflexa" do desenvolvimento histórico; porém, para que essa imagem abstrata seja teoricamente conseqüente, deve se constituir numa "imagem reflexa corrigida" - corrigida em conformidade com as leis que fornece a própria trajetória histórica.

NOTAS AO CAPÍTULO 5

01. Está se tratando aqui da teoria da luta de classes, enquanto motor da história, ainda que se leve em consideração que o determinante da transformação histórica é o desenvolvimento das forças produtivas. Chegada a uma etapa determinada de desenvolvimento das forças produtivas, este passa a exigir novas e adequadas relações de produção. Nesse momento (de contradição entre as forças produtivas desenvolvidas e as relações de produção adequadas ao velho regime) a contradição passa a se manifestar em todos os níveis e estruturas da sociedade, sendo que no seio desta a luta de classes se constitui enquanto predominante.

02. Ainda que se considere que Marx e Engels não tenham desenvolvido e estruturado, de forma sistematizada, uma epistemologia do materialismo histórico, o que se quer afirmar é que não há como deixar de reconhecer que, no conjunto da obra desses autores, todos os pressupostos necessários da teoria do conhecimento da nova concepção se fazem presentes e podem adequadamente ser encontrados e sistematizados.

03. As reflexões e comentários sobre a **Miséria da Filosofia** de K. Marx, foram elaboradas a partir das observações de José Paulo Netto, em sua "Introdução" à edição brasileira dessa obra (PAULO NETTO, José. "Introdução". In: MARX, K. **A Miséria da Filosofia**, p. 9-10 e 28-32).

CONCLUSÃO

Na introdução, afirmei que o objetivo do presente trabalho era por tratar de uma temática que, partindo de posicionamentos expressos na historiografia educacional brasileira - quanto à necessidade de busca de "novos problemas" para a pesquisa educacional, "novos objetos" de análise, "novos métodos" de conhecimento e de "novas fontes" para a pesquisa histórica - recolocava na ordem-do-dia o debate teórico-metodológico da Ciência da História e, no interior desse, da atualidade (ou não) da Concepção Materialista Dialética da História. Justifiquei esse estudo com o argumento de que apesar desse discurso do "novo" não ser mais simplesmente isolado, localizado ou pontual, mas que tendia a tornar-se hegemônico no debate educacional brasileiro, notadamente na produção historiográfico-educacional, não havia produzido ainda uma análise crítica de seus pressupostos.

Para dar conta da problemática objeto de investigação, estruturei o trabalho em cinco capítulos articulados e complementares. No primeiro capítulo, partindo de uma exposição das posições que na historiografia educacional brasileira defendem a busca dos "novos" (de "novos objetos", de "novas fontes", de "novos enfoques", de "novos problemas" e de "novas abordagens teórico-metodológicas" para a pesquisa histórico-educacional), demarquei essa posição como a proposição

de um referencial teórico-metodológico que, passados outros modismos, tem sido vislumbrado como uma alternativa para a pressuposta crise dos paradigmas das Ciências Humanas e Sociais - uma alternativa que, em substituição à modernidade e ao racionalismo, estava impregnada pelo irracionalismo, pelo subjetivismo e, enfim, no limite, pela perda da própria perspectiva histórica - motivo pelo qual aproximei essas concepções com o movimento da pós-modernidade e que me levou a fazer uma exposição dos principais debates que têm sido travados pela historiografia educacional brasileira. Essa exposição objetivou, por um lado, deixar claro o momento em que esse debate em torno dos "novos" (objetos, fontes, enfoques, problemas, métodos, teorias, etc.) surgiu no interior da reflexão historiográfico-educacional brasileira e, por outro lado, quais as principais questões levantadas por essa "nova" historiografia.

Por entender que esse debate não se produzia endogenamente pelos historiógrafos da educação e nem se esgotava em si mesmo - posto que é um debate datado e inserido num contexto histórico-social muito mais amplo - fiz no segundo capítulo, uma interpretação desse contexto e dos principais embates produzidos na contemporaneidade. Optei por vincular esses embates ao contexto que, tendo se esboçado desde meados da década de 1950 e início da de 60, explodiu no final dos anos 80, com a agudização das crises do regime capitalista de produção e do socialismo realmente existente - e caracterizado por um efervescente debate ideológico, no interior do qual emergem três temáticas: a) a da crise dos paradigmas das ciências, desencadeada pelo movimento da pós-modernidade; b) a da

emergência de um pensamento pós-capitalista; c) a da "crise do socialismo real", que tem ensejado e fortalecido a decretação da "morte do marxismo".

No terceiro capítulo, partindo desse debate contemporâneo sobre o socialismo e sobre a "morte do marxismo" - um debate carregado do entendimento "pós-moderno" do quadro de crise característico da contemporaneidade - analiso o fato desse debate sobre o "socialismo", inclusive sobre o "socialismo real", não ser tão novo e ter resultado, ao longo do tempo, em uma produção abundante e reflexiva e que guardam uma estreita relação com os debates recentes. Como essa discussão (que é de caráter político-ideológica, mas que também se expressam nas questões metodológicas) concluí esse passeio sobre o socialismo pelo questionamento de se essa "crise do mundo socialista" representava um golpe mortal no projeto estratégico e tático de se construir uma sociedade socialista. Pretendi com essa exposição deixar patente que, apesar do apocalíptico discurso pós-modernista, a questão quanto à construção de uma nova sociedade são questões que deitam suas raízes na modernidade: o conteúdo do "debate recente", em contraste com as "antigas polêmicas" sobre o socialismo, inclusive sobre o "socialismo real", guarda uma profunda relação de continuidade histórica; o que foi mudando foram as formas, animadas que são pelo próprio movimento contraditório da história.

No quarto capítulo, depois de ter analisado a problemática relacionada ao socialismo, retomei a discussão quanto à decretação da "morte do marxismo". Creio ter ficado demonstrado que a crítica pós-moderna ao marxismo é feita a

partir da análise que essa postura tem da "realidade social da atualidade", no interior da qual se destaca a *crise dos paradigmas* - e que simplesmente reafirma a pressuposição de que uma perspectiva racionalista, realista, objetivista e historicista não é mais suficiente para a construção de um conhecimento sobre uma realidade que mudou substancialmente; em lugar da perspectiva racionalista e totalizante, propõem a velha novidade irracionalista e subjetivista. Após expor as tendências existentes nesse debate recente, evidenciei que também a análise sobre o marxismo revelava que o debate recente somente **aparentemente** era novo: ao contrário do que sua forma pode levar a supor, trata-se de uma polêmica **muito antiga** e que se remonta ao tempo de Marx e Engels. Após ter mostrado a inconsistência desse discurso necrológico, concluo esse capítulo pela reafirmação da atualidade das premissas esboçadas por Marx e Engels. Meu ponto de vista é que ainda hoje continua sendo fundamental entender, a partir de seus próprios formuladores, as premissas básicas que possibilitaram a análise crítica da sociedade capitalista e deram sustentação ontológica e epistemológica à **nova** concepção - o marxismo.

Tendo em vista essa defesa da necessidade de retomada dos clássicos do marxismo, me dediquei no quinto e último capítulo a uma retomada de algumas questões teórico-metodológicas dessa concepção. No primeiro item desse capítulo fiz uma introdução à produção da concepção materialista dialética da história, onde defendi como ponto de partida essencial para o entendimento das descobertas de Marx/Engels - não a separação da obra ou a separação dos autores - mas a consideração de que suas

obras devem ser vistas *sempre* "em seus desdobramentos e e determinações mútuas". Num segundo item, aprofundei a discussão sobre o marxismo, buscando, em seu próprio processo histórico, suas bases ontológicas e epistemológicas. Nesse item me concentrei sobre os pressupostos epistêmicos e procedimentos teórico-metodológicos que ampararam Marx e Engels na conformação da proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, a ciência racional e objetiva da totalidade concreta.

Em vista dessa proposta de uma única ciência, a **Ciência da História**, considerei necessário pôr em evidência a problemática que se refere ao **método** adequado à Ciência da História, questão que foi objeto do item terceiro. Partindo da discussão sobre a única ciência - como um produto de condições historicamente determinadas - assumo a interpretação que entende a nova proposta de ciência como tendo por pano de fundo uma avaliação crítica das concepções de então e que, a partir dela, decorriam novas conclusões sobre o mundo e sobre seu conhecimento; a proposta de única ciência, portanto, não envolvia simplesmente uma nova forma de classificar a ciência e em considerar o objeto do conhecimento, mas pressupunha, principalmente, **novos fundamentos** (ontológicos e gnosiológicos) sobre o mundo realmente existente e seu paradigma explicativo.

Com base na reconstrução dos pressupostos fundamentais do materialismo histórico, a partir de suas raizes histórico-filosóficas, considerei importante o tratamento de outros dois aspectos ligados à questão do método: por um lado, a discussão quanto aos caminhos que poderiam ser seguidos pela ciência: o lógico e/ou o histórico; por outro, que critério o

marxismo defende para se chegar à verdade do conhecimento. Essa dupla discussão é feita no item quarto, onde à primeira questão responde-se, com base em Marx/Engels que lógico e histórico não são aspectos separáveis e, como que faces de uma mesma moeda, devem ser vistos em sua articulação, em sua relação recíproca. A outra questão, quanto ao critério de verdade, a que Marx/Engels responderiam que o *critério da prática* é a base da teoria do conhecimento da dialética materialista; isto é, ao ser considerada como uma questão fundamental por Marx, este entende como sendo escolástico o problema de saber se o pensamento humano correspondia à verdade objetiva, pois era evidente que **na prática** é que o homem demonstrava a verdade de seu pensamento.

Concluindo esta incursão sobre os pressupostos teórico-metodológicos do marxismo, após ter analisado os fundamentos filosóficos da Ciência da História, do método como articulação entre o histórico e o lógico e da prática como critério de verdade, etc., a última discussão é quanto a **questão das categorias**. A ela me dedico no item quinto, no qual indico que para Marx/Engels as categorias só podiam ser entendidas como representação de relações reais ou como reprodução do concreto pelo pensamento. Nesse procedimento, o pensamento nada mais fazia que construir uma "imagem reflexa" do desenvolvimento histórico; porém, para que essa imagem abstrata seja teoricamente conseqüente, deve se constituir numa "imagem reflexa corrigida" - corrigida em conformidade com as leis que fornece a própria trajetória histórica.

Apesar dos limites possíveis de meu trabalho,

creio que concluí o que me dispus a fazer. Antes de encerrá-lo, porém, tendo em vista a análise da produção histórica e historiográfica educacional brasileira recente, por seus estrangulamentos mas, também, por seus avanços analíticos - expressos, por exemplo, pelos trabalhos de WARDE (1991) e SAVIANI (1991) - gostaria de apontar para algumas ***possibilidades e caminhos*** para a realização de novas pesquisas:

Minha crítica às "novas concepções" foi extremamente dura e contundente: centrando-me sobre as questões teóricas e metodológicas do fazer científico do historiador, tentei evitar a tentação eclética e me esforcei por desvendar os fundamentos ontológicos e epistemológicos das diversas posições, desde um ponto de vista comprometido com a perspectiva materialista dialética da história, tomada como uma concepção viva, totalizante e revolucionária. Apesar dessa crítica contundente à "nova historiografia" educacional - naquilo que ela se vincula com uma perspectiva irracionalista, subjetivista, cética e a-historicista (negadora do fazer científico, enfim) - não há como deixar de reconhecer a procedência de algumas de suas reivindicações por pesquisas que abordem novos problemas, que se coloquem novas questões, que busquem novas fontes, que se voltem para novos objetos de análise e, enfim, que descubram novos tempos/espaços para a pesquisa histórico-educacional.

A necessária incorporação desses aspectos na pesquisa historiográfica não precisa necessariamente estar vinculada às perspectivas irracionalistas e subjetivistas da história. Embora a pluralidade acadêmica - sem dúvida saudável e necessária - possibilite essas abordagens, não creio que os

pesquisadores que trabalhem com outros referenciais discordem da necessidade de uma renovação (que não é sinônimo de concessão revisionista ou eclética) na pesquisa da área. Não basta, porém, essa concordância no abstrato; é preciso que tomemos a sério essas questões, inclusive para que deixem de se constituir no espaço da produção descomprometida com tudo (inclusive com a própria produção de conhecimento), do prazer, do gozo ...

Uma outra possibilidade é a realização de trabalhos voltados para a análise da produção histórico-educacional brasileira. A revisão bibliográfica que realizei para o presente trabalho indica uma carência quase total de trabalhos já realizados nesse campo e, excetuando a pesquisa que está sendo desenvolvida e coordenada por Miriam Jorge WARDE (revelada pela própria autora: WARDE, 1991, p. 9 e ss.), não tenho conhecimento de que nenhum outro trabalho esteja em andamento.

Mesmo as pesquisas que fazem uma descrição dessa produção (em torno dos temas pesquisados, períodos históricos priorizados, tipo e estilo das publicações, metodologias e técnicas de pesquisa utilizadas, etc.) são, ainda, em número reduzido e não foram suficientes para abranger sequer uma parte do acervo existente em instituições já devidamente catalogadas. Esse tipo de trabalho, apesar de seu limitado alcance analítico, parece ser ainda necessário, inclusive como um ponto de partida para possibilitar aos pesquisadores da área um mapeamento ou quadro abrangente da produção histórica e historiográfico-educacional brasileira (uma pesquisa de tipo intermediário e instrumental, portanto). Essas pesquisas poderão ser úteis para a definição ou redefinição das prioridades dos grupos, núcleos,

centros ou linhas de pesquisa histórico educacionais, notadamente por parte dos programas de pós-graduação.

A necessidade de realização desse tipo de trabalho descritivo, não deve servir de justificativa para a não realização de pesquisas analíticas dessa produção. As possibilidades de análise sobre a produção historiográfica educacional brasileira estão totalmente abertas... Acho as hipóteses de trabalho levantadas por WARDE em seu último trabalho (1991) muito ricas para uma análise dessa produção; igualmente, o esforço de GAMBOA (1987) em fazer uma análise epistemológica sobre a pesquisa educacional, bem que poderiam produzir esforços voltados para a análise epistemológica da produção histórica e historiográfica educacional brasileira.

Outro caminho que tem recebido uma ênfase muito grande é quanto à pesquisa com fontes. A produção de pesquisas baseadas em fontes primárias diversas recebeu, sem dúvida, um incremento importante com os cursos de pós-graduação em educação. Apesar disso, há um uníssono entre os historiógrafos quanto ao fato da pesquisa histórico-educacional ser reiterativa, reincidente, pouco criativa e pouco atualizada. Essa unanimidade pode ser debitada, em grande medida, à dispersão, à precariedade na organização e catalogação das fontes disponíveis e, também, à dificuldade do pesquisador ter acesso às informações.

Alguns esforços já foram realizados nessa direção: a elaboração e publicação pelo INEP de um catálogo bibliográfico - que tem sido de grande utilidade enquanto instrumento **auxiliar** da pesquisa educacional, mas que pouco caminha no sentido de resolver a crônica reiteração e a pequena criatividade dos

estudos em História da Educação. Numa outra direção (de abertura para novos temas e problemas para a pesquisa histórico-educacional) os esforços originados do GT de História da Educação da ANPEd parecem mais promissores - é o caso, por exemplo, do trabalho de Clarice NUNES "Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência" (NUNES, C., 1990). Outra referência necessária é o catálogo produzido pelo Projeto Memória da Educação Sul-matogrossense, **Catálogo bibliográfico da educação sul-matogrossense** (ALVES, G.L. e GALINARI, L.A., 1988).

Atualmente vários esforços estão sendo realizados nessa direção: é o caso, por exemplo, da pesquisa de Claudia Maria Costa ALVES, "Projeto de Levantamento bibliográfico em História da Educação" (ALVES, C.M.C., 1990). Outro projeto que destaco, inclusive porque estou diretamente envolvido nele, é o "Projeto de Levantamento e Catalogação das Fontes Primárias e Secundárias da Educação Brasileira...", cuja coordenação está centralizada na UNICAMP e do qual estão participando Grupos de Trabalho organizados em dezoito Estados brasileiros.

Tenho conhecimento, também, de pesquisas que estão se direcionando para o levantamento de outros tipos de fontes, como as iconográficas, as de objetos e utensílios escolares, a oral, etc.

Embora hajam diferentes abordagens quanto ao trabalho com fontes (inclusive daquelas que fazem a defesa da pesquisa com fontes se constituir num campo de pesquisa, com objetos e problemas próprios) acho importante destacar que considero esse tipo de pesquisa como ***intermediária e***

instrumental, posto que seu papel é de, uma vez realizada, criar as condições necessárias para o processo de investigação propriamente dito.

Apesar dos esforços realizados e daqueles em desenvolvimento, a tarefa que cabe nesse campo é muito grande e requer o empenho de um número muito grande de pesquisadores.

Além desses pontos, não tenho visto iniciativas produtivas na direção de aprofundar a discussão da própria historiografia educacional. Indiquei no corpo do trabalho que vários estudos têm sido realizados e divulgados quanto à historiografia (também sobre as teorias e métodos da história); essa temática, porém, até agora está por ser tratada pelos pesquisadores da educação. Desnecessário afirmar sua premência.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTI, Aldo. "As correntes constitutivas do movimento comunista internacional". In: HOBSBAWM, E. J. e outros. **História do Marxismo VI**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p. 45-82.

ALVES, Claudia Maria Costa. Projeto de Levantamento bibliográfico em História da Educação. Niterói : Universidade Federal Fluminense, fev/1990 (mimeogr.)

ALVES, Gilberto Luiz. As funções da escola pública de educação geral sob o imperialismo. **Revista Novos Rumos**. São Paulo : Instituto Astrojildo Pereira : Editora Novos Rumos, Ano 5, nº. 16, 1990, p. 89-112.

ALVES, Gilberto Luiz. Da História à história da educação. São Carlos : UFSCAR, 1981 (Dissertação de Mestrado).

ALVES, Gilberto Luiz e GALINARI, Lener Aparecida. **Catálogo bibliográfico da educação sul-matogrossense**. Campo Grande, UFMS, 1988.

AMIM, Samir. "A vocação terceiro-mundista do marxismo". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo XI**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989, p. 301-332.

ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo: introdução a um detabe contemporâneo**. São Paulo : Brasiliense, 1984

ANDREUCCI, Franco. "A difusão e vulgarização do marxismo". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo II**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, p. 15-73.

ANPED. **Boletim ANPED** - Programação: Resumos dos Trabalhos . Hotel Glória : Caxambu-MG, nº. 1, setembro de 1992

BARAN, P. e SWEEZY, P.. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro : Zahar, 1974

BLACKBURN, Robin (org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

BOTTOMORE, Tom (editor) e outros. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista - A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1980 (3ª. ed.)

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, FENAME, 1981

BUFFA, Ester. Contribuição da história para o enfrentamento dos problemas educacionais contemporâneos. **Em Aberto**, Brasília : INEP, agosto/1991, p. 13-19.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da Educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo : Universidade de São Paulo, 4(1) : 35-61, jun de 1978.

CAEIRO, Francisco da Gama. Para uma história da educação brasileira: perspectivas duma pesquisa histórico pedagógica (a propósito de um novo acervo documental). **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo : Universidade de São Paulo, 5 (1/2): 119-154, dez. 1979

CAMPOS, Maria Malta. **Escola e participação popular; a luta por educação elementar em dois bairros de São Paulo**. São Paulo : FFLCH/USP, 1982 (Tese de doutoramento)

CAMPOS, Rogério Cunha. **Luta dos trabalhadores pela escola**. Belo Horizonte : Faculdade de Educação/UFMG (Dissertação de mestrado).

CARDOSO, Ciro Flamarion. e Hector Perez Brignoli. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1983

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Ensaios racionalistas: filosofia, ciências naturais e história**. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

CARDOSO, Irede. **Os tempos dramáticos da mulher brasileira**. São Paulo : Global, 1981

CARR, Edward H. **O que é história?**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da história da educação brasileira**. São Paulo : Edusp, 1971.

CASTORIADIS, C.. **A experiência do movimento operário**. São Paulo : Brasiliense, 1985

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista. Categorias e Leis da Dialética**. São Paulo : Alfa-Omega, 1982

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo : Abril S.A., outubro 1973, p. 7-45 (Os Pensadores XXXIII).

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. INEP - Novos rumos e perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília : INEP, 65(150):241-54, maio/ago. 1984.

CUNHA, Luis Antonio. Os (Des)caminhos da Pesquisa na Pós-Graduação em Educação. CAPES, **Seminário sobre a Produção Científica nos Programas de Pós-Graduação em Educação**. Brasília, 1979, p. 3-24

CUNHA, Luiz Antônio. Diretrizes para o estudo histórico do ensino superior no Brasil. **Em Aberto**. Brasília : INEP, ano III, nº. 23, p. 7-26, set./out. 1984.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo : Brasiliense, 1988 (4ª. ed.).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri (org.). **Velhos mestres das novas escolas; um estudo das memórias de professores da Primeira Repúglica em São Paulo**. São Paulo : Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 1984.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981 (8a. ed.).

DOMMANGET, Maurice. **Os Grandes Socialistas e a Educação**. Braga : Publicações Europa-América, 1974.

DUARTE, Ozeas. Nem burguesia, nem estatismo. **In: Teoria & Debate**. no. 9, jan/fev/mar 1990, p. 46

DUBY, G. e outros. **História e Nova História**. Lisboa, Editorial Teorema, 1985.

Em Aberto. Brasília : INEP, agosto/1991.

Em Aberto. Brasília : INEP, Ano III, nº. 23, setembro/outubro 1984.

ENGELS, Friedrich. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979 (3a. ed.).

ENGELS, Friedrich. **Anti-Duhring**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979 (2a. ed.).

ENGELS, F.. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo : Global, 1986.

ENGELS, F.. A "Contribuição à Crítica da Economia Política" de Karl Marx. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Vol. 1. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 304-312.

ENGELS, F.. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. São Paulo : Global, 1980 (3a. ed.).

ENGELS, F.. Ludwig Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã. In: MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Editora Alfa-Omega, s/d, p. 169-207.

ENGELS, F.. "Carta de Engels a Bloch, datada de 21/22 de setembro de 1890". **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d, p. 284-286.

ENGELS, F.. "Carta de Engels a Schimidt, datada de 27 de outubro de 1890". **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 282-284.

ENGELS, F.. "Introdução" a Trabalho Assalariado e Capital de Marx. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 52-59.

ENGELS, F.. "Prefácio à edição inglesa". **In:** ENGELS, F.. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Cientifico**. São Paulo : Global, 1980 (3a. ed.)., p. 5-27.

EVANGELISTA, João E.. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno**. São Paulo : Cortez, 1992.

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e política** - Tomo I. São Paulo : Brasiliense, 1987 (2a. ed.).

FAUSTO, Ruy. **Marx: Lógica e política** - Tomo II, São Paulo : Brasiliense, 1987.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa, Presença, 1977.

FERNANDES, Florestan. Entrevista à **Folha de S. Paulo** (Mauro Lopes), 04/setembro/1990, p. A-6

FERNANDES, Florestan. "Memória: Entrevista a Paulo de Tarso Venceslau". **In: Teoria e Debate**, nº. 13, jan/fev/março de 1991, P. 16-25.

FETSCHER, I.. "Bernstein e o desafio à ortodoxia". **In:** HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo - II: O Marxismo na Época da Segunda Internacional (Primeira Parte)**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, p. 257-298.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social**. Porto Alegre : L & Pm/CNPq, 1986.

Folha de S. Paulo, "Debate: O desafio histórico e teórico do socialismo". 22/06/91, p. 6-4

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis : Vozes, 1977.

FRANCO, Augusto de. Muito o que (des)fazer. **In: Teoria & Debate**, São Paulo, no. 9, Jan/fev/mar 1990, p. 49-51

FREI BETTO. O fracasso do socialismo alemão e os desafios à esquerda. **In: Agen**, 195, 29/3/1990, p. 3

FREI BETTO. O Socialismo Morreu. Viva o Socialismo. **In: Agen**, 22/2/90, p. 13

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade**. São Paulo : Moraes, 1979 (2ª. ed).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1984.

FUNDAÇAO GETULIO VARGAS/Cpdoc. **Estudos históricos 1988/1: caminhos da historiografia**. São Paulo, Ed. Vértice, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento pedagógico Brasileiro**. São Paulo : Atica, 1987.

GALISSOT, René. "Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo IV....** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 173-250.

GAMBOA, Silvio Ancízar Sánches. Epistemologia da Pesquisa em Educação: Estruturas Lógicas e Tendências Metodológicas. Campinas : UNICAMP, 1987 (Tese de Doutoramento).

GATTI, Bernardette. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação no Brasil, 1978-81. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 1(1), 1981

GERRATANA, Valentino. "Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo IV....** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 11-49.

GHIRALDELLI JR., Paulo. A pedagogia histórico-crítica no contexto das relações entre a educação e os partidos políticos de esquerda na República. **Pró-Posições**, Revista da Faculdade de Educação/Unicamp, São Paulo: Cortez Editora, Vol.3, dezembro/1990, p. 22-36.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Educação e Movimento Operário no Brasil**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1987.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil. **Educação e Sociedade**, São Paulo : Cortez/CEDES, nº. 26, abr./1987, p. 85-104.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Notas sobre as possibilidades da historiografia marxista da educação. **Pró-posições**. São Paulo : Faculdade de Educação - UNICAMP, (1), março 1990, p. 67-70.

GHIRALDELLI JR., Paulo. Pedagogia, Educação e Movimento Operário na Primeira República. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986 (Tese de Doutoramento)

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Sobre a discussão historiográfica da educação no Brasil**. Ibitinga-SP : MG Informática, 1991.

GONZALEZ, Jorge Luis Cammarano. A dimensão pedagógica do marxismo na obra de Mário Manacorda. Campinas : Unicamp / Faculdade de Educação, 1990 (Tese de Doutoramento).

GORBACHEV, Mikhail. **Perestroika: novas idéias para o meu país e o mundo**. São Paulo : Editora Best Seller, s/d.

GORBATCHOV, Mikhail. **Glasnost: a política da transparência**. São Paulo : Brasiliense, 1987.

GORENDER, Jacob. Socialismo real: crise mortal ou reconstrução?. **In: Teoria & Debate**, São Paulo, no. 8, out/nov/dez 1989

GOUVEIA, Aparecida J.. A Pesquisa educacional no Brasil, **Revista Brasileira de Estududos Pedagógicos**, RJ, Vol. 55, nº. 122, abr/jun 1971, p. 209-241.

GOUVEIA, Aparecida J.. Orientações Teórico-Metodológicas da Sociologia da Educação no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, 1985, (55), p. 63-67

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1981 (4a. ed.).

HAJEK, Milos. "A bolchevização dos partidos comunistas". In: HOBSBAWM, E. J. e outros. **História do Marxismo VI**....Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p. 197-218.

HALDANE, J.B.S.. "Prólogo" à Dialética da Natureza. **In**: ENGELS, F.. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979 (3a. ed.), p. 7-13.

HAUPT. Georges. "Marx e o marxismo". **In**: HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo - I: O Marxismo no Tempo de Marx**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980, p. 347-375.

HEGEDÜS, András. "A questão agrária". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo IV**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 149-171.

HELLER, A.. **Teorías de la historia**. Barcelona : Fontamara, 1985 (2ª. ed.)

HOBSBAWM, Eric J.. **História do Marxismo** - 12 volumes. Rio de Janeiro : Paz e Terra, várias datas.

HOBSBAWM, Eric J.. "A cultura européia e o marxismo entre o Séc. XIX e o Séc. XX". In: HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo II**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, p. 75-124.

HOBSBAWM, Eric J.. "Apresentação". HOBSBAWM, E. J. e outros. **História do Marxismo V**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric J.. "O marxismo hoje: um balanço aberto". In: HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo XI**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989, p. 12-66.

HOBSBAWM, Eric J.. "Os intelectuais e o antifascismo". In: HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo IX**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p. 257-314.

HOBSBAWM, Eric. "1989 - O que sobrou para os vitoriosos". **In: Folha de S. Paulo**, 12/novembro/1990, p. A-3

IANNI, Octávio. **Dialética e Capitalismo: ensaio sobre o Pensamento de Marx**. Petrópolis : Vozes, 1982.

IANNI, Octávio. "Introdução". **In**: IANNI, O. (Org.). **Karl Marx: Sociologia**. São Paulo : Atica, 1982, p. 7-42.

IGLESIAS, F.. "A propósito da Historiografia brasileira". **Debate & Crítica**, São Paulo, nº. 5, p. 119-126, mar 1975.

JOHNSTONE, Monty. "Um Instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda". In: HOBSBAWM, E. J. e outros. **História do Marxismo VI**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985, p. 13-44.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo : Atlas, 1982.

KOPNIN, P.V.. **A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978

KUHN, Thomas S.. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo : Editora Perspectiva, 1987.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

LAPA, José Roberto do Amaral. **História e Historiografia; Brasil pós-64**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

LAPA, J.R.A.. **A História em questão: Historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis, Vozes, 1976.

LE GOFF, Jacques e NOVA, Pierre (Org.). **Fazer história**. Lisboa, Bertrand, 1977.

LE GOFF, Jacques e NOVA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976 ou 1988.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, J. e outros. **A nova História**. Lisboa, Edições 70, 1986.

LEFEBVRE, G.. **El nacimiento de la historiografia moderna**. Barcelona, Martínez Roca, 1985 (3ª. ed.).

LENINE, V.I.. A Economia e a Política na Época da Ditadura do Proletariado. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, 1980, p. 202-209.

LENINE, V.I.. A Revolução Proletária e o renegado Kautsky. **In**: LENINE, V.I.. **OBras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, 1980, p. 1-75.

LENINE, V.I.. As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.), p. 35-39.

LENINE, V.I.. Friedrich Engels. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.), p. 28-34.

LENINE, V.I.. Karl Marx. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.), p. 1-27

LENINE, V.I.. Marxismo e revisionismo. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.), p. 40-46.

LENINE, V.I.. **Materialismo e Empiriocriticismo**. Lisboa/Moscou : Edições "Avante!"/Edições Progresso, 1982.

LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Tomo 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.).

LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Tomo 2. São Paulo : Alfa-Omega, 1980.

LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Tomo 3. São Paulo : Alfa-Omega, 1980.

LENINE, V.I.. Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 1, São Paulo : Alfa-Omega, 1982 (2a. ed.), p. 79-124.

LENINE, V.I.. Relatório do VIII Congresso do PCR. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, 1980.

LENINE, V.I.. Relatório sobre a Situação Internacional e as Tarefas Fundamentais da Internacional Comunista. **In**: LENINE, V.I.. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, 1980, p. 367-380.

LIEBICH, André. "Os mencheviques diante da construção da URSS". In: HOBSBAWM, E.J. e outros. **História do Marxismo VII**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986, p. 339-375.

LOMBARDI, José Claudinei. **O Xavante e a Política Indigenista no Brasil nos Séculos XVIII e XIX**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, PIRACICABA-SP, maio/1985 (Dissertação de mestrado).

LOPES, Eliane Marta Teixeira Lopes. **Perspectivas Históricas da Educação**. São Paulo : Atica, 1986.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Colonizador-Colonizado: uma relação educativa no movimento da história**. Belo Horizonte : UFMG, 1985.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Uma contribuição da História para uma História da Educação. **Em Aberto**, Brasília : INEP, agosto/1991, p. 29-35.

LOURO, Guacira Lopes. A História (Oral) da Educação: algumas reflexões. **Em Aberto**, Brasília : INEP, agosto/1991, p. 21-28.

LöWIE, Michael. Ocho tesis sobre la crisis del "socialismo real". **In: Opción**, s/d

LUXEMBURGO, Rosa. Estagnação e Progresso do Marxismo. **In:** RIAZANOV, David (Org.). **Marx: o homem, o pensador, o revolucionário**. São Paulo : Global, 1984, p. 53-58.

LUXEMBURGO, Rosa. **Rosa, a vermelha: Vida e Obra de Rosa Luxemburgo**. São Paulo : Busca Vida, 1988 (2a. ed.).

MANDEL, Ernest. Europa Oriental: reformas e revolução. **In: Teoria & Debate**, São Paulo, no. 9, Jan/fev/mar 1990

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982 (Os Economistas).

MAREK, Franz. "A desagregação do stalinismo". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo X**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p. 307-319.

MARX, Karl e F. Engels. **A Ideologia Alemã** - Volume II. Lisboa : Editorial Presença; São Paulo : Martins Fontes, 1980 (2a. ed.).

MARX, Karl e F. Engels. **A Ideologia Alemã** - Volume I. Lisboa : Editorial Presença, s/d (3a. ed.).

MARX, Karl e F. Engels. Manifesto do Partido Comunista. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 13-47.

MARX, Karl e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 2. São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

MARX, Karl e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

MARX, K.. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo : Global, 1985.

MARX, K.. **A Questão Judaica**. São Paulo : Editora Moraes, s/d.

MARX, K.. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 93-198.

MARX, K.. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo : Martins Pontes, 1983 (2a. ed.).

MARX, K.. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. **In:** MARX, K.. **A Questão Judaica e outros textos**. São Paulo : Editora Moraes. s/d., p. 102-127.

MARX, K.. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. **In:** FROMM, Erich. **O Conceito Marxista do Homem - Apêndice: Maunuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844 de Karl Marx**. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1983 (8a. ed.), p. 83-170.

MARX, K.. **O Capital: Crítica da Economia Política** - Livro 1, Volume 1. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.)

MARX, K.. **O Capital: Crítica da Economia Política** - Livro 1, Volume 2. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.).

MARX, K.. Teses sobre Feuerbach. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 208-210.

MARX, K.. **Textos Filosóficos**. Lisboa : Editorial Estampa, 1975.

MARX, K.. Trabalho Assalariado e Capital. **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 1. Sao Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 52-82.

MARX, K.. "Carta a P.V. Annenkov, datada de 28 de dezembro de 1846". **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 244-253.

MARX, K.. "Carta a Weydemeyer, datada de 05 de março de 1852". **In:** MARX, K. e F. Engels. **Obras Escolhidas** - Volume 3. São Paulo : Alfa-Omega, s/d., p. 253-254.

MARX, K.. "Posfácio da 2a. Edição". **In:** MARX, K.. **O Capital** - Livro 1, Volume 1. São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.), p. 8-18.

MARX, K.. "Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política". **In:** MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo : Martins Fontes, 1983 (2a. ed.), p. 300-303.

MARX, K.. "Prefácio da 1a. Edição". **In:** MARX, K.. **O Capital** - Livro 1, Volume 1, São Paulo : DIFEL, 1982 (7a. ed.), p. 3-7.

MELLO, Guiomar N.. A Pesquisa Educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, (46). 67-72, 1983

MENDES, Durmeval Trigueiro (org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.

MOTA, C.G.. "A Historiografia Brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica". **Debate & Crítica**, São Paulo, nº. 5, p. 11-26, mar 1975.

NAGEL, Lízia Helena. Quando o Conteúdo vai além da Frase... . São Paulo : Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986 (Tese de Doutoramento)

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo : EPU/Edusp, 1974.

NAGLE, Jorge. História da educação brasileira: problemas atuais. **Em Aberto**. Brasília : INEP, ano III, nº. 23, p. 27-29, set./out. 1984.

NEGT, Oskar. "Rosa Luxemburg e a renovação do marxismo". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo III**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 11-51.

NORA, Pierre (Org.). **Ensaios de ego-história**. Lisboa, Ed. Setenta, 1989.

NUNES, Clarice. Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira: reconstituição de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília : INEP, 71(167): 7-31, jan./abr. 1990.

NUNES, Clarice. História da Educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília : INEP, agosto/1991, p. 37-45.

OLIVEIRA, Francisco de. **In: Folha de S. Paulo**, "Debate: o desafio histórico e teórico do socialismo", 22/06/91, p. 6-4

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et al.. **Pós-Modernidade**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990 (3ª. ed.)

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia. In: OLIVEIRA, R.C. de et al.. **Pós-Modernidade**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990 (3ª. ed.), p. 09-41

OPAT, Jaroslav. "Do antifascismo aos 'socialismos reais': as democracias populaares". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo X**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p. 213-250.

PAULO NETTO, José. "Prólogo à Edição Brasileira". In: ENGELS. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo : Global, 1986, p. I-XIV.

PEIXOTO, Nelson Brissac e Maria Celeste Olalquiaga. O futuro do passado: A pós-modernidade na ficção científica. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et al.. **Pós-Modernidade**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990 (3ª. ed.), p. 73-88.

POLITZER, G. e outros. **Princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo, Hemus, s/d.

PORTANIERO, Juan Carlos. "O marxismo latino-americano". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo XI**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989, p. 333-358.

REBERIOUX, Madeleine. "O debate sobre a guerra" In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo IV**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 279-319.

REIS FILHO, Casimiro dos. "Depoimento: Casimiro dos Reis Filho entrevistado por Cléa Nudelman". **ANDE** - Revista da Associação Nacional de Educação, Ano 4, nº 8, 1984, p. 37-39.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um mundo de ponta cabeça. **In: Teoria & Debate**, São Paulo, no. 8, out/nov/dez 1989

RIAZANOV, David (Org.). **Marx: o homem, o pensador, o revolucionário**. São Paulo : Global, 1984.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **Introdução à História da Educação Brasileira**. São Paulo : Cortez & Moraes, 1978.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Uma esquerda possível. In: **Folha de S. Paulo**, dia 23 de abril de 1991, p. 1-3

RODRIGUES, Leôncio Martins. Uma esquerda revigorada. **In: Folha de S. Paulo**, 05/junho/1991, p. 1-3

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis : Vozes, 1983 (4a. ed.).

SADER, E.. **Marxismo e teoria da revolução proletária**. São Paulo : Atica, 1986

SALVADORI, Massimo L.. "A crítica marxista ao stalinismo". In: HOBSBAWM, E. J.. **História do Marxismo VII**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1986, p. 285-337.

SALVADORI, Massimo L.. "Kautsky entre ortodoxia e revisionismo". **In:** HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo II**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, p.299-339.

SANTOS, José Ferreira dos. Barth, Pynchon e outras absurdetes: O pós-modernismo na ficção americana. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et al.. **Pós-Modernidade**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990 (3ª. ed.), p. 57-72.

SANTOS, Oder José dos. "Esboço para uma pedagogia da prática". **Educação em Revista**, Belo Horizonte (1): 19-23, jul. 1985.

SAVIANI, Dermeval. A educação pública na conjuntura atual. SAVIANI, D.. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Livros do Tatu : Cortez, 1991, p. 83-105.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação no Brasil e sua veiculação pela *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 150, maio/ago 1984.

SAVIANI, Dermeval. Apresentação. SAVIANI, D.. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Livros do Tatu : Cortez, 1991, p. 99-15.

SAVIANI, Dermeval. As teorias da educação e o problema da marginalidade. **In:** SAVIANI, D.. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1983, p. 7-39

SAVIANI, Dermeval. Competência política e compromisso técnico ou o pomo da discórdia e o fruto proibido. **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 15, ago. 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo : Saraiva, 1973.

SAVIANI, Dermeval. Educação e Pós-modernidade. SAVIANI, D.. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Livros do Tatu : Cortez, 1991, p. 17-39.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. O Pensamento da esquerda e a educação na República brasileira. **Pro-Posições**- Revista da Faculdade de Educação/Unicamp. São Paulo : Cortez Editora, Vol. 3, dezembro/1990, p. 7-21.

SAVIANI, Dermeval. Os sindicatos dos trabalhadores da educação diante das diferentes concepções de escola. SAVIANI, D.. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo : Livros do Tatu : Cortez, 1991, p. 41-55.

SAVIANI, Dermeval. Tendências e correntes da educação brasileira. **In:** MENDES, Durmeval Trigueiro (org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.

SCHWARTZ, G.. **Keynes**. São Paulo : Brasiliense, 1984

SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de et al.. **Pós-Modernidade**. Campinas : Editora da UNICAMP, 1990 (3ª. ed.), p. 43-55.

SILVA, Ana Mércia Marques e outros. A Crise da Escola na Sociedade Capitalista Contemporânea. **Educação e Sociedade**, São Paulo: Cortez & Moraes, Ano I, n. 2, janeiro 1o 1979, p. 128-135

SILVA, M.B.N. da (Org). **Teoria da História**. São Paulo, Cultrix, 1986.

SINGER, Paul. "Afinal, o que é socialismo?". **In: Folha de S. Paulo**, de 10/06/91, p. 1-3

SPOSITO, Marília Pontes. **O povo vai à escola; a luta popular pela expansão do ensino público em são Paulo**. São Paulo : Loyola, 1984.

SPRIANO, Paolo. "O Movimento comunista entre a guerra e o pós-guerra: 1938-1947". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo X**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, p. 129-212.

STRADA, Vittorio. "A polêmica entre bolcheviques e mencheviques sobre a Revolução de 1905". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo III**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 135-188.

STRADA, Vittorio. "O ´marxismo legal´ na Rússia". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo III**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, p. 85-104.

VENANCIO FILHO, F.. Fontes para a História da Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, 5(15): 369-74, setembro de 1945.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília, Ed. da UnB, 1982

VIEIRA, Evaldo. Pesquisa em educação: quando se é específico?. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo : Fundação Carlos Chagas, nº. 67, novembro de 1988, p. 56-58.

VIEIRA, Evaldo. Por uma História da Educação que esteja presente no trabalho educativo. **Educação & Sociedade**, São Paulo : Cortez/CEDES, nº. 12, setembro de 1982, p. 110-112.

VILAR, P.. **Iniciación al vocabulario del Análises Histórico**. Barcelona, Crítica, 1982.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

WALICKI, Andrzej. "Socialismo russo e populismo". In: HOBSBAWM, E.J.. **História do Marxismo III**.... Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, 53-84.

WARDE, Miriam Jorge. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em Aberto**. Brasília : INEP, ano III, nº. 23, p. 1-6, set./out. 1984.

WARDE, Miriam Jorge. Contribuição da História para a Educação. **Em Aberto**, Brasília : INEP, agosto/1991, p. 3-11.

WEFFORT, Francisco. Entrevista à **Folha de São Paulo**, 27/agosto/1990, p. A-4.

ZAIDAN FILHO, M.. **A crise da razão histórica**. Campinas : Papirus, 1989